



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIA YASMIM RODRIGUES DO NASCIMENTO

**“A GENTE FOI JUNTANDO MULHERES”: MEMÓRIAS, ATIVISMOS E
INSUBMISSÕES DE MULHERES NEGRAS CEARENSES**

FORTALEZA

2025

MARIA YASMIM RODRIGUES DO NASCIMENTO

“A GENTE FOI JUNTANDO MULHERES”: MEMÓRIAS, ATIVISMOS E
INSUBMISSÕES DE MULHERES NEGRAS CEARENSES

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em
História Social da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutora em História. Área de concentração: História
Social.

Orientador: Profº Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard.

FORTALEZA
2025

MARIA YASMIM RODRIGUES DO NASCIMENTO

“A GENTE FOI JUNTANDO MULHERES”: MEMÓRIAS, ATIVISMOS E
INSUBMISSÕES DE MULHERES NEGRAS CEARENSES

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em
História Social da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutora em História. Área de concentração: História
Social.

Aprovada em 30/06/2025

Prof^o Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard (orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof^a Dra. Jacqueline da Silva Costa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof^a Dra. Maria Telvira da Conceição
Universidade Regional do Cariri

Prof^a Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha
Universidade Federal do Ceará

Prof^a Dra. Sarah Maria Forte Diogo
Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do
Ceará

Prof^a Dra. Marcelle Danielle de Carvalho Braga (Suplente)
Universidade Estadual do Vale do Acaraú

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- D66“ do Nascimento, Maria Yasmim Rodrigues.
“A gente foi juntando mulheres” : memórias, ativismos e insubmissões de mulheres negras cearenses /
Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento. – 2025.
187 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em História, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard .
1. Memórias. 2. Ativismo. 3. Patriarcado Negro. 4. Mulheres Negras. I. Título.

CDD 900

Ao Ravi, a pequena pessoa que salvou minha vida.

AGRADECIMENTOS

Exu é começo, meio e começo, então a linha inicial desta tese precisa ter Exu como principal enunciador. Aos Reis e Rainhas que habitam as encruzilhadas do existir, que possibilitaram todos os trânsitos que compõem este trabalho, meu muito obrigada.

À Obá, rainha da sociedade secreta das mulheres iorubás e dona do meu ori, gratidão pela coragem.

Ao Xangô, pela sede de vitória que não me fez desistir.

Ao Oxum, pela possibilidade de renascer um pouco a cada dia.

Ao Ravi Rodrigues, meu filho, minha fonte inesgotável de amor e coragem. Ele nasceu e eu renasci, mais forte e ao mesmo tempo cheia de medos e fraquezas, mas, com uma única certeza: ser mãe dessa criança desperta o melhor de mim e potencializa minha sede de liberdade e justiça. Nós dois até depois do fim.

Aos meus pais, que sonharam com cada passo profissional que dei até aqui, e pelo esforço de uma vida para que eu fosse quem eu sou, uma eterna caçadora de liberdades.

A minha família de sangue e espiritual, e aos amigos, por todo amparo ao longo desses anos de travessia acadêmica.

Ao meu companheiro de vida, meu leitor fiel e amparo de tudo que eu suportei para chegar até aqui. Amo você incondicionalmente.

Ao meu orientador, Franck Ribard, pela paciência, leitura criteriosa, apoio na mudança dos caminhos da pesquisa, compreensão nos momentos difíceis que atravessei durante a escrita do trabalho. Sem essa sensibilidade eu não teria conseguido.

À Viviane Regina Paixão, minha psicóloga, pela sensibilidade na escuta, por ter me convencido inúmeras vezes a não desistir de mim, desta pesquisa e da minha trajetória. Por ter me lembrado a cada encontro terapêutico da minha grandeza. Fazer terapia, especialmente com uma mulher, foi fundamental no reencontro que fiz comigo. Obrigada, Paixão, por tudo ao longo desse tempo juntas.

À Alice Freitas Cortez, (Iyalorixá Alice de Oxum), a mão que possibilita meu ori ter saúde e prosperidade e me ensina todos os dias sobre perseverança e coragem.

Ao Gustavo Marques, meu fiel escudeiro, companheiro de vida, na alegria e na tristeza, a amizade mais pura e honesta que o universo me deu, ai de mim se não fosse Gugu.

Ao Ruan Mendes, por anos de parceria na vida acadêmica, algumas horas de áudios trocados desde 2016, risadas e aflições e enfim, findamos mais uma etapa da jornada profissional, com a certeza de que nossa amizade sempre ultrapassou os muros da Universidade.

À Marcelle Carvalho, uma preciosidade que encontrei no curso de doutorado, amiga com quem aprendi muito, quem abriu caminhos teóricos que possibilitaram o amadurecimento do meu trabalho.

Às “neigras amigas”, Barbosa, Maria Regina e Josi, por serem meu apoio e tramar comigo caminhos de amor e liberdade.

À Maria Telvira da Conceição, a grande responsável por hoje eu defender uma tese de doutorado. O primeiro “sim” acadêmico que recebi, quem primeiro acreditou na minha habilidade de escrita, minha referência na vida e a pessoa que mais admiro no fazer docente e historiográfico.

À Jacqueline Costa, pela amizade, inspiração, indicações, acolhimento dos estágios e leitura atenta e honesta de tudo que me propus a escrever aqui. Sou grata também pela coragem na construção do “Lélia Gonzalez, presente!”, e por ter me aberto as portas de um projeto dessa grandeza, que possibilitou meu amadurecimento na escuta das trajetórias plurais das mulheres negras de várias partes do Brasil.

Às quatro mulheres negras que compõem a banca avaliadora deste trabalho. A presença de vocês materializa um sonho antigo, ser lida por mulheres que me inspiram a não desistir da difícil tarefa de escrever, apesar de tudo que nos assola.

À todas as mulheres negras que estão nas linhas desta pesquisa, as mulheres do Movimento Negro Unificado, da Inegra, do Grupo de Mulheres Negras do Cariri, as mulheres negras do antes, do agora e do porvir, por não terem desistido e por seguirem criando nossas estratégias de liberdade.

À CAPES, pelo financiamento que possibilitou a realização desta pesquisa.

“Vocês são o que nós não pudemos ser, vocês são o que foi tirado de nós”. (Cabocla Corre Campo)

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar o processo de formação de movimentos de mulheres negras brasileiras na década de 80, suas atuações, seus objetivos e suas participações na construção de projetos políticos. Com o enfoque no ativismo de mulheres negras cearenses, busco perceber como essas mulheres foram moldando suas compreensões de feminismos, feminismos negros e se inseriram no debate político e teórico da interseccionalidade. Também analiso, a partir de suas passagens por organizações negras mistas, no Ceará, em que medida essas mulheres negras perceberam, denunciaram e se colocaram vigilantes frente ao comportamento marcado pela misoginia, pelo sexismo e pelo patriarcado por parte de companheiros negros nas mobilizações políticas e no cotidiano de suas organizações. O referencial teórico proposto baseia-se na contribuição das intelectuais do campo feminista negro e interseccional, possibilitando uma investigação conectada com as subjetividades femininas negras, sensibilidades e aproximações possíveis nas vivências de opressões racistas e patriarcais. Utilizo a metodologia da história oral, um trabalho com entrevistas semiestruturadas que possibilitou extrair, a partir de um diálogo detentor de componentes que atravessam o meu ser mulher negra e não me distancia da investigação proposta, lembranças marcadas ora pela experiência misógina, ora pelas conquistas coletivas e pela superação de traumas. Com esta pesquisa foi possível concluir que as organizações antirracistas criadas por mulheres negras, como por exemplo o Instituto Negra do Ceará e o Grupo de Mulheres Negras do Cariri- Pretas Simoa, são, sobretudo, uma iniciativa de luta constante em direção à equidade e à justiça para as mulheres negras que experienciaram a misoginia nas suas mais variadas facetas. Além disso, são a resistência das vozes que insistem em ecoar gritos de insubmissão e liberdade.

Palavras-chave: memórias; ativismos; patriarcado negro; mulheres negras.

ABSTRACT

The present research objects to analyze the process of Brazilian black women movements formation in the 80s decade, the same as its performances, goals and participations in the constructions of political projects. Focusing on the activism of Cearenses black women, I seek to perceive how these women were shaping their understanding of feminisms, black feminisms as well as how they insert themselves into the political and theoretical debate of intersectionality. The comprehension of this study also comes from these women passages in mix black organizations in Ceará, realizing, reporting and putting themselves vigilants towards the behavior marked by the misogyny, sexism and patriarchy sometimes from black partners, others during political mobilizations and in the everyday of their institutions. The theoretical reference proposed focus on the contribution of the intellectuals of the black feminist and intersectional fields, making it possible an investigation connected to the black feminine subjectivities, sensitivities and viable racist as well as patriarchal oppressor experiences. I make usage of oral story methodology, a work with semi structured interviews, through an open dialog using components that cross my being as a black woman and do not apart me from the proposed investigation, enabling to extract memories stained by misogynist situations, the same way that they are scared with group achievements and overcoming traumas. Through this research, it was possible to conclude that the antiracist institutions created by black women, only, by example of the Instituto Negra do Ceará and the Grupo de Mulheres Negras do Cariri-Pretas Simoa, are above all an initiative of constant fight in the direction of equity and justice for black women who lived the misogyny in its most vary ways, besides they are the voices of resistance which insist in echo the screams of insubordination and freedom.

Keywords: memories; activism; black patriarchy; black women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Boletim Informativo do Grupo de Mulheres Negras de São Paulo	29
Figura 2 - Fundação do Movimento Negro Unificado do Ceará	71
Figura 4 - Atividades formativas	164
Figura 5 - “Quando o Crato voltou a ser senzala”	170
Figura 6 - Tribunal de rua.....	171
Figura 7 - Cartaz-convite para formação aberta	173
Figura 8 - Concurso Globeleza.....	176
Figura 9 - Mulheres negras estão à venda?.....	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Jurisdição de base racial	39
Tabela 2- Unidades da Federação com maior índice de esterilização de mulheres que utilizavam métodos contraceptivos	44
Tabela 3- Trabalhos acadêmicos de ativistas de Movimentos Negros	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMM	Associação de Mulheres em Movimento
APN	Agentes de Pastorais Negros do Ceará
BEM-FAM	Sociedade do Bem-Estar Familiar do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
GT	Grupo de Trabalho
GRUCON	Grupo de União e Consciência Negra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHC -	Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará
INEGRA	Instituto Negra do Ceará
IMENA	Instituto Negra do Amapá
IPF	Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa
INEGRA	Instituto Negra do Ceará
IMENA	Instituto Negra do Amapá
IPF	Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa
MNU	Movimento Negro Unificado
OGN	Organizações Não Governamentais
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PAIMC	Pesquisa e Assistência Integrada à Mulher e a Criança
PAIMC	Pesquisa e Assistência Integrada à Mulher e a Criança
IPPF	Federação Internacional de Planejamento Familiar
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
URCA	Universidade Regional do Cariri
UFCA	Universidade Federal do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO EM REDE: ARTICULAÇÕES COMUNS	22
1.1 Movimento de Mulheres Negras no Brasil na década de 1980.....	23
1.2 Democracia e Justiça racial	33
1.3 Políticas corporais e saúde	41
2 MOVIMENTOS NEGROS NO CEARÁ: PAUTAS E DESAFIOS	51
2.1 Ideologia Racial no Ceará.....	52
2.2 Criação de organizações negras antirracistas.....	61
2.3 Percepções e conflitos de gênero no interior dos movimentos negros	72
3. NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS ORGANIZADAS ..	83
3.1. Patriarcado negro: experiências de mulheres negras com o sexismo	84
3.2. Misoginia e o trauma - o não falar	92
3.3 Organizações negras: o silenciamento de mulheres	103
4 “NOSSAS PRETAS VÊM DE UM FEMINISMO HEGEMÔNICO”: UM CONTRAPONTO ANALÍTICO DA INTELLECTUALIDADE DAS MULHERES NEGRAS CEARENSES	110
4.1 “Criando mais um espaço”: mulheres negras e a escrita.....	111
4.2 Ativistas e intelectuais: uma análise interseccional	121
4.3 Erguer a voz e marcar com a palavra: lendo mulheres negras cearenses.....	129
5 CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS NOS ANOS 2000: REPARAÇÃO DO TRAUMA	144
5. 1 Instituto Negra do Ceará- INEGRA	147
5. 2 Protagonismo da INEGRA na criação de políticas públicas de igualdade de gênero e raça.....	158
5.3 Grupo de mulheres negras do Cariri-Pretas Simoa: mulheres insubmissas	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS	183

INTRODUÇÃO

A noite não adormece nos olhos das mulheres, há mais olhos do que sono, onde lágrimas suspensas virgulam o lapso de nossas molhadas lembranças.¹
Conceição Evaristo – A noite não adormece nos olhos das mulheres.

As lembranças que as mulheres negras evocam, muitas vezes, vêm molhadas. O tempo vivido ou os desejos de porvir são elementos marcantes de nossas trajetórias, as inevitáveis lágrimas não são só de dor, as alegrias da emancipação, a potência do que somos também molham nossos rostos.

Este trabalho representa para mim o encontro de vários rios e becos de memórias, como nos diz Conceição Evaristo, narrativas femininas fluídas como águas, fruto do cruzamento do meu lugar de mulher negra, nordestina, vinda da educação pública, de candomblé. É importante evidenciar que esses atravessamentos aparecem no meu texto direta ou indiretamente, uma vez que o conhecimento, a erudição e a ciência foram historicamente projetadas para aqueles e para aquelas que acreditam ter autoridade racial. Quem pode ou não falar? Quem ocupa o centro e quem foi colocada à margem? A margem é lugar de subalternidade ou de possibilidade? Essas questões acompanharão as leitoras e os leitores deste trabalho. Não sei se as responderei, no entanto, meu objetivo aqui é evocar narrativas de mulheres negras ativistas que construíram com seus corpos e com suas ações políticas o alicerce do movimento social negro no Ceará na década de 1980.

As organizações negras cearenses desse referido contexto sempre são lembradas a partir de figuras masculinas que foram sedimentadas como pioneiras da luta por igualdade racial neste solo, um comportamento que não se refere exclusivamente ao século XX. Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, que também recebeu o epíteto de Dragão do Mar², aparece como exemplo de monumento masculino erguido em prol da celebração da luta por liberdade no Ceará, em detrimento da articulação sagaz de Preta Tia Simoa pela liberdade dos escravizados. A narrativa em torno da campanha abolicionista já demonstra uma demarcação da memória patriarcal que o Ceará construiu ao longo do tempo.

¹ Poema de Conceição Evaristo publicado originalmente em Cadernos Negros- Volume 19. São Paulo: Quilombhoje; Ed. Aniite, 1996.

² A construção da figura de Francisco José do Nascimento como herói da abolição no Ceará pode ser encontrada na obra: XAVIER. Patrícia Pereira. Dragão do Mar: a construção do herói jangadeiro. – Fortaleza: Museu do Ceará, 2014.

A supervalorização de Dragão do Mar não é uma excepcionalidade isolada relativa a um fato específico, pois a construção de personalidades masculinas acompanha o histórico de reivindicação de justiça racial no Ceará. Assim, este trabalho levanta a hipótese de que é exatamente a negligência das pautas de gênero dentro da agenda política racial, o silenciamento de mulheres negras orquestrado por homens de organizações negras mistas, que possibilita o desvelamento do sexismo e, posteriormente, a criação de organizações compostas apenas por mulheres negras.

A hipótese levantada por mim encontrou solo fértil nas primeiras conversas que realizei quando comecei a pesquisa, uma vez que algumas frases em tom justificativo começaram a se repetir, uma delas era: “as meninas não puderam ir”. A primeira pergunta que me fiz foi: por qual motivo as mulheres não estavam presentes? Até que a primeira entrevistada, mulher negra, contou que as reuniões de articulação política ocorriam, em sua maioria, nos dias em que as mulheres estavam trabalhando em serviços domésticos ou em cuidados com suas crianças. O primeiro passo foi dado em direção à problematização dessas supostas ausências, e a chamada “questão da mulher” me devolve o desejo pela escrita, tendo em vista que os tempos complexos em que estamos inseridas usurparam minha vontade de escrever, mas nesse percurso reencontrei Paulina Chiziane, romancista moçambicana, responsável por muitas das minhas motivações nos estudos de feminismo negro. Na obra, *Eu, mulher*, a autora diz,

Reencontrei, na escrita, o preenchimento do vazio e incompreensão que se erguia à minha volta. A condição da mulher inspirou-me e tornou-se meu tema. Coloquei, no papel, as aspirações da mulher no campo afetivo, para que o mundo as veja, as conheça e reflita sobre elas. Se as próprias mulheres não gritam quando algo lhes dá amargura da forma como pensam e sentem, ninguém o fará da forma como elas desejam. (Chiziane, 2016, p. 21).

Essa condição da mulher narrada por Chiziane (2016) torna-se meu tema e me coloca na encruzilhada das memórias, não só das narradoras do texto, mas das minhas memórias. A triangulação que a historiadora Beatriz Nascimento (2007) enuncia acompanha o percurso desta pesquisa, mulher negra, ativista e acadêmica, que se constitui em diálogo com as outras. Questiono, a partir da historiadora, os silêncios históricos dos nossos corpos dentro e fora dos espaços acadêmicos e na militância negra organizada, objetivo desta pesquisa.

Os espaços de produção e divulgação de saberes no Ceará, mantendo uma lógica ocidentalizada, evidenciam privilégios epistêmicos. Penso esses privilégios a partir do que Ramón Grosfoguel (2016) chamou de epistemicídios:

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. (Grosfoguel, 2016, p. 25).

Essa reflexão contribui para pensar a problemática que o referido autor discorre no seu trabalho acerca do “privilégio epistêmico”. Existe uma urgência em tratar como se construíram os espaços de produção de conhecimento, a quem essas produções e espaços têm servido e quais projetos de poder são mantidos secularmente a partir da formulação desses conhecimentos.

O autor já denuncia que esse privilégio tem servido para manter projetos de poder imperiais/coloniais/patriarcais no mundo, isso porque as formulações das estruturas do saber respondem a uma sucessão de conquistas históricas protagonizadas por homens ocidentais, a exemplo da conquista das Américas, da escravização dos africanos, das mulheres queimadas na Europa acusadas de bruxaria no século XVI. Esse jogo de conquistas históricas protagonizadas por um grupo específico possibilitou a criação das universidades ocidentalizadas e fundamentadas nas compreensões teóricas coloniais.

Os projetos patriarcais de poder perpassam sobretudo a forma que nós lidamos com os saberes teóricos e práticos produzidos por mulheres negras, uma vez que a rota da intelectualidade não parece óbvia para mulheres como nós. Em *Eu sou atlântica*, obra sobre a trajetória de Beatriz Nascimento, organizada por Alex Ratts (2007), essas tensões são evidenciadas:

Podemos considerar que a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse itinerário intelectual. Qual o tempo que as mulheres negras têm para ler? A que leituras se dedicam? E perguntamos enfim: quantas possuem condições para adentrar na Universidade? Destas, quantas se tornam pesquisadoras, professoras e intelectuais? (Ratts, 2007, p. 29).

Acho pertinente redirecionar esses últimos questionamentos de Alex Ratts (2007) para o caso do Ceará: quantas mulheres negras cearenses conseguiram entrar na Universidade e concluir seus cursos? Quando pensamos em intelectuais do Ceará, visualizamos mulheres negras? Quando somos indagadas sobre as lideranças políticas deste estado, citamos quantas mulheres negras?

Joelma Gentil é uma das narradoras desta pesquisa, pedagoga, articuladora e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado- MNU no Ceará, em 1995. Jô, como é

conhecida no cenário da militância, foi meu primeiro encontro virtual com as mulheres negras ativistas, dada a condição pandêmica que enfrentamos, quando a pesquisa caminhou em direção às tensões de gênero presentes em organizações negras no Ceará. Inicialmente li seu trabalho de mestrado, que se preocupou em discutir as memórias organizativas de movimentos negros cearenses com enfoque nas perspectivas de mulheres envolvidas nesse contexto. Esse contato me possibilitou o redirecionamento das minhas inquietações, uma vez que os nomes evocados nas narrativas dos movimentos negros cearenses são sempre masculinos, criando uma atmosfera de ausência das mulheres negras. No entanto, Jô aparece para mim como uma subversão dessa lógica, seu protagonismo político chamou minha atenção.

Quando pergunto sobre o protagonismo das mulheres na fundação do MNU-CE e como as questões de gênero atravessaram esse contexto de fundação, ela responde:

Não sei como a Leda no momento pensou, porque ela falava muito exatamente disso, de uma organização política, de algo assim. Eu, eu já estava participando de alguns grupos que discutiam a questão feminista, mas eram grupos brancos, sabe?! E estava chegando algumas leituras pra mim, já da Lélia Gonzalez, da Jurema Werneck, eu já estava lendo na rádio, até porque eu tinha que ler por conta que eu fazia dois ou era três programas, eu tinha um sobre educação, tinha um que era só sobre questão de mulher, e aí, eu já estava tendo uma inquietação, porque eu estava lendo muito um periódico que recebia, mas só que não dava de conta de algumas coisas que eu queria, algumas respostas, outras leituras, e aí, nessa biblioteca comunitária lá da rádio, eu estava tendo acesso já a essas mulheres negras, que já estavam sendo lidas a nível nacional, e acredito que as meninas do Grupo de Mulheres de Fortaleza também já estavam se apropriando dessas leituras. Eu via o MNU pela questão de organização política, mais embasamento político, e também pela questão mesmo de um feminismo, feminismo negro, mais empoderamento de mulheres, de mais leituras. (Joelma Gentil, 18 de setembro de 2020).

A longa passagem da fala de Jô oferece vários marcadores, mas destaco inicialmente o seu contato com o que ela chama de feminismo negro. A apropriação dessas leituras passa não só por Jô, mas por outras mulheres que fazem parte da construção desta proposta, isso porque o destaque do ativismo e da produção teórica de mulheres negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, a nível nacional, oferece para as mulheres negras cearenses, já em contato com organizações femininas negras de outros pontos do Nordeste, um caminho de atuação política com enfoque nas especificidades de mulheres negras. O caráter mobilizador e transformador do feminismo, nesse sentido, está pautado pela formação e pela organização política com base no empoderamento das mulheres, pois como lembrou bell hooks (2019), é emancipação e empoderamento de ponto de vista

coletivo, levando em conta as responsabilidades sociais e econômicas que nós, mulheres negras, pobres e operárias vivenciamos.

Ainda que pareça mais atraente pensar o feminismo do ponto de vista hegemônico, pautado pela emancipação da mulher, no singular, acho importante destacar quando Jô Gentil ressalta que seu contato com esses grupos brancos que discutiam feminismo não foi suficiente e a fez querer mais, mas, ainda como aponta bell hooks (2019), acredito que essa busca vem no sentido de compatibilidade e não de oposição.

No que toca o ambiente das lutas contra a erradicação das opressões, não estamos brigando pelo primeiro lugar, a luta antissexista não anula a luta antirracista, porém, alguns conflitos no interior de organizações negras mistas começaram a aparecer em razão das incompreensões por parte de homens negros que enxergavam a luta antirracista como princípio enunciador da emancipação negra, em detrimento da opressão sexista sofrida por mulheres negras dentro dessas organizações.

Esse é meu ponto de partida: nada sobre nós sem nós, frase que aprendi na militância alguns anos atrás, e que à época não fez tanto sentido, mas hoje acompanha as percepções que venho desenvolvendo sobre o mundo e a forma de lidar com ele. Como disse Chiziane (2016), se as mulheres não gritam e não fazem, ninguém vai fazer do jeito que elas desejam. O que não quer dizer que meu trabalho resgatará as mulheres de um projeto patriarcal sistemático de invisibilidade, pelo contrário, antes de eu habitar este mundo, mulheres como Jô e Francisca Sena, outra personalidade do trabalho que vocês ainda conhecerão, já construíam Nordeste adentro suas iniciativas antissexistas e antirracistas.

Este trabalho pode ser lido de duas formas: do ponto de vista da realização pessoal, me dará um título que rompe a lógica esperada para mulheres como eu. Do ponto de vista coletivo, devolve para as fontes que saciaram minha sede de história de lideranças femininas no Ceará um texto produzido por quem veio depois, inquietou-se com silêncios e ausências de seus corpos e memórias nas narrativas oficializadas e buscou reencontrar a escrita a partir das mulheres negras.

Assim, esta proposta é construída e dividida em cinco momentos. O projeto inicial passou por reformulações significativas, então, a metodologia foi construída a partir dos diálogos com as narradoras e com as teóricas do campo dos feminismos negros, memórias, movimentos sociais negros, ideologia racial e interseccionalidade. As narrativas das ativistas negras cearenses constroem esta proposta e essa fome coletiva de ganhar a voz, escrever e

recuperar o que está escondido. Não existem objetos, existem *sujeitos*³, e escrever, portanto, emerge como um ato político, como diz Grada Kilomba (2019).

A partir das investidas que tenho feito na teoria produzida por mulheres negras como Beatriz Nascimento, bell hooks e Grada Kilomba, que compreendem *sujeito* como remete aquelas pessoas que possuem direito de definir suas realidades, não sei até que ponto as mulheres negras já são *sujeitos* de suas realidades, se ainda estamos em um estágio de “*tornar-mo-nos*”. No entanto, tenho interesse em discutir como a capacidade de articulação política enunciativa de um protagonismo feminino foi capaz de se infiltrar e romper por dentro as imposições do patriarcado negro, possibilitando a criação de organizações como: Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza, Movimento Negro Unificado no Ceará, Instituto Negra do Ceará, Grupo de Mulheres Negras do Cariri- Pretas Simoa.

No primeiro capítulo, intitulado *Movimento Feminista Negro em rede: articulações comuns*, proponho uma discussão sobre o movimento de mulheres negras no Brasil, na década de 1980, a partir da publicação organizada por Joselina da Silva e Amauri Mendes, que oferta um panorama das organizações e da articulação de mulheres negras brasileiras na busca por democracia e justiça racial. Além dessa discussão, o capítulo se propõe a discutir sobre as políticas corporais das mulheres negras, recuperando a trajetória de luta contra a política de esterilização compulsória de mulheres negras em idades reprodutivas.

Nas narrativas analisadas até aqui foi possível visualizar que a discussão sobre as políticas corporais e saúde não estava concentrada no eixo Sul e Sudeste, fazia parte da agenda de luta das mulheres negras em estados da região Nordeste, como Bahia, Ceará e Maranhão.

No segundo capítulo, denominado *Movimentos Negros no Ceará: pautas e desafios*, apresento um debate em torno dos movimentos negros fundados no Ceará na década de 1980. Essa década, em específico, traz em seu recorte dois marcos do debate e reivindicação étnico-racial no Ceará e no Brasil: o centenário da abolição no Ceará, em 1984, e no Brasil, em 1988. As pautas e desafios que essas datas levantaram estão também relacionadas às ressignificações da ideia da raça enquanto política de emancipação, debate teórico que encontrei em Nilma Lino Gomes (2017), para pensar o contexto nacional.

³ Em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, Grada Kilomba faz, na introdução, um pequeno dicionário com o significado de algumas terminologias, em razão da tradução do livro para o português do Brasil. Uma das terminologias é da palavra *sujeito*, que do inglês, *subject*, não tem gênero. Quando traduzida para o português é reduzida ao gênero masculino sem permitir variações para o feminino, como, *a sujeita*. Para a autora, isso revela as relações de poder e violências que existem na língua portuguesa, que não contempla todas as identidades, e a necessidade de criação de novas terminologias. *Sujeito*, portanto, aparecerá neste trabalho em itálico.

Meu trabalho de mestrado, intitulado, *Invenção da Liberdade* (2018), ampara-me para pensar quais discursos foram produzidos no Ceará, nesse contexto, relativos à manutenção de hierarquias raciais, trabalho ancorado nas percepções de Gilroy (2007) para a construção do meu argumento sobre hierarquia racial. Ainda no segundo capítulo desta pesquisa é apresentado, a partir de trabalhos como o de Joelma Gentil (2012), Francisca Sena (2004) e Alex Ratts (1996), o processo formativo de organizações negras no Ceará e, por fim, os conflitos de gênero existentes no interior dessas organizações.

No terceiro capítulo, intitulado *Narrativas e experiências de mulheres negras organizadas*, busco analisar, a partir das falas das narradoras, quais articulações políticas foram possíveis pelo Nordeste na criação de movimentos negros mistos e dos movimentos de mulheres negras. O capítulo também propõe um debate sobre quais compreensões de feminismos estavam em voga no contexto de criação dessas organizações, assim como apresenta o Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza, uma experiência de organização negra pautada pelo gênero. Essa discussão, realizada por diferentes teóricas do campo do feminismo negro, ajuda-me a construir uma análise em torno das narrativas de mulheres negras, suas experiências com o sexismo e a misoginia no interior de organizações negras cearenses e os traumas por elas deixado.

O capítulo quatro, nomeado “*Nossas pretas vêm de um feminismo hegemônico*”: *um contraponto analítico da intelectualidade das mulheres negras cearenses*, tem uma proposta construída a partir do debate interseccional, ancorada nas discussões de Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (2019), Angela Davis (2016), Carla Akotirene (2019) Grada Kiloma (2019) e bell hooks (2020), que objetiva um diálogo aproximado com as produções intelectuais de mulheres negras cearenses, seus trânsitos com o ativismo e a conexão das ações políticas com seus trabalhos acadêmicos, levando em consideração os desafios de escrever frente às mais variadas facetas do racismo e sexismo.

O quinto e último capítulo, intitulado *Criação de movimentos de mulheres negras nos anos 2000*, trata da reparação do trauma à luz da psicanálise pautada pelo gênero, de Grada Kilomba (2019), e os processos de cura a partir da criação de organizações apenas de mulheres negras: Instituto Negra do Ceará- Inegra, em Fortaleza, e Grupo de Mulheres Negras do Cariri-Pretas Simoa, na região do Cariri cearense, como duas experiências relevantes nas políticas de igualdade, de justiça racial e de gênero no Ceará.

1 MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO EM REDE: ARTICULAÇÕES COMUNS

Quando mulheres brancas cultas, privilegiadas em termos materiais, com muitas opções de carreira e estilo de vida diante de si insistem em que “o sofrimento não pode ser medido”, é preciso indagar sobre os seus motivos. (bell hooks, 2019, p. 31).

bell hooks (2019), teórica do pensamento feminista negro norte americano, na obra *Teoria Feminista: da margem ao centro*, provoca a pensar, a partir da sua localização geográfica, como se constituiu o pensamento feminista negro e sob quais bases reivindicatórias e intelectuais ele foi substanciado. A epígrafe acima também tem o intuito provocativo, objetivando realçar as diferenciações e tensões existentes no interior do que se compreende como movimento feminista, não no sentido binário e opositivo de movimentos plurais de mulheres brancas e negras, mas a fim de tencionar que a expressão “o sofrimento não pode ser medido”, evocada muitas vezes por um feminismo dito hegemônico, tem como principal objetivo mascarar a diversificação de opressões que recaem sobre o corpo das mulheres, sobretudo o corpo das mulheres negras.

Assim, este capítulo tem por objetivo principal perceber como se deram as articulações de mulheres negras no Brasil na década de 1980, a partir de uma revisão bibliográfica em torno do pensamento de intelectuais e ativistas negras brasileiras. A rede que o título traz faz alusão ao princípio organizativo desses movimentos, pois as articulações femininas negras não são constituídas de maneira isolada, haja vista que o Brasil opera a partir de uma vivência social estruturada no racismo. Assim, acredito que as reivindicações políticas de mulheres negras convergem em muitos aspectos, a exemplo das políticas de saúde, educacionais e de trabalho, e divergem do feminismo chamado de hegemônico.

Enquanto os debates no interior de organizações feministas a respeito dos direitos reprodutivos das mulheres e métodos de contracepção ganhavam força, o estado brasileiro, ancorado na ideia de branqueamento da população, violentou de forma perversa corpos de mulheres negras em um processo de esterilização compulsória. A comissão política parlamentar baseada no censo demográfico, formada na década de 1990, apontou que 41,9 % das mulheres brasileiras em idade reprodutiva, entre 15 e 54 anos, que já faziam uso de algum método contraceptivo, foram esterilizadas de forma compulsória entre as décadas de 1970 e 1980.

Apresento essas informações, inicialmente, para desenhar os caminhos que este capítulo percorrerá em três subdivisões, visando discutir o processo formativo e reivindicatório do movimento de mulheres negras no Brasil, em quais territórios ele ganha projeção e quais as pautas levantadas. Em seguida, traço uma análise dos escritos sobre a justiça racial e a

democracia brasileira, entendendo que o processo de redemocratização do Brasil perpassa a sedimentação do movimento negro, bem como sua projeção nacional.

No entanto, interessa-me saber o que diziam as mulheres negras sobre essas incertezas políticas, de modo que é pertinente analisar essas construções teóricas e práticas a partir dos escritos de Lélia Gonzalez (2010), Beatriz Nascimento (2018), Joselina da Silva (2014). Essa última autora chama a atenção para a produção de uma literatura sobre o Movimento de Mulheres Negras da década de 1980, que tende a homogeneizar e chama-lo de “as feministas”, somente, como se todas essas construções políticas fossem pautadas por um único ideal.

O capítulo se encerra em torno do debate que pautei um pouco mais acima, que diz respeito às políticas do corpo, sobretudo a como as ferramentas de controle do estado em torno dos corpos de mulheres negras ganharam centralidade nas mais variadas arenas políticas.

1.1 Movimento de Mulheres Negras no Brasil na década de 1980

O uso da expressão *Movimento de Mulheres Negras* tem servido como alicerce que sustenta, mas também remonta um conjunto de práticas políticas de personalidades questionadoras dos sistemas racista e patriarcal hegemônicos, que balizaram os comportamentos e as relações estabelecidas no interior do movimento feminista e do movimento negro. Ambos os movimentos, envolvidos em uma compreensão de opressão única, recusaram o entendimento e o enfrentamento às violências que atingiam de forma particular os corpos de mulheres negras.

A matriz do pensamento teórico formulado por intelectuais negras evidencia que não estamos tratando de escalas de opressões em maior ou menor medida, pois as evidências desse ponto de vista são de que a matriz de dominação na qual estamos inseridas intercepta gênero, raça e classe social em diferentes pontos cotidianos. Luiza Bairros, ativista e teórica do feminismo negro brasileiro alertou para o fato de que a questão não era se existiria uma dupla ou tripla dominação como fins justificativos da existência do movimento de mulheres negras, mas o sexismo é experienciado de formas diferentes quando é levado em conta o atravessamento racial e de classe, conforme afirma:

Assim uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente

formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada (Bairros, 1995, p. 461).

Ainda de acordo com Luiza Bairros (1995), não cabia indagações sobre qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras, se racismo ou sexismo, não era essa a questão fundamental. O movimento de mulheres negras emerge da necessidade de pensar a experiência de ser mulher- atravessada pela raça- e, ser negra- atravessada pelo gênero. Esse era o fator preponderante, não existe racismo sem sexismo. E os movimentos negro e feminista, a fim de não perderem seu exercício de dominação sobre as subjetividades das mulheres negras, rejeitaram a premissa de que não existe racismo sem sexismo e assumiram uma posição contrária ao movimento de mulheres negras, sob a alegação de divisão e enfraquecimento das agendas de luta.

No entanto, Núbia Moreira (2018), teórica que ofertou vasta contribuição acerca dos movimentos negros e de mulheres no Brasil, alegou que a maioria de suas depoentes, na constituição de sua pesquisa, relataram que seus processos de militância iniciaram dentro de alguma associação do movimento negro brasileiro e acreditavam que o movimento de mulheres negras nasceu no interior dessas organizações negras mistas⁴, de onde jamais deveriam ter rompido laços. No entanto, acredito que a tensão que existiu na concepção do movimento de mulheres negras foi fundamental, do ponto de vista do avanço da discussão, de qual era/é o papel destinado às mulheres negras dentro dos movimentos sociais.

Comumente encontro, durante as leituras que compõem o escopo da pesquisa, as terminologias destinadas às mulheres negras sobre os exercícios de suas funções dentro do movimento negro. A elas eram destinados os papéis considerados mais femininos, tarefas que dentro do universo patriarcal são vistas como de mulheres, a exemplo das acolhidas nos seminários, secretariado, organizações dos espaços físicos das assembleias e, conseqüentemente, sua exclusão dos momentos de debates da conjuntura política ou dos espaços de decisão e destaque do movimento negro.

Acredito que dentro dessa estrutura de atuação política, moldada sobretudo pela forma na qual o poder de decisão seria exercido, as mulheres negras foram diretamente atingidas pelo sexismo presente no interior de organizações políticas. Saffioti (2015), na obra

⁴ Compreende-se por organizações de ativismos e movimentos sociais mistos, sejam eles de pauta racial ou não, os grupos compostos por homens e mulheres, ou seja, são mistos no sentido da diversidade de identidades de gênero que os compõem.

Gênero, patriarcado e violência, chamou atenção para o *sexism*, explicando que não é somente uma ideologia, está relacionado sobretudo ao exercício do poder, que é distribuído de forma desigual em detrimento das mulheres, cabendo às mulheres funções “apaziguadoras”, por serem consideradas “dóceis”. A autora ainda questiona:

Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. (Saffioti, 2015, p. 37).

No entanto, Lélia Gonzalez (2020) advertiu acerca do papel fundamental que as mulheres negras tiveram na organização e no fortalecimento da luta do povo negro, não deixando de lado a denúncia da opressão sexista vivida no interior das associações negras mistas. A autora enfoca que a maneira como as mulheres negras se articularam em “grupões” para articular e socializar suas experiências de opressão comum, nos anos finais da década de 70 caracteriza o processo formativo, político e intelectual do feminismo negro brasileiro, não deixando de lado a atuação nas organizações que combatiam a opressão racial. Em sua argumentação, as mulheres negras compõem a base fundamental da luta antirracista no Brasil, conforme é possível observar:

E fato da maior importância (comumente “esquecido” pelo próprio movimento negro) era justamente o da atuação das mulheres negras, que, ao que parece, antes mesmo da existência de organizações de movimentos de mulheres se reuniam para discutir o seu cotidiano, marcado, por um lado, pela discriminação racial e, por outro, pelo machismo não só dos homens brancos, mas dos próprios negros. E não deixavam de reconhecer o caráter mais acentuado do machismo negro, uma vez que este se articula com mecanismos compensatórios que são efeitos diretos da opressão racial. (Gonzalez, 2020, p. 103).

O “esquecimento” da atuação política das mulheres negras corresponde, sobretudo, ao modo como se estruturou o pensamento social brasileiro, de que somos um grupo sem agência de si. bell hooks (2019), tratando do contexto norte-americano, lembrou que por muito tempo mulheres negras eram tratadas como amadrinhadas pelas mulheres brancas, em razão da sua suposta incompreensão das opressões que sofriam e, conseqüentemente, só encontrariam um caminho de liberação pelas mãos do feminismo hegemônico.

Faz-se necessário argumentar, também, as aproximações e filiações intelectuais e políticas com o movimento negro, sobretudo o movimento de feministas negras dos Estados Unidos, escopo teórico que optei por enfatizar neste trabalho.

De acordo com Lélia Gonzalez (2020), teórica que se propôs a pensar essas aproximações, o racismo no Brasil é suficientemente sofisticado, graças a “ideologia do branqueamento”, que, infiltrada nos aparelhos do Estado e da mídia, introduziu no imaginário social brasileiro a ideia de que o branco representa a nossa universalidade.

Em contrapartida, a teórica oferece uma argumentação que mostra como a movimentação política dos negros, sobretudo no âmbito dos Direitos Civis, nos Estados Unidos, mobilizou resistências e inspirou negros de outros lugares do mundo a se organizarem na luta por direitos, inclusive no Brasil. No entanto, as contradições dos termos que designavam as identificações raciais dos negros norte-americanos, a exemplo, nomeá-los de “*afro-american*” (afro-americanos), a levaram a teorizar sobre a categoria política de *amefricanidade*. De acordo com seu argumento,

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (*Amefricanity*) são, de fato, democráticas, exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). (González, 2020, p. 135).

A *amefricanidade* é, sobretudo, uma estratégia intelectual e política capaz de mobilizar a população negra sobre quem somos nós e sobre qual espaço ocupamos na escala global. Em níveis metodológicos, propõe uma unidade política dos países das Américas, que reconhecem suas especificidades do ponto de vista da raça, mas não rompem com a ancestralidade africana e reconhecem o racismo como sistema de dominação extremamente eficaz nesses territórios.

Sob o ponto de vista da opressão sofrida por mulheres, ainda pensando o movimento dos direitos civis da população negra nos Estados Unidos, é importante frisar que este possibilitou a abertura de uma cortina antes isolada: o questionamento sobre qual era, de fato, o lugar da liberdade das mulheres. Reconhecer que a opressão sexual é pautada pela raça, pela classe e pelo território, como alertaram as feministas negras norte-americanas e brasileiras, considero ser um dos pontos chave para compreender as aproximações políticas e teóricas de ambos os grupos.

O sentimento de solidariedade/irmandade frente ao racismo/sexismo existente entre as *amefricanas*, pautado por Lélia Gonzalez (2020), e o reconhecimento da *opressão comum*, pautado por bell hooks (2019), sinalizam um caminho aproximado das facetas da opressão racial nas américas como principal sistema de dominação de povos não brancos.

A partir desse contexto, fez parte do imaginário coletivo entender as mulheres negras como limitadas intelectualmente ou em condição de subalternidade, entendidas, a partir da herança escravocrata, como elementos servis. Embora bell hooks (2019) trate de uma seara diferente da nossa, identificamos comportamentos semelhantes por parte das feministas não negras brasileiras, o que auxilia na compreensão dessa postura de “madrinhas” exercida por mulheres brancas.

A ação intelectual e política de mulheres negras propõe um panorama de análise acerca das condições de precariedade as quais estavam inseridas na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho. Beatriz Nascimento (2018) argumenta que sobre o corpo da mulher negra paira a estrutura da dominação, como negra e como mulher, um corpo no qual se materializa a ideologia da servidão no seu desempenho de mulher trabalhadora, explica a referida autora:

A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. (Nascimento, 2018, p. 82).

A situação das mulheres negras no mercado de trabalho não foi objeto de contestação da agenda de luta feminista. As experiências do movimento de mulheres negras com o movimento feminista aparecem de forma tensionada. Durante atividades conjuntas, as tensões estavam no campo da disputa pela voz e pela centralidade das pautas, mulheres negras geralmente faziam uma análise de conjuntura que o movimento feminista optava por não fazer, uma vez que este último não era atravessado pela intersecção de gênero e raça, politicamente não as interessava as demandas das mulheres negras, assumindo, portanto, uma postura marcadamente racista na sua prática política.

O embrionário movimento de mulheres negras nos anos finais da década de 70 e início da década de 80 oportunizou, em suas atividades, produções intelectuais e contestatórias à compreensão de quais razões faziam com que recebessem um tratamento diferenciado das demais pessoas que compõem a sociedade. Não acredito que o movimento mereça ser visto como resultante da dissidência com o movimento feminista e o movimento negro, embora seja

isso que a literatura sobre o tema faça parecer. Tenho percebido que as mulheres negras assumiram um compromisso político de enfrentamento ao racismo e ao sexismo dentro e fora desses organismos de ativismo social, não negando sua importância, mas apontando quais eram suas ineficiências.

Para tanto, em 1988, ano alusivo ao centenário da abolição, realizou-se um importante evento, denominado I Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, organizado por grupos de mulheres de dezessete estados do Brasil. Esse momento foi considerado por muitos um marco na articulação nacional de mulheres negras. Joselina da Silva (2014) refez o percurso desse encontro e do seu próprio processo de construção, análises e reflexões realizadas nele, como ativista participante do evento. Em registro retirado do boletim informativo do encontro, relembra as necessidades que o fizeram existir:

I Encontro Nacional de Mulheres Negras nasceu da necessidade constante de nossa organização. Contudo, nós mulheres negras estamos nos organizando, pois entendemos que além de mulheres negras somos cidadãs, crianças e trabalhadoras e estamos tendo nossos direitos usurpados por este modelo econômico que já tem muito e exclui todos aqueles que realmente produzem a riqueza deste país, alugando nossa força de trabalho em troca de um salário que nos nega os direitos básicos de cidadãos. Todas nós mulheres negras devemos entender que somos fundamentais nesse processo de transformação reivindicando uma sociedade justa e igualitária onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas.⁵

Como exposto anteriormente, as agendas que atravessam as mulheres negras estão centradas no plano da sobrevivência digna. A noção de cidadania e de acesso aos direitos básicos de cidadãs não passava pelas mulheres negras, como lembrou Beatriz Nascimento (2018, p. 82), o escravismo tem sua continuidade projetada nos corpos das mulheres negras, daí a necessidade de organização em torno dessas reivindicações e contestações de mulheres universais colocadas pelo feminismo. A ideologia de universalidade das mulheres relegou a luta feminista a um caminho, muitas vezes, distanciado da realidade que assolava as mulheres pobres e não brancas. Mulheres negras já entendiam que o funcionamento da sociedade passava por elas, tornando fundamental suas articulações políticas a nível nacional.

Por compreenderem os tratamentos diferenciados que vivenciavam, do ponto de vista do racismo e do sexismo, as investidas no campo da distribuição de folhetins objetivavam a circulação de suas percepções sobre como as mulheres negras estavam interpretando o modelo

⁵ Trecho do boletim informativo do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, disponível em: Silva, Joselina. **I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

econômico da sociedade, bem como as discussões fomentadas dentro do feminismo. De maneira poética, falando diretamente do universo dito feminino que não alcançava, o boletim das Mulheres Negras de São Paulo (1989), em sua primeira página, faz uma provocação da situação da mulher negra em forma de poesia.

Figura 1 - Boletim Informativo do Grupo de Mulheres Negras de São Paulo



Fonte: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PBICMSP021989000.pdf>

O mundo dos “cosméticos e pós de arroz” não era um universo aproximado das mulheres negras, jargão que aparecia como pauta das diferenças que as mulheres negras já identificavam, do ponto de vista do acesso a pequenos bens de consumo, se comparadas a outros grupos de mulheres, brancas ou economicamente privilegiadas. Como lembrou Sueli Carneiro (2020), da população considerada “economicamente ativa”, ou seja, que fazia parte do grupo de pessoas que possuíam algum rendimento mensal, mas recebiam um salário abaixo da média, as mulheres negras ocupavam o percentual de 15%, recebendo $\frac{1}{4}$, (um quarto de salário) o que não oportunizava o mínimo.

A partilha de experiências aparece em busca de uma “mãe África”, metaforicamente simbolizada no texto como o útero de mulher negra, que abrigava outros seres e histórias desterradas que ainda não haviam despertado para o pesadelo de um cotidiano marcadamente racista. Denuncia o direito ao corpo que, é usurpado pela estratégia colonial e dominação exercida sobre corpos de mulheres negras, corpos que alimentavam a sede e o desejo do exercício de poder. Como lembra Beatriz Nascimento (2018), o corpo é a primazia da experiência negra, é o nosso lugar de inscrição, seja de prazer ou de dor, é nosso lugar de busca

de raízes usurpadas pela colonização. Nosso despertar de consciência negra passa, antes de tudo, pelo corpo.

O boletim segue recuperando o histórico de preparação para as atividades nacionais organizadas pelas mulheres negras, bem como suas iniciativas de estarem próximas das pautas da luta antirracista a nível internacional. Na ocasião do dia 21 de março, dia Internacional da luta contra a discriminação racial, o grupo de mulheres negras de São Paulo divulgou folhetins em apoio à causa da África do Sul, que naquele momento enfrentava a prisão política de Nelson Mandela, demonstrando também apoio à luta de Winne Mandela e seu protagonismo na luta contra o apartheid⁶.

Dentro da linha do tempo das organizações de seminários e estratégias de atuação nacional das mulheres negras, temos importantes eventos que foram fundamentais para o amadurecimento do movimento e para como as mulheres se identificariam. O I e II Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, no Rio de Janeiro, e em 1991, em Salvador, foram passos significativos na interpretação da condição de gênero, raça e classe que as atravessava. Em pesquisa realizada sobre os processos organizativos e objetivos dos encontros, Núbia Moreira (2018) destaca alguns, encontrados no Relatório do I Encontro Nacional de Mulheres Negras:

- a) Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de descriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política às mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras do Brasil de forma unitária e de diferentes vertentes políticas. (Moreira, 2018, p. 80).

Tenho argumentado até aqui que no tocante à luta coletiva feminista, mulheres negras e não negras possuíam aspirações distintas, justificando o fato de muitas vezes as mulheres negras não conseguirem se identificar com o movimento feminista e suas articulações. No entanto, não podemos perder de vista que o “diagnóstico da mulher negra” proposto pelo encontro e colocado em relatório singular, revela uma outra face do movimento que necessita

⁶ <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PBICMSP021989000.pdf>

ser explorada, as discussões em torno da unidade, da compreensão universal das mulheres negras e as armadilhas que tal compreensão propicia.

No interior do próprio movimento, conforme consta em relatórios, boletins e periódicos, existia um debate em torno da afirmação de mulheres negras universais. Embora vivenciassem a opressão racial e de gênero, a partir do que, a exemplo, bell hooks (2019) nomeou de “opressão comum”, por existirem fatores comuns que atravessam seus corpos, esse mesmo movimento é plural no seu interior. Foi argumentado, por exemplo, que mulheres negras que não residiam na favela não experienciam o mesmo cotidiano de mulheres negras que moram na favela, haja vista que o fator violência, por exemplo, é vivido de maneira distinta nos espaços sociais, provocando, assim, uma discussão que levasse em conta as experiências diversificadas das mulheres, pois embora partilhando da mesma condição racial, possuem vivências distintas.

Foi de fundamental importância para o fortalecimento do movimento que a diversidade das mulheres fosse pautada, uma vez que o entendimento de mulher universal era uma das principais críticas que mulheres negras direcionavam ao movimento feminista. Não era interessante que fosse reproduzido o mesmo comportamento nas acepções iniciais dos encontros de mulheres negras. Com a adesão de mulheres negras de setores da classe média ao movimento, além das mulheres dos setores sindicais, comunitários e partidários, foi preciso considerar as várias concepções de movimento e suas diferentes experiências, como exposto no relatório do I Seminário Nacional de Mulheres Negras, em 1993:

O movimento de mulheres negras vem se constituindo a partir de um cruzamento da questão de gênero, raça e classe social. Deve ser autônomo, independente, composto por mulheres de diferentes setores (por exemplo: movimento negro, sindical, popular, partidário, acadêmico). Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista, na medida em que estes incorporem e apoiem a luta das mulheres negras, mantendo suas especificidades.⁷

O documento de 1993 sistematizava os caminhos políticos que o movimento de mulheres negras intentava seguir, sobretudo no que diz respeito à aliança com os movimentos negro e feminista, sem perder de vista o que corresponde especialmente às mulheres negras. O Grupo de Mulheres Negras de São Paulo já sinalizava em seus boletins informativos que, embora o movimento do 8 de março fizesse parte da agenda do movimento feminista, composto

⁷ Passagem retirada do Relatório do I Seminário Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em 1993, por Núbia Regina Moreira, na construção da obra **A organização das feministas negras do Brasil**. 2º ed. Bahia, 2018.

em maioria por mulheres não negras, o alinhamento das lutas era importante para o fortalecimento de ambas.

Até aqui argumentei que o Movimento de Mulheres Negras proporcionou às ativistas um encontro com suas subjetividades, potencialidades e com as possibilidades de modelo político que contemplasse as mulheres negras enquanto grupo social. O feminismo negro se insere no campo dos movimentos sociais como alternativa política, disputando não só espaço, mas um projeto de sociedade. Benedita da Silva, na ocasião da abertura do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, refletiu sobre a importância dessa articulação nacional em torno da pauta de gênero e raça.

A gente tem que buscar realmente o reforço com a gente mesmo (...) a gente é mulher negra, mulher mãe, mulher avó, mulher companheira, mulher sozinha, mulher solteira, mulher não sei o que, nós somos tudo isso e a gente tem que estar juntas nessa hora porque se não a gente não aguenta, a barra é muito pesada. Eu gostaria muito de enfatizar esse ponto para poder dizer que na Assembleia Nacional Constituinte foi muito difícil defender algumas coisas, foi difícil defender no período da eleição, e eu acho que o encontro deve levar em consideração isso, de que na verdade, tanto dentro do movimento ou fora do movimento, eu quero colocar isso, a questão da intelectualidade é um problema muito sério, porque você faz uma campanha e enquanto você faz o discurso, detém o código da classe dominante, você fala, você faz palestra, você participa disso e daquilo, na hora de votar, ela não vota, porque você tem a cor da pele, você tem a classe social, você tem o diabo a quatro. Então, quem é que segura essa barra se não nós mesmas? Só que depois que a gente está lá, ela começa a pressionar, começa e exigir, para que você seja porta voz dela, e aí a gente tem que bancar e dizer ‘não vou ser não’, agora eu estou aqui e, sem nenhum sectarismo, eu vou ser porta voz de uma proposta de luta que passa pela minha raça, pela minha classe e pelo meu sexo.⁸

Benedita da Silva evidencia no seu discurso as dificuldades de ser mulher negra na política e de como o cruzamento gênero, raça e classe faz diferença durante o processo de afirmação das mulheres negras no cenário eleitoral, sobretudo no que diz respeito aos projetos de democracia que mulheres negras defendiam e lutavam para alcançar. Ser porta voz de uma proposta de luta que passe por esse cruzamento significava, principalmente, questionar a compreensão que se tinha por democracia e a quem ela atendia.

Assim, a participação das mulheres negras no debate da Constituinte brasileira foi fundamental para evidenciar as distâncias existentes entre a democracia e a população negra. A seguir, destaco o discurso de Lélia Gonzalez no fórum de negros na Constituinte, para

⁸ Trecho do discurso de Benedita da Silva na abertura do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, transcrito do vídeo “I Encontro Nacional de Mulheres Negras- 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hs9wHf4tH68> Acesso: 30 jun. 2022.

evidenciar em torno de quais fatores estava o movimento negro no processo de redemocratização do Brasil, sobretudo no que diz respeito às mulheres negras em específico. O próximo tópico denominado *Democracia e Justiça racial* intenta refazer, do ponto de vista historiográfico, os caminhos de resistência dos ativistas negros no contexto de luta por democracia.

1.2 Democracia e Justiça racial

E falar de uma sociedade brasileira, falar de um processo histórico e de um processo social, é falar justamente da contribuição que o negro traz para esta sociedade; por outro lado é falar de um silêncio e de uma marginalização de mecanismos que são desenvolvidos no interior desta sociedade para que ela se veja a si própria como uma sociedade branca, continental e masculina, diga-se de passagem. (Gonzalez, 2020, p. 245).

Esta passagem abre o discurso de Lélia Gonzalez na reunião da subcomissão dos *Negros, populações indígenas, pessoas com deficiência e minorias*, realizada em 1987, no Senado Federal, presidida pela deputada Benedita da Silva, que tinha como objetivo apresentar um panorama sobre a situação desses grupos e do que seria pactuado na Constituição de 1988. Usarei esse texto também como uma fonte de análise deste tópico, com o objetivo de demonstrar o que uma liderança política e intelectual como Lélia Gonzalez pautou em um momento importante para a democracia brasileira, no caso, a elaboração da constituinte.

A formulação intelectual da autora sobre a interpretação do Brasil no final da década de 80 rendeu algumas contribuições teóricas importantes alusivas ao lugar ocupado pela população negra não só no contexto da ditadura militar, mas também a sua participação enquanto grupo no processo de redemocratização brasileiro. Na obra de Lélia, *Lugar de Negro* (1982), é traçado um panorama interpretativo sobre o golpe de 1964, a elaboração de um novo modelo econômico do Brasil e qual o lugar dos negros nesse cruzamento de fatos.

O golpe é compreendido pela extrema direita, com filiações partidárias ou não, como uma revolução que tinha por objetivo a *pacificação* do Brasil, a união das famílias, a evocação de um nacionalismo que mais demarcava as separações dos grupos do que unia, e a exaltação da figura religiosa cristã como única salvadora. No entanto, a autora chama atenção ao fato de que a ideia de *pacificação*, para uns, representava a *repressão* para outros, sobretudo para a população negra e pobre, conforme sinalizou: “o golpe de 64 implicaria na desarticulação das elites intelectuais negras, de um lado, e no processo de integração das entidades de massa numa perspectiva capitalista, de outro.” (Gonzalez, 1982, p. 27).

A ditadura agiu de forma violenta perante os movimentos sociais, em particular desta análise, destaco o movimento negro. A ação militarista usou a democracia racial como uma ideologia oficial do Estado, no entanto não como a ideologia pautada pelos movimentos negros daquele contexto, mas com o objetivo de sanar as discussões em torno do racismo e desarticular os movimentos sociais ancorados na ideia da raça, ou seja, a suposta harmonia racial do Brasil mostrada pelos protagonistas do golpe serviu de cortina de fumaça para a ação repressora militar com fins de censurar as queixas raciais. (Alberto, 2017, p. 337).

Assim, é pertinente pensar como se configura a ideia da raça na formação do ativismo político e intelectual negro, não a compreender apenas como um conceito fadado ao abandono, sua elaboração teórica por parte da intelectualidade negra propõe, também, entender a raça do ponto de vista da sua subversão, enxergá-la nas suas transformações em força coletiva e fontes de solidariedade, como fizeram agentes formadores dos movimentos negros, com fins de questionar a ideia de democracia.

Paulina L. Alberto, historiadora norte-americana, pensou a formação e a elaboração teórica da raça no Brasil, com enfoque no ativismo negro. Ela destaca em obra extensa, intitulada *Termos de Inclusão* (2017), o protagonismo intelectual dos negros organizados em movimentos políticos em demonstrar que a *democracia racial* entoada pelos golpistas da ditadura não ofertava caminhos para a inclusão, conforme explica:

Em meados da década de 1970, quando a ditadura entrou numa fase de descompressão que permitiu o ressurgimento gradual de movimentos políticos e sociais, os intelectuais negros veteranos, juntamente com a nova geração de negros com formação superior, anunciaram uma política negra transformadora. A democracia racial não era um caminho para a inclusão, eles declararam, mas apenas um “mito” – uma miragem insidiosa que disfarça uma paisagem sombria e violenta do racismo. (Alberto, 2017, p. 338).

Conforme tratou a autora acima, os negros organizados em grupos pautaram uma subversão da ideia de democracia racial, alegando que era um caminho longe da equidade.

Assim, é importante lembrar que no tópico anterior vimos uma fala de Benedita da Silva, no Encontro Nacional de Mulheres Negras, sobre a constituinte. Considero importante recuperá-la aqui, quando a deputada enfatiza a questão da intelectualidade, apontando-a como um problema sério, pois embora os negros detivessem e falassem a partir dos códigos da classe dominante, na hora de votar, o eleitorado não ofertava votação expressiva para os negros em função do racismo. Assim, essa geração de “negros com formação superior”, organizados em coletividades negras dentro desse processo de redemocratização do Brasil, colocaram em pauta

um projeto de nação que passava pela sua “raça, classe e pelo sexo”, como lembrou Benedita da Silva.

Nesse contexto, a fala/denúncia das mulheres negras lança luz a um cenário sexista muitas vezes negligenciado. O projeto de nação, a construção da cidadania brasileira só seria exitosa se que contemplasse a especificidade das mulheres negras. Sueli Carneiro (2020) recuperou dados do censo de 1980, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstravam que 36,4% das mulheres negras brasileiras vivam com $\frac{1}{2}$ (meio) a 1 (um) salário mínimo, o que garantia menos do básico para a manutenção familiar. Assim, é necessário pontuar que a dimensão de cidadania do povo brasileiro, evocada nos discursos da constituinte, precisava levar em conta a condição de pobreza e subjugação a que as mulheres negras estavam inseridas. Benedita da Silva perguntava: “quem segura essa barra se não nós mesmas?

Fica evidente que os discursos de ativistas negras caminhavam em direções semelhantes. A barra das mulheres negras era pesada demais porque era um fardo carregado por elas, somente. A condição de negra e mulher em um país ancorado no racismo e sexismo denota a necessidade de um reforço contínuo de coragem e do ajuntamento dessas mulheres. Durante seu discurso, na Constituinte, Lélia Gonzalez denuncia:

E não é por acaso que a maioria da clientela dos hospícios é composta por negros e por mulheres; não é por acaso que a mulher negra se encontra na prostituição, uma vez que a ideologia que aí está, a ideologia que nos vê a nós mulheres negras como prostitutas. Somos sempre encaradas dentro dessa perspectiva, que historicamente teríamos que resgatar na medida em que sabemos que a famosa ideologia da mestiçagem da democracia racial, que efetivamente é uma grande mentira, se faz em cima da violação e do estupro da mulher negra. (Gonzalez, 2020, p. 249).

O corpo violado presente no discurso representa sobretudo a legitimação do poder do patriarcado. Esse corpo de mulher negra, entendido como público, relegou às mulheres a condição de subordinação e impotência, e não há democracia plena em um Estado que compreende as mulheres que o compõe, sobretudo as mulheres negras, como corpos de segunda categoria, ou corpos descartáveis. A democracia racial, a mestiçagem, são as provas de um crime de estupro que foi legitimado pelo Estado, que foi algoz das mulheres negras quando isentou de punição seus violadores.

Saffioti (2015) atentou ao fato de que as mulheres são inseridas na sociedade, historicamente, para serem impotentes, a partir do pacto masculino e, acrescento, sejam esses homens brancos ou não brancos, serve para garantir a manutenção do patriarcado. A autora

entende o patriarcado como um conceito que está em transformação constante e que não pode ser “colocado na sombra”, pois ele é jovem, é pujante e se refaz com o passar das décadas, com o intuito de manter a barreira erguida entre homens e mulheres, afim de destitui-las de todo e qualquer exercício de poder. Ainda para Saffioti,

O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo (Saffioti e Almeida, 1995). (Saffioti, 2015, p.89).

E complementa mais adiante:

O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo (Saffioti, 1996), apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do status quo consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens. (Saffioti, 2015, p.113).

Para continuar existindo de maneira exitosa, é fundamental para o patriarcado a manutenção do pacto da masculinidade em prol do exercício de poder. Sendo o Brasil uma sociedade estruturada por hierarquias, foi imprescindível a presença das mulheres negras nos fóruns da constituinte para deixar evidente sobre quais bases a democracia brasileira estava sendo pautada e quais seriam os grupos beneficiados.

Em seu discurso, Lélia Gonzalez relembra a condição das pessoas negras no contexto da ditadura e como a pauta racial foi negligenciada, inclusive, pelas esquerdas, que não faziam, e até hoje muito dificilmente fazem, o recorte racial dos trabalhadores brasileiros, não atentando ao fato de que, a partir de uma herança escravista, da exploração da mão de obra de pessoas negras com remuneração inferior a de pessoas brancas, ainda que desempenhassem a mesma função, crescia em grande escala. No entanto o povo negro travou essa luta em torno do que o atravessava praticamente sozinho, conforme relembra:

Diante disso, nós, negros, tivemos que ir à luta praticamente sozinhos e, sobretudo nos anos de 1970, inspirados muito pela nossa própria história, pela nossa história de resistência, de postura democrática já em Palmares, no século XVII, democrática do ponto de vista racial, partindo para nos organizar, vamos ter, nos anos 1970, todo o renascer do movimento negro na nossa sociedade, inspirado efetivamente nas lutas de libertação da África, sobretudo a África lusófona. Inspirados na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, mas fundamentalmente apoiados, rastreados em cima da nossa própria história de resistência de luta. (González, 2020, p. 251).

Os rastros deixados pela ancestralidade negra que se organizou e resistiu aos regimes de exploração no Brasil potencializaram os anseios de reparação do movimento negro, na década de 1970, e sua participação na Constituinte. Uma das questões fundamentais era a dissolução da falsa ideia de democracia racial, entretanto, era preciso chamar atenção, dentro desses espaços, para o fato de que a situação da população negra não poderia ser transformada em uma questão de um único grupo, a discriminação racial é um problema da sociedade brasileira como um todo, sobretudo no que diz respeito ao exercício de poder.

Inclusive, uma das argumentações intelectuais de Lélia González (2020) era de que o campo político deveria superar a ideia do gênero, raça e classe como uma questão de assessoria, pessoas negras de repente viraram assessores de assuntos do negro, de assuntos da mulher, enquanto a população negra e pobre enfrentava as piores realidades possíveis. Assim, era preciso disputar o espaço de decisão a partir de um entendimento de democracia que compreendesse negros, mulheres, indígenas, como fundamento da sociedade brasileira, um projeto de nação que fosse verdadeiramente nosso. Em suas palavras no *Discurso da Constituinte* de 1987, enfatiza:

O nosso projeto de nação está presente em nossas instituições negras, está presente, por exemplo, em uma umbanda que recebe de braços abertos católicos, espíritas, budistas e etc. O nosso projeto é efetivamente de democracia, de sociedade justa, com todos os seguimentos que a acompanham e igualitária com relação a todos os seguimentos. (González, 2020, p. 252).

Argumento que coaduna com o discurso de Benedita da Silva, quando enfatiza que será porta-voz de uma proposta que passe pelo seu atravessamento racial, de classe e sexo, um projeto de democracia feito pelas mãos de mulheres negras, confrontando, sobretudo, a ideologia de democracia racial e de branqueamento da população.

A intelectualidade de mulheres negras, como lembrado no discurso, era um fator que gerava desconforto, ainda que produtoras de conhecimento e reflexões teóricas fossem questionadas em razão da opressão interseccional. No entanto, confrontando o código dominante, Beatriz Nascimento (2021) e Lélia Gonzalez (2020) produziram importantes reflexões a respeito da ideologia do branqueamento no Brasil.

Durante seu discurso na Constituinte, Lélia Gonzalez disse que os meios de comunicação, por exemplo, prestavam um desserviço à população quando disseminavam uma imagem inferiorizada dos negros e das negras. A teórica, nas discussões em torno da Constituinte, já denunciava a apropriação da mídia por grandes grupos monetários que

determinavam qual o tipo de conhecimento o povo teria acesso, influenciando assim o entendimento de sociedade que a massa receberia.

Então nos parece fundamental que, por exemplo, em termos dos meios de comunicação de massa, nós temos que nos aliar a todas as propostas mais avançadas no interior da constituinte e fora dela para que esses meios de comunicação de massa não fiquem nas mãos de determinadas pessoinhas, que determinam o que deverá ser passado. Cabe aí uma crítica até mesmo às televisões, não as particulares, de iniciativa privada, mas inclusive até mesmo as chamadas televisões educativas, porque no Rio de Janeiro o que nós observamos é uma televisão educativa que deseduca o nosso povo, na medida em que tem elementos supostamente progressistas, elementos supostamente avançados, mas que produzem tranquilamente esse mito da democracia racial e reforçam a ideologia do branqueamento (González, 2020, p. 253).

Importante salientar que as mulheres negras, ainda que em quantidades muito reduzidas nos espaços de poder e decisão, não estavam “brincando de fazer política”, como dizia Lélia, era uma disputa evidente de direito a voz e participação efetiva na construção de um novo projeto de nação, todo o seu discurso na Constituinte toca nos pontos mais sensíveis no que diz respeito à garantia de direitos e à formulação de leis que garantissem o princípio da isonomia, do contrário, viveríamos a mesma “heteronomia” existente desde 1500.

O momento exigia uma postura incisiva do movimento negro, de demarcação da situação da população negra no contexto da ditadura e no processo de redemocratização. Lélia foi enfática, sem negros, sem o crioulo, não se faz nação neste país. Não adiantava para o povo negro a abstração de leis que não os contemplavam, era preciso uma legislação compensatória dos séculos de escravidão, e questiona: Porque esta constituinte é tão branca e tem apenas uns gatinhos pingados negros? (González, 2020, p. 258).

No entanto, a participação imponente do movimento negro nos debates em torno do projeto da nação brasileira, após a ditadura, rendeu algumas importantes conquistas no que diz respeito à garantia de direitos. No seminário que avaliava os 20 anos da Constituição brasileira, Sueli Carneiro discursou na mesa intitulada *Ausências e esquecimentos*, na Câmara dos Deputados. Na ocasião foi lembrada a importância do ativismo do Movimento Negro no processo de promulgação da Constituição, sobretudo na conquista de leis de enfrentamento ao racismo, a exemplo do inciso 42 do artigo quinto da Constituição Federal.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à

propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;⁹

Em discurso, Sueli Carneiro salientou a importância, para o povo negro, da inserção do inciso 42, que era um passo fundamental no reconhecimento de que o povo brasileiro não vivia harmonicamente, mas em uma harmonia mascarada. O artigo 5º servia sobretudo para reconciliar o Brasil com sua própria história, de olhar para si, para suas memórias dotadas de profundas sequelas do passado escravista e de um presente de exclusão de base racial em todas as dimensões da vida, enfatizando que, à medida que crescia a demanda de denúncias de discriminação racial, crescia também o arquivamento jurídico desses processos (Carneiro, 2020, p. 226).

Para além do artigo supracitado, outras conquistas constitucionais fizeram parte da trajetória de luta do movimento negro, a exemplo da *Lei Caó*, que tipifica o crime de racismo, previsto no inciso 42; também do artigo 68/título X do Ato das Disposições Constitucionais transitórias; do artigo 140 do Código Penal; da seção 2 do artigo 215 da Cultura, inciso 1º; da lei 10639/03. Todas essas leis são conquistas presentes no discurso de Sueli Carneiro, alusivo aos 20 anos da Constituição de 1988. Para melhor ilustrar, sistematizo na tabela abaixo o que prevê essas jurisdições.

Tabela 1 - Jurisdição de base racial

Lei	Resolução
Lei 7.716/1989 (conhecida como Lei Caó)	Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
Artigo 140 do Código Penal	Injúria- Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.
Artigo 68/ título X	Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.
Artigo 215/ inciso 1º	O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
Lei 10.639/03	Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e

⁹ <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641516/artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 01 nov. 2022.

	particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
--	---

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Mesmo com esse conjunto de conquistas legais, o racismo continua sendo o terror nosso de cada dia. Ainda que exista um código de leis que tipificou o racismo como crime, garantiu a terra, a inserção da história e da cultura afro-brasileira nos espaços educacionais, ainda assistimos à impunidade escancarada e substanciada por um Estado que legisla em causa própria e tem efetivado, muito timidamente, as leis que garantem a cidadania plena da população negra. Os “*esquecimentos*”, título do discurso de Sueli Carneiro acima mencionado, compõem propositalmente o escopo da prática jurídica brasileira naquilo que diz respeito à questão racial. Em 1988 Lélia Gonzalez chamava a atenção e, em 2008, Sueli Carneiro lembrou que ainda não efetivamos a cidadania plena.

Na verdade, o projeto de nação almejado sempre esteve ancorado em um ideal de brancura, um pacto, como denominou Cida Bento (2022), trata-se da consolidação do poderio branco, hétero e patriarcal brasileiro de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Um sentimento de ameaça que está na base do preconceito, da representação que é feita do outro e como reagimos a ele (BENTO, 2022, p.18). Aqui, a brancura sempre foi sinônimo de civilidade e progresso.

Beatriz Nascimento (2021), a respeito da disseminação ideológica do branqueamento do Brasil, refletiu que a situação degradante na qual vivem os negros serviu de alicerce para a formulação de um ideário nacional de que a solução dos conflitos raciais no Brasil estaria ancorada na construção de um país cada vez mais branco, subsidiada pela ausência dos negros nos centros de decisões do país. A historiadora questiona qual o reconhecimento moral dos negros na sociedade brasileira e afirma que o Brasil sempre foi complacente com as nossas ausências em espaços de prestígio social. Branquear a população significaria, sobretudo, o melhoramento social do Brasil que se queria progressista, vinculando o destino dos negros, enquanto grupo, à nódoa da escravidão (Nascimento, 2021, p. 65).

O branqueamento tensionado pelas autoras acima expostas não ficou preso ao campo ideário. Veremos mais adiante a participação do Estado brasileiro no processo de esterilização compulsória de mulheres negras, vendido com um jargão de “planejamento familiar”. O suposto controle da natalidade possuía uma face eugênica, uma vez que a maioria significativa das mulheres que sofreram esterilização compulsória/ ilegal eram negras, sem

escolarização e em situação de pobreza extrema, revelando a face violentamente racista de um projeto de branqueamento populacional financiado pelo Estado.

1.3 Políticas corporais e saúde

No ano de 1991 foi requerida no Brasil, sob a presidência da Deputada Estadual Benedita da Silva (Partido dos Trabalhadores/Rio de Janeiro) uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito- CPMI, criada através do requerimento nº 796/91-CN, destinada a examinar a prática de esterilização em massa de mulheres no Brasil. O objetivo central da CPMI era investigar quais seriam as principais causas que motivaram a incidência da esterilização, analisar qual o perfil de mulheres que sofreram essa violência e propor medidas corretivas.

Para tanto, é preciso entender como o movimento de mulheres atuou perante a pauta do controle da natalidade, isso porque nos anos finais da década de setenta, o movimento de mulheres, ou movimento feminista pautava na sua agenda de luta a inserção das mulheres na sociedade de classes, seus direitos de cidadãs e os direitos reprodutivos, inspiradas no feminismo liberal das mulheres pequeno-burguesas norte-americanas (Moreira, 2018, p. 65).

Essa inspiração deu-se, sobretudo, pela efervescência do movimento “maternidade voluntária”, na década de 70 nos Estados Unidos. No entanto, o movimento composto em sua maioria por mulheres brancas e letradas não divulgou de maneira ampla quais eram as reais condições e preocupações que acometiam as mulheres negras e não brancas. A vitória do movimento ocorreu quando em 1970 o aborto foi declarado legal nos Estados Unidos¹⁰, porém as mulheres de minorias étnicas não compuseram as fileiras em defesa da legalização do aborto. A explicação da literatura e dos debates do período é que estas estavam ocupadas lutando contra o racismo, ou não haviam se conscientizado em relação ao sexismo (Davis, 2016, p.206).

Com o aborto legalizado, outra cortina do cenário composto por mulheres negras e pobres foi aberta. A metade dos abortos realizados legalmente na década de 1970 eram feitos por mulheres negras e porto-riquenhas (Davis, 2016), a reivindicação pelo aborto não levou em conta as condições de pobreza das mulheres que as levaram a uma busca desenfreada por interrupções das gestações. Entretanto, em 1977, vários estados norte-americanos cortaram as

¹⁰ O direito ao aborto, garantido em 1970 no Estado Unidos, foi suspenso da constituição federal em junho 2022, pela Suprema Corte dos Estados Unidos. Até o momento, dos 50 estados norte-americanos, pelo menos 22 já adotaram medidas legais contra o aborto. O atual presidente, Joe Biden, demonstrou espanto à decisão da Suprema Corte, afirmando que os Estados Unidos retrocedem para 1800 quando retira das mulheres o direito de escolha e poder sobre seus corpos. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-proibicao-geraracorrada-a-estados-onde-aborto-e-legal-diz-pesquisador/>. Acesso: 05 jul. 2022. Com o retorno de Donald Trump, em 2025, as políticas pelo direito ao aborto estão sendo revisadas em direção à proibição do aborto legal.

verbas destinadas aos abortos legais, penalizando sobretudo as mulheres negras, indígenas e de origem mexicana, sobrando para elas as esterilizações cirúrgicas e as forçando à infertilidade.

A luta pela emancipação das mulheres passou sobretudo pela luta dos direitos reprodutivos, o movimento feminista reivindicava o direito de escolha de quando ser mãe ou se as mulheres queriam a maternidade, e foi dessa questão que surgiu o slogan “maternidade voluntária”. Porém Davis (2016) apresenta um estudo profundo sobre as contradições desse movimento que inspirou os feminismos em várias partes do mundo, inclusive o feminismo brasileiro:

Nesse sentido, o slogan da “maternidade voluntária” continha uma visão nova e autenticamente progressista da condição da mulher. Ao mesmo tempo, entretanto, essa visão estava rigidamente associada ao estilo de vida que gozavam as classes médias e a burguesia. As aspirações por trás da reivindicação “maternidade voluntária” não refletiam as condições das mulheres da classe trabalhadora, engajadas em uma luta muito mais fundamental pela sobrevivência econômica. Uma vez que essa primeira reivindicação pelo controle de natalidade foi associada a objetivos que só poderiam ser atingidos por mulheres de riqueza material, um grande número das mulheres pobres e da classe trabalhadora teve certa dificuldade em se identificar com o embrionário movimento pelo controle da natalidade. (Davis, 2016, p. 211).

Nesse ínterim, os objetivos e o entendimento do controle de natalidade, que só poderiam ser atingidos por mulheres brancas, revelaram-se como um meio de prevenção da proliferação da população com baixo poder aquisitivo, desvelando a face racista do movimento que, por ter sido idealizado e realizado por mulheres brancas e burguesas, distanciou-se da sua proposta embrionária - a luta por direitos reprodutivos - e adotou comportamentos declaradamente racistas. Às mulheres racialmente oprimidas e pobres era atribuído um “dever moral” de restringir o tamanho de suas famílias, um argumento alinhado às ideias eugênicas de branqueamento da população, inserido dentro da formulação da agenda reivindicatória no movimento de controle da natalidade.

O argumento baseava-se, também, ainda de acordo com Davis (2016), na divisão populacional de pessoas em grupos “aptos” e “inaptos” para terem mais crianças, objetivando prevenir o aumento da população negra. Auxiliado por lideranças religiosas negras, o governo norte-americano tinha interesse em ludibriar a população com relação aos reais objetivos de controle de natalidade, conforme afirma,

O potencial progressista do movimento foi roubado quando passou a defender não o direito individual das pessoas de minorias étnicas ao controle da natalidade, e sim a estratégia racista de controle populacional. A campanha

pelo controle da natalidade foi usada para cumprir uma função essencial na execução da política populacional racista e imperialista do governo dos Estados Unidos. (Davis, 2016, p.217).

O movimento em prol dos direitos reprodutivos norte-americano, que serviu de modelo para demais movimentos feministas em outras partes do mundo, desconsiderou as primeiras agendas de reivindicação do seu movimento, que possuiu um caráter fortemente eugenista disfarçado de “maternidade voluntária”, desconsiderando também a esterilização compulsória de mulheres racialmente oprimidas e pobres. A alegação do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar dos Estados Unidos era de que em 1972 foram realizadas entre 100 e 200 mil esterilizações financiadas pelo Estado, destas, 24% de mulheres indígenas em idade reprodutiva haviam sido esterilizadas; 43% das mulheres negras foram esterilizadas de forma permanente; 35% de mulheres porto-riquenhas em idade fértil tinham sofrido intervenção cirúrgica de esterilização (Davis, 2016, p. 220).

O objetivo de traçar esse paralelo entre as realidades e os projetos de país da década de 1970 entre Brasil e Estados Unidos justifica-se na demonstração do perfil das mulheres que sofreram esterilização compulsória pelo Estado em ambos os países. Percebe-se que são mulheres negras, pobres, com pouca escolaridade, imigrantes, especialmente no caso dos Estados Unidos estas foram as mais penalizadas pela política eugênica do suposto controle da natalidade.

No que diz respeito ao Brasil, no ano de 1991, a CPMI que apresentei anteriormente teve sua instauração solicitada e justificada ao Congresso Nacional em razão dos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, relativos à quantidade de mulheres brasileiras em idade reprodutiva que estavam esterilizadas. De acordo com relatório da comissão, 71% das mulheres casadas, com idade entre 15 e 54 anos, buscavam algum método contraceptivo. Desses, a esterilização ocupava 33% das buscas.

Por sua vez, na tabulação dos dados das mulheres em idade fértil, a esterilização ocupava 44% das buscas, entretanto argumentou-se que a maioria dos procedimentos cirúrgicos haviam ocorrido de maneira ilegal, procedimento proibido pelo Código de Ética Médica e previsto como Lesão Corporal no artigo 129 do Código Penal brasileiro, que penaliza a esterilização quando ofende a integridade e a saúde de outrem ou resulta em debilidade permanente do membro, no caso, a função reprodutora. (CPMI, 1993¹¹, p. 9).

¹¹ O requerimento da CPMI é datado de 1991. O relatório final, aqui tratado como fonte histórica de análise, é datado e foi apresentado no ano de 1993, em Brasília.

Assim, a esterilização compulsória é enquadrada como lesão corporal, no entanto, é preciso compreender qual o perfil racial das mulheres penalizadas por essa prática, em quais localidades do Brasil ela foi mais disseminada e a situação de classe das mulheres acometidas por essa intervenção cirúrgica. Estima-se que, ao todo, 41,9% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva que utilizavam algum método contraceptivo foram esterilizadas, de acordo com o censo demográfico que embasou a CPMI. Dentre esses 41,9%, os estados da federação com maior índice eram aqueles com maior concentração de pobreza. A tabela abaixo objetiva melhor ilustrar os dados coletados:

Tabela 2- Unidades da Federação com maior índice de esterilização de mulheres que utilizavam métodos contraceptivos

Estado	Percentual
Maranhão	75,9%
Goiás	71,9%
Alagoas	52,2%
Pernambuco	59,5%
Piauí	62,8%
Mato Grosso do Sul	59,5%
Mato Grosso	63,3%
Distrito Federal	32,5%
Amazonas	55,4%
Rio Grande do Sul	19,2%
Paraíba	47,4%
Ceará	38,3

Fonte: Relatório da CPMI/199.

Foi argumentado que os estados acima, à época, teriam um índice relevante de pobreza, e que era “sintomático que o maior número de esterilizadas estivessem nesses legares” nos quais a maioria da população era pobre e negra, apontando outra face do problema, o fato de que o menor índice de esterilização, a saber, 19,2%, era o do Rio Grande do Sul, estado com baixo índice de pobreza, de maioria da população letrada, e cujo índice encontrava-se abaixo da média nacional da esterilização compulsória. Tais números denunciavam os atravessamentos interseccionais de gênero, raça, classe e região que deram substrato à política de esterilização, ou seja, mulheres pobres, negras, de regiões pobres compunham o maior número de vítimas.

É relevante ressaltar que a prática de esterilização foi assim definida:

- A esterilização é apresentada às mulheres como o primeiro, o principal e o único método contraceptivo, atendendo a uma política de controle da natalidade;
- A maioria das nossas mulheres não tem informações sobre o processo reprodutivo;
- A situação de miséria e ausência de esclarecimento sobre métodos contraceptivos inócuos à saúde fazem com que as mulheres brasileiras se submetam a esterilização como única saída, desconhecendo o caráter irreversível dessa cirurgia;
- A maioria da população feminina que se submete à esta prática é negra, o que revela o caráter racista da esterilização (CPMI, 1991, p. 11).

Quando evoco que atravessamentos interseccionais conduziram a prática de esterilização compulsória é em razão dos elementos listados pela CPMI, citados acima, pois a pobreza, a falta de instrução, a identificação racial, não são apenas cruzadas identitárias que compõem as subjetividades das mulheres, como comumente tem sido associada a interseccionalidade, mas são fatores estruturais que legitimam as práticas discriminatórias do Estado.

Um dos propósitos e metas da CPMI era o de identificar o “caráter eugênico” ou racista das esterilizações e das políticas de saúde corporais no Brasil a partir da alegação de que mulheres negras encontravam-se em posições de vulnerabilidade frente às políticas de saúde. Como lembra Carla Akotirene,

Frequentemente e por engano, pensamos que a interseccionalidade é apenas sobre múltiplas identidades, no entanto a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos legais. A interseccionalidade nos mostra quando e como as mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos (Akotirene, 2020, p. 63).

Sueli Carneiro (2020) lembra que dentre as contribuições do feminismo negro brasileiro, a pauta da saúde ocupou lugar privilegiado, sobretudo no que dizia respeito à luta pela inclusão do quesito cor nos sistemas de classificação populacional, objetivando conhecer o perfil de pessoas que acessavam os sistemas de saúde. Outro ponto que ocupou lugar de destaque nas ações do feminismo negro brasileiro, ainda dentro da pauta da saúde, foram direitos reprodutivos, conforme afirma,

A esterilização ocupou lugar de privilégio durante anos na agenda política das mulheres negras que produziram campanhas contra essa prática em função dos altos índices que esse fenômeno adquiriu no Brasil, fundamentalmente entre mulheres de baixa renda (a maioria das mulheres que são esterilizadas o fazem

porque não encontram no sistema de saúde a oferta e a diversidade dos métodos contraceptivos reversíveis que lhes permitiriam não ter a opção radical de não poder ter mais filhos) (Carneiro, 2020, p. 207).

O movimento feminista negro brasileiro, por ter dado posição de destaque aos direitos reprodutivos na agenda de luta, deu a possibilidade de algumas personalidades serem convocadas para depor nas audiências da CPMI, lideranças como Jurema Werneck, Edna Rolland e Luiza Bairros¹² foram convocadas para prestarem depoimentos na ocasião. Além delas, representantes do Sistema Público de Saúde, Conselho de Ética Médica, Ordem dos Advogados do Brasil e sociedade civil. Ainda de acordo com o relatório, foi o “surgimento do movimento feminista no cenário brasileiro” que pressionou e possibilitou o Ministério da Saúde criar o programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher- PAISM.

Jurema Werneck, no entanto, lembra que o Movimento de Mulheres Negras encampou uma campanha nacional pelos direitos reprodutivos com o slogan: “Esterilização de Mulheres Negras: Do Controle da Natalidade ao Genocídio do Povo Negro”, que visava também

Denunciar o viés racista das iniciativas de controle populacional, eufemisticamente definidas como de planejamento familiar, empreendidas por organizações não governamentais brasileiras e internacionais nas diferentes regiões do país. A campanha apontava também o uso irresponsável, e contrário às legislações nacionais e internacionais, de tecnologias contraceptivas experimentais. Entre as principais organizações envolvidas estavam a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar/ BEMFAM; o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e a Criança/CEPAIMC, o Centro de Pesquisas sobre Reprodução Humana/ CPARH, o Centro de Pesquisa e Controle das Doenças Materno-Infantis da Universidade de Campinas/CEMICAMP2 (Werneck, p. 7)¹³.

Projetos internacionais de “planejamento familiar” atuaram no Brasil e naquele contexto foi a instalação da empresa *International Planned Parenthood Federation* (Federação Internacional de Planejamento Familiar) - IPPF, em 1965, organização não governamental dos Estados Unidos que financiava programas e projetos de ideologia de controle de natalidade voltados principalmente para os países da América Latina.

¹² Jurema Werneck, médica e ativista feminista, à época da CPMI representava o Centro de Estudos da População Marginalizada do Rio de Janeiro. Atualmente é Diretora Executiva da Anistia Internacional do Brasil e fundadora da ONG Crioula. Luiza Bairros, na ocasião da CPMI era Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado. Administradora, ela ocupou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014. Edna Rolland, psicóloga e, à época, Diretora do Instituto de Mulheres Negras Geledés.

¹³ No documento digitalizado do qual foi retirada a citação não consta o ano da publicação.

No contexto, a IPPF contratou um grupo de obstetras vinculados à Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, dando origem à Sociedade do Bem-Estar Familiar do Brasil- BEM-FAM. O objetivo dos Estados Unidos, por intermédio da IPPF, era supostamente aliviar as tensões que o Brasil vivia no final da década de 1960. De acordo com o relator,

A esta época, o debate travou-se entre grupos opostos. Em um bloco, estavam os que defendiam o estabelecimento de política explícita de controle demográfico, relacionando à estratégia a viabilização do desenvolvimento. Em outro bloco, estavam os militares que, preocupados com a segurança nacional, defendiam a necessidade de ocupação territorial, e a Igreja, que por motivos religiosos e éticos, defendia a não-intervenção controlista. Neste mesmo lado, estava a esquerda, que via no controle populacional uma ofensa à soberania nacional e um obstáculo à vitória socialista, erigido pelo intervencionismo norte americano que queria barrar a libertação dos povos latino americanos (CPMI, 1993, p. 32).

Setores de saúde como BEM-FAM, PAISM e o Centro de Pesquisa e Assistência Integrada à Mulher e à Criança- CPAIMC reproduziram ações conflituosas no que diz respeito ao exercício fundamental dos seus papéis na saúde pública. Os departamentos de ginecologia e obstetrícia ofertaram um processo formativo diretamente relacionado aos procedimentos de laqueadura tubária, fomentando uma postura ideológica de esterilização como o mecanismo de mais “alta-eficácia” do planejamento familiar. Imersos na crise que assolava o setorial de saúde, ainda no contexto de ditadura militar, esses órgãos não conseguiram prestar assistência integral à saúde da mulher, deixando-as sem alternativas contraceptivas, o que consequentemente aumentou os números de esterilizações.

O relatório da CPMI aqui analisado também apresenta os aspectos antropológicos e sociais que embasaram os argumentos contra a esterilização em massa. Alegou-se que essa prática direcionada às mulheres correspondeu a um pacote antipobres a partir do controle populacional, como vimos um pouco mais acima. Medidas semelhantes ocorreram nos Estados Unidos disfarçadas de planejamento familiar, o que, a meu ver, justifica a aproximação dessas práticas violentas de caráter eugênico em ambos os países, uma vez que a IPPF, por exemplo, era uma empresa norte-americana que ganhou projeção de atuação no Brasil, sobretudo nos municípios de zona rural do Nordeste.

De acordo com o depoimento do médico Hélio Aguinada, então diretor da CPAIMC, as esterilizações ocorriam de acordo com as normas do Ministério da Saúde, no entanto, o Ministério negou a existência dessas normas, o que ocorria na verdade era o seguimento do modelo internacional de esterilização compulsória, conforme consta em relatório:

Verifica-se também, que não há mecanismos de articulação entre as próprias instituições do Governo, no caso o Ministério das Relações Exteriores e o da Saúde – no ordenamento e na coordenação política dos recursos internacionais que concorrem para o financiamento de instituições que aqui realizam trabalho de planejamento familiar. Estas, além de não prestarem um serviço de boa qualidade, não se submetem as normas do Ministério da Saúde (...) justamente devido ao fato de ainda ser a esterilização não regulamentada, sendo, portanto, até o momento, ilegal. (CPMI, 1993, p. 47).

Ainda dentro dos aspectos antropológicos e étnicos, Luiza Bairos, então coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU), denunciou que a população negra nunca havia sido quantificada corretamente, e que a luta do movimento negro possibilitou que a cor fosse incorporada como quesito no censo. Aqui, o movimento de mulheres negras aparece como pioneiro na denúncia de esterilização em massa e, como vimos em Sueli Carneiro e Jurema Werneck, os direitos reprodutivos ocupavam lugar central no ativismo de mulheres negras, uma vez que esse grupo era o mais penalizado pela esterilização ilegal.

Em depoimento à CPMI, a médica Jurema Werneck questionou várias vezes quais eram as reais razões dos organismos internacionais investirem fortemente no Brasil em políticas de natalidade, bem como solicitou da CPMI que considerasse o perfil étnico e de classe das mulheres vitimadas por esse processo, conforme consta em relatório:

Do ponto de vista da mulher negra, as estatísticas de esterilização em massa, segundo o IBGE, indicam 45% como o montante da população negra brasileira, enquanto observações empíricas do movimento negro indicam que a população negra brasileira deve estar chegando a 80% do total dos brasileiros. Ao admitir que a maioria da população brasileira seja negra, a depoente considera que a maioria das mulheres esterilizadas no país seja pobre e deduz que tanto a pobreza brasileira quanto no mundo inteiro tem cor negra. Por isso as mulheres negras do País estão sendo as mais esterilizadas. (CPMI, 1993, p. 86).

As indagações da relatoria da CPMI, direcionadas tanto a Jurema Werneck quanto a Luiza Bairos, dizia respeito à veracidade dos dados apresentados. Luiza Bairos, por exemplo, foi indagada se havia estudado sobre os “aspectos do aborto relacionados à etnia negra” e se “não seria mais ético que o recenciamento da população deixasse de lado a coloração da pele das pessoas”. Neste sentido, pontua Luiza Bairos;

Antiética era a retirada do quesito. A sociedade brasileira deseja parecer como branca e para isso lança mão de vários mecanismos. É fundamental para o movimento negro que os censos forneçam essa informação (CPMI, 1993, p. 93).

A partir dessas indagações feitas às lideranças negras, pessoas fundamentais no processo de denúncia da esterilização em massa, acredito que o quesito cor, como lembrou a Fátima Oliveira (1998), médica e feminista negra, ativista pelos direitos reprodutivos das mulheres negras, sempre terá sua necessidade questionada, principalmente quando diz respeito à adequação das políticas de saúde que beneficiariam a população negra, pois se não é quantificado corretamente, não existe a necessidade fundamental de programas assistenciais que deem conta de suas especificidades.

A CPMI concluiu, ao final de extenso relatório, que no Brasil não existia uma política de saúde da mulher por parte do Governo Federal, e que era muito evidente os interesses internacionais em controlar a natalidade do Brasil, na condição de país de Terceiro Mundo e, por fim, confirmou a esterilização em massa de mulheres no Brasil, ancorados em dados do IBGE, concluindo que no ano de 1986, 5.900.238 mulheres brasileiras, com idade entre 15 e 54 anos não poderiam mais ter filhos, o que corresponde a 15,8% do total de mulheres brasileiras, unidas em união legal ou informal, percentual três vezes maior que nos países desenvolvidos.

Sueli Carneiro (2020) pontua que o empenho do movimento de mulheres negras tornou a problemática de esterilização em massa uma proposição legislativa. O projeto de lei nº 209/91, de autoria do deputado Eduardo Jorge- PT/SP, que regulamentava o exercício dos direitos reprodutivos das mulheres e de planejamento familiar, conforme ementa,

Estabelece normas e condições para o exercício dos direitos referentes a saúde reprodutiva e coíbe o atual processo de esterilização indiscriminada da população brasileira e determina outras providências. Nova ementa da lei: regulamenta o parágrafo sétimo do artigo 226 da constituição federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidade e dá outras providências.¹⁴

Após tramitação, o projeto de lei datado de 1991 tornou-se lei ordinária em 1996, o que garantiu o planejamento familiar estabelecendo penalidades para o descumprimento de tal, determinando também as ações que competiam ao Sistema Único de Saúde – SUS. O projeto foi sancionado pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso. A Lei Ordinária nº 9263/1996 garante:

Art. 1º O planejamento familiar é direito de todo cidadão, observado o disposto nesta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de

¹⁴ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=173183> Acesso: 23 jun. 2022.

constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

Parágrafo único - É proibida a utilização das ações a que se refere o **caput** para qualquer tipo de controle demográfico.

Art. 3º O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.¹⁵

A lei possui um texto muito extenso, totalizando 25 artigos, aqui destaquei os que dialogam mais essencialmente com os dados e argumentações do trabalho. No entanto, considerei importante trazer o parágrafo único, que proíbe o planejamento familiar, o que inclui consequentemente a esterilização para fins de controle demográfico. O relatório da CPMI, os prontuários médicos e os depoimentos de lideranças negras possibilitaram uma compreensão dos reais fins da esterilização em massa disfarçada de planejamento familiar.

O controle demográfico que se buscava alcançar na verdade era o controle do aumento de pessoas negras na sociedade brasileira, país ancorado na violência racial que sempre se quis branco, fomentou e fomenta, a partir de mecanismos estatais diversos, a execução da população negra, seja infertilizando mulheres negras no final da década de 70, seja usando o aparato militar contra jovens negros nas periferias.

É importante não perder de vista a atuação fundamental do Movimento de Mulheres Negras na denúncia e na garantia das resoluções e formulações de projetos de leis que viabilizassem um planejamento familiar que não correspondesse a um pacote antipobre e antinegro.

¹⁵ Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.263%2C%20DE%2012%20DE%20JANEIRO%20DE%201996.&text=Regula%20o%20%C2%A7%207%C2%BA%20do,penalidades%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=DO%20PLANEJAMENTO%20FAMILIAR-,Art.,observado%20o%20disposto%20nesta%20Lei. Acesso: 23 jun. 2022.

2 MOVIMENTOS NEGROS NO CEARÁ: PAUTAS E DESAFIOS

No capítulo anterior, propus-me a estabelecer uma abordagem historiográfica sobre as organizações negras do Brasil, a partir do ponto de vista do feminismo negro, na construção de um antirracismo que esteja atento ao universo e às subjetividades das mulheres negras. Neste capítulo proponho uma análise situada no Ceará, com o objetivo de refazer, a partir do diálogo que estabeleci com ativistas de movimentos negros, criados no contexto dos anos 80, os percursos formativos dessas organizações, dando relevância às singularidades e aos conflitos raciais que compõem o estado do Ceará, espaço fortemente ligado ao romantismo de uma “terra da luz” que se reivindica branca em razão de uma escravidão supostamente pouco expressiva.

Assim, antes de chegar no contexto da década de 80 para discutir o que seria essa ideologia racial que compõe o Ceará, é preciso recuar um pouco mais no tempo com o intuito de percorrer os eventos históricos que nos compõem enquanto estado e que, em alguma medida, foram responsáveis pelas reivindicações políticas das identidades e das subjetividades negras.

Para tanto, é importante recuar aos anos finais do século XIX, em 1887 mais precisamente, no ato de fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHC), uma instituição produtora de conhecimento histórico que se auto proclamou responsável pela oficialidade historiográfica do Ceará, uma vez que formulou e dividiu grupos sociais entre aqueles que seriam lembrados e os que seriam esquecidos.

No entanto, uma via de contestação foi criada no Ceará: os movimentos negros organizados em grupos. À medida que a produção da historiografia institucionalizada criava um cenário de exclusão de pessoas negras, uma atmosfera de resistência e ativismo político racial ganhava forma no contexto da década de 80.

Para compreender essa seara conflituosa que compõe os cenários de lutas da população negra no Ceará, divido o capítulo em três tópicos. O primeiro, *Ideologia Racial no Ceará*, propõe-se a discutir como se fundamentou o conceito de raça no Ceará, bem como o amadurecimento desse conceito dentro da atuação política antirracista que já começava a ganhar projeção na década de 80; no segundo, denominado *Criação de organizações negras antirracistas*, faço um levantamento de algumas organizações negras fundadas no Ceará, especificamente na cidade de Fortaleza, com o intuito de demonstrar os mecanismos de resistência e atuação política no que toca à vivência racial desses grupos; no terceiro, *Percepções e conflitos de gênero no interior dos movimentos negros*, realizo uma abordagem que visa compreender a dimensão heterogênea do ativismo racial no Ceará, levando em conta

que movimentos negros, no plural, revelam exatamente atuações e percepções distintas relacionadas ao antirracismo.

2.1 Ideologia Racial no Ceará

Dediquei uma parte relevante da minha trajetória acadêmica para compreender como se fundamentou uma ideologia racial no Ceará a partir do pensamento do IHC. Desse esforço intelectual saiu uma monografia de graduação e uma dissertação de mestrado¹⁶, a primeira com recorte temporal do final do século XIX, a segunda dedicada a pensar a comemoração do I Centenário da Abolição no Ceará, em 1984, ambos os trabalhos se propuseram a identificar em que medida o IHC demarcou a diferença racial no Ceará a partir dos seus escritos, dos meios de divulgação desse conhecimento, e qual era o lugar social ocupado pelos seus escritores.

Tive as revistas produzidas pelo IHC como fonte principal dos meus trabalhos, e com a metodologia da análise crítica do discurso foi possível concluir que a produção do conhecimento histórico da referida instituição era ancorada em uma concepção de história/narrativa marcadamente colonial/racista, e teve imensa responsabilidade na criação de uma atmosfera conflituosa da diferença racial neste estado, na medida em que sua estrutura textual se empenhou em negar as presenças de negros, usando de expressões substantiadas por um determinismo biológico racista nas quais pessoas negras são “vadias”, “impuras”, “irracionais” por “natureza”.

Argumentação que não ficou restrita ao século XIX, o percurso de escrita do IHC seguiu a mesma estrutura narrativa, mudando apenas os seus narradores. Isso porque, em 1984, no ano alusivo ao I Centenário da Abolição cearense, a instituição produziu um tomo especial comemorativo ao evento, com o intuito de reafirmar o pioneirismo do Ceará na campanha pela liberdade das pessoas escravizadas e demarcar a importância do IHC nesse contexto, uma vez que a instituição reivindica a memória de seus fundadores como sujeitos ativos e fundamentais na divulgação das ideias libertárias que fizeram do Ceará a primeira província do Brasil a abolir a escravidão.

¹⁶ A monografia de graduação em História, orientada pela professora Maria Telvira da Conceição, na Universidade Regional do Cariri, tem como título: O INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ E OS DISCURSOS SOBRE OS NEGROS: da invisibilização à detração (1887-1890) (2015). Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, orientada pela professora Noélia Alves de Sousa, na Universidade Estadual do Ceará, intitulada: INVENÇÃO DA LIBERDADE: o Instituto Histórico do Ceará e o discurso racial no I Centenário da Abolição (1984). (2018).

Para melhor compreensão desse recuo no tempo feito aqui, intentando também demonstrar as bases que fomentaram a demarcação da diferença racial neste estado, trago uma passagem de 1889, do naturalista, então sócio do IHC, João Batista Feijó, em um texto sobre a *capitania do Ceará*,

Sendo porém esta Capitania tão vasta, é de admirar a sua diminuta e desfalecida população, que apenas montara a 150 mil habitantes de todas as classes, e este pela maior parte de péssima qualidade: porque uns são índios originaes do paiz(...) outros são provenientes destes com os negros, cuja raça indígena constitue o maior numero della, conhecido com a vil denominação de- *cabras*- (19), (...) por isso mesmo de **ordinário muito preguiçoso e indolentes**, com particularidades os índios, cabras e mamelucos, que são em extrema **vadios, dissolutos nos costumes e cheios de vícios** que pode produzir no coração humano uma vida licencioso no centro da mais crassa ignorância, donde provem nelas a falta de sentimentos e de virtudes moraes, e outros vícios já pouco estranhados contra todos os direitos da natureza e da sociedade. (Feijó, 1889, p.22). (Grifos meus).

Nessa publicação fica evidente o racismo presente na estrutura discursiva do IHC e demonstra também qual tipo de conhecimento a instituição se propôs a divulgar. Classificações como *ordinário, muito preguiçoso e indolentes*, destinadas aos negros e aos indígenas como características inerentes às suas origens, corroboraram na construção de um imaginário sobre esses grupos que não só perdura, mas que tem determinado o tratamento violento, do ponto de vista social e político, que esses grupos receberam e que se estende à contemporaneidade.

Precisamos compreender que era interessante para a historiografia cearense demarcar a diferença racial nas suas publicações. A escrita é uma ferramenta de poder responsável pela construção de imaginários coletivos, uma história escrita por mãos brancas criaria um cenário dividido entre os privilegiados pela supremacia branca que se auto identificaram intelectuais, e aquelas/es que foram subalternizadas/os pela narrativa e, consequentemente, pelo Estado. Tais pessoas brancas usaram esses saberes supostamente científicos para legitimar sua ausência na garantia de direitos das pessoas negras e indígenas.

No entanto, essa concepção de inferioridade de pessoas negras não ficou restrita ao século XIX, é uma ideologia que ultrapassa os séculos. No ato de comemoração de 100 anos da abolição da escravidão no Ceará, esse mesmo discurso detratador aparece tão forte como em 1887. A ideia de comemorar serviria exatamente como um mecanismo de exaltação das figuras de homens brancos com o objetivo de deixar em evidência os mesmos sujeitos 100 anos depois. Era necessário exaltar a figura de um cearense “filantrópico”, de valores cristãos, responsáveis pelo fim da escravização negra em solo cearense, como fica nítido na escrita de Rodolfo Theophilo (1984):

A resposta está no caráter do cearense, no seu sentimento humanitário, no seu viver sofrido, no seu hábito de lutar sem desfalecimentos contra a própria natureza, no seu indômito espírito de independência e liberdade, traços marcantes dos filhos da “Terra da Luz”. A abolição dos escravos no Ceará foi um ato de amor ao próximo, foi um ato de fé. (Theophilo, 1984, p. 25).

Os “traços marcantes” dos filhos da “Terra da Luz” exaltados pelo IHC são, na verdade, a demarcação de uma supremacia branca que detinha os meios de construção dos seus próprios monumentos e de autopreservação das suas memórias. Do ponto de vista de produção de narrativa sobre os fatos, definir quem serão as pessoas lembradas, sobretudo na condição de heróis, possibilita a produção e a disseminação de um imaginário sobre o que se quer extrair do feito narrado.

No caso da abolição do Ceará, o IHC foi responsável pela criação de um monumento branco que forjou um perfil de homem cearense, de bondade inata, em detrimento de pessoas negras, expostas nessas narrativas como um grupo *inferior, subalterno, vadio, inerte*. Um jogo de poder ancorado na escrita historiográfica no qual a supremacia branca saiu vencedora.

Diferentemente das minhas investidas intelectuais anteriores, no momento tenho optado por usar o termo *supremacia branca*, quando me refiro ao sistema idealizador e fomentador do preconceito de raça. Com o avanço das discussões em torno da ideologia racial, propus-me a compreender como se fundamenta a ideia de supremacia branca e quem são seus aliados. bell hooks (2021), na obra *Ensinando a Comunidade*, explica que, no que se refere à ideia da raça, o termo *supremacia branca*, mais do que o próprio termo racismo, inclui todo mundo, todo um sistema substanciado pela opressão racial, desde pessoas brancas detentoras de poder, até pessoas negras e de cor, cuja mentalidade é racista (hooks, 2021, p. 71).

Importante perceber que o fenômeno de pessoas *negras e de cor* que reproduzem racismo, por isso são acopladas ao grupo supremacista branco, pode ser justificado pelo ato de negação de si. Tenho discutido aqui que o IHC contribuiu não só na produção de um discurso racista sobre pessoas negras, como negou a sua presença, afirmando que grupos negros eram em quantidades pouco expressivas no Ceará. Assim, pessoas negras cearenses tiveram acesso a uma narrativa secular de inexistência não só de seus corpos, como de suas subjetividades. Neste sentido, a reprodução do racismo por parte de pessoas negras tornou-se mais uma ferramenta de controle branco sobre nossos corpos.

Essa argumentação é ancorada, sobretudo, na compreensão de que o que tenho chamado de *ideologia racial do Ceará* parte de um entendimento que existia, e ainda existe,

uma luta ideológica no Ceará, do ponto de vista discursivo e imagético, ou do que Stuart Hall (2003) chamou de “*zonas semânticas*” do exercício de dominação de um grupo sobre o outro, classes dominantes que originam ideias dominantes. No entanto, essas zonas podem promover uma subversão da ordem discursiva e consequentemente a transformação dos significados antes negativos em positivos.

Quando penso a construção do discurso racista das instituições de conhecimento cearenses, compreendo-o como um discurso ideológico, entendendo que a ideologia é diretamente relacionada à prática. Assim, penso também os mecanismos de resistência e as contranarrativas formulados pelos grupos vitimados pelas ideias dominantes. Os movimentos negros, o foco de análise deste trabalho, construíram contranarrativas frente aos abusos semânticos em voga no pensamento elitizado cearense sobre nós e nossa história. Hall (2003) explica o funcionamento dessa luta ideológica dentro desses contextos discursivos:

Nesse contexto, podemos localizar a possibilidade da luta ideológica. Uma cadeia ideológica particular se torna um local de luta não apenas quando as pessoas tentam deslocá-la, rompê-la ou contestá-la, suplantando-a por um conjunto inteiramente novo de termos, mas também quando interrompem o campo ideológico e tentam transformar seus significados pela modificação ou rearticulação de suas associações, passando, por exemplo, do negativo para o positivo. Frequentemente, a luta ideológica consiste na tentativa de obter um novo conjunto de significados para um termo ou categoria já existente, de desarticulá-lo de seu lugar na estrutura significativa. Por exemplo, é justamente por conotar aquilo que é mais desprezado, despossuído, ignorante, incivilizado, inculto, maquinador e incompetente que o termo “negro” pode ser contestado, transformado e investido de um valor ideológico positivo (Hall, 2003, p. 193).

A explicação de Hall (2003) faz eco no cenário do IHC, que dedicou seus escritos a associar não só o termo negro, mas a pessoa negra à ignorância e à incivilidade, como trouxe nas passagens citadas um pouco acima. A busca por um outro conjunto de significados operou na articulação interna dos movimentos negros cearenses, na busca de adentrar nos espaços de produção de saber com o objetivo de modificar essas associações e, consequentemente, as narrativas.

Padre Francisco Roserlandio, um dos membros dos Agentes de Pastorais Negros do Ceará, lembrou em entrevista quando foi perguntado sobre os mecanismos utilizados para desarticular essa narrativa de um Ceará sem negros, no contexto dos anos 80, a necessidade de os negros estarem inseridos nas Universidades, a partir do entendimento de que as comunidades negras precisavam ser as senhoras de suas próprias histórias, conforme afirma:

Era romper a ideia de que os brancos viriam para fazer as pesquisas nas comunidades negras e nos quilombos, mas eram dos próprios quilombos e de negros vindos de outras áreas, da zona urbana nesse caso, que foram junto as comunidades para dar uma resposta. (*Francisco Roserlandio, Crato-CE, 23 de ago. 2018*).

Evidentemente existia uma ânsia em “dar uma resposta” contundente não só que os negros estavam aqui, mas que entrariam na disputa historiográfica pelas suas memórias. No entanto, ainda pensando junto com Hall (2003), não me furto de argumentar, a partir de uma alerta feito pelo referido autor, e que precisa atravessar as nossas preocupações enquanto grupos negros, que embora tenhamos sofrido variações de *abusos raciais*, para usar suas palavras, não podemos cair na armadilha de entender o termo *negro* somente a partir do seu oposto branco, muito embora o movimento negro tenha tomado o termo para si e subvertido sua definição de negativa para positiva. A luta está substantiada exatamente na insistência em dar sentido às lutas sociais em não permitir que o termo volte a ser um abuso racial direcionado a nós. (HALL, 2003, p. 195).

Por essa razão, também compreendo a ânsia de adentrar no espaço acadêmico a fim de impedir a continuação desses abusos raciais, que eram a construção de uma história dos negros cearenses, usurpadora não só do seu direito de existir, mas das suas habilidades organizativas do campo político racial. Com o intuito de compreender esse universo, busquei trabalhos acadêmicos de militantes negros objetivados em estabelecer a disputa de memória negra no Ceará, ancorada na percepção teórica de Alex Ratts (2009) acerca da necessidade de um movimento negro de *base acadêmica*, compreendendo a importância política da produção de conhecimento feita pelas nossas mãos.

Alex Ratts (2009) explica que do ponto de vista político existe um incômodo real de corpos negros transitando nos espaços de produção de saberes, e que mesmo sabendo o custo que é ser negro no Brasil, esses indivíduos que assumiram campos de atuação e temas de estudos relacionados à raça/gênero, “pagaram o preço” de serem negros/ativistas e intelectuais (Ratts, 2009, p. 82).

Embora, ainda nos dias de hoje não tenhamos um cenário favorável para tal atuação, o Ceará conta com uma contribuição que considero importante, dada pelas/os ativistas do movimento negro cearense, de trabalhos acadêmicos preocupados em pensar a raça e os atravessamentos de racismo no estado. São trabalhos mais recentes, no que diz respeito ao tempo de militância política de seus autores, outros mais recuados no tempo, mas que seguem um fluxo intelectual de debate sobre militância política, educacional e de gênero, escravidão de pessoas negras, quilombos, raça e racismo.

Tabela 3- Trabalhos acadêmicos de ativistas de Movimentos Negros

Alecsandro José Prudêncio Ratts	Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, USP, 1996. 210 f.
Joelma Gentil do Nascimento	Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes na década de oitenta. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. (2012)
Francisca Maria Rodrigues Sena	Mulheres em movimento: Construção de relações de gênero na militância política das mulheres. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais da Universidade Estadual do Ceará. (2004)
Rosa Maria Barros Ribeiro	Negros do Trilho e as perspectivas educacionais. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará. Como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação. (1995)
José Hilário Ferreira Sobrinho	"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais te vê, Amaru Mambirá": o Ceará no tráfico interprovincial - 1850-1881. Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de mestre em História à Comissão julgadora da Universidade Federal do Ceará. (2005)
Karla Jaqueline Vieira Alves	"HERÓIS" NO CATIVEIRO: discursos e silêncios no jornal Libertador sobre o protagonismo de José Napoleão e Preta Tia Simoa na luta abolicionista no Ceará (1881-1884). Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Regional do Cariri, em cumprimento às exigências parciais para obtenção do título de graduada em História. (2015).
Dávila Maria Feitosa da Silva	A Biblioteca Universitária como auxiliar para a implementação da Lei 10.639/03 nos cursos de História e Pedagogia. Monografia de Graduação apresentada como requisito de obtenção de Bacharel em Biblioteconomia na Universidade Federal do Ceará. (2013) A construção da estética feminina negra a partir de informações étnico-raciais disseminadas no YouTube. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal do Cariri como requisito para obtenção do grau de mestre em Biblioteconomia. (2019)

Fonte: Repositórios Institucionais de domínio público.

Importante situar que esses trabalhos são um recorte de caráter metodológico, com o objetivo de demonstrar, a partir das considerações feitas por Padre Roserlandio e Alex Ratts, que o ingresso na Universidade é um ponto importante da trajetória de ativistas de movimentos negros, ainda que em recortes temporais distintos, como visto na tabela acima, essa disputa de

narrativa historiográfica e imagética se fez necessária na década de 90, bem como se faz urgente no movimento negro contemporâneo.

bell hooks (2019) toca em um ponto que considero crucial na compreensão das nuances entre raça e representação, lembrando-nos que a tarefa fundamental de pensadores/as negros/as tem sido romper com a hegemonia supremacista branca, que tem nos obrigado a nos vermos por uma perspectiva que bloqueia nossa capacidade de irmos para além das representações e experiências da colonização. Nosso desafio é de transformar nossa própria imagem, afirmando que “da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar as imagens é central para manutenção de qualquer sistema de dominação.” (bell hooks, 2019, p. 33).

Desse ponto de vista, precisamos questionar: sob qual perspectiva nos enxergamos? Por um relevante período de tempo, dediquei minhas investidas intelectuais a compreender qual o olhar do outro sobre nós e como isso forjou o que chamo neste capítulo de ideologia racial no Ceará, no entanto, esses saberes herdeiros da colonialidade se mantêm, sobretudo, à medida em que são acessados e procurados, penso que nossa tarefa seja dar cada vez mais ênfase às pesquisas que pautam os atravessamentos raciais no Ceará, realizadas por pessoas negras com compromisso político racial, como o intuito de intervir nas construções de narrativas racistas sobre nossa coletividade.

Hilário Ferreira, sociólogo, pesquisador da história e cultura negra cearense, militante do movimento negro do Ceará há 35 anos, dos quais 15 anos dessas mais de três décadas foram dedicados ao Grupo de União e Consciência Negra- Grucon, afirma em seus escritos pessoais cedidos para meu trabalho, que a relação conflituosa existente dos movimentos negros do Ceará, com os do restante do Brasil, era exatamente pelo fato de que as diretrizes nacionais não levavam em consideração a realidade local, ocasionando assim um rompimento com as entidades negras nacionais (Sobrinho, 2019, p. 1).

Reflito a partir dessa ideia de “realidade local” evocada por Hilário Ferreira, como uma das principais razões desse rompimento. Padre Roserlandio, em entrevista, afirmou que no Ceará o problema não era o mito da democracia racial, como no restante do Brasil, o problema era de inexistência, em suas palavras “*aqui nós não existíamos*”. Por essa razão, reflito que a “*realidade local*” de Hilário corrobora com a *inexistência* mencionada por Padre Roserlandio, e era exatamente o diferencial do movimento negro do Ceará em comparação ao restante do Brasil, antes da luta efetiva por políticas de reparação racial os negros cearenses precisaram provar que existiam aqui, o que ao meu ver revela uma faceta perversa do racismo, a do corpo negro ignorado.

Nesse sentido, tornou-se uma pauta central dos movimentos negros cearenses a derrubada dessa narrativa “Ceará não tem negros”, logo, a entrada no ensino superior e o conhecimento da nossa própria história, seriam aliadas importantes no combate historiográfico. Fica perceptível nos trabalhos mencionados na Tabela 3, que era uma preocupação das/os ativistas negros acadêmicos construir um material teórico contundente, validado no espaço da universidade, que pudesse confrontar a oficialidade dada aos demais espaços de produção de saberes, onde os negros cearenses tiveram seu direito de existir negado, conforme afirma Hilário Ferreira,

À medida em que crescíamos culturalmente e politicamente sentíamos a necessidade de repassar tal conhecimento para os pretos e pretas. Não importava onde estes estivessem: periferia, escolas, comunidades negras, universidades, maracatus, capoeira e terreiros. Acreditávamos na socialização do saber. E foi com este pensamento que cresceu a necessidade incessante de conscientizar nosso povo com o objetivo de despertar a Consciência Negra, que o interesse do resgate da história do negro no Ceará surgiu. Fomos na verdade **despertados e obrigados** a pensar sobre este tema. (Sobrinho, 2019, p. 2, Grifos meus)

Serem despertados e obrigados a pensar sobre o tema tinha por objetivo, penso eu, um rompimento da dependência da história oficializada que negou aos negros o direito à memória e à construção dos seus próprios monumentos. Preciso explicitar que a insistência em demonstrar as mazelas que essa historiografia promoveu e como as pessoas negras organizadas tinham atenção a isso, baseando-me no que bell hooks alertou, ao fato de que a supremacia branca tentou e tenta desviar nossa atenção, de modo que não percebamos seus mecanismos opressores de poder que nos desumaniza e tenta nos colocar como pessoas que negam a si mesmas. O racismo tem sucesso porque promove/fomenta a nossa negação e a submissão. (bell hooks, 2019, p. 52).

Não se trata aqui de endossar o que poderiam chamar de separatismo radical a partir da ideologia racial. Ainda em bell hooks (2019) vemos que pessoas negras se organizaram para se letrar racialmente, conhecer sua própria história e construir suas memórias com o objetivo de criar o que a autora chama de “*santuários políticos*” de defesa. Antes de alinharmos essa colocação a uma romantização dos problemas existentes nos movimentos negros, levando em consideração sua heterogeneidade, logo, reconhecendo que diferenças internas existiram e existem, esse santuário reflete exatamente a possibilidade de criar uma rota de fuga, nem que seja apenas por um tempo, da dominação branca.

Não esqueço que essa heterogeneidade marca, também, a presença de um antirracismo que caminha de mãos dadas com o sexismo. Conhecer a existência do debate de gênero, raça e classe não isentou os movimentos negros de serem protagonistas das experiências e vivências sexistas narradas por mulheres que construíram e constroem, ainda, essas organizações. Tenho observado que a relação conflituosa que os movimentos negros cearenses estabeleceram com o debate de gênero está diretamente relacionada com o conflito racial fomentado pela historiografia já mencionada e ilustrada aqui.

Na ocasião da construção dessas organizações foi elegido um problema, como bem lembrou Padre Roserlandio: “nós não existíamos”. Assim, era preciso combater a desinformação no que tocava a história dos negros no Ceará, em detrimento das subjetividades de mulheres negras que já ocupavam o cenário nacional.

No entanto, as organizações negras cearenses demonstravam interesse em romper com diretrizes nacionais, porque existiam problemas locais para serem combatidos, acredito que foi nesse lugar onde a pauta das mulheres negras foi secundarizada, na ânsia em afirmar que existíamos enquanto grupo, foi negada a singularidade das mulheres.

Para melhor compreender essas tensões que fazem parte do surgimento dessas organizações, seus objetivos e caminhos de atuação, é importante acessar aqui seus ativistas e articuladoras/es políticos. O Ceará contou, no contexto das décadas de 80 e 90, com organizações negras antirracistas que protagonizaram a efervescência do debate em torno da ideologia racial cearense, organizações como o Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), as Agentes de Pastoral Negros (APN's), os Filhos da África, o Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza, o Movimento Negro Unificado (MNU), todos compõem o cenário desse ativismo.

Quando entrevistei Joelma Gentil, educadora, militante negra de Fortaleza, fundadora de duas organizações negras, a saber, Filhos da África e, posteriormente, o Movimento Negro Unificado, e a indaguei sobre qual o contexto do surgimento das organizações negras no Ceará e o que se compreendia por ideologia racial, ela, muito seguramente, disse que sempre fez questão de falar que eram organizações de negros, mas de “negras também”, para que ficasse evidente a presença das mulheres nas construções políticas do antirracismo cearense. Assim, para compreender as formações de organizações antirracistas cearenses, farei no próximo tópico um diálogo com as/os ativistas de movimentos negros, com o objetivo de compreender sobre quais bases políticas esses grupos foram criados, entendendo-os como reflexos de uma luta negra nacional, mas levando em consideração o que os atravessou de caráter “local”.

Tenho insistido no termo “local”, embora o considere problemático, para situar que as próximas narrativas farão menção a uma realidade que é nossa, enquanto estado, no qual esses movimentos foram pensados e estruturados a partir dessa realidade, a realidade que negou as pessoas negras. Organização em grupos, conhecer a história do Ceará, fortalecer a coletividade, dialogar com outros pontos do Nordeste, são pontos atravessados pela ideologia racial do Ceará, que do meu ponto de vista é a ideologia do apagamento. Mas, vejamos o esforço dos movimentos negros na busca pela subversão dessa ordem a partir das organizações políticas.

2.2 Criação de organizações negras antirracistas

Lélia Gonzalez alertou que negros não constituem um “bloco monolítico”, é preciso pensar os grupos negros a partir de suas características mutáveis. Assim, pensar os movimentos negros no Ceará é partir, sobretudo, para um encontro com as organizações políticas antirracistas heterogêneas, entendendo as diferenças nas percepções de si e dos outros que cada organização negra detinha, o que reverberou na ação política e na construção dos planos de ação no contexto de atuação de cada grupo.

Neste tópico, farei uma apresentação de algumas organizações negras cearenses a partir de um diálogo com as pessoas que compuseram essas organizações, tentando perceber quais eram seus anseios, à época, enquanto coletivos negros, como se percebiam racialmente, os conflitos internos na estruturação de um plano de ação antirracista, e sobretudo na percepção das mulheres negras ativistas e suas experiências políticas, bem como seus encontros na articulação de um fazer político antirracista que levasse em consideração a subjetividade das mulheres negras.

Início com a apresentação do Grucon, já anunciado no tópico acima, que de acordo com as narrativas dos seus fundadores e componentes é considerada a primeira organização negra contemporânea no Ceará fundada por uma mulher negra, Maria Lúcia Simão Pereira, a articuladora, fundadora e mente atuante no processo de engajamento antirracista no Ceará. Com um histórico de quatro décadas de militância, Lúcia Simão, como é conhecida no cenário dos movimentos sociais, tornou-se uma referência na trajetória de luta negra no nosso estado.

Na ocasião do II Seminário Negros e Negras no Ceará¹⁷, ocorrido de forma virtual pela plataforma do YouTube, compôs a mesa de abertura do evento, juntamente com Hilário Ferreira, na mesa de abertura intitulada *Resistências e movimentos sociais*, apresentada pela professora Zuleide Queiroz, da Universidade Regional do Cariri, onde foi evocado o protagonismo feminino na luta contra o racismo antinegro no Ceará. Lúcia Simão teve sua trajetória lembrada na seguinte fala:

Funcionária Pública, trabalha no Hospital Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará, onde trabalha há 37 anos, graduada em Ciências Religiosas pelo ICRI e em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará; especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Vale do Acaraú, agente de pastoral, coordena a pastoral afro na diocese de Fortaleza. Fundou o grupo CEU no Ceará, Associação Maracatu Nação Iracema, terapeuta comunitária, casada e tem três filhos, a história da Lúcia, como fundadora do primeiro grupo de resistência negra, tem mais de quarenta anos. Filha de um trabalhador da construção civil e de uma trabalhadora fabril, ela começou a trabalhar aos treze anos como ajudante de casa. Tinha o sonho de ser freira, e seu pai disse que “para ser freira ela tinha que ter um dote, e preto não podia ser religioso” Lúcia então abandona esse sonho e começa a ensinar as primeiras letras as crianças da sua localidade, continua sendo professora, mesmo sem ter seus estudos. Estudou no Liceu do Ceará e no Colégio Justiniano de Serpa, onde consegue terminar o seu ensino médio, antigo 2º grau, querida palestrante de hoje à noite, nesse quilombo da primeira mesa, Lúcia Simão.¹⁸

A apresentação de Lúcia Simão remonta minimamente seus trânsitos de mulher negra, trabalhadora, mãe, estudiosa e militante da causa antirracista, evidenciando, do ponto de vista interseccional, quantos cruzamentos identitários compõem a trajetória de uma mulher negra. Considero importante trazer esses elementos que a constituem enquanto pessoa, pois faz-se válido lembrar os mecanismos de desumanização e apagamento das singularidades e trajetórias de pessoas negras, sobretudo das mulheres, e assim demonstrar seu nome completo, sua formação, seus desejos e seus alcances profissionais, colocando-a no cenário social e nessa narrativa com o devido respeito que sempre nos foi negado. Precisamos fomentar narrativas que nos desassociam da dimensão de objeto de pesquisa e assumem o compromisso com a nossa subjetividade.

¹⁷ O Seminário Negras e Negros no Ceará é um evento que foi idealizado por professoras/es, pesquisadoras/es e ativistas das relações raciais no Ceará, que teve sua primeira edição na Universidade Regional do Cariri em 2019; a segunda edição, em razão da pandemia, ocorreu de forma virtual, no entanto, foi acolhido pela Universidade Estadual do Ceará (campus Quixadá), e no ano de 2023, encontrava-se na sua terceira edição, na Universidade Estadual do Ceará (campus Itaperi).

¹⁸Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=smigrJbqudc&list=PLAC0r3rJL1HWjBcgOaF2Ykpz-qMSNJTsf> Acesso em: 19 jun. 2023.

Na sequência das falas, como já havia sido apresentada, Lúcia Simão já entra no mérito da formação política e da existência do Grucon no cenário cearense, relembrando que sempre que é convidada para debates, a primeira pergunta que surge é: *afinal, o que é o Grucon?* No entanto, para melhor entendimento das/os ouvintes, prefere recuperar na sua fala o trajeto formativo do Grucon no cenário nacional, e como ele chega até o Ceará. Em suas palavras:

Então, o que é Grucon? Todas as vezes que eu participo de um debate logo me perguntam o que é Grucon? O que é isso? Eu gostaria de falar só um pouquinho como surgiu esse grupo chamado Grucon. O grucon surgiu de um grupo de Agentes Pastorais Negros em São Paulo, eles trabalhavam na igreja católica como agentes de pastorais e como todo negro ele sentiu as dificuldades por serem negros e por estarem junto de outras pessoas que não eram negras, sempre havia o questionamento, então houve um encontro dos Bispos em São Paulo e convidaram alguns agentes de pastorais negros para participar, sem muito entender o porquê do convite, eles foram, e entre a pluralidade dos assuntos a ser debatido, um era o **ser negro**, entendendo porque ser negro e o que eu testou fazendo aqui, e foi muito bom, muito proveitoso. Esse grupo saiu desse encontro, eu acredito que esse grupo foi tipo, quando eu conheci o Grucon, doido para repassar e ajudar outros negros e negras e jovens futuramente o que eles já haviam passado. E assim criaram o que eles chamaram de Grupo Tarefa, esse grupo tarefa conversava a cada quinze dias ou quando surgia a necessidade de tirar alguma dúvida, e nesse questionamento manifestaram o desejo de passarem o que foi trabalhado lá no encontro dos bispos com que eles já vinham trabalhando, após o encontro, para outras pessoas e não só pessoas, porque esse grupo era em São Paulo.¹⁹

A narrativa de Lúcia Simão remonta as primeiras aspirações, em contexto mais amplo, do projeto de articulação e criação do Grucon, oriundo das inquietações de religiosos negros, no caso, os agentes de pastorais. O *ser negro*, como ela recupera na sua fala, era um ponto central desses encontros. Tenho entendido, a partir das narrativas das pessoas que compõem o meu trabalho, que essa dimensão do *ser* que atravessa e constrói a subjetividade das/os negras/os foi uma mola propulsora na formação dos movimentos negros organizados, atribuo esse fator, sobretudo, ao processo de desumanização que toquei anteriormente quando me referi à identidade de Lúcia Simão.

Negras e negros vêm de uma condição secular de subjugação, apagamento e negação dos direitos básicos. A busca por si, pela própria subjetividade e por uma identidade coletiva, bem como a afirmação dessa identidade, representa um rompimento com a proposta colonial e violenta de silenciamento dos nossos corpos. *O que é ser negro, o que eu estou fazendo aqui?* Questões presentes na fala de Lúcia Simão e que perpassam as falas dos demais

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=smigrJbqudc&list=PLAC0r3rJL1HWjBcgOaF2Ykpz-qMSNJTsf> Acesso em: 19 jun. 2023.

sujeitos desta pesquisa, revelam-nos a ânsia de conhecer a si frente a um processo sócio-histórico marcado pela narrativa de um outro sobre nós e as nossas experiências.

Assim, Lúcia Simão enfatiza o que queriam as pessoas negras organizadas em grupos naquele momento:

Cada representante desse grupo tarefa se responsabilizou de repassar para outros estados o que era esse trabalho de conscientização, esse grupo era chamado de tarefa e não tinha o nome de união e consciência negra e através desse grupo tarefa, à medida que ia sendo partilhado o trabalho, o objetivo principal e o que teria mudado em alguns negros dos que haviam participado do encontro com os bispos e os outros que foram recebendo informações, sentiram a necessidade de abrir esse grupo, esses encontros para todo mundo, só que o grupo tarefa como era ligado à igreja ele tinha padres, tinha seminaristas, tinha agentes de pastorais que trabalhavam a questão social, o assunto principal era muito ligado à igreja e uma necessidade de abrir o leque para todo mundo. Foi convidado pessoas, todo mundo que chegava no grupo tarefa já ia repassando o que recebeu e **falando do que conseguiu aprender e colocar pra si para se tornar diferente, não deixar de ser negro, mas aprender a gostar de ser negro.**²⁰ (Grifos meus).

Considero importante não perder de vista que as falas de Lúcia Simão são constantemente atravessadas pela ideia de que esse ativismo antirracista era capaz de promover transformações positivas na percepção que as pessoas negras tinham de si mesma. Aprender a gostar de si e gostar do que vê em si é um processo doloroso que compõe a negritude.

O racismo fez com que negras e negros alimentassem um sentimento interno de negação da verdade sobre si, no entanto, com o auxílio das coletividades, o estudo e consequentemente o entendimento de quem se é, criamos a possibilidade de devir como um novo sujeito, a opressão racial cria as condições de resistência, como discutiu Grada Kilomba (2019). Ainda de acordo com Lúcia Simão, surge a necessidade, nesse cenário, de criar uma consciência negra:

Nós estamos aqui por conta da consciência negra e se colocássemos grupo consciência negra? Só que grupo consciência negra não dava pra... Ai desses encontros surgiu Grupo de União e Consciência Negra, porque Grupo de União e Consciência Negra? Porque era o grupo que queria repassar para outros estamos, inclusive aqui pro Ceará, eu não conhecia se existia alguém grupo que trabalhasse a questão da negritude, **se não tivesse existido esse grupo de consciência negra, jamais, talvez, eu estaria aqui.** (Grifos meus)²¹.

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=smigrJbqudc&list=PLAC0r3rJL1HWjBcgOaF2Ykpz-qMSNJTsf> Acesso em: 19 jun. 2023.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=smigrJbqudc&list=PLAC0r3rJL1HWjBcgOaF2Ykpz-qMSNJTsf> Acesso em: 19 jun. 2023

A importância que Lúcia Simão atribui ao movimento, do ponto de vista não só da formação da sua consciência, mas da ação coletiva que essa afirmação de negritude foi capaz de proporcionar, sobretudo em um estado como o Ceará, marcado pela história de negação da população negra, merece destaque.

No entanto, sem perder de vista o alicerce teórico do feminismo negro, considero valioso destacar a fala de Lúcia: *“se não tivesse existido esse grupo eu não estaria aqui”*. Esse ponto em específico faz-me refletir sobre como nós, mulheres negras, somos lembradas. Quais espaços recuperam nossas trajetórias de atuação e contribuição política antirracista? Uma mulher como Lúcia Simão, dona de uma capacidade sagaz de articulação de pessoas negras tem recebido o destaque à altura de sua trajetória?

São questões que me levam a refletir sobre como as memórias em torno do ativismo negro cearense são construídas e quais silêncios são orquestrados. A memória das lutas negras cearenses foram, ao longo do tempo, sendo ancoradas nos nomes de homens como Dragão do Mar, o herói da abolição, e isso ofusca, do ponto de vista do que diz respeito ao gênero, a figura combativa de Preta Simoa, e sua habilidade política de articular jangadeiros no fomento da greve que impossibilitou o embarque de escravizados no porto de Fortaleza.

O trabalho de Karla Jacqueline Vieira Alves, historiadora e escritora, demonstra como os projetos de silêncio como a seleção de memórias, dentro da construção historiográfica, foram capazes de apagar nomes como o de Preta Simoa do contexto de luta por liberdade no Ceará, conforme afirma,

A Preta “Tia Simoa”, designação a qual é rapidamente mencionada em alguns registros históricos, como em Raimundo Girão (1984), Clóvis Moura (2004) e Júlio Abreu (1934) foi uma negra liberta que, ao lado de seu marido (José Luís Napoleão) liderou os acontecimentos de 27, 30 e 31 de janeiro de 1881 em Fortaleza – Ce, episódio que ficou conhecido como a “Greve dos Jangadeiros”. Como sabemos, foi por ocasião do referido fato que ocorreu o decreto do fim do embarque de escravizados naquele porto. Daí em diante foram definidos os rumos para a abolição da escravidão na então Província do Ceará, que se efetivaria três anos mais tarde. No entanto, apesar de sua importante participação para a mobilização popular que impulsionou os acontecimentos aqui citados, esta mulher negra teve sua participação invisibilizada na história deste Estado onde, ainda hoje, persiste o discurso da ausência de negros. (Alves, 2015, p. 52.).

Não vejo em Lúcia Simão uma preocupação em ser lembrada, assim como ousou imaginar que a ação política de Preta Simoa não foi em busca de um monumento que lembrasse do seu feito. A questão aqui é um pouco mais profunda, escrevo este texto 140 anos depois da abolição no Ceará. Os últimos cinco anos foram marcados por uma investida significativa das

mulheres negras cearenses em trazer à tona o nome e o legado da Preta Simoa para o cenário da luta antirracista e interseccional no Ceará, foi preciso mais de 100 anos para que uma mulher negra tivesse sua história em posição de destaque. Questiono-me se no cenário atual da militância racial no Ceará o silêncio sexista ainda é a regra vigente? O cenário aponta para a manutenção dessas experiências das ativistas negras com o sexismo, assunto que será abordado de maneira mais aprofundada no capítulo seguinte.

Para o momento, sigo com a apresentação dessas organizações em seu contexto mais geral. Ainda dentro da esfera religiosa, no Ceará existiram os Agentes de Pastoral Negros, os APN's, movimento negro de base religiosa que existia em vários pontos do Brasil. Do ponto de vista mais abrangente, o antropólogo Gabriel dos Santos Filho (2012) realizou um trabalho de mestrado dedicado a investigar o catolicismo brasileiro e a formação das identidades negras, a partir das pastorais afro-brasileiras. No entanto, inicialmente o autor define os APN's como grupos fundados em 1983, no interior da igreja católica, formado por religiosos e não religiosos, não exclusivamente católicos, com o objetivo de resgatar no interior da igreja a discussão sobre a formação da identidade negra. (Santos Filho, 2012, p. 29).

No que toca o Ceará e a ação dos APN'S, Antônio Vilamarque Sousa (2008) tem um trabalho de mestrado voltado a pensar os discursos identitários sobre os negros no Ceará (1982- 1995), no qual o autor perpassa a criação dos movimentos negros cearenses, evidenciando, sobretudo, os rompimentos de cunho político-ideológicos ocorridos no interior desses movimentos, que tem a dimensão religiosa como principal fator.

Aqui, trago uma reflexão de Francisco Roserlandio, um sacerdote da igreja católica, historiador e um dos fundadores dos APN's no Ceará, abordando os pilares sobre os o grupo nasceu nesse estado,

Os APN's nasceram tentando responder a três itens, o primeiro item é, no caso do Ceará, o que fundamenta melhor isso, que é a questão da democracia racial. No Ceará foi então constatado que não era simplesmente a democracia, mas a invisibilidade, nós não existíamos. O segundo elemento é, como negros nós precisávamos estar inseridos nos movimentos sociais, não dava para separar a luta do movimento negro da luta dos outros movimentos sociais. A outra é, nós precisávamos definir ou pelo menos tentar definir o que nós entendíamos por quilombo (...) Nós precisávamos de uma fundamentação pra esse tipo de interpretação e essa interpretação era possível ser dada exatamente na medida que nós estivéssemos inseridos na vida acadêmica. Então alguns dos membros foram fazer os vestibulares da vida, naquela época, um pouco já direcionados: nós queremos está no meio da Universidade para a expressão era, enegrecer a Universidade. (Francisco Roserlandio, Crato-CE, 23 de ago. 2018).

Embora tenham existido conflitos nas concepções de movimentos negros, que serão melhores abordados no tópico seguinte deste capítulo, até aqui fica evidenciado tanto na

formação do Grucon, quanto dos APN's a importância de amadurecer e compreender o que compõe a identidade negra.

Para padre Roserlandio, a entrada nas universidades, as escolhas dos cursos, eram elementos importantes na disputa de narrativa sobre os negros no Ceará. Enegrecer a universidade, conforme afirma, revela sobretudo uma necessidade de reescrita da história a partir de um outro olhar. Seria papel dos movimentos negros também a partir da colocação acima, ocupar essas lacunas historiográficas que foram deixadas de maneira proposital. É fundamental para o projeto de dominação ser bem sucedido que aquelas/es que se pretendem dominar não conheçam sua própria história. Não quero dizer com isso que apenas o movimento negro de base acadêmica estava apto a romper esses silêncios, conforme discuti acima a partir de Alex Ratts (2009), mas isso revela a importância de demarcar os trânsitos desses ativistas na construção de novas perspectivas sobre as pessoas negras no Ceará.

Ainda pensando esses trânsitos e a criação de espaços de fomento à construção da identidade negra no Ceará, foi criado, em 1995, o Movimento Negro Unificado, MNU, na cidade de Fortaleza. Anterior à articulação que deu origem à fundação de um célula do MNU no Ceará, algumas das pessoas que fizeram parte dessa fundação compunham o Grupo Filhos da África, uma entidade de movimento negro criada em Fortaleza, em um contexto de efervescências culturais e políticas, em consonância com o protagonismo que as questões raciais estavam recebendo em outros pontos do Brasil. No seu trabalho de mestrado em Educação, Joelma Gentil reflete sobre o contexto de fundação do referido grupo, do qual também fez parte. Em suas palavras,

O contexto de criação do Grupo Filhos d'África foi no ápice das mobilizações sociais no Brasil. Fortaleza encontrava-se nesse cenário e também vivenciava os primeiros anos do movimento negro contemporâneo por meio do Grupo de União e Consciência Negra. Neste cenário uma variedade de elementos culturais de matrizes diferenciadas, entre estas, a cultura negra, ganhavam visibilidade. A cidade recebeu o Museu do Maracatu, em 1984, com um acervo rico sobre esta manifestação. A cultura negra também se sobressaiu pela expansão da capoeira por meio de participações nas semanas culturais das escolas privadas, em universidade, academias e movimento negro, e outras manifestações que se tem registro em jornais e pesquisas acadêmicas, uma delas comemoração do Governo do Estado, em alusão ao dia 25 de março, abolição da escravidão no Ceará, com desfile de maracatus. (Gentil, 2012, p. 123).

Esse contexto exposto pela autora, no qual o grupo foi fundado, onde a cultura negra ganhava visibilidade, ainda estava atrelado às ações da Igreja Católica, assim como o Grucon e os APN's, o Grupo Filhos da África também foi criado com uma vinculação à igreja e às ações

que ela fomentava, a exemplo do engajamento na Campanha da Fraternidade que ocorreria no ano seguinte, em 1988, que tinha como tema *A Fraternidade e o negro: ouvi o clamor deste povo*.

Na ocasião, a igreja católica vislumbrava chamar atenção para a promoção da dignidade da pessoa humana, embora pareça contraditório, uma vez que muitas vezes a experiência católica/cristã publicizada tem ferido os princípios básicos da liberdade dos sujeitos. Com o auxílio dos movimentos sociais negros, a campanha da fraternidade da época queria levar destaque a uma decisão do Concílio Vaticano Segundo, que nomeava a escravidão como “*coisas infames*”. Em carta ao povo brasileiro, o papa João Paulo II afirmou,

Neste campo, a Igreja repetiu a sua doutrina de sempre no Concílio Vaticano Segundo, nomeando entre uma série de “coisas infames” a escravidão, contrária ao Evangelho, que anuncia e proclama a liberdade para todos os homens, sem exceção; e explica que a escravidão tem a sua origem última no pecado e que têm a mesma origem aos fermentos de ódio e de divisão, que alimentam os preconceitos raciais e proliferam em situações conflituosas e em discriminações e marginalizações (cf. *GS*, 27-29).

Ora, tudo isto é contrário aos direitos e deveres imprescritíveis da pessoa humana; e não deixa de fazer com que indivíduos, famílias e grupos se vejam preteridos, deixados à margem do caminho que leva ao desenvolvimento e bem-estar, por motivo de raça ou cor. Como tenho feito alhures, quero aqui proclamar: em toda a parte, e mais ainda dentro da mesma prática comuns, todos os homens e mulheres são iguais em dignidade, diante de Deus; e nas estruturas, hão de dispor de acesso igual à vida econômica, cultural e social, participando realmente no bem comum.²²

A partir desses investimentos em demonstrar preocupação com a vida e a dignidade das pessoas negras, a igreja ganha projeção dentro dos movimentos negros. Como vemos no caso do Ceará, as primeiras entidades negras que aqui atuaram foram fundadas por religiosas/os negras/os, ou por pessoas com alguma ligação com o catolicismo, motivados a movimentar essa seara da sociedade a partir do fomento das identidades negras.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, a educadora e ativista Joelma Gentil relembra como se deu a participação na campanha da fraternidade e quais as motivações do Grupo Filhos da África, enquanto movimento negro, no que diz respeito ao engajamento na campanha,

Em 87 quando nós fundamos o Filhos da África, esse grupo que está lá escrito na dissertação, esse grupo surge a partir da igreja católica, das comunidades eclesiais de base, que já se preocupa e já planeja o lançamento da campanha

²² Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1988> Acesso: 16 out. 2023.

de 1988 que foi sobre: A fraternidade e o negro: ouvi o clamor deste povo, e aí a igreja já começa toda essa mobilização de juventude, grupos de moradia, de rádio comunitária e nós, enquanto negros e negras adolescentes, a gente pega já um ano antes de oitenta e oito, da campanha da fraternidade, a gente pensa já nessa perspectiva de combate ao racismo e de como é que nós poderíamos aglutinar, de como poderíamos atrair, motivar as juventudes que a gente via que não estava igual a nós. Que não estudava, que não tinha acesso a equipamentos que nós tínhamos, que não tinha uma referência política. Então o grupo ele se sentiu, não somente por conta da campanha, o foco da igreja era a campanha da fraternidade, mas um dos nossos focos, acho que o foco principal era a questão racial, de combate ao racismo, mas, de combate ao racismo e ao mesmo tempo de motivação, sabe?! Dessa juventude que estava assim, sem referência, estava já morrendo na década de oitenta, estava morrendo com a questão de tráfico, de drogas, vamos chamar assim, “drogas”. Então eram essas duas questões e daí surgiu o grupo Filhos da África, o grupo ele já surge com uma presença feminina forte, eu já era educadora, a Leda já estava voltada pra questão da saúde e tinham outras mulheres também que se destacavam no grupo Filhos da África, no entanto, embora a gente se destacasse, poucas mulheres do grupo conseguiram, podemos dizer, uma ascensão, uma ascensão política, porque sabe que igreja também é questão de poder, de política. (Joelma Gentil, Fortaleza- CE, 18 de setembro de 2020).

Embora a igreja tivesse um objetivo específico, como demonstrei anteriormente na carta do papa, o grupo entendia que o combate ao racismo estava atrelado, também, à motivação da juventude. Importante destacar, na fala de Joelma Gentil, o projeto de articulação com as juventudes negras, naquele momento, que para ela além de estarem se perdendo, não tinham referência política, era preciso aglutinar pessoas negras nas ações de enfrentamento ao racismo de modo mais efetivo.

Nesse sentido, ousar pensar que a visibilidade que a igreja tinha e oferecia aos movimentos negros no contexto poderia ser usada como ferramenta de aglutinação, conforme destaca a entrevistada, uma vez que as juventudes, os grupos de moradia e a rádio comunitária foram todos mobilizados a participar das atividades da campanha e, consequentemente, ter acesso ao debate que tocava em pontos cruciais do enfrentamento ao racismo.

Outro fator que precisa ser destacado diz respeito à ação das mulheres. Joelma relembra que o grupo nasceu com uma participação feminina muito forte, o que, até o momento, aparece como uma característica que atravessa a formação dos movimentos negros cearenses, no entanto, a sua fala já anuncia as dificuldades de ascensão política que essas mulheres vivenciavam no interior desses movimentos.

Entretanto, esses entraves, do ponto de vista do gênero, não impediram as mulheres de fazerem suas próprias articulações. Indaguei Joelma durante nossa entrevista sobre como ocorre o processo de migração das pessoas que compunham os Filhos da África, para então criar uma célula no MNU no Ceará, especificamente em Fortaleza. Na sua visão, o momento

pedia uma entidade de movimento negro que tivesse mais peso político e, a nível nacional, o MNU representava esse *peso*, pois era um movimento que tinha destaque nacional e alegava ser diferente dos demais por não possuir vinculação político-partidária, de crença religiosa e sem fins lucrativos. Nas palavras de Lélia Gonzalez,

O MNU se define como um movimento político de reivindicação sem distinção de raça, sexo, educação, crença política ou religiosa e sem fins lucrativos. Seu objetivo é a mobilização e organização da população negra brasileira em sua luta pela emancipação política, social, econômica e cultural, que tem sido obstada pelo preconceito racial e suas práticas. Ao mesmo tempo, o MNU também se propõe denunciar diferentes formas de opressão e exploração do povo brasileiro como um todo. (González, 2019, p. 119).

Essa forma cruzada de enfrentamento às opressões chamava a atenção para o MNU e para sua atuação política, era um movimento que tinha folhetins mensais que circulavam pelo Brasil, informando os contextos de luta e enfrentamento ao racismo. Foi desse modo, em um dos folhetins, que Joelma relembra ter conhecido o MNU,

O que acontece: nesse período do Filhos da África, eu e Leda, éramos educadoras, e a escola, biblioteca e rádio comunitária, funcionavam tudo pertinho, no terreno da igreja, e nessa biblioteca já chegava jornal nacional do MNU, o meu primeiro contato com o MNU foi através do jornal, porque o Pe. Luís Fornasier, fez uma excelente assinatura, então, nós recebíamos periódicos de todo o país, de vários estados e, vinha muito periódico de movimento negro, juventude negra e muito periódico de feminismo, então meu primeiro contato com o MNU foi através de jornal. Nesse período, em Fortaleza, foi feita uma pesquisa, pela Pastoral Operária (PO), sobre a escolarização dos operários e operárias, e a pesquisa constatou que a maioria não sabia ler e escrever, ou se sabia, era pouco, com muita dificuldade, e aí elaboraram um projeto, junto com a UFC, de alfabetização de jovens e adultos, abre a seleção, a gente é selecionada, quando a pastoral operária abre, a nível de Nordeste, um encontro chamado Encontro da PO, que foi no Piauí, em Teresina, nesse encontro tinham várias entidades e o MNU era uma das entidades convidadas. Então, na fala do MNU, Ronaldo Barros, que era da Coordenação Nacional, da CON, apresentou os documentos básicos do MNU, a carta de princípios, e fez um contive, que as pessoas interessadas, ele estava chamando para uma reunião a noite, só que, da quadra lotada, somente eu e Leda fomos pra essa reunião, lá ele mostrou o programa de ação, e a gente pensou, vamos levar pra Fortaleza e lá a gente discute com o pessoal e funda, abre uma seção. Foi assim que surgiu o Movimento Negro Unificado, em 1995, há 25 anos, no estado do Ceará, foi dessa forma, também, de intercâmbio com outro estado. Dessa vez não por via do movimento mesmo, mas por via da igreja. (Joelma Gentil, Fortaleza- CE, 18 de setembro de 2020).

A investida feminina em articular e criar, politicamente, um cenário de enfrentamento ao racismo no Ceará é inegável, no que confere às narrativas e aos fatos. No entanto, no que diz respeito à projeção histórica e à memória criada em torno dessas entidades,

e das lideranças negras que hoje são lidas como referências da nossa luta antirracista, enquanto estado, essas mulheres não recebem posições de destaque quando o assunto é movimento negro. Educadoras, ativistas que transitaram entre os estados, compreenderam qual era o panorama das relações raciais da época, o que era importante para o Ceará naquele momento, conheceram a entidade, fizeram articulações e fundaram uma seção do movimento em Fortaleza.

Ou seja, foi a ação das mulheres negras, não só na criação do MNU, como na criação de outras entidades negras, que possibilitou o avanço do enfrentamento ao racismo no Ceará a partir do fomento às coletividades negras.

A imagem abaixo ilustra a reunião de fundação do MNU/Ceará, nela estão presentes Joelma Gentil, Aurineuda Silva (Leda), as articuladoras da vinda do MNU para o Ceará, Lucineide, Kim Lopes e Florêncio, os membros iniciais da seção do MNU-CE, e por fim, Ronaldo Barros, representando a coordenação nacional do MNU.

Figura 2 - Fundação do Movimento Negro Unificado do Ceará



Fonte: <https://idesq.org/mes-das-pretas-conheca-a-historia-de-luta-por-igualdade-da-presidente-do-idesq/>

Quando falo de posição de destaque, não falo de criação de monumentos físicos ou memoriais, como já sinalizei, o que quero é chamar atenção para o *patriarcado da memória* e a forma com a qual ele tem operado para relegar mulheres negras a um esquecimento misógino, quando o assunto é suas contribuições para o combate às mais variadas facetas do racismo.

Meu trabalho tem buscado chamar atenção para essa formulação de narrativas em torno da história do ativismo negro cearense, no qual homens negros têm se auto celebrado e se protegido enquanto grupo, com o objetivo de salvaguardar seus supostos feitos, em

detrimento das suas companheiras negras, que ficaram, literalmente, por trás das cortinas históricas fazendo o trabalho mais importante, alicerçando as coletividades negras para que hoje elas possam caminhar nas vias por elas pavimentadas.

Vimos no primeiro capítulo, a partir de Saffioti (2015), que o patriarcado se refaz e está em processo constante de transformação, com o intuito de garantir a manutenção do status quo do poder dos homens, e acrescentei, sejam eles homens brancos ou não brancos. Nesse caso em específico, considero a existência de um patriarcado da memória quando o assunto é a narrativa em torno do ativismo antirracista cearense. Isso significa dizer que a seleção das memórias, dos fatos ocorridos, seus participantes, passa por um filtro patriarcal a fim de garantir posição de poder e destaque aos homens. Embora, como já discutiu bell hooks (2019), homens negros são *emasculados* de poder, se comparados aos homens brancos, mas, se comparados às mulheres negras, suas chances de sobressair em relação a nós tornam-se maiores.

Assim, reflito que a memória é um jogo astucioso de poder e, nesses casos, os episódios que constroem uma historiografia da luta antirracista no Ceará têm passado por uma seleção quem tem o patriarcado como seu alicerce. bell hooks (2019) já sinalizou que homens, de maneira geral, são capazes de superar o racismo e se unirem enquanto grupo em defesa da manutenção do patriarcado. Aqui chamo atenção à memória em disputa, as narrativas que necessitam serem evocadas são, antes de qualquer coisa, patriarcais.

Neste sentido, o tópico seguinte intitulado *Percepções e conflitos de gênero no interior dos movimentos negros* intenta apontar quais as percepções em torno dos conflitos de gênero presentes nas formações desses movimentos, de que modo a participação das mulheres foi lida pelos seus companheiros e como elas se percebiam dentro desse processo, que temos chamado de intersecção de gênero e raça.

2.3 Percepções e conflitos de gênero no interior dos movimentos negros

Quando falam sobre pessoas negras, o sexismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras; quando falam sobre mulheres, o racismo milita contra o reconhecimento e dos interesses das mulheres negras. Quando falam de pessoas negras, o foco tende a ser homens negros; e quando falam de mulheres o foco tende a ser mulheres *brancas*. (bell hooks, 2020, p. 27. Grifos da autora).

Quem fala sobre nós se não nós mesmas? Paulina Chiziane (2016) já questionava sobre isso, bell hooks complementa a indagação e eu, com o auxílio de ambas, trago para este trabalho a pergunta: em que momento nossas coletividades negras pautaram os interesses das mulheres negras?

No tópico anterior apresentei brevemente o contexto de fundação de algumas organizações e coletividades negras cearenses, levando em consideração as memórias das pessoas que compuseram esse contexto. Aqui, o intuito é chamar atenção para as relações conflituosas que existiam no interior desses movimentos, do ponto de vista da organicidade e de quais os principais objetivos das organizações: um combate ao racismo com a centralidade da raça? Com ou sem intermédio da igreja? Até que ponto gênero e raça poderiam caminhar juntos? São questionamentos que fiz nas entrevistas realizadas que deixaram evidente que existia uma leitura distinta de homens e mulheres sobre essas realidades.

Em entrevista, Kim Lopes, ativista do MNU até os dias de hoje, relembra quais fatores motivaram a dissolução do Grupo Filhos da África e a criação da seção do MNU no Ceará. Recupera na memória a ação articuladora de Joelma Gentil e Leda Silva, como tratei anteriormente, e elenca algumas razões possíveis para a dissolução do grupo, uma delas, a necessidade de criar independência e romper com o intermédio da igreja. Muito embora lembre que o primeiro contato com o debate da questão racial tenha sido possibilitado pela igreja, em sua concepção o movimento negro precisaria ousar mais, do ponto de vista político, conforme relata:

A gente conversou muito sobre isso, sobre a nossa relação com o próprio movimento aqui mesmo, com o próprio Hilário, que era do União e Consciência Negra, que era um grupo que já existia no Ceará, com o pessoal do Trilho, a gente mantinha relações enquanto Filhos da África, em eventos, nós e o União e Consciência negra, que era Hilário, Salete, Rosinha, Alex, a gente mantinha essa relação, com esses grupos, e então, nós começamos a avaliar que aquilo estava muito pouco pra gente, enquanto Filhos da África, porque assim: como era uma militância ligada à igreja, de certa forma, você era um APN, querendo ou não, você era um Agente Pastoral Negro, e a gente achava aquilo pouco, que a gente precisava avançar em algumas questões, até na questão religiosa mesmo, a gente achou que estava na hora de dar um salto a mais no debate da questão racial e esse salto a mais era sair dessa visão de movimento negro com base na fé cristã, uma coisa mais livre, para além de qualquer fé, a gente não podia ficar retido a esse princípio, e o MNU apareceu como uma luva no nosso desejo, juntou a fome com a vontade de comer. (Kim Lopes, Fortaleza, 02 de março de 2023).

Pela fala do entrevistado, as pessoas que compunham os Filhos da África já sentiam a necessidade de desvincular a imagem do movimento negro do nome da igreja. Mesmo reconhecendo o papel da religião, naquele contexto, no auxílio do enfrentamento ao racismo a partir das pastorais, das Comunidades Eclesiais de Base, em um dado momento, na sua percepção, a fé cristã não dava mais conta do avanço político que a militância antirracista precisava. Acredito que nesse ponto o catolicismo aparece como um entrave no avanço das

discussões de um movimento que havia nascido sobre esse alicerce, mas no que toca à disputa de poder e do protagonismo, tinha necessidade de obter seu destaque no cenário político.

Nesse ponto, é importante compreender os movimentos negros e sua potência mobilizadora, que em larga medida passa pela ressignificação da ideia da raça, entendendo-a como fator impulsionador desses movimentos.

Nilma Lino Gomes, assim como fez Lélia Gonzalez, destaca que o movimento negro, na sua gênese, não nega os contextos de enfrentamento de uma sociedade hierarquizada como a nossa, racista, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica (GOMES, 2017, p. 24). Porém, é possível observar que existia uma predisposição, sobretudo por parte dos ativistas homens, de evidenciar que no movimento negro a centralidade da disputa política tem a raça como princípio enunciador, divergindo inclusive da carta de princípios do MNU, por exemplo, que deixa imposta a necessidade de combate as opressões que se entrecruzam, como o racismo, o sexismo e o classismo.

Indaguei o entrevistado, Kim Lopes, sobre de que modo ele enxergava o diálogo e o enfrentamento que o movimento negro fazia com outras pautas, que, obviamente, se interseccionam com o racismo. Demonstrando muito incômodo, alega que entende que o principal problema das organizações negras está situado no fato de que são coletividades que recebem ativistas vindos de *outras organizações*, movimento feminista, partidos políticos, associações, Organizações Não Governamentais (ONG), possibilitando assim uma negligência no foco central do movimento negro, a raça. Conforme responde:

Então, assim, a gente, no MNU, ainda não conseguiu ser uma organização de massa, de pessoas comuns, de periferia, não é que a gente não tem, tem, mas não poucos, se a gente for fazer um levantamento da militância do MNU, a grande maioria vem de outros espaços de organização social, já são pessoas organizadas, infelizmente a gente tem muito isso e eu, particularmente, defendo a tese que a gente tem que mergulhar na comunidade, pra trazer a pessoa que não traz nada, para que ela fosse apresentada a organização social, a partir de uma organização negra, de movimento negro, **para discutir a questão racial, que fosse a primeira centelha dela**, porque a maioria dos nosso militantes a centelha foi outra, foi a questão de classe, sei lá... essas outras coisas aí. (Kim Lopes, Fortaleza, 02 de março de 2023. Grifos meus).

Compreendo a necessidade de a pauta racial ser a base que alicerça os movimentos negros, entretanto também precisamos considerar, assim como lembrou Carlos Moore (2012), que racismo e sexismo são perfeitamente universais, que possuem dinâmicas opressivas construídas historicamente. Assim, seria preciso abrir o leque de percepção, de modo a entender que a questão racial, *como primeira centelha*, não anula a capacidade política dos movimentos

negros no que toca à luta antirracista, mas deixa evidente que o sexismo é mais um mecanismo de opressão que acompanha e se refaz no avanço do tempo, tanto quanto o racismo.

Não levar isso em consideração e, em certa medida, expor incomodo com uma não centralidade da raça revela que as dinâmicas de violência que atravessam as mulheres negras ativistas ou não, são violências de segunda categoria que podem esperar, demonstrando assim uma cumplicidade entre os homens que compreendem o racismo como uma via de mão única, onde os movimentos negros, por combaterem a violência racial, não poderiam transitar, e se transitassem perderiam seu foco de origem.

Contrapondo um pouco a leitura que o entrevistado faz da problemática de membros de organizações negras possuírem em si a centelha de outros movimentos, Joelma Gentil relembra que é exatamente por ter experiência com outras organizações que sua ação questionadora na disputa política interna se diferenciava. Como relembrou no nosso diálogo, quando indagada sobre sua percepção acerca de conflitos de gênero,

Eu, como já vinha de outros movimentos, de outras coisas, eu não me limitava de estar somente enquanto integrante, eu queria está sempre num cargo de tomada de decisão, sempre eu tinha que está (risos). E aí, eu conseguia quebrar, quebrar né algumas coisas, eu ia lá, colocava meu nome. Ia ter assembleia das Comunidades Eclesiais de Bases, e um dos temas da assembleia era a questão da população negra, eles chamavam o negro, a questão do negro e aí a gente já dizia assim: **e da negra também**. Então assim, eram **coisas ditas sutis, mas que tinha um impacto muito grande pra nós mulheres**, porque quando falava o negro a gente não se via, sempre via os meninos, os homens. (Joelma Gentil, Fortaleza- CE, 18 de setembro de 2020. Grifos meus).

A fala de Joelma, para mim, é sintomática e ao mesmo tempo reveladora. Na maioria dos casos que envolvem conflitos de gênero, esses conflitos são percebidos apenas pelas mulheres, é bastante comum indagar homens sobre suas percepções em torno desses fatores e eles responderem que particularmente não percebiam. Isso se dá, sobretudo, pela capacidade “sutil” que a misoginia tem em penetrar nos espaços de sociabilidades mistas, fator perceptível na fala da entrevistada, quando destaca que “*eram coisas ditas sutis, mas que tinham um impacto muito grande para nós mulheres*”. A violência de gênero, quando atrelada a uma consciência política das implicações do que é ser mulher em espaços de disputa política, fica um pouco mais evidente, podendo ser enxergada em pequenas ações, o que Joelma chama de coisas ditas sutis.

Não se perceber e não se sentir parte, embora estivessem presentes fisicamente, faz parte de um jogo violento que a linguagem exerce como aliada ao patriarcado. As formas de se

referir ao todo, tratando esse todo substantivamente no masculino, exclui de forma histórica, ideológica e política a existência das mulheres presentes. Dissolver as mulheres negras na expressão “*a questão do negro*”, contrariando até as dinâmicas históricas que nunca colocaram a população negra na condição universal, ainda assim universaliza o ambiente de modo a tratar todas as pessoas no masculino, revelando mais uma vez a sutileza de misoginia. Não é apenas uma forma de expressão da linguagem, o modo de se referir evidencia quem serão as pessoas contempladas com aquele discurso, e se o discurso é proferido no masculino, consequentemente as mulheres não se enxergarão como parte daquele processo.

Não se sentir capaz ou ter sua autoconfiança sabotada é parte de um projeto de dominação branca sobre os corpos das mulheres negras, que em momentos de construção política em torno da pauta racial encontrou abrigo também nos homens negros. A sagacidade e capacidade de articulação das mulheres tem representado uma ameaça à soberania masculina, que já sofreu inúmeras formas de emasculação na seara da colonialidade. Neste sentido, recusa-se a dividir o pouco de protagonismo que lhes fora ofertado.

Seria fundamental fomentar um ambiente em que as mulheres negras se vissem como incapazes. bell hooks (2020) lembra que existe um esforço coletivo em dar continuidade ao projeto de desvalorização da mulheridade negra, é importante que elas não se percebam nos espaços e que sejam criados estereótipos que as façam introjetar a ideia de que nas disputas de poder não cabe mulheres como elas. Como aponta a autora,

Todos os estereótipos utilizados para caracterizar as mulheres negras eram antimulher. Como a ideologia sexista foi aceita pelas pessoas negras, esses mitos negativos e estereótipos com efeito ultrapassaram as fronteiras de raça e classe e afetaram tanto a forma como as mulheres negras eram percebidas por pessoas de sua própria raça quanto a percepção que elas tinham de si mesmas. (hooks, 2020, p. 121.).

Joelma, para além da sua trajetória de militância é também pesquisadora. Em nossa entrevista foram lembrado alguns percursos da sua investigação no mestrado que ficaram fora da dissertação final, nos quais foram narrados episódios de mulheres negras fundadoras do movimento negro no Ceará, que tiveram suas trajetórias e atuações silenciadas por seus companheiros de vida íntima, também ativistas. Esse fato está em consonância com o que tratou bell hooks no que diz respeito à forma com que as mulheres negras eram percebidas por pessoas de sua própria raça, o que afeta a percepção que elas teriam de si mesmas.

Desqualificar para dominar é uma chave de ação importante para que o projeto de opressão sexista obtenha êxito. De acordo com a narrativa de Joelma,

Mas sempre foi, já começou com esses embates. Colocando assim pra contextualizar. Pra colocar que todo esse percurso, do grupo Filhos da África e de outros grupos também, que está na dissertação e que eu pesquisei, até há coisas lá, há escritas, há vivências que eu nem cheguei a escrever, que eu guardei, mas, escutei de mulheres que foram fundadoras do Movimento Negro no Ceará que eu jamais imaginei, situações de opressão, situações de não poder ir as reuniões, aí o marido, que era da mesma entidade que ia, sabe. Textos, reportagens que saíam em determinado jornal, que até eu pensava que fulano que tinha escrito, mas não, ela falou pra mim, eu escrevi. (Joelma Gentil, Fortaleza- CE, 18 de setembro de 2020).

Percebo que existiam e existem formas diversas de silenciamento, o da presença física, da voz e, nesse caso apontado acima, o da escrita. Mulheres que tiveram sua atividade e esforço intelectual desrespeitado e usurpado para manter a suposta soberania política dos seus companheiros, não só das organizações, mas companheiros na vida privada também. Importante observar na narrativa a passagem sobre as situações de opressão que a narradora jamais imaginou, é comum associarmos, de maneira equivocada, a experiência política das mulheres com a isenção de opressões, como se o meio político, o letramento racial e feminista nos blindasse de sermos violentadas pelo sexismo, o que na prática não ocorre.

Temos observado até aqui que a importância de manter as mulheres longe das tomadas de decisões, bem como a decisão de não evocar os entrecruzamentos das violências raciais e de gênero, pode ser interpretada como uma ferramenta de autodefesa desses homens e um senso de proteção da sua coletividade masculina, frente a possíveis reações das mulheres ao silenciamento que sofriam. Consciente ou inconscientemente os homens das coletividades negras mistas cumpriam um papel de agentes silenciadores dessas vozes mulheres.

Quando trato que esse comportamento pode ser também inconscientemente, diz respeito a um momento da entrevista que fiz com Kim Lopes. Quando indagado sobre os conflitos de gênero presentes no interior das coletividades negras, ele alega que nunca percebeu, e que sente curiosidade de saber o que pensam suas companheiras:

não, mas poderia ser que existisse e eu não visualizasse, mas quem vai dizer isso são as companheiras, a partir do olhar delas, porque a partir do meu, eu não via, pode ser uma falha, mas eu tenho que ser honesto, eu não via. Por exemplo, a Leda se afastou do MNU e eu a buscava pra ela voltar, porque ela era desde o início, era fundadora. Acho que a gente consegue resgatar ela de novo para o MNU em 2017. (Kim Lopes, Fortaleza, 02 de março de 2023).

Confrontando essa fala de Kim Lopes “*eu não via*”, com a fala de Joelma Gentil, “*já começou com esse embate*”, percebemos com nitidez que o conflito sempre existiu, no entanto a parte mais afetada pela existência dele tinha uma avaliação mais coesa desses

enfrentamentos, o que faz todo sentido, quando pensamos com bell hooks (2020) sobre a maneira quase natural com que o sexismo foi aceito pelas pessoas negras e o comportamento antimulher foi naturalizado nas nossas coletividades. A fala “*Poderia existir o conflito mas eu não visualizava*”, demonstra exatamente a forma com que o sexismo se naturalizou e virou um comportamento quase que inerente no interior dessas organizações negras.

Durante a entrevista realizada com Hilário Ferreira, ele recuperou sua trajetória enquanto ativista do movimento negro cearense e membro do Grupo de União e Consciência Negra. Refazendo os trajetos, salienta que os conflitos organizativos que ocorriam no interior dessas organizações eram, em sua maioria, em razão da ligação que o movimento negro tinha com a igreja, o que, consequentemente, comprometia a autonomia política dos grupos.

O entrevistado não associou esses conflitos a uma atuação mais efetiva das mulheres negras pertencentes a essas coletividades. Relembrando seus percursos, destacou a atuação da ativista Francisca Sena, com quem se reuniu e, junto de mais duas pessoas, formaram o grupo Raízes Negras no bairro da Piedade (Fortaleza),

Depois, eu conversei com um irmão meu. Sena, na época a gente chamava ela de Francisca, fazia parte do grupo de jovens que eu participava, chamei ela também, porém, a gente formou no bairro da Piedade, aqui no bairro da Piedade, formou um grupo chamado Raízes Negras, o nome do grupo era Raízes, e aí era eu, ela, meu irmão, um rapaz do bairro que a família dele tem um terreiro de umbanda Omolocô, lá no bairro, e aí ele chamou uma outra figura que é ligada ao terreiro e fizemos a primeira reunião. Só que, o grupo raízes não durou muito, as pessoas foram ganhando experiência e tal, possivelmente, e não vingou. Daí a gente continuou indo pra reunião do Grucon, e eu continuei andando lá no Grucon, eu e meu irmão, depois meu irmão se afastou, a Sena continuou comigo um tempo, esporádica, e eu continuei indo lá, não deixei de ir. (Hilário Ferreira, Fortaleza- CE, 23 de setembro de 2020).

A atuação do entrevistado no Grucon junto com Francisca Sena continua, no entanto ele evidenciou sua inquietação com a ligação do grupo com a igreja, e resolveu, junto com Francisca Sena após o Encontro Estadual do Grucon, criar uma chapa para pleitear a direção estadual do grupo. No entanto, após a eleição ocorreu um esvaziamento da organização:

Esse encontro, ocorre, penso eu que foi em oitenta e oito, o Encontro Estadual do Grucon, um encontro que a gente faz uma crítica, particularmente eu, acordando cinco da manhã para rezar. Na assembleia, no sábado, pela manhã, eu faço uma intervenção: perguntando qual é a identidade do grupo, se o grupo tem que tá ligado a alguma religião? E aí, religião a gente tem que fazer aquela prática né?! E isso me incomodou muito, me incomodou deveras. E ao contrário do que está lá, nas narrativas da Joelma, o William não trata, o grupo não rachou por causa da questão de partido, não foi por causa disso, foi

justamente por causa dessa postura. Tanto que até hoje, se você observar, o grupo do Jardim Iracema tem essa filiação com a igreja, negócio de missa afro e tal. O que a gente fez foi fazer um questionamento de que o grupo é laico. Foi só isso. E aí, para nossa surpresa, depois da nossa chapa ter ganhado, só ficou nós dois. (Hilário Ferreira, Fortaleza- CE, 23 de setembro de 2020).

Após Hilário Ferreira refazer todo esse percurso de tensões e questionamentos da forte atuação de igreja nas organizações negras e, como isso, não só impactou, mas promoveu rachas internos, fui mobilizada, dados os caminhos que minha pesquisa percorria em sempre salientar as dinâmicas de gênero nesses espaços, a indagar o entrevistado sobre a seguinte questão: até que ponto você atribui o esvaziamento da organização ao fato de Francisca Sena, uma mulher negra, ser a presidenta da chapa recém eleita? Essa indagação tinha dois motivos: o primeiro estava relacionado a minha compreensão da igreja como um ambiente marcado pela ausência de soberania feminina; e, segundo, pelas entrevistas já realizadas eu vinha percebendo que havia uma certa resistência dos homens em dividir protagonismo com as mulheres.

No entanto, o entrevistado foi enfático e salientou que não associava o esvaziamento do grupo à presença de Francisca Sena,

Eu não relaciono a questão da Sena ser presidente ao esvaziamento, eu relaciono o esvaziamento pelo questionamento que nós fizemos, sobre a questão da religião. Porque, de certa forma, havia um interesse, né?! É tanto que se você fizer um estudo sobre a história do Grucon nacional você vai ver que havia um interesse da igreja em aparelhar. Quando a igreja percebe... o Grucon ele nasce dentro da igreja, né, com os padres, e aí eu estava lendo justamente sobre isso, não sei onde foi uma história do GRUCON, quando a igreja percebe que dentro do estatuto está a questão de que o GRUCON não seria ligado a nenhuma religião, nenhum credo, nenhuma visão política, nenhum partido, etc... porque inicialmente ao Grucon, a CNBB²³ doava, doava verbas para isso, depois ela deixa de dar porque ela não controla mais, a igreja não controla mais o Grucon a nível nacional, e eu penso que o mesmo vai acontecer aqui quando eu faço esse questionamento. (Hilário Ferreira, Fortaleza- CE, 23 de setembro de 2020).

Considero que seja complexo associar um esvaziamento político a uma presença feminina em um espaço de decisão, porque salientar isso faz com que a pessoa seja tocada a tratar abertamente da misoginia nessas organizações, um assunto que ainda recebe resistência de ser abordado. Enfatizar a figura da igreja como entidade que tentava aparelhar o movimento negro deixa a situação menos tensa de ser narrada e toca em pontos que evidenciam o que são as chamadas *reais razões dos rachas*.

²³ Sigla referente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Nesse interim, procurei por Francisca Sena com o intuito de ouvir qual a leitura que ela fazia sobre esse contexto, no que toca ao esvaziamento e, também, suas percepções em torno dos conflitos de gênero. Foi uma entrevista difícil de fazer, pois Sena, como é chamada no cenário da militância negra cearense, recuperou uma série de eventos que compõem sua trajetória de mulher negra militante, episódios fortemente marcados pelo racismo e pelo sexismo, dentro e fora dessas coletividades.

Infelizmente, por uma inabilidade técnica, a entrevista realizada foi comprometida e o arquivo em sua completude foi perdido, situação complexa que marca a metodologia do meu trabalho. No entanto, penso ser importante usar esse infortúnio para tecer algumas considerações sobre como a narrativa das mulheres negras são atravessadas pelas dores deixadas pelas opressões interseccionadas e como, muitas vezes, isso recebe mais destaque em nossas páginas do que nossas possibilidades de subversão da ordem violenta que nos foi imposta.

Este tópico carrega como objetivo central apresentar alguns conflitos que visualizei durante as entrevistas acerca de como as dinâmicas de gênero foram vivenciadas e percebidas no interior das coletividades negras. Em outro capítulo mais adiante, tratarei de forma mais detalhada a experiência que essas mulheres ativistas vivenciaram com o sexismo. Logo, nesse momento, fiz uma abordagem mais geral desses fatos com o intuito de demonstrar para as leitoras/es que diferente do que se argumenta, as mulheres negras já se percebiam em um contexto de negação das suas potencialidades e que existia a necessidade de uma contraposição a essa ordem.

Tocar em pontos que revelam como esse patriarcado da memória operou na militância dessas mulheres não se configura uma tarefa simples, no entanto assumi esse desafio. *Narrar o outro*, escrever algo que seja bom o bastante, que seja capaz de prender a atenção das pessoas negras, como nos lembra Toni Morrison (2019), compõe as complexidades das narrativas sobre nossos caminhos. No entanto, como fazer isso sem espetacularizar as dores que compõem as trajetórias dessas mulheres?

Ainda pensando com a autora, ela se mostra fascinada pela forma com que a escrita de pessoas brancas, produtoras de literatura, tem um verdadeiro fetiche pela dor que a cor negra carrega, criando sempre narrativas de horror para refazer nossos percursos de pessoas negras. Pessoalmente tenho buscado escrever com o cuidado em não cair nessa armadilha, muito embora faça um trabalho com enfoque na misoginia, tenho pensado ser importante enfatizar cada vez mais as formas de subversão dessas mulheres.

Foi lendo Audre Lorde (2020) e toda sua subversividade intelectual que fui compreendendo que a tarefa das mulheres negras frente à violência que nos assola é a busca constante de poder dentro de si mesma, fazer a travessia do medo, enfrentar as mais variadas formas de silenciamento e desprezo e reconstruir suas próprias histórias, tendo o cuidado em não deixar evidente, aos olhos dos que nos oprimem, quais são nossas vulnerabilidades. Nas palavras de Lorde,

Buscar o poder dentro de mim significa que devo estar disposta a atravessar o medo e partir rumo ao que há para além dele. Quando olho para meus pontos mais vulneráveis e reconheço a dor que senti, consigo separar a origem dessa dor dos arsenais dos meus inimigos. **Portanto, minha história não pode ser usada para dar munição ao inimigo, e isso diminui o poder deles sobre mim.** Nada que eu aceite de mim mesma pode ser usado contra mim, para me diminuir. (Lorde, 2020, p. 189. Grifos meus).

Escrever uma história que não dá munição ao inimigo é um compromisso, sobretudo, de destituir de poder aqueles que usam as narrativas das mulheres para subverter ou até mesmo questionar a veracidade de suas ações. Lorde (2020) nos lembra que somos mulheres negras, nascidas em uma sociedade que nutre ódio e desprezo a tudo que é negro e tudo que é de mulher, e temos observado até aqui que, embora mulheres negras compartilhem com companheiros negros as vivências do racismo, existe uma barreira imposta pelo patriarcado, em reverberar e reconhecer o sexismo que elas experienciaram.

Comecei este tópico indagando quem faz por nós, se não nós mesmas? Dialogando com a obra de Audre Lorde (2020) vejo uma possibilidade de construção narrativa que evoca, principalmente, a capacidade de conexão e caminhos de cura das feridas que mulheres negras estabelecem umas com as outras por serem atravessadas por opressões comuns as suas trajetórias.

Mulheres como Preta Simoa, Lúcia Simão, Joelma Gentil, Leda Silva, Francisca Sena, que construíram junto comigo este capítulo, remontam com suas existências e narrativas as lacunas históricas que foram criadas a partir do que tenho chamado aqui de patriarcado da memória.

É fundamental, para que aqueles que se enxergam como referência, orquestrar uma narrativa na qual as mulheres ocupam o espaço da coxia, enquanto o palco das assembleias é composto por homens negros e suas intervenções imponentes. Ainda pensando com Lorde (2020), quando afirma: *apague ou seja apagado*, considero que em linhas gerais é dessa maneira que enxergo o funcionamento exitoso do patriarcado da memória, apagar para não ser apagado, conforme lembra Francisca Sena: “se há um apagamento hoje, na década de oitenta

esse apagamento era muito maior, era uma época que você não tinha redes sociais, então nós mulheres não aparecíamos.” (Francisca Sena, Fortaleza- CE, 3 de março de 2021).

O apagamento é sistemático e acompanha a trajetória das ativistas negras cearenses, desde Preta Simoa, que foi escondida atrás da jangada do Dragão do Mar, a Lúcia Simão, pessoa com a qual tentei inúmeras vezes, sem sucesso, realizar uma entrevista. Todas as vezes que a procurei via telefone residencial, a resposta que recebi foi: *entrevista para Universidade é apenas comigo*.

Ainda assim o nome Lúcia Simão se levanta nas linhas deste trabalho, como forma de lembrar àquele que dizia ser apenas com ele os diálogos sobre o movimento negro, que embora o patriarcado da memória tenha obtido êxito em várias instâncias historiográficas no que diz respeito às percepções de gênero dos movimentos negros, este trabalho é comprometido em evocar a capacidade que as mulheres negras tiveram em se impor perante as formas de silenciamento/apagamento que vivenciaram.

Assim, o capítulo seguinte intenta analisar e teorizar de forma mais profunda as experiências de mulheres negras com o que bell hooks (2020) chamou de patriarcado negro. Intitulado *Narrativas e experiências de mulheres negras organizadas*, no próximo capítulo busco perceber as relações misóginas que as mulheres negras ativistas viveram nas organizações negras mistas, e como essas relações possibilitaram a existência de traumas a ponto de algumas dessas mulheres decidirem não construir mais política antirracistas em movimentos negros mistos.

3. NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS ORGANIZADAS

Eles podiam se juntar às mulheres brancas e negras para protestar contra homens brancos opressores e desviar a atenção do sexismo deles, do apoio deles ao patriarcado e de sua exploração sexual da mulher. Líderes negros, homens e mulheres, tem relutado em reconhecer a opressão sexista de homens negros sobre mulheres negras, porque eles não querem reconhecer que racismo é a única força opressora em nossa vida. E também não querem dificultar seus esforços de resistência contra o racismo ao reconhecerem que homens negros podem ser vítimas do racismo, mas, ao mesmo tempo, agirem como opressores sexistas de mulheres negras. (bell hooks, 2019, p. 146).

bell hooks avançou no que toca às interpretações sobre as incoerências que habitam o universo do ativismo, que tem como ponto central o enfrentamento do racismo. Na obra *E eu não sou uma mulher?* (2019), a autora faz uma análise não só das experiências de mulheres negras com o sexismo perpetrado por homens brancos, mas como os aliados negros, do interior das nossas comunidades e agendas de luta, também manifestaram seu sexismo em direção às mulheres negras.

Importante não perder de vista que a argumentação da autora, ao apontar o sexismo dos homens negros, não intenta criar uma atmosfera de competição de gênero no interior da comunidade negra, ou promover rivalidades que nada acrescentariam no enfrentamento ao racismo que nos assola. Acredito que o objetivo central é não perder de vista que, assim como a supremacia branca nos massacrou coletivamente, sejam homens ou mulheres negras, nossos companheiros negros criaram o imaginário de um outro para oprimir, dentro do próprio grupo, uma vez que no território das opressões muitas feridas psíquicas foram abertas e não houve tempo para a cura coletiva. O capitalismo, o racismo e o sexismo foram eficazes em roubar de nós o tempo da cura, prejudicando diretamente nossa convivência em comunidade, o que, obviamente, fortalece a supremacia branca.

Neste capítulo proponho um diálogo com mulheres negras que foram ativistas organizadas e atuaram em coletivos de negros mistos e, posteriormente, em coletivos apenas de mulheres negras, com o intuito de identificar as tensões de gênero provocadas pela experiência dessas mulheres com o sexismo, bem como me proponho, a partir das investidas teóricas feitas por bell hooks, a aprofundar as compreensões no que estou chamando de patriarcado negro.

O capítulo está dividido em três tópicos. São eles: *Patriarcado negro: experiências de mulheres negras com o sexismo*; *Organizações negras mistas: o silenciamento das mulheres*; e por fim: *Misoginia e o trauma - o não falar*.

3.1. Patriarcado negro: experiências de mulheres negras com o sexismo

Quando esta pesquisa, dentro desses caminhos do gênero, foi tomando forma, comecei a perceber que de um lado tínhamos o patriarcado como conceito já estabelecido, mas tive uma certa dificuldade de encaixar o que ocorria dentro da nossa comunidade negra nesse conceito, talvez porque, para mim, as experiências coletivas que constroem as identidades negras são outras. Somos fruto de um processo histórico que foi ancorado na escravização, então não dá para atribuir aos homens negros rótulos pejorativos, sem ao menos contextualizar como foram construídas as suas subjetividades a ponto das suas companheiras negras serem vistas como um outro passível de opressão.

Quando escreveu sobre a “*mulher negra escravizada*”, bell hooks recuperou as tensões de gênero no interior das relações interpessoais nas famílias negras, e do impacto da escravidão na formação da consciência dos homens negros, objetivando compreender o que ela chama de “*emasculação*”, que significa o roubo das masculinidades dos homens negros no processo de escravidão. Homens brancos usurparam toda e qualquer possibilidade de exercício de poder por parte dos homens negros, eles não eram entendidos como os patriarcas das suas famílias, sobretudo no que tocava à violência sexual sofrida por mulheres negras escravizadas, onde seus companheiros não tinham poder de impedir.

A referida autora recupera os estudos acadêmicos que acompanham as sequelas da escravização ao longo das décadas nas comunidades negras, e seus impactos na formação das subjetividades de homens negros, concluindo que esses estudos têm uma tendência em dar aos homens negros o título de *maior vítima da escravização*, exatamente por terem tido sua figura de patriarca roubada, por ter sido destituído de sua masculinidade.

Acredito que do ponto de vista histórico e sociológico, o trabalho não é eleger quem sofreu mais, e sim fazer uma reflexão coerente dos impactos desse processo de horror na nossa comunidade, sem atribuir aos homens a maior parcela do sofrimento porque foram emascarados, ou justificar seus comportamentos opressores pela mesma razão. Cabe a nós compreender as dinâmicas desse processo, fazendo as devidas conexões com o tempo presente e compreender que foi um massacre coletivo que deixou marcas históricas e profundas nas estruturas sociais, afetando diretamente quem somos hoje, enquanto comunidade negra. Conforme afirma bell hooks:

Tradicionalmente, acadêmicos têm destacado o impacto da escravidão na consciência do homem negro, argumentando que homens negros, mais do que mulheres negras, eram as “verdadeiras” vítimas da escravização.

Historiadores e sociólogos sexistas, estadunidenses, deram ao público e perspectiva de que o impacto mais cruel e mais desumano da escravidão na vida de pessoas negras foi ter arrancado dos homens negros a masculinidade, o que, segundo eles, resultava na dissolução e desmembramento geral de qualquer estrutura de família negra. Acadêmicos ainda argumentam que ao não permitir que homens negros assumissem seu tradicional status patriarcal, os homens brancos efetivamente o emascularam, reduzindo-os a um estado afeminado. Implícito nessa afirmação está o pressuposto de que o pior que pode acontecer com um homem é ser forçado a assumir o status social de uma mulher. (bell hooks, 2019, p. 45).

O argumento da autora versa sobre uma compreensão que tenho percebido ao longo das leituras e escrita deste trabalho: o impacto sobre nossa comunidade está ancorado, também, no direito e acesso ao poder. A forma que a estrutura social foi construída historicamente deu margem para entendermos que aquele ou aquela que pertencesse a um grupo historicamente oprimido e gozasse de algum poder, por menor que ele fosse, escaparia das violências, o que criou um imaginário coletivo que diante da nossa comunidade, atravessada pelo racismo, o outro passível de dominação, dos homens negros, seriam mulheres negras.

A apelação para a construção das famílias negras a partir da figura de um patriarca que, teoricamente, exerceria poder e controle demonstra que a construção familiar não evoca um enfrentamento às opressões de maneira horizontal, mas o desejo de reprodução nas relações interpessoais do poder que foi usurpado pelos homens brancos fora de casa.

Relatos que ainda comporão esta pesquisa, mas adianto um trecho que auxilia na compreensão dessa análise, apontam que relações conjugais, heterossexuais, de mulheres e homens negros, ativistas antirracistas na mesma organização, eram fortemente atravessadas pela opressão de gênero no foro íntimo. Expressões como *“não fale desse jeito”*, *“não se comporte dessa maneira”* ou *“não use essas expressões em público”*, do meu ponto de vista, diferente do que se querem fazer acreditar, não denota uma preocupação com a imagem da companheira, mas sim a ânsia de controlar o único corpo sobre o qual, supostamente, ele exerce algum tipo de poder.

Tinha essa questão de gênero, que eu não conseguia na época traduzir, e porque eu não conseguia traduzir? Porque eu era casada com um cara absolutamente machista, preto, do mesmo grupo que eu fazia parte e presidente do grupo. Então eu percebia coisas, tipo assim, ele trabalhava numa instituição federal, era funcionário público federal, no cargo que ele ocupava eram pouquíssimas pessoas negras, acho que só tinha ele e mais um homem negro, então eram pessoas que tinham que passar uma imagem de elite, porque atendia a elite. E o que eu percebia, quando tinha churrasco, alguma coisa da empresa, ele sempre dava um jeito de eu não ir. Só que eu não queria admitir de forma alguma, naquela época, que aquilo era por conta da minha imagem, do meu discurso, da minha postura, de quem eu sou, uma mulher preta. Eu

pensava, não é possível, porque o cara é do movimento negro, é preto, presidente do grupo, então, eu não queria admitir, era difícil pra mim enxergar. Na verdade, eu enxergava, mas era difícil pra mim compreender e me conscientizar daquilo que eu estava enxergando, eu via e não queria acreditar no que estava vendo. E isso me motivava a procurar leituras ou conversar com alguém. E aí começavam os conflitos, tinha reunião do Grunec e tinham conflitos porque eu tinha posicionamentos compreendidos por ele e por elas, como radicais, e era deslegitimado, também, pelo cara com quem eu era casada, e ele via que meu discurso tinha repercussão, principalmente na juventude, e aquilo desagradava ele, porque era como se eu brilhasse mais que ele. (Karla Jaqueline Vieira Alves, entrevista online, 4 de julho de 2023).

A compreensão do patriarcado negro passa, sobretudo, pelo entendimento de que não só dentro do ativismo racial, mas das relações pessoais, dentro de casa, esse desejo de poder é cada vez mais latente, e precisamos ter tranquilidade para falar sobre isso, sem cair na armadilha de um possível recalque de quem tem mais controle sobre o outro, mas entendendo que a escravidão não fez uma vítima maior e colhemos os frutos até hoje, nosso sofrimento é coletivo, é sexismo puro afirmar que não permitir aos homens negros ser um patriarca é a maior das suas vergonhas, pois ainda que se arranquem seu status patriarcal, não usurpam dele sua masculinidade, e é exatamente nesta última que habita seu exercício ou ânsia de domínio sobre mulheres negras.

Quando a entrevistada recuperou que custava a acreditar que era isso mesmo que estava vivenciando, do ponto de vista da opressão, do silenciamento, revela-nos que muitas vezes mulheres negras esperam dos seus parceiros um companheirismo que nunca chega, no que toca à construção das suas relações dentro e fora do ativismo racial. A ideia do discurso que repercute mais também oferece alicerce para o silenciamento de mulheres negras, uma vez que no interior dessa comunidade criou-se um entendimento de que uma fala específica precisa fazer mais eco e essa fala não pode ser das mulheres negras.

Atribuo esse fato a essa disseminação da imagem de mulheres negras radicais, como a entrevistada aponta, ou até mesmo agressivas, imaginário oferecido pela supremacia branca que ganhou simpatizantes, infelizmente, no interior da nossa comunidade. Penso que a adesão a esse discurso sobre nós, por parte dos companheiros negros pode estar ligado a esse sentimento de competição que Karla Alves chama atenção, quando relembra *“aquilo desagradava ele, porque era como se eu brilhasse mais que ele”*.

Essa expressão dialoga com o que chamo atenção mais acima. São as dinâmicas de poder atuando em prol do nosso fracasso coletivo, é como se o enfrentamento ao racismo não pudesse ser uma prática horizontal, alguém precisa receber o mérito por seus feitos, e esse alguém não é mulher, foi assim na abolição quando esconderam Preta Simoa nas sombras de

Dragão do Mar, e tem sido assim, na contemporaneidade, quando inúmeras vezes tentei acessar, via telefone fixo, uma ativista histórica do movimento negro cearense e, coincidentemente, ou não, seu companheiro, que compusera a mesma organização que ela fundou atendia e respondia: *“se for entrevista para universidade é comigo”*.

A compreensão de que mulheres negras não discursam bem, não organizam as ideias e suas mensagens de forma coerente também afetou os homens negros dentro do ativismo e fora dele, a ponto de se acharem no direito de podar como, quando e o que poderia ser dito por elas. Deslegitimar esses discursos, como aponta Karla Alves, não deixa de ser mais um mecanismo de exercício de poder.

Humilhar, silenciar e expor a vergonha é uma forma de demonstrar às mulheres negras qual é, de fato, o seu lugar. O direito à fala presume liberdade, controle sobre si e sobre seu intelecto, a partir do momento em que esse direito é castrado, fica evidente a seara de violência que mulheres negras estão e foram inseridas, sem perceberem, ou sem conseguirem acreditar no que estavam enxergando, como chama atenção a entrevistada.

Outro fato que chama atenção é o cargo de presidência de movimentos sociais negros, pois o processo de disputa por esse lugar tem sido marcado por uma tensão de gênero que muitas vezes evoca um discurso misógino em relação às mulheres negras. É importante que a presidência seja ocupada por um homem “porque ele sabe se comunicar melhor”, e isso me leva a refletir a quem ficou o direito da fala, quem dentro dessa estrutura pode “erguer a voz”?

Existe uma diferença entre falar e ser ouvida, mulheres negras podem até elaborar discursos, mas quem escutará, quem entenderá? Na perspectiva de bell hooks a voz é o instrumento que liberta, os discursos históricos do movimento negro são assinados por homens negros, no entanto, fica o questionamento: a quem pertence a autoria desses discursos?

Em entrevista concedida para esta pesquisa, a ativista Joelma Gentil, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado, em Fortaleza, recuperou uma situação que ocorreu enquanto realizava sua pesquisa de mestrado. A ênfase foi na trajetória de uma mulher, referência na construção do ativismo racial no Ceará, que viveu situações semelhantes à de outra mulher entrevistada anteriormente nesta pesquisa, ou seja, possuía uma vida conjugal com um membro da mesma organização negra. Desse modo, as duas eram atravessadas pelo mesmo silenciamento não apenas da sua voz, mas a usurpação da sua atividade intelectual. Ao ser indagada sobre como ela percebia as dinâmicas de gênero no interior dos movimentos negros cearenses, responde: citado no capítulo anterior: *situações que eu jamais imaginei. Textos, reportagens que saíam em determinado jornal, que até eu pensava que fulano que tinha escrito, mas não, ela falou pra mim, eu escrevi.*

Dos pontos que me chamam a atenção nas falas aqui apresentadas, a incredulidade me salta aos olhos, pois a primeira entrevista deixa evidente: “*eu não queria acreditar*”; e a segunda: “*eu jamais imaginei*”. A partir dessas expressões penso que esse sentimento é tocado por um desejo de um companheirismo que, como disse Karla Alves, nunca chegou. Mulheres negras estão na luta por uma estrutura horizontal dentro da nossa comunidade, um pensar e fazer negro que passe por todas as pessoas, mas temos assistido um maçante processo não só de silenciamento, mas de usurpação da produção intelectual de mulheres negras.

O que motiva um companheiro, não só da mesma organização, mas da vida, a assinar uma produção intelectual que não é sua, não foi pensada, articulada, escrita por ele? Tenho me dedicado nos últimos anos e conhecer os processos de escritas de mulheres negras e percebido que o fator que atravessa esses trabalhos é a compreensão da escrita como ferramenta de auto recuperação e liberdade, a escrita que rompe os grilhões do racismo e do patriarcado.

Mulheres negras, organizadas em grupos ou não, experienciaram situações de opressão que muitas vezes, marcadas pelo trauma, ou por não terem conseguido identificar naquele momento, não conseguiram verbalizar. Quantas histórias jamais conheceremos porque essas mulheres optaram, por estratégia política, poupar a imagem patriarcal dos companheiros?

Quando falo em patriarcado negro, diferente do que se imagina, não intenciono criar um cenário de disputa no interior da nossa comunidade, mas intento chamar atenção para a construção das narrativas em torno do movimento negro cearense, que propositalmente não problematizou como essas organizações feriram e ainda ferem a dignidade de mulheres negras que alicerçaram essas instituições e são as responsáveis pela existência delas.

Quem convenceu essas mulheres que seria mais vantajoso que um companheiro da mesma organização assinasse a sua produção e publicasse em jornais e revistas? A partir de quais estruturas de pensamento é aceitável a ideia de que “*com universidade quem fala sou eu*”? bell hooks argumentou que o ativismo negro nas américas elevou uma pauta, amadurecida ao longo das décadas: “*a falta de poder do homem negro*”. O homem negro foi emasculado, destituído de toda e qualquer expressão e exercício de poder, com isso, criam uma agenda patriarcal com o intuito de possuir um *outro* passível de opressão, e esse *outro* são as mulheres negras.

Homens negros se dispuseram a se aliar com a dominação patriarcal, o que não anula o racismo dos homens brancos em direção a eles e nem os coloca em situações de igualdade, mas os oferta a falsa sensação de possuir algum tipo de poder sobre a existência de um sujeito, no caso, mulheres negras.

bell hooks recupera líderes negros históricos referências para o movimento antirracista, como Marcus Garvey, Malcom X, Martin Luter King, Amiri Baraka, e seu apoio ao patriarcado, vinculados à ideia de que há a necessidade do homem negro ter poder, e que essa “necessidade” caminhou lado a lado com uma postura antimulher e com o reforço ao pensamento racista da desumanidade dos homens negros.

Como exemplo, a autora recupera um discurso de Amiri Baraka, onde argumenta que *a maioria dos homens brancos são treinados para ser bicha, o homem negro era o homem real pois conseguia controlar sua mulher*. Para a autora,

Ironicamente, o “poder” dos homens negros, celebrado por Baraka e outros, era um estereótipo racista do homem negro como primitivo, forte e viril. Apesar de essas mesmas imagens de homens negros terem sido evocadas por brancos racistas para apoiar o argumento de que todos os homens negros eram estupradores, nesse momento eram romantizadas como características positivas. (bell hooks, 2019, p. 159).

Acredito que o racismo e o patriarcado fizeram uma astuciosa armadilha para os homens negros, no que toca à ideia da necessidade de poder, e nossos companheiros caíram, não ingenuamente, mas envaidecidos pela possibilidade de terem alguma coisa para chamar de sua, uma vez que, historicamente, pessoas como nós não acessaram nenhuma posse.

Digo isso em razão da disseminação discursiva acolhida pelos homens negros de que o problema maior enfrentado por eles passava pelo poder ou pela falta dele, um discurso facilmente aceito que estabeleceu na comunidade negra um cenário de disputa onde homens negros demonstravam sua virilidade oprimindo suas companheiras. Em linhas gerais, esse poder econômico, prestígio social e político tão idealizado, mas que nunca chegou foi transformado em uma postura *antimulher*, como disse bell hooks.

Não intento, por assim dizer, que homens negros praticaram e praticam uma política de ódio contra mulheres negras, a questão não é essa, e penso que muitas vezes a interpretação sobre o patriarcado negro é equivocada porque compreende que trata-se de uma dimensão teórica que problematizou uma possível política de ódio de homens negros para mulheres negras. Na verdade, pensar esse patriarcado negro é pensar as escolhas feitas por homens negros diante de uma estrutura atravessada pelo racismo e pelo massacre da nossa comunidade, na ocasião, as mulheres negras não foram suas escolhidas.

A falsa sensação de poder já mencionada, revela uma face do racismo e da misoginia que precisa ser abordada com seriedade, do ponto de vista político, no interior de organizações negras antirracistas mistas. Os relatos sempre revelam um campo de disputa

fortemente marcado pelas tensões de gênero, onde mulheres negras estão sempre à mercê de decisões que não centralizam seus problemas ou são jogadas à margem por não possuírem *didática para falar como homem*, como lembrou Joelma Gentil, em entrevista concedida para esta pesquisa. Mas o que seria uma mulher negra que possui atribuições pedagógicas adequadas para dialogar com homens negros? Seria a mulher que não questiona, não se impõe, que tudo aceita?

O mito da mulher negra raivosa, que paira sobre o imaginário coletivo, não isenta homens negros de serem mais um agente disseminador desse discurso, haja vista que as organizações políticas negras excluem mulheres negras dos espaços de decisões porque é mais “*prudente que vá um homem*”. Isso não revela um sentimento de proteção, como nos querem fazer pensar, mulheres negras não estão sendo protegidas quando são empurradas para fora dos cenários políticos, estão sendo silenciadas, são situações distintas que o patriarcado negro tem usado de forma estratégica para camuflar sua ganância por protagonismo em detrimento do nosso apagamento.

Dentro da minha experiência, na condição de ativista de movimento de mulheres negras, escutei inúmeras vezes de companheiros negros que o *radicalismo* de mulheres negras prejudicava a luta e que nos fazia *perder oportunidades*. Karla Alves lembrou na entrevista acima mencionada que suas posturas sempre eram compreendidas pela organização na qual fazia parte como *radicais*. Joelma Gentil recuperou a fala onde foi acusada de não ter *didática para falar com homem*. Desqualificar para dominar, ao que parece, tem sido a constante nas organizações negras. Atribuir pechas pejorativas às mulheres negras, fazê-las acreditar nisso, tem sido uma estratégia eficaz.

A ideia não é forçar uma aliança política dos homens em sua totalidade, em nenhum momento perco de vista que a ação perversa do racismo não coloca homens negros em posição de igualdade aos homens brancos, no entanto é necessário refletir que assim como meninos brancos, meninos negros também foram socializados a partir de uma compreensão sexista da sociedade, o que em algum momento fazem seus caminhos se cruzarem, é a ideia de uma suposta superioridade por serem homens e saberem que nisso existem vantagens sociais valiosas.

No cenário político de ativismo social, homens negros entenderam isso muito cedo, pois usufruir do privilégio masculino é, antes de qualquer coisa, executar algum tipo de poder diante de um histórico de emasculação. Tenho percebido que o debate é ancorado muitas vezes em um jogo de poder. Dentro da política brasileira da contemporaneidade, os pequenos espaços destinados às pautas raciais têm fomentado um campo de disputa dentro da comunidade negra,

criando lados opostos como se tivéssemos pautas distintas. Ofertar às mulheres negras cargos públicos de decisão com o intuito de reparar danos históricos de exclusão e silenciamento desperta em companheiros negros, mas também na comunidade como um todo, a dúvida da capacidade política e intelectual dessas mulheres para ocuparem tal espaço.

A branquitude tem lucrado com o patriarcado negro, porque ele cria fissuras profundas nas bases da nossa comunidade, recupera gatilhos emocionais de mulheres e homens negros vitimados pelas opressões interseccionais, criando campos de tensão irreparáveis. bell hooks argumentou que nós somos uma comunidade que não se curou das feridas emocionais propiciadas pela opressão racial e de gênero, que nós criamos espaços de luta por justiça e equidade sem ao menos termos tido tempo de promover nossa autocura. Entramos na militância com a saúde mental fragilizada e levamos para esses espaços de luta dores jamais faladas, quiçá curadas, pois o racismo não nos deu tempo e qualidade de vida para que nossa autorecuperação fosse possível, o que comprometeu nossa ação política e fomentou e fomenta cenários de disputa, sobretudo por migalhas de protagonismo conquistado com muita luta nos espaços políticos, estruturados pela supremacia branca, disfarçados de poder político.

O patriarcado negro ganha projeção nessas armadilhas nas quais a branquitude nos prende. Homens negros, intelectuais ou não, que possuem projeção política no ativismo racial, têm assumido um discurso que desqualifica mulheres negras, com o intuito de ocupar esses espaços de suposto poder, espaços esses que não ofertam nenhuma autonomia, ainda assim, optam por colocam em risco as bases sólidas da nossa comunidade por uma pequena fatia de protagonismo.

Alinhar o debate do patriarcado negro com o ativismo racial me levou a tensionamentos profícuos que deixaram cada vez mais evidente a necessidade de trazer esse conceito para o trabalho. Muitas vezes fui abordada por ativistas, homens negros, com o intuito de saber o que foi dito sobre eles, existia uma preocupação latente em saber de que forma os seus nomes aparecem nas linhas deste trabalho. Reflito que essas preocupações são fruto de um ativismo racial atravessado pelas tensões de gênero que, ao longo dos anos, foi tratado como um problema de segunda categoria.

Temos escritos de nomes de mulheres negras de projeção internacional no movimento antirracista, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, datados da década de 70, que já sinalizavam o problema do sexismo no movimento negro, o que nos permite perceber que o problema, além de acompanhar a trajetória de luta dos movimentos negros, encontra resistência política na sua resolução.

Dentro desse raciocínio, acredito ser fundamental o exercício de escuta das mulheres negras, ouvir os seus processos de construção de identidade dentro dos movimentos negros e fora dele, tendo em vista que os silenciamentos dessas vozes fomentaram traumas perversos nas subjetividades dessas mulheres. Conforme alertou bell hooks: *não há cura no silêncio*, a cura é coletiva, a cura habita nos processos de escuta, na nossa reivindicação pelo direito à fala e à expressão da verdade, conforme apontou a autora já mencionada,

O desmascaramento coletivo é um importante ato de resistência. Se, enquanto pessoas negras, a possibilidade de nos dedicarmos à verdade em nossa vida sem nos colocar em risco ainda é uma marca de opressão, então reivindicar o direito de expressar a verdade de nossa realidade de qualquer forma é uma marca de resistência, nosso compromisso com a libertação. (bell hooks, 2023, p. 35).

Importante destacar quando a autora menciona que a busca pela verdade nos coloca em risco, sobretudo se acionarmos o fato de que o linchamento público ainda é uma marca colonial dentro dos movimentos sociais, principalmente quando essa busca pela verdade e o ato corajoso de denunciar as opressões sofridas partem das mulheres negras, experienciamos um descrédito quase que unânime por parte de quem nos escuta, o que fomenta os silenciamentos de décadas de violências sofridas por esses corpos, pelo receio de falar e ser descredibilizada.

As opressões interseccionais mobilizam nas mulheres um histórico de dores e traumas. Trago um fragmento do texto de Jota Mombaça, *O mundo é meu trauma*, para anunciar o tópico seguinte, que propõe um debate sobre a relação da misoginia e o trauma que atravessam a vida das mulheres negras. Intitulado: *misoginia e o trauma- o não falar*, o tópico intenta fazer uma discussão em torno das experiências de mulheres negras organizadas com a misoginia no interior dessas organizações, bem como fomentar um debate teórico sobre como as opressões interseccionais são responsáveis por fragilizar fortemente a saúde mental de mulheres negras.

3.2. Misoginia e o trauma - o não falar

Se a gente ao menos soubesse enfeitiçar os efeitos da ansiedade noutras
direções, para aprender com ele.
Mas a gente vai ficando doente.
E se sente descartável
Estamos sempre na porta ou
Na esquina de qualquer coisa.
Em homenagem a Conceição Evaristo, a gente
Combinamos de não morrer, precisávamos também que
Eles tivessem combinado de não nos matar.
Eu sei que eles não estão apenas lá fora. Não vi quando
Se instalara, mas eu os sinto mexer bem na espinha

Dorsal de todos os meus traumas. São eles que morrem
A gente, apesar do que a gente combinamos.²⁴

Escritora e artista visual brasileira, Jota Mombaça oferta contribuições nos estudos e escritos por justiça anticolonial, quando evoca que o mundo é o nosso trauma. Talvez ainda não dimensionamos os efeitos das opressões interseccionais na psique de mulheres negras, temos nos obrigado a resistir, dia após dia, sem mergulhar em um processo real de cura dos horrores provocados pelo racismo e pela misoginia, impelidas a nos levantar sem força alguma, mas o colonialismo vendeu a ideia de *força bruta* de mulheres negras e nos roubou o direito ao luto, à dor, à vergonha. Somos duplamente violentadas, quando somos atravessadas pela opressão e quando não temos o direito de sangrar as feridas que essas violências deixaram, carregamos os acúmulos perversos de dores sentidas, mas nunca faladas.

Conforme evoca Jota Mombaça, combinamos de não morrer, mas eles não combinaram de não nos matar, essa a máquina racista e misógina de moer gente nunca para, nunca dá trégua, está sempre em funcionamento perfeito, sobretudo quando sua engrenagem encontra aliados na nossa comunidade para continuar funcionando. A ênfase na frase *mulheres negras resistem*, têm sua glória, mas também têm suas contradições. Nós mulheres negras precisamos enfatizar como fazer da vida um cenário cotidiano de resistência tem sido danoso à nossa saúde mental, o ativismo racial que não assume a responsabilidade diante das dores de mulheres negras atravessadas pelo patriarcado negro falhou.

Dentro dessa perspectiva, considero fundamental refletir através da teoria psicanalista de Grada Kilomba, direcionando o debate para as questões de gênero, quando a autora reflete que o trauma do *sujeito negro* vem, sobretudo, do infeliz contato estabelecido com o mundo branco, onde ela argumenta, à luz do pensamento de Franz Fanon, que a *irracionalidade do racismo é o trauma*. Acho oportuno acrescentar que a irracionalidade das opressões interseccionais aqui mencionadas é o trauma.

A autora reflete a partir também de Toni Morrisom sobre a “dessemelhança”, onde o argumento seria alusivo à representação mental que a pessoa branca faz da pessoa negra, colocando essa pessoa negra no lugar de “dessemelhança”, ou seja, aquilo que ela não quer se parecer. Ao analisar os argumentos que fizeram bell hooks construir a teoria do patriarcado negro, penso ser oportuno traçar um paralelo com os estudos psicanalíticos de Grada Kilomba acerca do trauma indizível do racismo na pessoa negra.

²⁴ MOMBAÇA, Jota. O mundo é meu trauma. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 11, p. 20-25, nov. 2017.

Mulheres negras foram socializadas dentro das nossas comunidades na contrapartida da socialização de homens negros, o segundo grupo foi socializado dentro das dinâmicas históricas da misoginia, e o primeiro experimentando a prática misógina. Assim, essas mulheres negras vivenciam a “*outridade*” no aspecto relacional, elas são o outro do homem negro, dentro da escala de hierarquia das opressões, elas são transformadas nas “as outras”, o grupo passível de opressão, desprovido de poder, de saber, de fala, e de agência de si mesma, tudo que esses homens historicamente emasculados não desejam ser.

Acredito que temos, nesse contexto, a criação do trauma em ambos os lados, a usurpação do ser provocada pelo colonialismo deixou feridas que não fecham e criou um cenário de competitividade no interior da comunidade negra, somos sempre provocadas e provocados a concorrer entre nós, uma vez que no acesso às oportunidades temos sempre o menor lugar e, muitas vezes, o não lugar. Mais uma vez a supremacia branca garante a manutenção da sua hegemonia quando, além de nos limitar, fomenta os desacordos entre nós. Grada Kilomba (2019) à luz de Fanon, argumenta:

Fanon utiliza a linguagem do trauma, como a maioria das pessoas negras o faz quando fala sobre as experiências cotidianas do racismo, indicando o doloroso impacto corporal e a perda característica de um doloroso impacto traumático, pois no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter. Tal separação é definida como um trauma clássico, uma vez que priva o indivíduo de sua própria conexão com a sociedade, inconscientemente pensada como branca. (Kilomba, 2019, p. 39).

Nossa socialização é muito ancorada no que a experiência colonial deixou, nossas práticas religiosas, educativas, culturais e artísticas são violentamente perseguidas, gerando o que a autora chama de separação da identidade. Não reconhecemos o que vemos, e por reação às ações violentas do racismo, nas relações de sociabilidade é escolhido um outro para oprimir, no caso específico desta pesquisa, a *outra*.

Assim, o trauma acompanha as narrativas de pessoas negras porque ele marca nossa existência no mundo pensado e estruturado pelas pessoas e mentes brancas. Em algumas ocasiões esse trauma vem acompanhado do silêncio, sobretudo quando estamos falando de mulheres negras que têm seu processo de socialização vinculado ao não dito.

Algumas mulheres negras fundamentais para esta pesquisa, ativistas históricas do movimento negro cearense, não aceitaram dar entrevistas para este estudo. Na condição de pesquisadora ainda insisti, mas logo compreendi que talvez, assim como meu eu mulher negra não consegue revisitar lugares na minha memória por serem marcado pelo trauma, pela dor, e

muitas vezes pela vergonha, essas mulheres que busquei também não conseguissem. Apenas uma, quando expliquei que a pesquisa se tratava de experiências de mulheres negras ativistas com o racismo e o sexismo no interior de suas organizações e, em alguma medida, fora delas (por uma questão ética guardarei o nome), respondeu: “*eu não consigo falar*”.

Eu conheço de perto a vida dessa mulher, muitas vezes fui não só companheira de luta, como testemunha das suas dores, vi de perto a perversidade da misoginia de ativistas negros atravessar sua vida inúmeras vezes e compreendo as razões que a impedem de falar para esta pesquisa. Falar, em grande parte dos casos, é reviver muito do que a gente quer apagar, a questão é que essas vivências remontam o cenário histórico de silenciamento das mulheres negras nas organizações de ativismo político e oferecem um panorama de interpretação coerente do chamado patriarcado negro.

No entanto, até que ponto usar a dor da outra pessoa como suporte teórico e metodológico é vantajoso? Na mesma medida reflito: quem se beneficia desses não ditos? Questiono se em alguma medida esses atores misóginos não se ancoram na certeza do não dito de mulheres negras para continuar fazendo o que fazem.

Quando escreveu sobre o não dizer, Grada Kilomba recupera o exemplo da máscara de ferro colocada na boca de escravizados, forçadamente, por senhores brancos de fazendas. A metáfora da máscara vem junto com os questionamentos: *quem pode falar? Quem ganha com o sujeito negro em silêncio?* Refaço a pergunta: quem ganha com mulheres negras em silêncio? Falar sobre experiências que desagradam, confrontam e oportunizam que esses sujeitos fiquem face a face com seu sexismo tem sido uma missão difícil para mulheres negras marcadas pelo trauma. O não dizer muitas vezes não é uma escolha, mas um mecanismo de defesa, o não dizer também perpassa o medo, medo do descrédito, da vergonha, conforme explica a autora:

Falar, torna-se, assim, virtualmente impossível, pois, quando falamos, nosso discurso é interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente pra ser dita nem tão pouco ouvida. Tal impossibilidade ilustra como o falar e o silenciar emerge como um projeto análogo. O ato de falar é como uma negociação de quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/es. (Castro Varela e Dawa, 2003). Ouvir é, neste sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar somente quando sua voz é ouvida. (...) A máscara recria esse projeto de silenciamento e controla a possibilidade de que colonizadas/os possam um dia ser ouvidas/os e, conseqüentemente possam pertencer. (Kilomba, 2019, p. 43).

Uso a analogia da máscara com o intuito de refletir sobre as máscaras colocadas nas bocas das mulheres negras, por parte do patriarcado negro, e acrescento que para além do ato de silenciar, existe a construção de um imaginário coletivo do não lugar que ocupamos. As

experiências de mulheres negras atravessadas pelo racismo e sexismo faz com que nos questionemos se devemos falar, sobre o que devemos falar, quais espaços podemos ocupar, por não nos sentirmos suficientemente capazes, sobretudo por fazermos parte de uma socialização histórica que nos empurra para fora.

Recupero uma fala de Francisca Sena, liderança histórica do movimento negro cearense e do movimento de mulheres negras. A entrevistada, quando refez sua trajetória no Grucon, falou do momento em que ocupou o cargo de presidência do núcleo do Grucon do bairro da Piedade,

O GRUCON foi importantíssimo para ressignificar a minha vida, para eu pela primeira vez pensar assim, eu passei a minha vida inteira **dizendo que eu sou feia, que eu sou burra que eu sou fedida, que eu sou isso**. Foi um espaço de reelaborar toda essa construção que a gente vivencia, que é extremamente violenta. Então, para mim, foi muito importante o GRUCON para eu me reafirmar e ressignificar a minha vida. **Ainda de forma muito silenciosa, muito... Eu não me sentia protagonista, eu não era uma liderança. Eu acho que eu me tornei uma liderança.** (Francisca Sena, Fortaleza)

Questiono se ela ouviu, em algum momento, por parte de outras pessoas que ela não era uma liderança. Ela respondeu:

Não. Eu fui para aquele cargo, eu não ouvia, eu não me sentia. Na hora de... Eu lembro assim, eu tenho algumas lembranças na hora de dizer do cargo, **eu dizer, não, não consigo, eu não vou, eu não quero**. Mas as pessoas, não, você consegue, dar certo. E poderia sim, porque tem pessoas jovens que assumem. **Só que eu não tive, eu tinha uma potência**, mas eu não tive condição de desenvolver ali naquele período por conta dessas circunstâncias que eu partilhei aqui agora. Então, assim, ali para mim era uma grande escola. Então, se eu tivesse tido a oportunidade de participar eu acho que eu teria crescido ali dentro, só que eu não cresci, só que naquela época já tinham questões. (Francisca Sena, Fortaleza. Grifo meu).

A fala de Francisca Sena evoca memórias dolorosas da construção do seu eu mulher negra enxergar-se *feia, burra, fedida*. Isso não é algo inato a uma criança, adolescente e até mesmo a uma pessoa adulta de pele negra, existe todo um processo histórico por trás desse discurso que injeta em nós um imaginário degradante sobre nossa própria figura.

Conforme afirmou Grada Kilomba, o racismo retira de nós a nossa própria identidade, usurpa o que nós realmente podemos ser, e acrescento, faz-nos acreditar que somos um “produto” social inferior, um outro racial a ser dominado. É perverso fazer uma criança negra, sobretudo uma menina negra, acreditar na sua inferioridade, burrice ou feiura. Ainda

pensando com Grada Kilomba, *o gênero tem impacto na construção da “raça” e na experiência do racismo, as construções de gênero e raça interagem.*

No que toca ao protagonismo, em toda a entrevista Francisca Sena recuperou episódios traumáticos de racismo e sexismo cotidianos, que construíram e marcaram sua jornada, e fala sobre como tudo isso moldou sua forma de ler o mundo e seu ingresso na militância, uma militância que muitas vezes foi mais silenciosa, por não ser um cenário de foro íntimo favorável para uma maior abertura, mas sempre evocando o quanto as organizações negras, naquele momento, foram fundamentais para a construção de uma outra percepção de si, algo que rompia com esse imaginário que subalterniza. Por essa razão acho importante destacar quando a entrevistada evoca: *eu não era uma liderança, me tornei uma liderança*. Penso que isso faz parte de um processo de desconstrução de imaginários perversos sobre si mesma, que a fizeram acreditar numa inferioridade de mulher negra e o início de uma outra jornada.

As experiências do racismo e do sexismo não são pontuais, quando Grada Kilomba chama o racismo de cotidiano ela explica que não se trata de um “*ataque único*” ou um “*evento discreto*”, mas sim de uma “*exposição constante ao perigo*”, “*padrão contínuo de abuso*”. A entrevistada insiste em demonstrar o quanto desacreditava de si mesma: “*não consigo*”, “*não vou*”, “*não quero*”, “*não tenho potência*”, é sempre um termo de negação anterior às ações, que compreendo não como uma negação do fato, mas como uma negação de si, da própria capacidade. Fazer a pessoa negra desacreditar de si mesma demonstra como as opressões interseccionais têm sido eficientes no sentido de traumatizar e marcar negativamente as nossas trajetórias. Como falou Jota Mombaça:

Porque se o mundo, que é meu trauma, não para nunca de fazer seu trabalho, então ser maior que o mundo é meu contratrabalho.

Eu achei que vindo aqui eu ia poder pegar o que é meu, mas eu não me vejo em absolutamente nada. Só encontro espelhos brancos e penduricalhos. Nada do que há aqui acerta a conta dessa dívida porque essa dívida é impagável.

A passagem da poesia de Jota Mombaça acompanha a memória de Francisca Sena no que toca o seu constato anterior de que *não consegue*, mas que com o tempo se tornou uma liderança. Maior que o racismo foi o *contratrabalho* desempenhado pela entrevistada como forma de reagir ao que lhe foi imposto e se tornar, como reconhecemos na contemporaneidade, um nome potente, histórico e do ponto de vista da filosofia ancestral da comunidade negra, uma das nossas mais velhas.

As lembranças de Francisca Sena remontam o que Grada Kilomba chama de *racismo genderizado*, afirmando que as opressões são entrecruzadas, que interagem nas estruturas de dominação, conforme afirma:

Nesse sentido, o impacto simultâneo da opressão “racial” e de gênero leva as formas de racismo únicas que constituem as experiências de mulheres *negras* e outras mulheres racializadas. Suas manifestações, explica Philomena Essed, se sobrepõem a algumas formas de sexismo contra mulheres *brancas* e racismo contra homens *negros*. Portanto, é útil falar em *racismo genderizado*. (Essed, 1991, p. 30) para se referir a opressão racial sofrida por mulheres *negras* como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero. (Kilomba, 2019, p. 99).

Considero pertinente tratar dessas formas de racismo únicas que acometem mulheres negras, uma vez que é comum existirem contra-argumentos que desqualificam essas experiências de racismo cotidiano, alegando que na estrutura de opressão racial não existe divisão ou hierarquia das opressões. Francisca Sena recupera que na sua trajetória dentro de organizações negras mistas de ativismo, existia a menção de que as violências direcionadas às mulheres negras eram “piores”,

É, não, com a pessoa negra é pior. Sim, mas o que é esse pior? Ninguém sabia. Quando eu cheguei no movimento negro, a gente tem condições de qualificar, localizar, nomear, identificar que ali no que você vivenciou foi racismo. E aí também, dentro do movimento negro eu comecei a ouvir, e com as mulheres é pior, é mais grave, é pior. Mas também não se dizia o que era esse pior.

Quando pergunto o que era esse pior, se isso era localizado nas análises, responde,

Era pior, mas ninguém sabia o quê. Porque, então, queira ou não queira, era um espaço muito dominado por homens. Por homens, porque essa é a construção da nossa sociedade até hoje. Mesmo que você... por exemplo, eu trabalho muito com mulheres rurais. **Às vezes eu vou nas comunidades e a potência da organização política ali são as mulheres. Mas na hora da representatividade são os homens.** Então, quando eu estava no movimento negro, eu tinha essas inquietações com a mulher, com a mulher negra. E aí eu vou para esse movimento misto, que é um movimento feminista misto, e eu fiquei pouco tempo só nele, porque também me inquietava, porque ali eram mulheres que identificavam, **mas aí também não estava pautada a questão muito das mulheres negras.** (Francisca Sena, Fortaleza. Grifo meu).

Teóricas de campo interseccional têm argumentado que os movimentos antirracistas e os projetos feministas falharam porque não localizaram e não preocupam-se com o que atravessa as mulheres negras em particular. Argumentam se a opressão que mulheres

negras vivenciam é pior, mas não vemos um enfrentamento efetivo ou um empenho coletivo em somar conosco.

Conforme relembra a entrevistada, é *um espaço dominado por homens*, e quando são movimentos mistos de mulheres, ou seja, mulheres brancas e negras, passamos pela mesma negligência, portanto há uma falha histórica nos movimentos sociais que mulheres negras têm chamado a atenção, e por essa razão tem pago o preço da desqualificação dos discursos e das ações coletivas. De acordo com Grada Kilomba,

No entanto, não podemos entender de modo mecânico o gênero e a opressão racial como paralelos porque ambos afetam e posicionam grupos de pessoas de formas diferentes e, no caso das mulheres *negras*, eles se entrelaçam. Na tentativa de comparar o sexismo com o racismo, as feministas *brancas esquecem de conceituar dois pontos cruciais*. Primeiro, que elas são *brancas* e, portanto, tem privilégios *brancos*. Esse fator torna impossível a comparação das experiências às experiências de pessoas *negras*. E, segundo, que as mulheres *negras* também são mulheres e, portanto, também experienciam o sexismo. Uma falha irônica, porém, trágica, que teve como resultado a invisibilidade e o silenciamento de mulheres *negras* dentro do projeto feminista global. (Kilomba, 2019, p. 100. Grifo meu).

Tenho refletido que não se trata de um esquecimento, secundarizar e silenciar mulheres negras compõe um projeto de supremacia branca que passa por homens e mulheres, o que Grada Kilomba chama de “falsa ideia de sororidade universal”. Enquanto mulher negra que investiga as questões interseccionais, mas também na condição de pessoa que já compôs um movimento organizado por mulheres negras, somente entendo que essa ideia de sororidade universal é seletiva, é racista e passa muito longe de nós.

Muito embora a nossa condição de mulheres faça com que experienciemos o sexismo, a opressão racial marca a nossa pele, literalmente, e entrecruza com o sexismo potencializando as violências perpetradas na nossa existência e ninguém, além de nós mesmas, está preocupado em trazer isso à luz nos cenários políticos de ativismo social. Somos impelidas a passar por cima das nossas dores e dos nossos traumas e criar alternativas que pareçam minimamente seguras para as nossas existências. E, ainda que critiquem, é o **movimento de mulheres negras** que possibilita a criação dessas outras possibilidades de existir apesar de racismo e do sexismo.

Sena refez seu percurso de militante, recuperando seu trânsito em organizações negras mistas, no movimento misto de mulheres, mas destacou que foi no movimento de mulheres negras que encontrou esse espaço de possibilidade de socialização das suas questões de mulher negra:

Isso, do ponto de vista, eram só mulheres, porque o movimento negro era só pessoas negras, mas aí a questão de gênero. E aí eu vou depois, um espaço só de mulheres, mas a questão racial ficava muito secundarizada. Aí, quando é em 2004, eu entro na INEGRA. Aí pronto, aí assim, eu acho que todo esse processo toda essa elaboração que foi feita, às vezes, muito internamente e potencializada com a capacidade de reflexão, **acho que a capacidade analítica construída dentro da universidade**, embora assim, na universidade a gente não tenha nenhuma disciplina sobre a **questão racial e também muito menos de gênero**. (Grifo meu)

Para além da dimensão do ativismo político em organizações negras compostas só por mulheres, Sena toca em outro ponto de tensão: mulheres negras nos espaços acadêmicos e a inexistência das nossas questões nesse espaço. Desse ponto de vista, recordo-me como meu processo formativo foi marcado pelo racismo e como isso vai do encontro com a jornada de outras tantas mulheres negras acadêmicas, a ideia do não lugar, do não pertencimento ao espaço da universidade. Quando menciono sobre esse fator, sobretudo quando Sena cruza as realidades da militância e da academia, ela relembra:

É, o não lugar. Eu lembro uma vez, tem dois momentos, não, acho que três momentos que eu lembro muito. Um deles, um professor, ele fazia uma espécie de arguição. Ele passava uns textos para a gente ler, foi no primeiro semestre. E aí, depois ele chamava a gente para uma espécie de arguição, ele começava a perguntar as coisas. Eu estava entrando na universidade, **eu tinha acabado de entrar na universidade, eu estava nessa condição ainda, de muita insegurança**, eu não sabia se eu ia ficar nesse trabalho, eu tinha acabado, eu estava morando sozinha. E aí ele disse assim minha filha, você sabe o que acho? Eu acho que você escutou o galo cantar, mas você nem sabe onde. Essa frase não saiu da minha cabeça, **e aí eu voltei pra casa pensando assim será que eu tenho capacidade de estar aqui?** Eu pensei muito nisso, sabe? Eu me senti desconfortável depois de ir pra universidade naquela hora eu não li como racismo. Teve uma outra vez também, que eu fui numa aula de filosofia, e a professora fazendo outras elaborações, era uma professora de referência, dentro do serviço social, **e eu fui trazer o exemplo do cotidiano**. E aí ela disse assim, **é isso, mas a gente tem que parar de estar falando dessas coisas, dando esses exemplos. A gente tem que aprofundar, aqui é uma universidade**. E eu disse, poxa vida, eu estava começando e era um debate. (Francisca Sena, Fortaleza, Grifo meu).

A fala de Sena tem várias camadas no que toca à dimensão do conhecimento diretamente ligado à suposta autoridade racial, muito embora argumentem que a academia seria um espaço neutro, temos assistido um processo de desqualificação do saber e da produção de conhecimento de mulheres negras, atribuindo inclusive o rótulo do não científico.

A estrutura de pensamento e funcionamento das universidades tem sido o grande algoz das mulheres negras acadêmicas, entre adoecimento e desistências, a política universitária

tem nos empurrado para fora desse espaço e nos feito acreditar que não somos suficientemente boas para frequentá-lo, conforme lembra a entrevistada, que tinha *acabado de chegar*, que estava *insegura*, e é nesse momento que o racismo cumpre o seu papel de agir exatamente na nossa fragilidade, intentando nos arrematar na porta de entrada.

Os questionamentos se de fato a universidade é para nós é o passo dois da eficácia do racismo acadêmico, porque primeiro nos expõem a deslegitimação do nosso saber em público, o que conseqüentemente gerará um sentimento de vergonha, que leva a nos perguntarmos, como fez nossa entrevistada: *será se tenho capacidade de estar aqui?* A questão não é capacidade de estar e sim a forma que a estrutura é pensada minunciosamente para que não permaneçamos. É um projeto de exclusão muito bem sucedido que introjeta na nossa mentalidade a certeza de que esse lugar não é nosso.

Particularmente me questionei muitas vezes como minha tese seria recebida, desde o momento que decidi escrever este texto em primeira pessoa, fui movida por inúmeros questionamentos e receios, não externos, mas de mim. Tais receios eram muito marcados por tudo que ouvi ao longo da minha trajetória acadêmica. Será que será entendido como científico o que tenho para dizer nessas linhas marcadas, muitas vezes, pela dor? Os discursos das mulheres negras, com marcas do cotidiano, conforme falou Sena, não cabem na universidade, como lembrou a professora.

Grada Kilomba, à luz de Patrícia Hill Collins argumenta que para nosso trabalho ser aceito e entendido como científico precisamos falar em uma linguagem confortável para as pessoas brancas, que não questione a branquitude e seus privilégios, e pergunta: *Como eu, uma mulher negra, deveria escrever dentro dessa arena?* Uma arena de descrédito, desgraça, vergonha e medo, potencializados pela supremacia branca que impõe a si mesma uma autoridade racial, a partir dos discursos que marginalizam a pessoa negra, que eles mesmos criaram com o objetivo de manter sua estrutura de dominação.

Entretanto, como disse Jota Mombaça, resta-nos fazer um *contratrabalho*. Mesmo em condições adversas, a entrevistada relembra seu interesse em estudar educação popular:

E aí depois, num outro momento, foi quando eu decidi fazer uma pesquisa sobre educação popular. Na época não passava nem pela minha cabeça estudar questão racial. Não que aquilo não tivesse impregnado na minha vida, estava, mas era como se a universidade não fosse esse lugar. E aí eu fui trabalhar com educação popular, elaborei um projeto, e a professora pegou o projeto, ela disse assim, minha filha, seu projeto tem um problema grande. Ela disse, você está falando de uma utopia, porque educação popular nem existe. Ela me disse aquilo, assim, meu Deus, como é isso? Eu fui procurar minha antiga professora de educação popular, porque eu tinha feito a disciplina de educação

popular, e aí sim, essa é uma visão dela porque ela tem outra perspectiva.
(Francisca Sena, Fortaleza).

O cruzamento da fala de Francisca Sena com o que Jota Mombaça chama de *contratrabalho* se faz pertinente, se pensarmos, dentro dessa chave teórica, que a branquitude criou uma norma racial e de gênero para produção de saberes que sempre nos empurra para fora. Nosso contratrabalho é criar estratégias para sobreviver apesar da misoginia, do racismo e das máscaras de silenciamento que nos colocam.

Quando Sena insiste em fazer um trabalho sobre educação popular, apesar de ter escutado que era uma utopia, também encontra a escrita questionadora de Grada Kilomba, como uma mulher negra que escreve dentro dessa arena. Nossa estratégia, também, perpassa por garimpar, em um grupo majoritariamente branco e masculino, alguém que entenda nossas propostas de trabalho como acadêmicas e científicas, muitas vezes contamos com o acolhimento de uma única pessoa, e não se dimensiona o quanto as opressões interseccionais ainda são a base que sustenta o funcionamento das universidades.

Ser uma mulher negra que vem dos movimentos sociais, forjada na luta antirracista e antissexista, não nos protege de sermos vitimadas. Os silêncios impostos, o não falar que intitula o início do capítulo, foi a forma que o racismo e o sexismo encontraram de continuar operando nas nossas experiências, o trauma que leva ao silêncio é eficaz porque protege a supremacia branca do desconforto, não os acorda dos seus *sonos injustos*, como diz Conceição Evaristo.

Este trabalho, por exemplo, não tinha essa estrutura, essa temática, a ideia era estudar as trajetórias de pessoas que compuseram o ativismo negro cearense e seus trânsitos na universidade, mas fui atravessada por narrativas que marcam um imaginário coletivo de que o movimento negro do Ceará é majoritariamente masculino, uma masculinidade negra que começa em Dragão do Mar e segue se refazendo e criando seus heróis contemporâneos.

Eu tinha necessidade de ouvir mulheres, de saber o que essas mulheres pensavam, qual a análise de conjuntura que elas faziam. Confesso que é difícil selecionar o que de fato entra na pesquisa, o que será citado, problematizado, são memórias que muitas vezes são marcadas pela dor e acho que não é meu papel rotular a dor de ninguém, aqui é importante demonstrar como mulheres como Joelma Gentil, Cícera Silva, Francisca Sena, Karla Alves e tantas outras mudam o curso da história do movimento negro cearense, desafiam o patriarcado negro e demarcam seus nomes nessas linhas historiográficas da chamada *história dos negros no Ceará*.

Percebam, não é *história das pessoas negras, história dos negros e negras*, é *história dos negros*, com a conotação do sujeito universal masculino, colaborando mais uma vez para a construção linguística que centraliza o sujeito masculino. bell hooks (2023) nos ensina que *é preciso ter coragem para nomear, sem constrangimento, aquilo que vemos*. A seguir, o tópico *Organizações negras: o silenciamento de mulheres*, visa discutir como silenciar e excluir mulheres negras tem sido um projeto bem sucedido do patriarcado negro, operante no interior das organizações antirracistas.

3.3 Organizações negras: o silenciamento de mulheres

Eu já estava sabendo que existia, no Maranhão e em outros lugares, mulheres que estavam a frente de projetos de alfabetização e como eu já era educadora, era professora e estava terminando o pedagógico, eu estava me alinhando com esses pensamentos, então, o que eu queria mesmo não era somente o MNU, eu queria saber de ações pra levar pra minha sala de aula, meu dia a dia, meu grupo de dança, pra própria comunicação, então pra mim essa migração do Filhos da África para o MNU não foi somente a questão racial, **foi de empoderamento feminino negro, as duas questões, e como eu ficava muito inquieta chegou ao ponto de homens de Filhos da África reclamar para o padre sobre mim**. Eu lembro que uma vez minha mãe falou “**deixa ela participar**”, minha mãe falou lá em casa, quando esses homens foram lá, falar de uma reunião, a mãe falou ‘**deixa ela participar**’, e outra vez o padre disse ‘**deixa e menina se soltar, deixa a menina crescer**’, porque já estava virando uma inquietação em alguns homens do Filhos da África. (Joelma Gentil, 18 de setembro de 2020).

Como já apresentada anteriormente, Jô Gentil é uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado no Ceará, e também a articuladora do processo de abertura dessa referida seção do MNU. Fez viagens, articulou-se com outros estados nos quais o MNU já se fazia presente, entendendo essa conjuntura política nacional no que toca às questões raciais e vendo a necessidade da fundação de uma célula no nosso estado. Jô, em toda nossa entrevista, sempre recuperava o quão era tenso se impor nesse cenário de ativismo racial cearense, em que os homens buscavam obter protagonismo mesmo se tratando de uma luta coletiva.

O objetivo de abrir o capítulo com essa fala da Jô Gentil é, sobretudo, de apontar que diferente do que os entrevistados homens mencionaram, as mulheres negras já se percebiam dentro de uma conjuntura que buscava silenciá-las e deixa-las à margem. Indo na contramão também de uma fala que menciona que as mulheres negras praticavam um *feminismo hegemônico*, a fala da entrevistada demonstra a busca pelo empoderamento *feminino negro*, contradizendo a interpretação de um outro companheiro, da mesma época e da mesma

organização de que ela, Kim Lopes, quando argumentava, já citado em outro momento, que se tinha problemas de gênero ele “não via”.

Levando em consideração essas análises distintas da conjuntura, percebo que a interpretação das mulheres negras está muito relacionada ao que Grada Kilomba chama de “análise episódica”, que são os episódios de machismo vividos cotidianamente que ocupam as memórias dessas mulheres negras e compõem suas trajetórias. Um outro fator que chama atenção é quando Jô relembra: *chegou ao ponto de homens reclamar para o padre sobre mim*. Muito embora fosse uma organização de movimento negro misto, com relação direta com a igreja católica, o imaginário masculino entendeu que alguém precisava silenciar os percalços causados por essa mulher que incomoda, e para desempenhar tal ação apenas um outro homem com um rótulo de autoridade poderia fazer isso, no caso um padre.

No entanto, é a voz de uma outra mulher que denuncia o silenciamento vivido por Jô, é uma mãe que reivindica o direito da filha a ter voz no movimento negro: “*deixa ela participar*, é em alguma medida o eco de gerações de mulheres negras silenciadas. Jô também relembra que já tinha virado uma questão entre os homens do movimento do qual fazia parte, sua busca pelo direito de fala:

Que eu não tinha didática pra falar com homem, também escutei isso quando tinha dezessete anos de idade, porque eu não esperava que um homem fosse perguntar pra outro homem, se era do meu grupo, eu ia lá e perguntava: porque isso não deu certo na capoeira? Vamos colocar isso... e eles começaram a ficarem, **não é inquietos, ficaram incomodados, porque eu comecei a incomodar os homens do FDA**, eu incomodava porque me metia em tudo, nas assembleias eu colocava meu braço pra representar o grupo, eu queria ir pra eleição, queria estar em algo que deliberasse, era assim. E o MNU pra mim poderia ser esse caminho, de empoderamento, de mais leituras, de conhecer essas vivências que eu lia nos jornais do MNU que já estavam acontecendo, e eu até conheci, em uma das viagens para o Maranhã eu conheci o CCN, o centro de cultura negra, era assim, eu pensava, quando eu tiver a oportunidade de viajar, fazer um curso pela igreja, eu vou nesse local, e assim eu fazia, na brecha de reunião, eu ia. Eu chegava na cidade e perguntava: sabe dizer se alguém é do CCN, por exemplo, pegava o endereço e ia até lá, era assim. (Joelma Gentil, 18 de setembro de 2020. Grifo meu).

A frase *não possuir didática para falar com homem* é passível de múltiplos questionamentos, mas vou me ater ao fato de que Jô já denuncia em outros momentos o incômodo que esses homens tinham com sua presença e sua voz questionadora, sendo preciso uma intervenção da sua mãe para a garantia do seu direito à voz.

O incômodo desses homens é o resultado de um patriarcado negro que compreendeu e tratou mulheres negras não como aliadas, mas como concorrentes e, muitas

vezes, inimigas na luta antirracista organizada. O que as falas demonstram são comportamentos de homens fortemente incomodados com a presença de mulheres negras na construção dessas organizações, na tomada de decisões e na construção dos protagonismos, conforme relembra, quando questiono sobre o protagonismo das mulheres negras no MNU,

Não, não. Logo no início já começaram algumas dificuldades, nós fundadoras, ficamos em coordenação. Quando surge, a gente forma só a municipal e depois a estadual. **Nós fundamos, mas nós não ficamos, nem eu, nem Leda, na coordenação geral, a gente não ficou, os homens que ficaram.** Nós ficamos em outras coordenações, finanças, organização política, foi assim. Outra coisa, também, logo no primeiro mês de fundação, nós queríamos já que o MNU, que politicamente é organizado em GT's, nós queríamos organizar um GT de mulheres, já no primeiro mês, a gente colocou isso em reunião, e o que foi que os homens disseram, dois homens disseram: **começar o MNU no Ceará já dividindo?** Então foi essa concepção, essa barreira aliás, já começar dividido, então na cabeça deles, **formar um GT de mulheres, estava dividindo homens e mulheres**, enquanto isso, até hoje, faz parte da organicidade do MNU, os GT's, mulheres, educação, cultura, idosos, LGBTT. Pra mim, foi um choque escutar, porque, eles já estavam eleitos nesses cargos de coordenação, coordenador municipal, de formação política, já estavam nesses cargos, tinha eles e três mulheres, eu, Leda e Lucineide, e acabou que, **não sei se houve algum argumento, não estou lembrando agora**, sobre isso, a importância, que isso não divide, pelo contrário, isso fortalece o MNU, **e a questão também dos direitos que as mulheres tinham de fundar.** Eu sei que foi criado o GT, mas, como tínhamos poucas pessoas e a questão da educação já era muito presente, então acabou que ficou, mulheres e educação, depois ficou mulheres educação e cultura, ficou as três temáticas no início do MNU, porque, as mulheres que vinham para o MNU, e vinham já pra se agregar no GT de mulheres, eram professoras e trabalhavam com cultura, então ficou assim; com sede, foi o único GT que teve sede, esse de mulheres junto com educação, depois fica separado, só educação e só mulheres. (Joelma Gentil, 18 de setembro de 2020. Grifo meu).

O chamado *racismo genderizado* do qual tratou Grada Kilomba demonstra como as questões das mulheres negras ocupam um “lugar crítico dentro da teoria” que analisa as relações de gênero e raça. A fala da entrevistada aponta elementos que se somam à interpretação teórica da autora. Todo o processo organizativo que culmina na criação de uma célula do MNU na cidade de Fortaleza, tem Jô Gentil como articuladora, quando a mesma viaja para outro estado, tem acesso a carta de princípios do movimento negro, conhece o presidente nacional e articula a criação de uma unidade em nosso estado, todo o processo de articulação, o esforço intelectual não foi levado em consideração no ato da escolha da coordenação geral. É preciso que se questione sob quais bases se fundamentam a recusa da presença de mulheres negras em espaços de decisão e liderança? Quem tem medo do protagonismo de mulheres negras?

Os homens que ocuparam esses cargos não foram os articuladores do processo de criação, mas ainda assim sentiram-se confortáveis para questionar a iniciativa das mulheres de

criarem um Grupo de Trabalho (GT) de mulheres, que objetivava focar nas questões que tocavam às subjetividades das mulheres negras. *Começar já dividindo?* Esse foi o questionamento feito por seus companheiros à época, penso que essa indagação, no final das contas, não está preocupada se o movimento será dividido ou não, mas está relacionada à interpretação que se tinha de que o que toca às mulheres negras não precisa ser tratado de forma específica, interpretação essa que acompanhou a criação e a existência de uma maioria dos movimentos negros mistos, oportunizando um projeto de silenciamento das nossas existências, relegando as nossas existências ao que Grada Kilomba chamou de “espaço vazio” ou o “terceiro espaço”.

Mulheres *negras* tem sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o *sujeito* é o homem *negro*; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher *branca*; e um discurso de classe no qual “raça” não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria. Por conta dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997), as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Habitamos uma espécie de vácuo de apagamento e contradição “sustentado pela polarização do mundo em negros de um lado e mulheres do outro. (Mirza, 1997, p. 4). Nós no meio. Este é, de fato, um sério dilema teórico, em que os conceitos de “raça” e gênero se fundem estreitamente em um só. Tais narrativas separadas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos. (Kilomba, 2019, p. 98).

Percebo que o que se refere às mulheres negras em particular, na maioria das vezes, aparece diluído junto de outras questões, e nesse caso não foi diferente, pois o GT de mulheres negras foi acoplado à educação e à cultura, o que no meu entendimento é uma mensagem muito explícita da forma com que os movimentos negros mistos lidam com questões de gênero.

As mulheres articulam, fazem todo o trabalho de base política sólida que possibilita a criação da organização, mas ser coordenadora já é *pedir demais*, é como se fosse algo predeterminado, tanto que Jô não consegue localizar na memória qual o argumento utilizado para negativa da criação de um GT só de mulheres, as mulheres negras ocupam o não lugar dentro desses processos de ativismos mistos.

E esse não lugar é fruto da negligência e da falta de empatia no que se refere às multitarefas desempenhadas por mulheres negras. Ser mãe, estudar, trabalhar, cuidar da casa, ser âncora financeira das famílias e ainda encontrar tempo para o ativismo político, faz-nos, em algumas situações, sermos ausentes dos processos de organizações políticas, mas poucas vezes o interior da nossa comunidade põe isso em pauta ou se coloca solidário ao que nos atravessa,

é como se nossas ausências em determinadas situações beneficiassem homens negros que assumem diante de nós um sentimento de concorrência.

Jô Gentil refletiu sobre como o cotidiano das mulheres negras reflete na sua vivência na militância,

Na minha avaliação sim, mas eu coloco essa consideração, o MNU tinha muita força feminina, desde o início, mas, por conta de outras questões, que recaem sobre as mulheres negras, em alguns momentos, os homens se sobressaíram, não digo que se sobressaíram de construir, de conquistar, mas, enquanto que a gente tinha, pensar, elaborar, ressignificar, e no momento de conquista, a coisa estava prontinha pra dar certo, a gente estava voltada pra outras coisas, estudo, trabalho, e os homens que ficavam levavam os nomes de que construíram as coisas. Então, sempre eu tenho nas minhas falas, eu coloco essa questão como pergunta: isso aqui que aconteceu, a questão da educação no MNU, não tinha presença feminina? Eu sei que tinha, mas em alguns períodos, os homens se sobressaíram, não porque era mais fácil a vida deles mas porque não raciaia muitas coisas pra eles realizarem no dia a dia, no cotidiano dos homens, então eu tenho essa observação, e considero sim que o MNU é de grande importância política a nível nacional, local também, nós, principalmente na educação, nós conseguimos agregar muitos valores, na cultura, muitas iniciativas pedagógicas, uma das bandeiras do MNU nacional, que no Ceará tem um bom retorno, é a questão da educação e sempre com mulheres a frente, é o protagonismo das mulheres de antes dos anos 2000 e agora, a gente procura que as mulheres fiquem nos cargos, fiquem a frente dos GTs, a gente busca isso, ser maioria, há uma orientação nacional, dada pela coordenadora, que a maioria dos cargos seja ocupados por mulheres, e o Ceará segue essa orientação, mesmo se não tivesse essa orientação, eu particularmente tentaria organizar as meninas. (Joelma Gentil, 18 de setembro de 2020).

Para ilustrar a análise feita por Jô sobre as questões que recaem sobre as mulheres negras, trago um recorte, embora longo, da fala de Francisca Sena, sobre suas vivências e seu chamado *sumiço*. Em algum momento da pesquisa foi mencionado que Francisca Sena teria sumido do cenário da militância, uma ausência sentida por alguns de seus contemporâneos. Indaguei Sena de onde vinha essa história do seu sumiço, para mim, na condição de pesquisadora, era importante entender as lacunas que habitam as experiências das ativistas negras que compõem esta pesquisa, não só para melhor compreensão dos episódios, mas com o objetivo de chamar atenção, mais uma vez, para o nosso não lugar. Quem sente nossas ausências? Quem se propõe a saber se existe um problema, se estamos precisando de ajuda? Arrisco dizer que nossa ausência, a depender do que esteja sendo disputado na seara do antirracismo no momento, é a possibilidade de protagonismo para aqueles que sempre quiseram nos silenciar.

A entrevistada reconstruiu as memórias do momento que se ausentou de militância,

Fazia dois meses que eu estava desempregada. Eu não tinha onde morar. Eu não tinha como me manter. E eu vivi assim uns dois, três meses sem saber onde era que eu ia dormir a cada dia. Então, foi muito difícil aquele momento. E eu estava muito fragilizada emocionalmente. Eu estava profundamente desestabilizada. Eu acho que eu estava começando. Na minha juventude, eu comecei a pensar sobre situações de abuso sexuais que eu tinha passado, vivido, inclusive de um dos familiares. E então, eu não...no grupo, no grupo de jovens, né?! que eu fazia parte, eu não conseguia me comunicar com as pessoas porque eu estava...Eu era assim, uma... assim, eu sentia que eu era uma bomba, assim a convite explodir a qualquer instante. Então eu estava vivendo tudo isso, né? E aí quando, isso foi em oitenta e sete, e aí pronto, depois disso, assim, tudo que eu menos tentava era, a minha luta era para sobreviver. Quando foi no início de oitenta e oito, uns dois, três meses depois eu consegui um emprego, um emprego que era bacana, mas era um emprego que me demandava dez horas por dia, trabalhava de sete da manhã às doze e de treze às dezoito. E assim isso foi muito importante, eu contei com a colaboração de dois amigos que eram da pastoral de juventude, para eu poder alugar um espaço para mim. Um amigo que já era concursado alugou um espaço no nome dele, e um outro amigo começou a dividir o aluguel de um kitnet aqui na Floriano Peixoto. Ele nem foi morar comigo, mas ele fez em solidariedade. E aí eu fui ver isso, e a despeito de tudo que estava acontecendo, de toda aquela situação, eu passei no vestibular. também em oitenta e oito. No meio do ano eu passei no vestibular. Então, aí minha vida passou a ser consumida. Eu trabalhava 10 horas por dia, saía do meu trabalho, que era lá na Aldeota, morava no centro e estudava no Itaperi. Então, eu passei a ter 14 horas da minha vida comprometida só para isso, só com o trabalho e a Universidade. (Francisca Sena, Fortaleza).

De onde vem a coragem de mulheres negras? Este capítulo se encaminha para suas linhas finais, e o capítulo seguinte dialogará com as escritas de mulheres negras que entraram na Universidade. Em diversos momentos da entrevista Francisca Sena fala como a Universidade foi difícil, mas também como foi importante para seu processo de empoderamento.

Quando falo da coragem das mulheres negras, penso nas entrevistadas desta pesquisa, nas que não estão aqui, penso na minha própria trajetória, na minha mãe, minhas companheiras de luta e de vida. Quantas Senas têm espalhadas Brasil afora? Quantas mulheres negras suportaram situações de abuso psicológico, sexual, financeiro, tiveram suas juventudes atravessadas por violências que machucam e traumatizam e, ainda assim, são as referências na luta antirracista contemporânea? Qual o preço que se paga para ser referência?

A tarefa de se opor, denunciar e enfrentar as violências que sofremos, ao mesmo tempo, é árdua, temos visto até aqui que a construção dos ativismos negros cearenses é marcada pelo contratrabalho das mulheres negras no enfrentamento à misoginia, ao projeto de silenciamento, à seara das competições. Mulheres negras se articularam e criam caminhos de (re)existir e, em alguma medida, entrar na universidade, poder escrever sobre si, sobre as que

lhes antecederam, sobre suas contemporâneas, renova, ao meu ver, a esperança na construção das nossa lutas coletivas. Elza Soares deu voz a esses versos,

Eu não vou sucumbir
Eu não vou sucumbir
Avisa na hora que tremer o chão
Amiga é hora
Segura minha mão.

As trajetórias das nossas mais velhas são manuais de como sobreviver e de como não sucumbir frente às opressões interseccionais. Resistimos e existimos apesar deles e com eles, muito embora a ideia de competição ainda não tenha sido abolida entre nós, quando o assunto é racismo, o chicote ainda encontra os mesmos corpos. No que toca os nossos processos de resistir enquanto mulheres negras, penso que é missão nossa, nosso autoconhecimento que nos permita rejeitar a ideia da supermulher negra. O depoimento de Sena evidencia as marcas perversas do racismo e da misoginia, não podemos nos aprisionar na imagem cristalizada e violenta que suportamos tudo e deixar de evidenciar as feridas profundas que marcam nossas subjetividades.

A escrita foi o refúgio das mulheres negras que tiveram suas vozes silenciadas, nossa voz pode até ser calada, nossas palavras podem não ser lidas, mas ainda não nos usurparam a caneta e o papel. Assim, seguimos para o próximo capítulo: *“Nossas pretas vêm de um feminismo hegemônico”*: um contraponto analítico da intelectualidade das mulheres negras cearense, que tem o intuito de ler mulheres negras ativistas cearenses e suas produções intelectuais com o objetivo de perceber, a partir da perspectiva teórica da interseccionalidade, qual a relação que mulheres negras que passaram e passam por experiências de silenciamento estabelecem com a escrita.

4 “NOSSAS PRETAS VÊM DE UM FEMINISMO HEGEMÔNICO”: UM CONTRAPONTO ANALÍTICO DA INTELLECTUALIDADE DAS MULHERES NEGRAS CEARENSES

“Você precisa escrever sobre isso, deixar registrado”. Essa frase ecoada pelas ativistas negras mais experientes me acompanhou durante bastante tempo, desde que iniciei minha participação mais efetiva no movimento organizado de mulheres negras. Sempre existiu uma necessidade, entre nós, de demarcar para além dos atos políticos de ação direta as nossas aspirações escriturárias, utilizando essa escrita, também, como ferramenta política de disputa das histórias mal contadas sobre nós e sobre os nossos.

A quais pessoas temos ofertado o título de intelectuais, referência neste ou naquele assunto? Quais escritas temos consumido, a fim de fortificar nossa existência política em uma sociedade marcada pela intersecção de violências sobre nossos corpos? Quem lê mulheres negras?

Começo este capítulo com esses questionamentos/provocações, com o intuito de tensionar a frase que intitula, *“nossas pretas vêm de um feminismo hegemônico”²⁵*. Ler mulheres negras é um ato, sobretudo, de desnudar as limitações impostas pelo *imperialismo do patriarcado*²⁶, para conhecer o que de fato mulheres negras têm escrito nos últimos anos, quais suas inclinações teóricas, quais problemas seus textos têm apontado. Essa leitura implicaria, ao meu ver, o exercício de reflexão e busca de soluções para as tensões por elas apontadas, refiro-me aqui como objetivo deste capítulo aos trabalhos feitos por mulheres negras organizadas politicamente no Ceará, que dedicaram seus escritos acadêmicos ao enfrentamento dos silêncios orquestrados por uma produção de conhecimento marcada pela misoginia, e que negou o papel crucial das mulheres negras no combate à opressão racial no Ceará.

Escrever seria, portanto, dar uma resposta, direta ou indiretamente a esse modelo de fazer política e eternizar as histórias que excluem mulheres negras? Glória Anzaldúa, na carta às mulheres do terceiro mundo, questionou: *por que escrever parece tão artificial para mim?*” As mãos de mulheres de cor são inadequadas para segurar a pena da escrita, questiona a autora. Tenho observado, e Anzaldúa me auxilia a amadurecer essas reflexões, que o lugar da escrita é tido como o improvável para as mulheres do terceiro mundo, para usar suas palavras,

²⁵ Frase proferida por Kim Lopes, em entrevista concedida para esta pesquisa.

²⁶ *O imperialismo do patriarcado* é um conceito desenvolvido por bell hooks, na obra *E eu não sou uma mulher?* (2019), especificamente no capítulo três, no qual ela discorre sobre como os homens brancos e negros são capazes de superar o racismo operante na sociedade, a ponto de se unirem em defesa da manutenção do patriarcado.

bem como é um lugar marcado por tensionamentos quando nos aventuramos no universo das palavras: como escrever sem ser “panfletária”, como acolher nossas sensibilidades sem nos vender ao modismo teórico que a autora aponta: como não esvaziar de sentido as nossas palavras?

Mulheres brancas, homens brancos e até mesmo homens negros, pertencentes ao mundo da escrita não vivenciam entraves semelhantes a esses. Para compreender a relação que as mulheres negras estabelecem com a escrita é preciso levar em consideração a urgência em se fazer ouvir, a partir de escritos que desnudam nossos corpos e nossas experiências íntimas, a fim de questionar, também, o porquê da escrita ser um ato sempre colocado como improvável para as mulheres de cor. As mulheres de terceiro mundo que ocupam as linhas de Glória Anzaldúa são corpos e mentes ditos inadequados para a escrita, mas que são mobilizados a escrever e reescrever as narrativas mal escritas sobre nós. Coube, portanto, às mulheres negras, dedicarem-se a produzir conhecimentos marcados pela sua condição de raça e gênero?

Conceição Evaristo entrou de forma enfática nesse debate ao afirmar: “*espera-se que a mulher negra faça tudo, menos escrever.*” Essa condição de escrita marcada pelas tensões de gênero e raça, como discutiu a autora, está relacionado a quem nós somos no mundo e as nossas aspirações. Não podemos esperar que façam e digam por nós, de forma leal, quem nós somos, essa é uma tarefa nossa.

Assim, minha intenção neste capítulo é discutir a relação que as mulheres negras estabelecem com a escrita. Ancorada nas teóricas negras do campo interseccional dos saberes e práticas, proponho aqui um debate dividido em três pontos. O primeiro: “*Criando mais um espaço*”: mulheres negras e a escrita, busco realizar um debate teórico sobre a relação que as mulheres negras estabelecem com a escrita, compreendendo esse fazer como potência mobilizadora das formas diversas de (re)existir de mulheres racializadas; segundo: *Ativistas e Intelectuais: uma análise interseccional*, a intenção é dialogar com os dois universos que marcam as trajetórias dessas mulheres: o trânsito na universidade, no campo da escrita, e a vida política em movimentos sociais negros; o terceiro, *Erguer a voz e marcar com a palavra: lendo mulheres negras cearenses*, proponho uma leitura da contribuição intelectual ofertada por ativistas negras cearenses, a fim de perceber como essas mulheres fizeram demarcar suas memórias através da palavra.

4.1 “Criando mais um espaço”: mulheres negras e a escrita

Em *Reflexões sobre a mulher negra e a pós-graduação*, bell hooks (2019) recupera sua trajetória de estudante e, posteriormente, de professora do ensino superior, ambas marcadas pelas ausências de docentes negros, sobretudo a ausência de professoras negras, o que muitas vezes revelava a face hostil do ambiente acadêmico com as pessoas racializadas. Criar ambientes que gerem vergonha, humilhação ou utilização de materiais didáticos de difícil acesso para pessoas negras e pobres, por parte de docentes brancos, marcaram a trajetória da intelectual aqui mencionada, o que ao meu ver não difere de muitas das trajetórias acadêmicas de mulheres negras em pontos diversos do chamado *terceiro mundo*.

A análise que propus neste capítulo visa demonstrar também, à luz dos feminismos negros, como o espaço da universidade é perverso com mulheres negras, e o endosso da narrativa da incapacidade que supostamente nós temos de ocupar. Esse lugar a nós é destinado na política de acesso dos campos de produção de saberes, um não lugar. Nossas opções teóricas, nossas pesquisas, os problemas das nossas pesquisas e o que temos escrito não são percebidos como suficientemente bons ou relevantes para pertencer aos programas de pós-graduação. No entanto, não tenhamos ingenuidade de não associar a negação da nossa atividade intelectual e o fechamento das portas para nós com o racismo epistêmico²⁷ que contamina as pós-graduações.

Argumentam que não escrevemos, mas quando escrevemos não nos publicam, quando publicam não nos leem, é uma conta que não fecha. A professora Cícera Barbosa, mulher negra, intelectual e ativista antirracista cearense, em uma conversa que tivemos sobre os acessos que temos a espaços de conhecimento, argumentou a necessidade que a dominação branca e masculina possui de mudar a “*linha de chegada*”, isso significa dizer que quando mulheres como nós possuem as ferramentas para acessar lugares que historicamente nos excluía, aqueles que chegaram antes de nós mudam as regras do jogo e alteram a linha chegada, a fim de mais uma vez nos empurrar para fora.

A barreira da violência epistêmica alicerçada em terras brancas está cada vez mais eficaz, o intuito é criar uma atmosfera que deixe cada vez mais evidente que “somos incapazes”, como disse bell hooks,

Durante meus anos da pós-graduação, eu temia ficar cara a cara com professores brancos, especialmente homens brancos. Eu não desenvolvi esse medo na pós-graduação porque nas universidades se assumia simplesmente que estudantes negros, principalmente estudantes negras, não eram espertos suficientes para fazer pós-graduação. Enquanto essas opiniões racistas e

²⁷ O termo *racismo epistêmico* foi empregado no trabalho do sociólogo Ramón Grosfoguel, intitulado: *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1 Janeiro/Abril 2016.

machistas raras vezes são afirmadas diretamente, a mensagem era transmitida por meio de várias humilhações direcionadas aos estudantes para envergonhá-los e quebrar seu espírito. (bell hooks, 2019, p. 128).

A forma com que o racismo e o sexismo operam, de maneira conjunta, não vem muitas vezes de modo claro, são disfarçados nos critérios criados para acessar as pós-graduações, nos grupos de pesquisas que não contemplam nossas temáticas, nas ausências de orientação, na deslegitimação dos nossos temas, alegando não ser científico, e tantas outras formas de tentar nos convencer de que esse não é o nosso lugar.

Recordo-me, ainda na graduação, da ânsia que possuía em ter uma orientadora negra, afinada com as discussões raciais, que pudesse compreender que minha pesquisa andava alinhada com o compromisso político que tenho com o ativismo antirracista e antissexista. À época, meados de 2014, eu a aguardei retornar do doutorado para conduzir minha monografia, apresentada e aprovada em 2015. Maria Telvira da Conceição, uma intelectual negra, professora do departamento de História da Universidade Regional do Cariri, com uma sagacidade ímpar, acreditou na legitimidade do meu trabalho, convenceu-me a pleitear uma vaga na pós-graduação.

A busca por essa vaga me rendeu uma experiência marcadamente traumática. Medo, vergonha e humilhação foram os sentimentos que pairavam na hora da entrevista, última fase do processo seletivo. Hoje reflito que se a pesquisa não agradava ao programa, poderiam não ter aprovado o projeto escrito, primeira fase, mas o racismo e o sexismo andam junto com o sadismo, uma banca composta por cinco pessoas brancas, dedicadas a transmitir a mensagem de humilhação e de vergonha da qual falou bell hooks. Era preciso deixar evidente, verbalizar diante de mim que aquele não era o meu lugar, que minha pesquisa, as discussões teóricas e problemas nela contidos não eram bem-vindos naquele programa.

Trouxe, de forma resumida, um recorte do que experienciei, intentando mostrar que nossas experiências de mulheres negras na busca de acesso aos lugares de escrita são fortemente atravessados pelo racismo e pelo sexismo. Ainda pensando com bell hooks, a nossa experiência difere da de homens negros, pois a sua masculinidade irá medir os níveis de ataque que possar vir a sofrer (bell hooks, 2019, p. 134), o que me leva a refletir a quão desafiadora é nossa relação com a escrita e as mais variadas produções de saberes, quando levamos em consideração a existência de um sistema dedicado a nos segregar, nos isolar e potencializar experiências traumáticas com o intuito de nos paralisar enquanto escritoras, docentes, pesquisadoras.

Para bell hooks, nós fazemos uma escrita que passa “desapercebida”, argumenta-se que nos últimos anos o que temos a dizer tem recebido mais atenção do que antes, mas não

mencionam o quão efêmero tem sido a divulgação dos nossos trabalhos, a não reedição, a retirada de circulação e a pouca quantidade de impressão é apresentada pela autora como fatores que existem para determinar quem somos nós no universo da escrita.

A argumentação de que a nossa escrita é “identitária”, “panfletária”, “militante”, classificações pejorativas que nossos textos recebem, tem servido de base para a desqualificação da cientificidade do que produzimos. Acredito que esse fator se dá pela forma na qual nossa atividade de escrita não se dissocia do ativismo político, estamos sempre sendo provocadas e nos envolver em projetos que garantem minimamente a nossa sobrevivência e dos nossos semelhantes. Como ser escritora/militante sem comprometer a qualidade do trabalho? É uma grande questão que atravessa os trabalhos com a escrita de mulheres negras.

No entanto, Glória Anzaldúa nos provoca a perceber como a supremacia branca tenta nos encaixar, emoldurar nossos escritos e, literalmente, limpar nossa linguagem que marca de onde falamos, nosso lugar de classe e etnia, para poder nos validar como escritoras acadêmicas, literárias e profissionais.

Porque os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito. As escolas que freqüentamos, ou não freqüentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia. (...) Penso, sim, talvez se formos à universidade. Talvez se nos tornarmos mulheres-homens ou tão classe média quanto pudermos. Talvez se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena. Nos convencem que devemos cultivar a arte pela arte. Reverenciarmos o touro sagrado, a forma. Colocarmos molduras e metamolduras ao redor dos escritos. Nos mantermos distantes para ganhar o cobiçado título de “escritora literária” ou “escritora profissional”. Acima de tudo, não sermos simples, diretas ou rápidas. (Anzaldúa, 2000, p. 230).

A partir dos escritos de Glória Anzaldúa, coloco-me a refletir a quem interessa nos manter encaixadas em padrões de escrita que corroborem com o que a supremacia branca e masculina deseja acessar. O perigo de usar as “ferramentas do senhor”, como tratou Audre Lorde (2020), provoca-nos uma crise na atividade intelectual, estaríamos nos rendendo e traindo nossa decisão coletiva de combate às opressões interseccionais quando adentramos no universo literário da classe média branca, com fins de sermos lidas, publicadas?

Ousar, teimar e sobretudo arriscar são verbos que atravessam os escritos das mulheres de cor. Não gozamos do direito de esperar a inspiração ou o cenário ideal para escrita, como atentou bell hooks, precisamos de rapidez para assegurar que seremos lidas ou publicadas,

a corrida pela divulgação dos nossos escritos é profundamente desigual e marcada pelo racismo e sexismo, dentro e fora da nossa comunidade.

Temos pouco ou quase nenhum tempo para o trabalho criativo (bell hooks, 2019), além de termos nossa escrita estereotipada, lidas como preocupadas com um único assunto, no entanto é sintomático que o eco dos nossos trabalhos ressoe com mais avidez em nossas iguais, é comum que nos enxerguemos nas escritas umas das outras. A falta de tempo para a escrita, o trabalho doméstico, maternal, equipara muitas vezes a atividade intelectual de mulheres negras em diferentes contextos geográficos. No entanto, somos impelidas a assumir, quase que de forma vocacional, a desenvolver uma escrita chamada de comprometida com os problemas que nos assolam.

Glória Anzaldúa diz que na maioria das vezes a escrita e a atividade intelectual tornaram-se o esconderijo de mulheres negras. A vida empurra estudantes negras para um campo analítico constante do seu entorno, estamos sempre sendo provocadas a observar e refletir sobre o que nos amarra, do ponto de vista da raça e do gênero, um incansável trabalho de descolonização das nossas mentes e a oferta para nossa comunidade de um vasto capital intelectual sobre nossos caminhos de libertação.

No entanto, a dedicação e o compromisso com essa escrita não renderam às mulheres negras o mesmo prestígio o qual receberam homens negros. Não trata-se da criação de um cenário de competição de quem possui mais brilho e eco social, mas da constatação de que as propostas intelectuais de caminhos de libertação da consciência coletiva propostos por mulheres negras dificilmente recebem a rotulação de trabalho intelectual de excelência, ou muitas vezes não são mencionados quando pensamos no termo *intelectualidade negra*.

A nossa intelectualidade, além de questionável, é solitária, apagada pelo borrão do racismo patriarcal capitalista que encontrou amparo na nossa comunidade, a partir dos nossos companheiros negros que têm fornecido um apagamento sistemático das nossas contribuições. bell hooks (1995), em seu texto *Intelectuais Negras*, recupera o trabalho de Cornel West (O dilema do intelectual negro), analisando a recusa de West em tratar dos problemas de gênero, e como a erudição trata a intelectualidade negra do ponto de vista do intelectual negro, masculino, apagando de forma violentamente misógina o papel da intelectual negra:

O Dilema do Intelectual Negro foi escrito num momento histórico em que a existência de um enfoque feminista sobre o gênero sexual devia ter levado qualquer estudioso a considerar o impacto dos papéis sexuais e do sexismo. Contudo West não olha especificamente a vida intelectual da negra. Não reconhece o impacto do gênero nem discute o modo como as ideias sexistas de papéis masculino/ femininos são fatores que informam e moldam tanto

nosso senso do que é ou pode ser a intelectual negra, quanto sua relação com um mundo de ideias que transcende as produções individuais. (bell hooks, 1995 p. 466).

A evocação de imagens masculinas quando pensamos a intelectualidade negra promoveu um desencorajamento de mulheres negras em se inserirem no campo da escrita, no trabalho intelectual de formação do pensamento crítico. Escreveríamos por que e para quem, se nem ao menos nossos pares no interior da nossa comunidade referenciam nossos trabalhos ou reconhecem sua importância? Conforme lembra bell hooks (1995), muitas de nós preferiu negar suas habilidades de escrita e intelectualidade com o intuito de não enfrentar as duras realidades impostas pelo sexismo no universo da literatura.

Relações pessoais, familiares e afetivas, em muitos casos, levou mulheres negras a coragem para a escrita. Ambientes domésticos e companheiros afetivos, sabotadores das habilidades criativas usurparam o tempo que poderia ser ofertado para o fazer intelectual, corroborando com o imaginário coletivo posto em execução desde a colônia da condição de servidão que mulheres como nós precisam exercer.

O ato de cuidar dos outros, da vida, do sustento e, muitas vezes, do equilíbrio mental de toda uma família leva mulheres negras a um esgotamento físico e mental, impossibilitando sua inserção no campo das letras e, por conseguinte, demonstrando de forma cruel que lugar na sociedade ela deve ocupar.

Ao meu ver, trata-se de um projeto colonialista patriarcal muito bem-sucedido, sobre o qual mais uma vez endosso, encontrou amparo no interior da nossa comunidade, em nos mostrar, cotidianamente, que todas as portas estão trancadas para mulheres como nós. Um projeto que resiste de forma escancarada, mas também diluído nas “sutilezas” cotidianas. A não colaboração nas atividades domésticas, na lida com os filhos, palavras desencorajadoras, são comportamentos que pairam o cotidiano de mulheres que ousam mergulhar no universo da escrita e, consequentemente, facilitar o domínio sobre nossos corpos e mentes.

bell hooks (1995) discutiu como era eficaz demonstrar, constantemente, que as mulheres negras eram apenas corpos sem mente, sem intelecto, de forma orgânica, animalésca, e como isso facilitou o projeto de dominação colonial, patriarcal sobre a vida das mulheres:

O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra, que imprime na consciência cultural coletiva, a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica, mais próxima da natureza animalística e primitiva (bell hooks, 1995, p. 468).

Essa aceitação histórica de quem somos e para que atividades servimos, oferta ao cenário coletivo um tratamento marcadamente desigual, e na maioria das vezes negado por aqueles que nos oprimem. É leviano achar que estamos no mesmo barco por sermos mulheres, ou que sofremos do mesmo mal por sermos pessoas negras. A negação do racismo por parte das feministas brancas, e do sexismo por parte dos nossos companheiros negros, nos empurra, enquanto mulheres negras, para uma margem solitária e desencorajante de seguirmos com a escrita, com a intelectualidade e até mesmo com a atividade docente. É comum sermos únicas nos espaços, a única escritora negra da ementa, a única professora negra do curso, a única intelectual negra da conferência.

Assim, tem perpetrado o imaginário de mulheres negras como “*causa*”, conforme tratou Glória Anzaldúa (2000), tornando nossa presença cada vez mais invisível. Importante salientar que na perspectiva da servidão a qual somos empurradas, sempre somos mobilizadas ao ensinamento sobre a situação das mulheres negras, com números, dados, gráficos, endossando com veemência que somos uma causa pedindo para ser lida, para ser apoiada, negligenciando nossas subjetividades e nossa potência transformadora.

O chamado de Glória Anzaldúa é que não podemos ensinar as mulheres brancas a fazerem seu papel, “*não podemos fazer seu dever de casa ou pegá-las pela mão.*” Nossa prioridade, enquanto mulheres de cor do terceiro mundo é de priorizar, divulgar e apoiar a nossa própria escrita, criar condições favoráveis para o desenvolvimento da nossa intelectualidade, ao invés de gastar energia com um grupo que tende a nos colocar na posição de servidão, disfarçado de oferta de espaço e voz.

São limitantes os espaços que ecoam nossa intelectualidade, vista por uma hegemonia branca como um trabalho marcado pelo sentimentalismo, e por isso pouco científico, no entanto, a escrita de mulheres negras é marcada, também, por linhas compensatórias, escrevemos sobre o que o racismo patriarcal e capitalista roubou de nós, para compensar, em alguma medida, as lacunas deixadas pela opressão interseccional. Conforme denunciava Carolina Maria de Jesus: “Quando eu não tinha nada que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário.” (Jesus, 1960, p. 170).

A escrita como refúgio é uma das faces da atividade literária de mulheres negras e pobres, as dores da infância, de famílias disfuncionais, a pobreza, a fome, como narrou Carolina Maria de Jesus, são temas que atravessam os trabalhos e o fazer analítico intelectual, no entanto, bell hooks (1995) atentou para o risco em priorizar temas sensíveis na escrita de mulheres

negras, alegando que, em alguma medida, poderia servir de fator desencorajante para estudantes negras iniciantes no universo da escrita.

Narrativas de dor, desrespeito, solidão, negação e violência, no universo acadêmico e literário, poderiam fornecer a essas estudantes a necessidade de estabelecerem um distanciamento cada vez maior desses espaços, ponderando que racismo e sexismo são os principais responsáveis pela existência dessa narrativa e, consequentemente, a criação de uma atmosfera de repulsa e esses locais, conforme destaca:

No processo de auto avaliação crítica, compreendi como eu fora socializada não para falar de um compromisso com a vida intelectual, mas antes ver isso como uma escolha particular quase secreta. Por não falar dessa escolha, eu também não transmitia as estudantes negras as alegrias e prazeres do trabalho intelectual. Se eu e outras negras, em particular aquelas entre nós que trabalham em meios acadêmicos, só falamos das dificuldades, pintamos um quadro triste que pode levar as estudantes a verem o trabalho intelectual como humilhante e incapacitante. (bell hooks, 1995, p. 477).

Neste sentido, para a autora, seria preciso criar narrativas de encorajamento e apoio para que mulheres negras vissem a atividade intelectual como algo positivo, uma vez que os espaços acadêmicos já esperam que promovamos narrativas e escritas que desnudem as nossas dores, o que não é um problema, mas pode vir a ser um problema quando somos reduzidas a essas experiências marcadas pela dor.

Em linhas gerais, o que as intelectuais negras mobilizadas neste tópico têm apontado até aqui através de um diálogo teórico é que a potência da nossa escrita reside na nossa capacidade coletiva de falar entre nós e de fortalecer esses trabalhos. Os ciclos formativos acadêmicos e do universo literário criaram uma barreira que nos empurra para fora, e apontam constantemente que não somos dignas de pertencer a esses espaços.

A nossa insistência, enquanto acadêmicas negras, de uma escrita feminista e antirracista que coloque os nossos problemas na mesa, é criticada e diminuída de ambos os lados, jamais farão como gostaríamos, como atentou Paulina Chiziane, podem até reconhecer como legítima, desde que não supere o que mulheres brancas e homens negros têm desenvolvido ao longo das décadas.

Não é errôneo atentar para a cumplicidade que os companheiros negros encontraram dentro do patriarcado, com fins de deslegitimar nossas inquietações teóricas. Homens negros foram emasculados de todo e qualquer tipo de poder, historicamente, o seu outro, dentro da estrutura de dominação, somos nós, mulheres negras. Assim, o colonialismo

patriarcal acelera a corrida no interior da nossa própria comunidade em busca de status e prestígio, relegando as mulheres negras ao não lugar.

Para bell hooks, mulheres negras ativas encontram-se “entre a cruz e a caldeirinha”. De um lado, concentrar a atenção em provar o racismo no interior da escrita feminista, de outro convencer os companheiros negros da urgência de nos pensar enquanto comunidade e os papéis de gênero no interior dela. Não se apresenta para nós um caminho em que pareça compensatório estar inserida nos ciclos de escrita que proponham uma crítica feminista racializada, o que na maioria das vezes leva mulheres negras à desistência.

No entanto, tenho acreditado que o que bell hooks chamou de “*criar mais espaços*”, é a possibilidade de criação de ciclos formativos da experiência de mulheres negras, engajadas com a atividade da escrita acadêmica ou não, que nos pareça minimamente seguros para o exercício das nossas reflexões. O que não exclui a experiência participativa de homens negros, mas demonstra que nossos processos de cura, potencializados pela escrita, precisam passar pelo filtro do comprometimento político de quem nós somos, e não nos entender como causa que renderá prestígio, como tratou Glória Anzaldúa.

A política de amadrinhamento que mulheres brancas tentam exercer sobre mulheres negras com o intuito de colonizar nossas reflexões reforça o que o movimento de mulheres negras tem apontado ao longo das décadas: permitem-nos entrar, desde que sentemos na última fileira, nunca na frente, nunca na mesa. São inúmeras as tentativas de podar a raiva que nos mobiliza a escrever, e para intelectuais como Audre Lorde, bell hooks, a raiva é a nossa potência de ação transformadora, é o que nos impulsiona muitas vezes a escrever e a nos conectar com mulheres racializadas de diferentes regiões geográficas.

Assim, mulheres negras ativas têm atentado com seus escritos às violências que isolam nossos trabalhos, as recusas de nos ler, nos citar, a política de desencorajamento da nossa participação nos ciclos acadêmicos e literários. Tenho pensado que a escrita de mulheres negras é marcada, antes de tudo, pela teimosia. Carolina Maria de Jesus teimou, ousou, desafiou a dura realidade das favelas de São Paulo, colocou em pedaços de papel suas impressões, o que viria a ser tornar, anos depois, uma obra traduzida em treze países, dando a Carolina de Jesus o status de escritora, e provocando um intenso debate dentro da crítica literária, sobre se o que ela fazia era ou não literatura. Era essa sua intenção, demonstrar o racismo nos campos das letras? Não se sabe. O que se sabe é da habilidade da escritora em traduzir seu entorno em meio à dureza cotidiana de uma mulher negra, mãe solo, que catava papel. E conseguiu.

Traduzir o entorno e ser lida a partir disso é uma tarefa difícil para as mulheres negras. Estar entre a cruz e a caldeirinha, conforme atentou bell hooks, nos desencoraja a seguir

no campo da escrita, ser fiel ao gênero ou a raça? O que viria primeiro, então, nossa feminilidade ou nossa negritude? Com quem podemos fazer uma aliança segura? Em qual nicho situar nossa escrita? Para bell hooks, sempre somos impelidas a um enorme gasto de energia para “provar” às feministas brancas e aos homens negros que temos razão, o que prejudica nossa ação intelectual com o que realmente importa. Segundo a autora,

Concentrando tanta atenção no racismo do movimento feminista, ou em provar para o público negro que um sistema de desigualdade entre os sexos permeava a vida dos negros, nem sempre voltávamos nossa energia para convidar outros negros a encarar o pensamento feminista como um ponto de vista capaz de elucidar e aumentar nossa compreensão intelectual da experiência negra. (bell hooks, 2020, p. 165).

A fala com a qual intitulo este capítulo, feita por uma liderança masculina do movimento negro cearense durante uma entrevista que será mais explorada em outro capítulo: “*nossas pretas vem de um feminismo hegemônico*”, se localiza, sobretudo, no que a autora acima chama atenção, mulheres negras são colocadas a *provar* o sentido das suas inquietações, e principalmente a provar que não são traidoras da luta antirracista quando propõem uma reflexão sobre desigualdade de gênero no interior da experiência negra.

Pessoas brancas e, em alguma medida, homens negros, mesmo vitimados pelas facetas do racismo não vivenciam a experiência de terem seus saberes postos em dúvida constantemente. A experiência de mulheres negras com a escrita, mobilizada por mim até aqui, passa também pela minha própria experiência, pela quantidade de vezes que tive o meu trabalho questionado, mesmo com a apresentação de dados, fontes historiográficas, documentos datados, sempre ouvi o mesmo questionamento: “você tem certeza?”. Essa certeza que exigem de nós passa pelo filtro da opressão interseccional que nos perpetra.

É preciso analisar o trânsito das mulheres negras nos espaços de ativismo e de atividade intelectual pelo prisma analítico interseccional, um campo teórico que tem se mostrado eficaz na interpretação dos entrecruzamentos de opressões vividas por grupos historicamente subalternizados. Mesmo tendo recebido muitas críticas por parte de intelectuais que rejeitam a interseccionalidade por considera-la puramente individualista e identitária, essa ferramenta analítica nos possibilita compreender como mulheres negras conectam a experiência da militância e da escrita. Como criar estratégias de libertação através da escrita? Como a opressão interseccional aprisiona mulheres negras e usurpa seus voos de liberdade?

No tópico seguinte, intitulado *Ativistas e intelectuais: uma análise interseccional*, proponho uma discussão sobre a interseccionalidade como lente analítica de interpretação da

experiência do ativismo de mulheres negras e a maneira pela qual a opressão interseccional limita nossos avanços.

4.2 Ativistas e intelectuais: uma análise interseccional

Pessoas comuns fazem uso da interseccionalidade como ferramenta analítica quando percebem que precisam de estruturas melhores para lidar com os problemas sociais. Nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras estadunidenses enfrentaram um quebra-cabeça que fazia suas necessidades relativas a trabalho, educação e emprego e acesso a saúde simplesmente fracassassem nos movimentos sociais antirracistas, no feminismo e nos sindicatos que defendiam os direitos da classe trabalhadora. Cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. (Collins, 2021, p. 17).

Na obra *Interseccionalidade*, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), interrogam sobre o que é a interseccionalidade, abordando temas como práxis crítica, o alcance global da teoria, sua relação com a identidade, educação crítica e as práticas de liberdade. Quando recupera o movimento brasileiro de mulheres negras, Collins (2021), trata da importância do engajamento político e intelectual de mulheres negras brasileiras no enfrentamento aos silêncios em relação às mulheres afro-brasileiras como categoria de população, no projeto de construção de nação do Brasil. (Collins, 2021).

Na condição de ferramenta analítica para compreender os problemas sociais, a teoria aqui apresentada aciona a importância de assumir que as opressões são inter cruzadas e o perigo de não levar esse fator em consideração. Isso significa dizer que a criação de políticas de reparação só possui verdadeira eficácia à que reconhecem que a opressão de mulheres negras, pobres, lésbicas, racializadas, do sul global sofrem tem um impacto ainda mais violento se comparado às mulheres brancas, por exemplo. Não se trata de uma competição de opressões, mas de assumir com seriedade que os problemas estruturais da sociedade chegam em maior ou menor potência a partir dos grupos que serão afetados.

Nesse sentido, o movimento de mulheres negras ocupa um lugar fundamental no processo de enfrentamento, denúncia e luta por reparação frente a esse inter cruzamento de opressões. À medida que as ativistas negras não recuam perante a tensão na comunidade negra em denunciar a misoginia, nem o racismo do movimento feminista, o movimento nos provoca a pensar que o grupo em que você está inserido interfere diretamente na maneira que se vivencia as opressões sociais, que o preconceito não é experienciado de maneira igualitária entre os grupos historicamente vulnerabilizados.

Em maior ou menor medida o trânsito no interior das universidades e a inserção na atividade intelectual amadureceu o entendimento de mulheres negras ativistas a respeito da forma na qual as opressões perpassavam nossas vidas. Em entrevista concedida a esta pesquisa, Dávila Maria Feitosa, ativista negra e intelectual, membro fundadora do Grupo de Mulheres Negras do Cariri- Preta Simoa, que será apresentado e discutido no capítulo cinco, demonstra como sua inserção na universidade amadureceu a sua relação com a escrita de mulheres negras:

Eu posso dizer que a relação da minha escrita ela inicia, diferente de muitas outras mulheres negras, dentro do campo acadêmico, porque foi nesse campo que eu tive acesso a leitura de mulheres negras, a escrita de mulheres negras que me afetam e me impulsionam a escrever também, não sem dificuldade, porque quando a gente é mulher e é preta e adentra nesse campo, a gente é jogada em todas as dificuldades e limitações de contextos históricos que esse ato de escrever foi nos colocado durante séculos. Então é uma prática que é difícil, principalmente no seu início, não que hoje não seja, é, mas agora são outras dificuldades. (Dávila Maria Feitosa, Juazeiro do Norte, 05 de julho de 2024).

A narradora evoca um ponto significativo para pensarmos: foi no campo acadêmico que teve acesso a leituras e escritas de mulheres negras, algo incomum se pensarmos o histórico de negação dos nossos saberes no interior das universidades. Mulheres negras, em sua maioria, não são lidas, mencionadas ou têm seus saberes divulgados nos espaços acadêmicos, fruto do racismo e sexismo que deu e ainda dá sustentação às universidades. No entanto, a narradora reconhece que nem todas as mulheres negras possuíram esse acesso quando adentraram na universidade.

Do ponto de vista interseccional, a fala de Dávila Maria também aciona onde se localiza essa escrita, pois mulheres negras *são jogadas em todas as dificuldades e limitações*. O despertar para essa consciência de como o cruzamento de gênero e raça aparece para nós como fatores limitadores, leva a escrita de mulheres negras a um campo quase que unânime, uma escrita marcada pela dor, pela evocação dos sentimentos de negação, limitação e dificuldades que atravessam nossos cotidianos. Conforme relembra,

Eu acredito que é pertinente falar também que além dessa escrita acadêmica, consciente, da gente trazer a temática das relações étnico-raciais e de gênero para dentro dos nossos trabalhos acadêmicos e fazeres acadêmicos, a escrita também vem para mim de outras formas, como poesia, para colocar as angústias, as coisas pessoais que a gente sente para fora e, relendo recentemente minhas poesias, eu vejo que elas estavam atreladas principalmente aos momentos de dificuldades, quando eram momentos de felicidades a minha escrita não saía, ela não surgia, então era uma escrita

baseada na dor, essa escrita mais pessoal, mais sentimental (Dávila Maria Feitosa, Juazeiro do Norte, 05 de julho de 2024).

A reflexão feita acima pela entrevistada me leva a pensar que o exercício do que ela chama de escrita consciente, marcada pela dor, localiza-se no fosso de opressão no qual mulheres negras foram empurradas historicamente. No entanto, Grada Kilomba (2019) afirma que as margens nas quais pessoas negras são jogadas, muitas vezes, podem ser ferramentas de possibilidades e transformações, o que me leva a refletir que a reivindicação das mulheres negras, levando em consideração o que nos assola enquanto grupo, forma nossa identidade, muitas vezes marcada pela dor, e também foi, em alguma medida, uma estratégia para dar visibilidade ao debate da identidade de mulheres negras.

Collins (2021) debate sobre como a interseccionalidade e a formação das identidades de grupos historicamente vulnerabilizados, além de caminharem juntas, são vítimas constantes de ataques por parte de uma visão mais *materialista* da sociedade, que a reivindicação das identidades de grupos supervaloriza a individualidade em detrimento da redistribuição econômica para o todo. No entanto, a autora discute como o despertar para a consciência crítica de mulheres negras foi um fator fundamental no processo de organização política enquanto grupo.

Por necessidade, as mulheres de cor uniram suas reivindicações por equidade, reconhecimento e redistribuição. Separá-las na prática ou na teoria é impossível, se o racismo e o sexismo sempre estruturam a forma específica de exploração de classe que elas enfrentam. Tratar essas reivindicações como separáveis e argumentar que grupos oprimidos podem favorecer um ao outro é invalidado pela evidência empírica dos projetos políticos, como o movimento das afro-brasileiras. Concretamente, ao classificar como culturais reivindicações baseadas em gênero e raça e dissociá-las das reivindicações em favor da justiça econômica, essa crítica não aborda o fato de que a injustiça econômica repousa de maneiras historicamente específicas sobre estruturas racializadas e de gênero. (Collins, 2021, p. 203).

Trago essa passagem para refletirmos, à luz do pensamento interseccional e junto com a narradora, como a escrita das ativistas negras, marcadas pela dor, conforme já foi evidenciado aqui, foi rotulada com o *status* de escrita identitária com fins pejorativos por parte de intelectuais alinhados com uma reflexão teórica que interpreta a sociedade por um viés puramente econômico, conforme explicou Collins (2021). Entretanto, trata-se de uma crítica incompleta, se pensarmos que do ponto de vista da exploração econômica, da redistribuição de renda, do acesso aos direitos básicos, pessoas negras, sobretudo mulheres negras, são os grupos mais penalizados pela hierarquia das classes. Assim, um debate que não racializa a pobreza, e

ainda tenta esvaziar de sentido a luta histórica de mulheres negras, por reparação, rotulando-as como uma luta identitária, ou uma luta em causa própria, demonstra claramente o atraso intelectual e o racismo e sexismo contidos nessas produções de conhecimento.

A dor explicitada na escrita de mulheres negras denuncia a ausência de estado, de políticas de saúde, de moradia, de emprego, a misoginia, o etarismo. Todos esses fatores chamados de identitários são, na verdade, uma interpretação concreta da realidade da sociedade, que tem tentado não deixar ninguém para trás. É o que chamamos de escrita interseccional, um esforço intelectual que reconhece que as opressões se conectam, e evidencia, também, a necessidade efetiva de um movimento de mulheres negras, uma vez que, como já discutimos, as reivindicações do feminismo, bem como da luta antirracista, não chegaram na identidade de mulheres negras e nas violências que nos chegam de forma frontal. Foi entrecruzando as opressões que mulheres negras viram a necessidade de se agrupar e mobilizar as estruturas que nos assolam.

Para Sueli Carneiro (2020), foi o reconhecimento e posicionamento da própria identidade frente ao movimento antirracista que possibilitou as mulheres negras encabeçarem uma luta histórica de superação das barreiras de exclusão, conforme afirma:

Os efeitos do racismo e do sexismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação. O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas. (Carneiro, 2020, p, 217).

Posicionar a própria identidade no cenário da luta interseccional possibilitou e possibilita as mulheres negras ativistas não só uma compreensão mais ampla da sociedade, mas o direcionamento das agendas que norteiam as organizações negras pautadas no gênero. Quais as emergências o trabalho intelectual de mulheres negras tem evidenciado? Exponentes da luta e formação intelectual antirracista no Brasil, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Joselina da Silva, Jurema Werneck, Carla Akotirene, dentre tantas mulheres negras espalhadas pelo Brasil, conectadas pela escrita ativa pautada na interseccionalidade, contribuem com sua escrita e ativismo na interpretação e reelaboração do projeto de sociedade que passa por nós e por nossas reais necessidades, a escrita de intelectuais negras posiciona e aponta a direção da luta.

De acordo com Collins (2021) o trabalho intelectual de mulheres negras é fortemente atacado por, supostamente, não atender aos requisitos de um trabalho considerado científico e que retrate a sociedade de forma concreta, sem abstrações. Considero que a crítica direcionada a nossas produções, além de racista e misógina, como já tratei, revela um desejo de manutenção de uma sociedade marcadamente desigual.

Ainda que essas críticas venham de uma ala mais alinhada ao progressismo, de acordo com Collins, não desconsidero o fato de que os caminhos apontados para superações de desigualdades que tendem e não mencionar cor e o gênero da pobreza, têm objetivos muito claros, que é manter a dimensão de amadrinhamento e apadrinhamento que pessoas com trânsito mais fácil em ambientes acadêmicos têm com relação às pessoas negras, sobretudo com as mulheres negras.

Parece vantajoso tecer críticas às lutas e às escritas interseccionais como forma de garantir que saberes de mulheres negras permaneçam na subalternidade. O empoderamento de mulheres negras através de uma escrita que liberta amedronta as estruturas intelectuais substanciadas pelo racismo, atribuir rótulos pejorativos a esses saberes é uma ferramenta utilizada, muitas vezes, por aquelas e aqueles que se afirmam aliadas e aliados da luta antirracista, mas que não estão do nosso lado, estão sempre um passo à frente, e desqualificar os saberes de mulheres negras garante um posicionamento superior a nós.

Levando em consideração esses fatores, a escrita interseccional tem operado, também, como tudo que atravessa as mulheres negras, dentro do viés da resistência e da insistência, pois mulheres negras resistem nos seus processos de escrita, amparando-se, referenciando-se umas nas outras. O reconhecimento do nosso trabalho por parte da academia, ou até mesmo por parte de companheiros negros aliados ainda não é uma constante, por isso escrever é um ato também de insistência, de teimosia. Como afirmou Anzaldúa, a escrita de mulheres negras é puro *atrevimento*:

Escrever é o ato mais atrevido que eu já ousei e o mais perigoso. Nelie Wong chama a escrita de “demônio de três olhos gritando a verdade.” Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida. (Anzaldúa, 2000, p. 234).

A escrita ativa e interseccional é marcada pelas emoções contidas, muitas vezes não expressadas ao longo dos anos pelas mulheres negras através da linguagem verbal. Os sentimentos de medo, de angústia, de raiva, são marcadores que fomentam essa escrita, em alguns casos. No entanto, parece passível de reflexão as razões pelas quais esse caminho

literário é uma única possibilidade de transformar, se como uma característica dessa escrita há quem negue esse lugar, no sentido de questionar os porquês da nossa escrita sempre possuir esses marcadores. Por um momento, pessoalmente, já recusei, acreditei que seria possível *falar de nós ganhando*, como orientava Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo)²⁸.

Porém, foi ancorada em Conceição Evaristo que minimamente transformei minha percepção acerca dos nossos escritos, a *escrevivência* é uma marca do trabalho escriturário de mulheres negras. O nome do termo já orienta, escrevemos o que vivemos, o que já passou, ou o que escutamos como experiências vividas por nossas ancestrais. Muitas vezes o rompimento de ciclos de histórias dolorosas não é uma realidade em gerações de mulheres negras, de modo que sempre há um fator que as conecta.

Evaristo aponta que nossa escrita é negada pela casa grande porque incomoda, denuncia, acorda os detentores de poder *dos seu sonos injustos*, conforme afirma:

E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada. (Evaristo, 2020, p. 31).

Conceição Evaristo faz menção a uma escrita que liberta, que não tem rumos demarcados pela casa grande, além de mencionar uma experiência de brasilidade diferenciada, que penso ser um ponto importante de reflexão no que diz respeito ao modo como a mulher negra experiencia o ser *brasileira* e, sobretudo, *afro-brasileira*. Sueli Carneiro e Patrícia Hill Collins trataram como o reconhecimento/posicionamento dessa identidade de mulheres negras afro-brasileiras acendeu a luz na urgência da criação de movimentos de mulheres negras pelo Brasil. Reconhecer esse lugar e lançar luz sobre o que nos assola é o que, a meu ver, diferencia a escrita de mulheres negras das demais escritas e, exatamente por essa razão gera tanto desconforto, sendo alvo de tantas críticas.

²⁸ Antônio Bispo dos Santos (1959-2023) nasceu no Vale do Rio Berlingas, Piauí. Formou-se pelos ensinamentos de mestras e mestres de ofício do quilombo Saco-Curtume, município de São João do Piauí; completou o ensino fundamental, tornando-se o primeiro de sua família a ter acesso à alfabetização. Nego Bispo, como também é conhecido, é autor de artigos, poemas e dos livros *Quilombos, modos e significados* (2007) e *Colonização, Quilombos: modos e significações* (2015). Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/antonio-bispo-dos-santos>. Acesso: 15 jul. 2024.

Neste trabalho tenho buscado compreender e dimensionar como a interseccionalidade pode ser ferramenta analítica de teoria e metodologia da história. Ao longo desses anos, inserida nesse campo de conhecimento, sobretudo a partir do momento que volto meu olhar à escrita de mulheres negras como princípio de emancipação pessoal e, também, alicerce da minha atividade intelectual, tenho observado como o saber de mulheres negras não é compreendido como teoria da história, por ser *identitário*. Nesse sentido, reflito, à luz de Collins (2021), se a classe trabalhadora, para além de uma realidade social, não representa a identidade de um grupo oprimido pelas dinâmicas do capital.

Collins questionou a crítica materialista à interseccionalidade, afirmando ser um conceito que põe em xeque as relações de poder produtoras das desigualdades sociais, mas que leva em consideração que o posicionamento e a desconstrução dessas identidades demonstrarão que o contexto de injustiças estruturais terá efeitos desproporcionais em grupos que vivenciam o sistema de opressão interseccional (Collins, 2021).

Em contextos de opressão, grupos subordinados utilizam a identidade com fins políticos, não reconhecer esse fator no exercício da práxis crítica historiográfica demonstra a necessidade de criação de uma atmosfera de disputa do que pode ser considerado ou não como teoria da história que substancia nossas análises. A historiografia é um campo de poder situado geograficamente, que tem raça, gênero e classe, consequentemente, o que será compreendido pelos nossos pares como teoria responde a esses critérios. Conforme orienta Ramón Grosfoguel,

A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. (Grosfoguel, 2016, p. 24).

À luz de Grosfoguel, reflito sobre como o campo da pesquisa histórica tem sido conivente com projetos imperiais, coloniais e patriarcais de mundo, quando se presta ao desserviço de desqualificar saberes de grupos historicamente subalternizados, separando-os entre *teoria* e *discurso indentitário*. Recordo-me de uma disciplina que cursei no doutorado, na qual fui questionada se o que eu fazia *era história mesmo*, uma vez que não foi visualizado os clássicos no meu projeto de pesquisa. Essa indagação faz jus a uma pós-graduação que existe há vinte anos, mas que conta com um único grupo que dedica-se a pensar o continente africano,

os povos indígenas e os quilombolas, bem como os atravessamentos interseccionais na pesquisa histórica.

Não fui a primeira, e com certeza não serei a última mulher negra a receber esse tipo de questionamento, no entanto faço questão de trazê-lo para o texto, pois considero importante demarcar de que lugar esta pesquisa fala e as possíveis tentativas de invalidação por ela vivenciadas.

No entanto, seguindo os passos de Glória Anzaldúa, mulheres negras escrevem por teimosia, sobretudo quando estamos inseridas em um campo marcado pelo saber de homens brancos, ocidentais, detentores de privilégios epistêmicos históricos, cuja função tem sido desqualificar os conhecimentos de outros grupos que não são seus semelhantes, como é o caso da historiografia. O esforço de fazer a interseccionalidade como práxis crítica, como teoria da história, nesta pesquisa é, sobretudo, político, e intenta demonstrar que pode existir pesquisa histórica sem os *nossos clássicos*, sobretudo por entender que esses clássicos reverberam uma leitura de sociedade marcadamente desigual e operam em um reforço às hierarquias de opressão existentes.

A escrita ativa de mulheres negras, ancoradas na interseccionalidade, tem servido para isso, para acordar aqueles que historicamente tiveram poder e destaque de seus sonos injustos, questionar a dimensão de conhecimento de mão única, onde só um grupo fala, é validado, compreendido e vira *clássico*. A interseccionalidade transforma nossa compreensão de clássico e nos convida ao exercício de reflexão a partir da interpretação das desigualdades sociais ofertadas por mulheres negras, a conscientização política possibilitada por essa categoria proporciona um processo sistemático de empoderamento individual e coletivo no enfrentamento das opressões entrecruzadas.

A partir das discussões teóricas feitas até aqui, do ponto de vista metodológico, é importante situar ativistas cearenses que compõem o escopo deste trabalho no campo da militância e da escrita, intentando demonstrar de que forma essas mulheres negras foram além das pluralidades organizativas e políticas e enveredaram, também, no universo da pesquisa acadêmica, com o intuito de ofertar uma contribuição rica no debate historiográfico e político acerca dos grupos de mulheres, mulheres negras e movimentos negros. A escolha desses trabalhos justifica-se pelo atravessamento de gênero e raça que possuem.

Assim, o tópico seguinte, intitulado: *Erguer a voz e marcar com a palavra: lendo mulheres negras cearenses*, tem por objetivo concluir a discussão que deu origem a este capítulo, “*nossas pretas vem de um feminismo hegemônico*”, demonstrando como o

desinteresse em ler mulheres negras cearenses levou à disseminação de falas equivocadas como essa em destaque para este momento do trabalho.

A escrita de mulheres negras apresentadas para este tópico responde uma análise substanciada das opressões interseccionais que nos assolam, direta ou indiretamente. As autoras evidenciam como a historiografia, a literatura e a formação das organizações políticas de movimentos sociais e movimentos negros corroboraram para a criação de um imaginário coletivo de apatia política das mulheres. Esses trabalhos, portanto, vêm demonstrar, a partir de narrativas femininas, a sagacidade organizativa das mulheres cearenses no que diz respeito ao enfrentamento das opressões entrecruzadas.

4.3 Erguer a voz e marcar com a palavra: lendo mulheres negras cearenses

Escrita e militância têm se apresentado, nas últimas décadas, como caminhos conectados em mulheres negras ativas, sejam elas acadêmicas ou não, mulheres negras sempre têm se colocado no cenário nacional com interpretações coerentes das dinâmicas de desigualdades que estruturam a nossa sociedade. No Ceará, terreno desta pesquisa, não foi e não é diferente, mulheres negras cearenses têm erguido suas vozes e marcado com suas palavras a maneira na qual interpretam as relações interseccionais que compõem as vivências em coletividades negras no nosso estado.

Conforme anunciei no final do tópico anterior, procurei selecionar trabalhos que versam com a temática central desta pesquisa. O intuito não é, em alguma medida, validar os questionamentos mobilizadores deste trabalho, mas demonstrar como o ativismo de mulheres negras cearenses foi atravessado pela necessidade de escrita, de deixar para posteridade uma contribuição relevante acerca da chamada “questão” ou “história” das mulheres e mulheres negras.

Início a apresentação com o trabalho de Francisca Maria Rodrigues Sena, conhecida no cenário da militância como Francisca Sena, ou apenas, Sena, para pessoas mais aproximadas da sua trajetória pessoal e política. Francisca Sena é assistente social, graduada pela Universidade Estadual do Ceará, mesma instituição onde defendeu sua dissertação de mestrado, no ano de 2004, no curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais, tendo como área de concentração: gênero e militância política.

Para a ocasião, trago a dissertação de mestrado da referida autora como fonte de análise, intitulada *Mulheres em Movimento: a construção de relações de gênero na militância política das mulheres*, orientada pela professora doutora Maria Helena de Paula Frota.

As palavras que norteiam o referido trabalho são: mulheres; relações de gênero, militância política e esfera pública. A investigação feita pela pesquisadora foi a partir de uma organização de mulheres situadas na periferia de Fortaleza, a Associação de Mulheres em Movimento (AMM). A ênfase dada diz respeito às relações de gênero engendradas na construção social dos espaços públicos ou privados e como essas relações substanciam a militância política, possibilitando, assim, rupturas ou continuidades nas reproduções de padrões de gênero historicamente e culturalmente construídos.

Dividida em introdução, quatro capítulos e considerações finais, propõe inicialmente repensar as relações de gênero, do ponto de vista conceitual, as diferentes abordagens, bem como pensar o gênero relacionado às questões de pobreza e desigualdade. No segundo capítulo a autora realiza um debate teórico muito rico, no que diz respeito aos conceitos da esfera pública e esfera privada, a partir das perspectivas de gênero. O capítulo três apresenta as dinâmicas de resistência e organizações políticas das mulheres, com enfoque nas Associação de Mulheres em Movimento, trazendo um diálogo profícuo com as ativistas desse movimento. No quarto e último capítulo, a autora desencadeia a discussão em tono do questionamento da militância como *práxis assexuada*, bem como realiza um debate sobre militância política, identidade e autopercepção.

O tema de estudo da pesquisadora está diretamente relacionado a sua vida política, uma vez que Francisca Sena possui uma trajetória de militância no Ceará, que se conecta diretamente com o processo formativo do movimento negro cearense, destacando sua atuação, embora breve, por razões pessoais, no Grupo de União e Consciência Negra, bem como, anos depois, no movimento de mulheres negras, o Instituto Negra do Ceará, que será apresentado no capítulo cinco deste trabalho.

Em seu trabalho, a autora retrata essa atuação como parte mobilizadora da construção do seu objeto de estudo:

A construção do nosso objeto de estudo tem um vínculo profundo com a trajetória da pesquisadora dentro e fora da academia, principalmente nos campos profissional e na militância política. Cada um desses campos tem o seu significado e valor próprio, porém destacamos neste momento a vida acadêmica que vem permitindo uma releitura contínua da militância política e do exercício profissional, contribuindo para o engendramento de uma nova prática. A militância política e o exercício profissional permitiram uma vivência intensa, direta e constante com grupos populares da zona urbana e do meio rural, a partir de processos político-pedagógicos na perspectiva do engendramento e fortalecimento de projetos societários solidários e sustentáveis. Nesse percurso, um dos maiores aprendizados foi a importância de estarmos atentos/as às diversas formas de desigualdades, entre elas as desigualdades de gênero. (Sena, 2004, p. 15).

Ativistas negras, na grande maioria das vezes, carregam esse diferencial no processo de escrita, a experiência política. Para além dele, o trânsito na academia tem possibilitado, em alguns casos, um amadurecimento e direcionamento para as indagações das pesquisas de mulheres negras, falo em alguns casos em razão do que já foi discutido anteriormente, onde muitas mulheres negras carregam em suas trajetórias experiências traumáticas com espaços acadêmicos. No caso da pesquisa ativa da referida autora, ela relata uma disciplina que a provocou e mobilizou questões importantes para a pesquisa, anteriormente ignoradas, bem como a necessidade do envolvimento ativo nas atividades da Associação estudada, conforme afirma,

Pressupondo que a definição do objeto de estudo, longe de ser concretizada como uma mera especulação intelectual é definida a partir das experiências vividas ao longo do Mestrado, dentro e fora da academia, o projeto foi sendo reconstruído. A disciplina cursada Gênero, Família e Geração nas Políticas Públicas provocou a percepção de elementos antes ignorados e a formação de indagações e incertezas do que se tinha como verdadeiro. As inquietações despertadas precisavam ser trabalhadas, aprofundadas e desvendadas. Movida por este sentimento reafirmou-se a necessidade de dar continuidade aos estudos sobre as organizações da sociedade civil, mas agora numa outra ótica: numa perspectiva de gênero. Esse aspecto, somado às experiências profissionais que foram surgindo conduziu finalmente a certeza de que a pesquisa investigaria a construção das relações de gênero na militância política das mulheres. (Sena, 2004, p. 16).

Considero importante não perder de vista que a autora sempre chama atenção para o fato de o engajamento político e profissional serem aspectos fundamentais na construção da pesquisa, revelando o compromisso que mulheres negras pesquisadoras assumem quando estão no espaço da universidade. Com isso não quero dizer que apenas mulheres negras assumem um compromisso social e político quando realizam pesquisa acadêmica ou quando produzem literatura, no entanto, saliento que as pesquisas chamadas pejorativamente de identitárias ou com menor valor científico são, na maioria dos casos, pesquisas inseridas no contexto real das suas co-participantes.

Em coerência com seus princípios éticos e políticos, a autora optou pela chamada pesquisa participante, inserindo-se ativamente nas atividades da Associação de Mulheres em Movimento, com marco de início da atuação em 1987, no entanto a autora elegeu o marco temporal de 1997 a 2001. A referida associação atuou na periferia de Fortaleza, e os fatores que propiciaram a autora optar pela AMM foram:

1) o fato da organização ter se originado na periferia e de mobilizar predominantemente, até hoje, mulheres das camadas populares de Fortaleza. É importante esclarecer que esse fator em si não corresponde a algo positivo ou negativo, mas revelou-se como uma particularidade significativa que justificasse nossa análise; 2) outro fator é a resistência presente na trajetória dessas mulheres, onde o seu engajamento político representa uma estratégia coletiva de superação das condições inerentes à vida das mulheres pobres; e 3) pelo fato da Associação, nessa trajetória de 17 anos, nunca ter sido objeto de uma pesquisa acadêmica. (Sena, 2004, p. 18).

A AMM contava com mais de 200 associadas desenvolvendo trabalho social e político nas periferias de Fortaleza, de geração de saúde, trabalho e renda. A pesquisa de Francisca Sena lançou luz na atividade política e organizativa de mulheres periféricas, agrupadas e preocupadas com a melhoria da vida da população pobre das suas comunidades. Conforme afirmou acima, na época da pesquisa, com 17 anos de atuação, nunca havia sido notada pela academia, o que me leva a refletir sobre quem se preocupa com as nossas questões, se não nós mesmas? A autora vai além, quando apresenta a necessidade de compreensão dessas realidades sob uma perspectiva de gênero como categoria de análise, seu aspecto relacional, bem como teceu críticas à exigência de neutralidade nas pesquisas realizadas nas ciências humanas,

Para aquelas/es que consideram gênero uma questão infundada ou secundária, certamente parte do princípio de que a Ciência, a História, as relações sociais são assexuadas e neutras. Essa suposta neutralidade só pode ser compreendida dentro de uma adoção epistemológica “acrítica”. Em princípio, pode parecer indevido falar nestes termos de epistemologia, uma vez que, em tese, a criticidade é imprescindível a ela, mas o que de fato tem ocorrido é que diversos ramos do conhecimento não são capazes de perceber as formas sexuadas da cultura. O enfoque crítico de gênero ou hermenêutica feminista não se propõe apenas a criar elementos novos para agregar ao conhecimento já produzido, mas identificar naquilo que já existe. A superação da compreensão da neutralidade é indispensável no desnudamento dos discursos construídos que justificam ou são indiferentes às desigualdades de gênero que acabam distorcendo a realidade e corroborando para a efetivação de práticas misóginas, sexistas ou androcêntricas. (SENA, 2004, p. 38).

Ancorada com as discussões classificadas como *estudos feministas*, a autora realiza uma pesquisa na qual fundamenta teórica e criticamente como as questões de gênero estão postas no interior das organizações políticas. Sua participação ativa nas atividades da associação, as entrevistas e o capital teórico da pesquisadora foram chaves fundamentais que possibilitaram o amadurecimento do debate em torno da trajetória da AMM.

A pesquisa realizada por Francisca Sena é muito extensa, com uma quantidade relevante de fontes de dados, e não é meu objetivo aqui apresentar todos os elementos por ela

abordados, mas dimensionar o engajamento teórico de mulheres negras em lançar luz nas pluralidades organizativas que pautaram o gênero ou a chamada “*questão da mulher*” no Ceará. Intentando demonstrar que diferentemente do que foi relatado, mulheres negras estavam atentas não só com engajamento político, mas com capital intelectual ao que atravessava as demais mulheres, sejam elas em diferentes contextos históricos, como abordaremos no trabalho de Karla Jaqueline Vieira Alves, sejam elas na contemporaneidade, mulheres negras, pobres, periféricas, organizadas ou não.

Assim, trago o trabalho de Joelma Gentil do Nascimento, que é graduada em Letras, Licenciatura em língua portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, com dissertação apresentada em 2012 sob o título *Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes na década de oitenta*. A dissertação foi defendida na área de concentração: movimento sociais, educação popular e escola, e orientada pela professora doutora Joselina da Silva.

Joelma Gentil, conhecida no movimento negro como Jô Gentil, é uma histórica militante antirracista e antissexista do estado do Ceará, tendo uma atuação maior na capital Fortaleza, seu trânsito de militante se conecta com suas investidas intelectuais como educadora, professora, escritora. Jô Gentil voltou seu olhar para a necessidade de construir memórias organizativas do movimento negro, no qual ela é agente participante ativa, no entanto, com um recorte fundamental na demarcação da memória histórica do ativismo negro cearense: a participação ativa das mulheres negras no que diz respeito à fundação das organizações antirracistas no Ceará.

Estruturada em oito capítulos, sendo eles, introdução, narrativas, metodologia, referencial teórico, movimentos sociais no Brasil na década de 1980, pluralidades organizativas do movimento negro, contexto cultural do movimento negro no Ceará e, por fim, o grupo de mulheres negras de Fortaleza, mais as considerações finais. A pesquisa realizada por Jô Gentil oferece um leque de interpretações a partir da análise documental e da coleta de entrevistas com ativistas antirracistas cearenses, das aspirações iniciais que motivaram a criação de movimentos negros no Ceará, as tensões nesse processo organizativo e, principalmente, com foco central do trabalho em como as mulheres negras compreenderam esse processo.

O que diferencia, ao meu ver, o trabalho da pesquisadora dos demais trabalhos que se propuseram a historicizar o movimento negro cearense é a preocupação/problematização que a autora construiu em torno da narrativa das mulheres negras. Joelma localiza as ativistas negras

com intuito de perceber quem são essas mulheres na construção de um projeto de enfrentamento ao racismo no Ceará. Em suas palavras:

Ademais, a opção por esta temática veio de percepções enquanto mulher militante diante do binômio gênero e raça, presente no movimento negro, além dos saberes-fazer adquiridos na militância, que colaboraram com a mulher negra educadora e sujeito-pesquisadora da temática aqui proposta. Contudo, enquanto militante, constatei a carência de subsídios de pesquisa acerca do movimento negro no Nordeste e precisamente no estado do Ceará, e um acúmulo maior de referências sobre as organizações negras, de mulheres negras e seu protagonismo feminino no eixo sul/sudeste do país. Sem dúvida, existem produções acadêmicas sobre o movimento negro no Nordeste e no Ceará, mas que a meu ver não contemplam toda a diversidade de discussões e identidades que constitui este movimento social. (Nascimento, 2012, p. 10).

Considero importante destacar como a pesquisadora se insere e se localiza no processo de elaboração da temática estudada: *mulher militante do binômio gênero e raça*, a autora percebe como sua militância é fundamental para entender como esse binômio é construído e as complexidades presentes no interior das organizações negras, bem como as lacunas existentes no processo de historicização das memórias de mulheres negras partícipes desses movimentos.

Levantar a problemática de um histórico de movimento de mulheres negras mais destacado no sul/sudeste revela mais uma faceta da lente analítica da interseccionalidade, a disparidade regional, os holofotes, na maioria das vezes, estão voltados para o ativismo negro do sul/sudeste, de modo a reverberar um imaginário que essas regiões ofertam o modelo correto e bem sucedido de ativismo negro, bem como ofertam intelectualidade negra de maior destaque. A pesquisadora nos possibilita um rompimento desse imaginário coletivo quando chama para a discussão mulheres negras do seu próprio estado, intentando registrar suas memórias e atuações políticas.

Indo mais adiante na pesquisa, sobretudo nos capítulos que se propõem a pensar o Ceará, a pesquisadora apresenta o Grupo de União e Consciência Negra do Ceará, do bairro Jardim Iracema, em Fortaleza, um grupo misto, no entanto sua liderança, idealizadora e articuladora era Maria Lúcia Simão, descrita pela pesquisadora do seguinte modo:

Maria Lúcia Simão Pereira, nossa entrevistada, iniciou a sua militância no Grupo de União e Consciência Negra aos 33 anos de idade. Ela é graduada em Teologia Católica, Filosofia, é especialista em Planejamento Educacional. É técnica em enfermagem do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) da Universidade Federal do Ceará e cursa atualmente Psicologia. Ainda é uma das fundadoras e coordenadoras da Associação Cultural e Educacional Afro - Brasileira Maracatu Nação Iracema. (Nascimento, 2012, p. 84)

Quero me ater à pessoa de Lúcia Simão, embora seu companheiro, William Augusto Simão também faça parte desse contexto formativo, atendo-me à mulher negra pela necessidade de evidenciar, de acordo com a pesquisa aqui analisada, os caminhos percorridos por essa liderança no processo de construção e percepção da sua própria identidade de mulher negra, a visão da necessidade de organização política de pessoas negras cearenses destacada por ela, a sagacidade de uma religiosa negra que transitou em pontos distintos do Brasil, amadurecendo suas percepções sobre raça e racismo até vislumbrar e colocar em prática uma célula do GRUCON em Fortaleza.

Lançar luz em mulheres como Lúcia Simão, como a pesquisadora faz muito articuladamente na dissertação é fundamental no processo de realocação dos nomes que construíram o movimento antirracista cearense.

No que toca às percepções de gênero e raça a partir das memórias Lúcia Simão, a autora nos diz que havia um silenciamento nas políticas de gênero no interior do GRUCON. Acredito que a influência de igreja no interior do movimento seja um fator a se considerar, muito embora a condição de religiosa negra tenha possibilitado trânsitos de Lúcia Simão em outros estados e, nesses trânsitos, ela conheceu o GRUCON, sentindo-se mobilizada à criação de uma célula cearense. A igreja, a meu ver, também foi responsável por entraves no avanço das discussões de gênero.

No entanto, quero destacar uma fala da entrevistada Lúcia Simão, realizada pela pesquisadora Joelma Gentil:

Não tinha discussão sobre a mulher no grupo, a reunião começava com uma roda, cada uma dizia que não tinha problema. Acontecia que a maioria das meninas dizia que não eram negras. Depois que refletia em casa, e dizia: eu em casa comecei a pensar...depois diziam que achavam não arranjavam emprego por que eram negras (Simão *apud* Nascimento, 2012, p. 91).

A autora complementa com a análise da narrativa:

A partir dessa fala, consideramos que embora na década de oitenta a militância das mulheres negras estivesse formando as suas bases organizacionais de gênero e raça no âmbito do movimento negro, ao mesmo tempo se articulava o movimento feminista por meio de construções discursivas aqui no Ceará, embora tivesse uma organização negra nacional e ligada a Igreja que nacionalmente alguns dos seus setores discutiam a participação da mulher. Entretanto, havia o silenciamento de discussão política sobre gênero nas ações iniciais do Grupo de União e Consciência Negra no Ceará. Nossa entrevistada não nos falou a respeito disto nessa fase. Contudo, a dinâmica aplicada por Lúcia Simão, suscitada as reflexões nas mulheres sobre a pertença étnico racial e o mundo do trabalho, ela fazia o apanhado das reflexões feitas pelas

mulheres em suas famílias e as incentivou para o curso de auxiliar de enfermagem, a mesma área de estudo e trabalho de Lucia Simão na época. (Nascimento, 2012, p. 91).

Trago esses dois destaques do diálogo da entrevistada e da pesquisadora, com o intuito de refletir que muitas vezes esperamos que a palavra gênero apareça de forma evidente para classificarmos aquela discussão, ação política, como uma ação ancorada nas percepções e conflitos de gênero. Quando recuamos no tempo e nos deparamos com narrativas de ativistas negras, sobretudo aquelas que em algum momento estiveram ligadas a Igreja Católica, raramente vemos termos como *gênero* ou *problemas de gênero* citados diretamente, no entanto, vale a reflexão acerca das percepções das mulheres sobre si mesmas, a capacidade de articulação e sagacidade política das mulheres negras, em se auto organizarem, ainda que seja só em torno da pauta racial. Penso que mulheres negras já fazem política pautada na interseccionalidade só levando em consideração o fato de perceberem a necessidade de organização.

Em uma maioria significativa das falas de Lúcia Simão, analisadas pela pesquisadora Joelma Gentil, a entrevistada deixa nas entrelinhas a presença das questões de gênero dentro do debate racial, quando situa as dimensões do preconceito e como ele pode ser mais agressivo em “mulheres negras, pobres, “mulheres negras se estiverem arrumadas a roupa não é sua”, “o carro não é seu”, falas que localizam na memória da entrevistada a dimensão da opressão interseccional, não nesses termos, não a partir de um capital teórico que temos usado hoje para compreender as dinâmicas da sociedade, mas no fazer político, na articulação das mulheres no enfrentamento às opressões. O que Lúcia Simão fez, a partir do que a pesquisadora lançou luz, é interseccionalidade na prática.

Além de Lúcia Simão, a pesquisadora evidencia outras mulheres negras expoentes do movimento negro cearenses, como Francisca Rodrigues Sena, Rosa Maria Barros, ambas construíram a organização GRUCON, e Antônia Aurineida da Silva, as irmãs Vanda e Vania Martins, sempre dando ênfase no processo de empoderamento e articulação política dessas mulheres.

O trabalho aqui analisado também possui entrevistas com militantes do gênero masculino, mas por uma escolha metodológica optei por enfatizar as análises em torno das narrativas de mulheres negras e seus processos organizacionais.

No que diz respeito à formação do Grupo Filhos d’África, organização de ativismo negro, esta foi formada em Fortaleza no ano de 1987, e Joelma Gentil é uma das fundadoras. A pesquisa recuperou o contexto sociocultural e político no qual a formação do grupo estava

inserida, bem como as pautas alusivas à identidade negra que a organização pautava no referido contexto.

No que toca à participação das mulheres nas atuações do grupo, sobretudo nas atividades como a capoeira, que teve muito protagonismo no Filhos d'África e foi compreendida pela referida organização como uma potencializadora da cultura, da arte e da estética negra, a pesquisadora questiona a fala de um dos seus contemporâneos, homem negro, de movimento negro, que, em sua memória, naturalizou a ausências da participação ativa das mulheres negras, conforme questiona:

Dessa maneira, o entrevistado expôs a naturalização da ausência de mulheres enquanto sujeitos praticantes e inseridas no contexto de discussão e aprofundamento dessa manifestação cultural e seu entrelaçamento com a história da população negra. Nesse aspecto, a capoeira na fala do entrevistado é vista como uma atividade inerente aos homens, embora tenha evidenciado no quadro de militantes da entidade a presença feminina e tenha dito, em fala anterior, que o Grupo Filhos d'África antes de iniciar com a atividade da capoeira estudou sobre a mesma. E o grupo, tanto na fundação quanto no seu percurso, teve a participação de mulheres desde as práticas artístico-culturais às concepções históricas e teóricas para embasar a capoeira. Contudo, estas mulheres da peça, que eram de outras pastorais não tiveram, pelo visto, motivação para dar prosseguimento. (Nascimento, 2012, p. 131).

No entanto, quando as entrevistadas são mulheres, a narrativa tem outros direcionamentos. Em entrevista para pesquisa de Joelma Gentil, Antônia Aurineda da Silva realiza reflexões profícuas que nos ajudam a entender como as mulheres negras do referido contexto interpretavam as questões de gênero. Na fala da entrevistada:

a gente conversava e veio do desejo do poder da mulher negra de ir mais vezes ao grupo de mulheres negras que estava trazendo essa questão para o Ceará. Eu vejo que o nosso principal objetivo naquele tempo da década de oitenta e noventa era discutir algo mais aberto aos homens e mulheres. Hoje vejo diferente, nós mulheres, meninas na época tínhamos muita garra. (...) Às vezes fico pensando se não fiquei acomodada no grupo, ou se era “verdinha”, não tinha muita consciência de gênero naquela época. Ou se misturava tudo? Porque tinha aquele negócio da aproximação, da amizade, eu era muito amiga dos meninos (Aurineda da Silva *apud* Nascimento, 2012, p. 140).

Em sua análise acerca das colocações da entrevistada, Joelma Gentil localiza a memória a partir da interpretação da presença do machismo e do patriarcado no interior das organizações negras,

Neste âmbito da questão exposta por Antônia Aurineda da Silva em relação a uma linha de frente considerável de presença feminina na fundação da

entidade. E no decorrer da existência do grupo houve o empoderamento dos homens, de tal modo que estes ficaram à frente de decisões. Nós interpretamos como uma lógica patriarcal exercida na sociedade e em instituições. No entanto, a fala desta liderança a nosso ver concebe a ideia de que as militantes do Filhos d'África buscaram outras articulações dentro do próprio movimento negro cearense. Como forma de potencializar o ativismo e romper com as limitações de gênero dentro do segmento de origem dentro do cotidiano de cada uma. (Nascimento, 2012, p. 140).

Tanto a entrevista concedida para a pesquisa aqui analisada, como a interpretação feita pela pesquisadora ofertam uma chave de análise que não se pode perder de vista, no que diz respeito à forma na qual o patriarcado opera dentro das instituições, dos grupos políticos, até mesmo no cotidiano comum, que é a forma como os homens usam o companheirismo, a amizade e a confiança das mulheres em benefício próprio. Quando a autora interpreta, *“houve um empoderamento dos homens, de tal modo que estes ficaram à frente das decisões”*, mais à frente a entrevistada endossa: *“não é fácil sozinha com homens colocando a cara deles em praticamente tudo”*. Ambas as falas são de ativistas negras, lideranças fundadoras de movimentos negros, mulheres que construíram ao longo dos anos suas consciências de gênero.

Penso em hipóteses para essa situação, a exemplo: se a consciência das opressões de gênero tivesse aparecido antes, se a imponência de mulher negra tivesse passado por cima da barreira da amizade com os homens negros, talvez o destino dessa entidade negra fosse outro, sobretudo porque a dimensão da amizade com companheiros de luta pode aparecer como uma cilada para mulheres negras, no que toca o destaque político. Muitas vezes somos vítimas de um discurso de que somos todos irmãos de cor, vítimas da mesma opressão, e nesse ínterim vamos perdendo espaço, quando percebemos nossos companheiros já *“colocaram a cara deles em tudo”*, conforme alertou a narradora.

O último grupo apresentado pela pesquisa de Joelma Gentil é o Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza, que encerrou suas atividades no ano de 1993 e contou com três anos de duração. O grupo surgiu a partir de inquietações de mulheres negras que já tinham trânsito no GRUCON. A organização foi norteadada pela pauta da esterilização, no final da década de 80, no Brasil, e em outros pontos, conforme tracei um paralelo entre o Brasil e os Estados Unidos, no capítulo dois deste trabalho.

A década de 80 foi marcada por um processo de esterilização compulsória de mulheres, sobretudo mulheres negras, objetivando um suposto controle populacional que, na verdade, tratava-se de um projeto eugenista de branqueamento da população. Essa pauta tornou-se quase unânime no movimento de mulheres negras no Brasil, e as ativistas negras do Ceará

não se isentaram do debate, o que demonstra, mais uma vez, o processo organizativo dessas mulheres e a conexão com a agenda de luta das mulheres negras Brasil adentro e não com um feminismo hegemônico, como foi mencionado em outro momento.

Enquanto a pauta do feminismo hegemônico, do ponto de vista do direito ao próprio corpo, estava mais alinhada ao aborto legal, gratuito e seguro, a agenda de luta obviamente legítima, mulheres negras travavam uma luta pelo direito de maternar, o que evidencia o distanciamento das nossas agendas.

No que se refere à aproximação da organização com o movimento feminista, a pesquisa conclui que as mulheres do Grupo de Mulheres Negras de Fortaleza não se denominavam feministas, que o trânsito e diálogo da referida entidade estava mais próximo com as demais mulheres do movimento negro.

Quero destacar que no decorrer das entrevistas realizadas pela pesquisadora e as interpretações dadas por ela, chaves analíticas como *feminismo negro*, ou até mesmo *interseccionalidade* não aparecem de forma direta, no entanto as entrelinhas dessas narrativas demonstram que o debate feito por essas mulheres e as problemáticas por elas levantadas estavam alinhadas com as compreensões do que chamamos de feminismo afro latino, ou seja, um movimento que levou em consideração que dentro do movimento negro existiam questões próprias das mulheres negras e essa denúncia/articulação/enfrentamento do debate precisaria passar, e passou, diretamente por elas.

Concluo esta seção com o trabalho de Karla Jaqueline Vieira Alves, historiadora, fundadora do Grupo de Mulheres Negras do Cariri- Pretas Simoa. Karla é formada pela Universidade Regional do Cariri e seu trabalho, que é uma monografia de conclusão de curso da graduação em Licenciatura plena em História foi orientado pela professora doutora Maria Telvira da Conceição, e apresentado no ano de 2015.

A pesquisa de Karla se tornou referência nos estudos sobre a Preta Tia Simoa, expoente da luta por liberdade no Ceará, que teve sua história sombreada pela jangada de Dragão do Mar. Intitulado: *“HERÓIS” NO CATIVEIRO: discursos e silêncios no jornal Libertador sobre o protagonismo de José Napoleão e Preta Tia Simoa na luta abolicionista no Ceará (1881- 1884)*, a pesquisa objetivava analisar os discursos do jornal o *Libertador* sobre a campanha abolicionista no Ceará.

O trabalho de Karla está organizado do seguinte modo: introdução; capítulo dois, no qual ela apresenta o papel da imprensa na campanha abolicionista no Ceará; o capítulo três, em que trata do protagonismo negro na luta pela abolição, destacando o papel de José Luís Napoleão e Preta Simoa; e as considerações finais.

A historiadora propõe com seu trabalho uma análise substanciada, com uma quantidade relevante de fontes, questionamentos em torno do processo de silenciamento de José Luís Napoleão e da Preta Tia Simoa na historiografia que narra os contextos de luta por liberdade no Ceará, bem como investiga como se construiu a narrativa do herói da abolição, o Dragão do Mar, em detrimento de outros atores e atrizes responsáveis pelo enfrentamento direto ao trabalho cativo.

Quero me ater ao capítulo três, no qual a historiadora se debruça sobre a primeira greve dos jangadeiros, que ocorreu em janeiro de 1881, apresentando fontes que apontam a ausência de Francisco José do Nascimento, consagrado posteriormente como Dragão do Mar, e congratulado com o título de herói da abolição, na greve dos jangadeiros que deu início à campanha pela liberdade no Ceará, com a célebre frase “*no porto do Ceará não se embarca mais escravos*” (Girão, 1984, p. 105).

As fontes usadas pela autora afirmam que não se deu conta da presença de Dragão do Mar nessa greve, o que a levou a questionar, em sua pesquisa, a problemática da construção do herói e as razões que fizeram José Napoleão e Preta Simoa serem sombreados pela figura de Dragão do Mar, conforme afirma:

Não entrarei aqui na discussão que segue na historiografia cearense no tocante à data que marca o fim da escravidão ou no entrave sobre quem deveria figurar como “herói” da abolição, pois meu objetivo é propor algumas possibilidades de reflexão acerca do processo de silenciamento que envolve a liderança de José Luís Napoleão, da Preta Tia Simoa e a participação de outros negros libertos neste processo, no discurso do jornal de maior referência na luta antiescravista do Ceará, o periódico *Libertador*. No entanto, pretendo analisar alguns fatores que distinguem Dragão do Mar das demais lideranças negras que lutaram por liberdade neste Estado, a fim de compreender porque apenas este foi honrado na história em detrimento dos demais (Alves, 2015, p. 38).

No que se refere à trajetória histórica de José Napoleão, a autora reflete sobre as suas *visões de liberdade*, reconstruindo sua trajetória, na qual lhe foi imposta a condição de escravizado, um dos primeiros fatores que o diferenciava do Dragão do Mar, que não possuía passado ancorado na escravização. Nessa construção de herói, a autora coloca que Napoleão recusou o convite feito por Isaac do Amaral para liderar a campanha abolicionista na zona praieira, ofertando o nome de Francisco José do Nascimento, como uma liderança possível para a campanha, demarcando assim qual era o entendimento de Napoleão sobre liberdade,

Porém, existe um aspecto primordial de onde se funda a legitimidade dos fatos que entrarão para a história, que é o cumprimento da vontade dos abolicionistas cearenses. Ao recusar o convite oferecido pelos abolicionistas

da Libertadora, Napoleão reconhece a diferença do seu modo de lutar. Se recusa a lutar sob tutela e, assim, evidencia a sua visão de liberdade que será a guia de sua luta, rejeitando a direção proposta pelos intelectuais abolicionistas. (Alves, 2015, p. 42).

Acrescentando a dimensão de autonomia de Napoleão, conclui:

Nem escravo nem rebelde, José Napoleão figura distintamente das previsões estabelecidas na história tradicional do negro no Ceará que muitas vezes é reforçado pelo ensino de história que não consegue fugir desta dicotomia. Ao desvendar seu espaço social, mesmo sujeito às limitações impostas pelo sistema escravista, podemos perceber os espaços de autonomia conquistados e mantidos em seu cotidiano, algo não mencionado pela historiografia oficial da campanha abolicionista. (Alves, 2015, p. 42).

A proposta central do trabalho de Karla Alves é oferecer uma contranarrativa, bem como desconstruir heróis já consagrados. Com um trabalho minucioso de fontes historiográficas, a autora desnuda a trajetória de vida de José Luís Napoleão, ofertando à historiografia cearense uma nova possibilidade de compreender a campanha abolicionista do Ceará a partir dos nomes que foram ideologicamente omitidos dos discursos oficializados.

Assim, a autora levanta a problemática sobre se o nome de um homem negro já sofre a violência frontal do racismo epistêmico, o que dizer do nome da Preta Tia Simoa, como classificar o apagamento histórico sofrido por uma mulher negra em um estado que teima em nos invisibilizar? De acordo com a autora,

Em uma sociedade tradicional, não apenas a distinção de gênero é crucial, mas também a de raça. Nos discursos dos jornais cearenses abolicionistas analisados nesta pesquisa podemos perceber que a participação de homens negros era significativamente inferior à de mulheres da alta sociedade engajadas na luta pela libertação dos cativos. E se o registro do protagonismo negro era incompatível com sua atuação, o das mulheres negras é absolutamente ausente. O nome da preta Tia Simoa não pode, até agora, ser identificado no discurso sobre a campanha abolicionista do jornal Libertador, estabelecendo uma distinção crucial pautada na diferença racial entre esta mulher negra e as senhoras abolicionistas da Cearense Libertadora. (Alves, 2015, p. 51).

Assim, de acordo com a pesquisadora, quem foi Preta Simoa?

A Preta “Tia Simoa”, designação a qual é rapidamente mencionada em alguns registros históricos, como em Raimundo Girão (1984), Clóvis Moura (2004) e Júlio Abreu (1934) foi uma negra liberta que, ao lado de seu marido (José Luís Napoleão) liderou os acontecimentos de 27, 30 e 31 de janeiro de 1881 em Fortaleza – Ce, episódio que ficou conhecido como a “Greve dos Jangadeiros”. Como sabemos, foi por ocasião do referido fato que ocorreu o decreto do fim do embarque de escravizados naquele porto. Daí em diante foram definidos os rumos para a abolição da escravidão na então Província do

Ceará, que se efetivaria três anos mais tarde. No entanto, apesar de sua importante participação para a mobilização popular que impulsionou os acontecimentos aqui citados, esta mulher negra teve sua participação invisibilizada na história deste Estado onde, ainda hoje, persiste o discurso da ausência de negros. (Alves, 2015, p. 52).

A referida autora é uma mulher negra com relevante participação na efetivação do movimento negro do Cariri, bem como a idealizadora e uma das fundadoras do primeiro grupo de mulheres negras do Cariri, que recebeu o nome de Pretas Simoas. Não se pode desassociar sua atividade intelectual da relevância social e política da pesquisadora para a região na qual a pesquisa foi desenvolvida. As percepções do binômio gênero e raça evidenciadas na pesquisa se conectam com a trajetória política da autora, ofertando a esse trabalho em questão um peso ainda maior no que toca à sua relevância para a historiografia cearense.

Neste sentido, o compromisso por ela estabelecido em lançar luz à trajetória de Preta Simoa e apresenta-la como uma das heroínas da abolição cearense demonstra a conexão intelectual ativa que tem marcado ao longo das décadas a escrita de mulheres negras. Nas considerações da autora:

Atrelando o conceito de gênero ao de raça, onde ambos descartam o discurso biologizante das diferenças para se deterem ao campo semântico do conceito abreviado de “mulher negra”, devemos considerar que este é, sobretudo, um conceito determinado pela estrutura da sociedade e pelas relações de poder que a conduzem. Dessa forma, conhecer a história de Simoa, mulher negra cuja história está submersa entre os escombros da produção historiográfica é, pois, estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social historicamente invisibilizado no Ceará. (Alves, 2015, p. 54).

O esforço intelectual de Karla Alves lançou luz ao nome da Preta Simoa, dentro e fora dos espaços acadêmicos. Além da referida pesquisa, a organização política formada no Cariri por um grupo de mulheres negras da referida região contribuiu para que os ecos do nome de Simoa fossem disseminados. O trabalho de Karla Alves é uma semente lançada em um terreno que foi adubado pela exclusão, mas que a teimosia da pesquisadora insistiu em plantar reflexões profícuas dispostas a mudar o cenário das interpretações da campanha abolicionista cearense. Conforme ela aponta, um trabalho que buscou desvendar nossa representação histórica a partir do protagonismo das mulheres negras. (Alves, 2015).

O intuito deste capítulo foi apresentar a relação das mulheres negras com a escrita, seus entraves e desafios, bem como trazer um pequeno panorama dos trabalhos de mulheres negras ativistas e intelectuais cearenses, preocupadas com as relações de gênero e as narrativas de gênero e raça em torno do ativismo negro no Ceará.

A seleção dos trabalhos escolhidos para este último tópico justifica-se pela diferença na abordagem sobre organizações de mulheres, bem como no fato de que representam compreensões distintas desses ativismos. Três mulheres negras que compõem o cenário da militância antirracista e antissexista no Ceará, que contribuíram e em alguma medida ainda contribuem para a construção dos nossos caminhos de liberdade. São mulheres negras de diferentes tempos históricos nesse cenário, mas que se conectam pela insistência em criar uma contranarrativa ao modelo oferecido e oficializado de história do ativismo negro cearense, que omitiu o protagonismo das mulheres negras.

Assim, o capítulo que segue visa apresentar o rompimento dessas mulheres com o antirracismo que centralizou o debate na raça, somente, em detrimento das questões fundamentais que assolam as mulheres negras. Na ocasião, apresento duas organizações de mulheres negras cearenses que marcaram o cenário da capital e do interior, criando um caminho de liberdade que tem as mulheres negras, historicamente silenciadas, como fundamento central.

Intitulado *Criação de movimentos de mulheres negras nos anos 2000: reparação do trauma*, o capítulo apresenta o Instituto Negra do Ceará- INEGRA, no primeiro tópico; no segundo tópico trato do protagonismo da INEGRA na criação de políticas públicas de igualdade de gênero e raça e, por fim, apresento o Grupo de Mulheres Negras do Cariri- Pretas Simoa: mulheres insubmissas.

5 CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS NOS ANOS 2000: REPARAÇÃO DO TRAUMA

Mesmo dentro do movimento social das mulheres, nós tivemos que lutar, e ainda lutamos por essa visibilidade, que é também o que nos torna mais vulneráveis - a nossa negritude. Para sobrevivermos na boca desse dragão que chamamos de América, tivemos que aprender esta primeira lição, a mais vital: que a nossa sobrevivência nunca fez parte dos planos (Lorde, 2020, p. 54).

Audre Lorde, no ensaio *A transformação do silêncio em linguagem de ação*, convida ao processo de conversão da linguagem que foi criada para operar contra nós, mulheres, em ação política. Cada uma de nós tem um papel fundamental nessa dinâmica de transformação do modo como opera o sexismo.

No interior do movimento social de mulheres isso não foi diferente, a nossa negritude aparece como um marcador, um ponto de partida da forma na qual a agenda de luta antissexista será operada. A nossa sobrevivência não faz parte dos planos não só dos Estados Unidos da América, lugar de onde falou Audre Lorde. Há uma cadeia sistemática de violência sexista atravessando nossos corpos de mulheres pelo mundo. No Brasil e no nosso território de análise, o Ceará, também não faz parte dos planos a sobrevivência das mulheres negras.

Assim, vejo a urgência em tratar sobre como as mulheres negras contornam e superam seus traumas vividos no interior de organizações negras mistas, e organizam-se com o objetivo de criar movimentos somente de mulheres negras, a fim de construir uma alternativa de ativismo pautado pelo gênero e pela raça.

Ao longo da produção deste trabalho fui, muitas vezes, atravessada por narrativas que ora tinham tom de denúncia, ora de revolta, raiva profunda de um projeto de silenciamento orquestrado por homens negros durante décadas. Tive dúvidas de como trataria metodologicamente as falas carregadas de raiva, no entanto, aprendi com Audre Lorde (2020) que toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido, a raiva é fonte de energia. Lorde me direciona a este lugar, o lugar da raiva, usada como mecanismo de reação das mulheres negras ao racismo e à misoginia.

As duas organizações femininas negras que serão aqui apresentadas, fundadas no decorrer das últimas duas décadas no Ceará aparecem nesse cenário, cada uma no seu marco temporal de fundação, como alternativas radicais por renovar as lutas por libertação, como diz bell hooks (2019). A alternativa feminista negra é radical do ponto de vista da ação política/prática. Fomos ensinadas que nos relacionarmos umas com as outras, agruparmo-nos,

ler o que produzimos, valorizar os nossos trabalhos não são tarefas enriquecedoras. Fizemos-nos acreditar que a relação de inimizade entre mulheres é algo “natural”.

Assim, teço minhas linhas evocando os caminhos de solidariedade política entre mulheres negras percorridos pelo Instituto Negra do Ceará- INEGRA, em Fortaleza, e pelo Grupo de Mulheres Negras do Cariri- Pretas Simoa, formado por mulheres negras da região do Cariri cearense. Ambos os movimentos descortinam a falsa ideia de “opressão comum”, discutida por bell hooks (2019). Essa avaliação é possível de ser feita a partir do distanciamento temporal que estabeleço do momento de fundação de ambos os grupos, uma vez que, pelas falas, ficou evidente que nem todas as mulheres entrevistadas, componentes dessas organizações, a construíram dotadas de uma perspectiva teórica e prática solidificada de gênero e raça.

Algumas argumentaram que essas compreensões passaram a existir a partir de suas inserções em organizações femininas negras, outras já tinham mais experiência na seara de luta antirracista e gozavam de um maior entendimento sobre como funcionavam as dinâmicas dos movimentos sociais mistos, o que não quer dizer que ambas não conhecessem o quão profundas podem ser as feridas deixadas pelas opressões, conforme atentou bell hooks (2019), engajadas ou não em resistências organizadas. Pessoas realmente oprimidas sabem disso.

O caminho percorrido por ambos os grupos, a meu ver, foi traçado tendo a independência como horizonte. Não depender de um feminismo branco no qual as mulheres brancas aparecem como “madrinhas” das mulheres negras, como se nós só compreendêssemos que sofremos com a misoginia porque elas nos ensinam, ou que nossa liberdade viria quando as mulheres brancas nos mostrassem os mecanismos de libertação, bem como não depender de organizações negras mistas fundamentadas na negligência da pauta de gênero no interior do debate racial.

Assim, em 2003, a INEGRA é fundada “a partir da iniciativa de 13 (treze) mulheres negras que constituem seu quadro de sócias fundadoras”²⁹, com algumas frentes de atuação definidas: combater o discurso da invisibilidade negra no Ceará; sensibilizar e fomentar o debate frente ao poder público com relação à questão racial e de gênero eram algumas dessas frentes, inicialmente.

Após a realização das entrevistas percebi que o horizonte político da INEGRA foi se sedimentado no campo político da formação de demais mulheres negras e assumindo um

²⁹ Disponível em: <https://inegrace.wordpress.com/about/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

compromisso social com as mulheres privadas de liberdade, um trabalho realizado no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPF).

Exatos dez anos depois, na região do Cariri cearense, um grupo de mulheres negras provenientes de variadas áreas de atuação acadêmica, na Universidade Regional do Cariri (URCA), sobretudo as licenciaturas, como História, Letras, Educação Física, Ciências Sociais, e da Biblioteconomia, na Universidade Federal do Cariri (UFCA), fundam o Grupo de Mulheres Negras do Cariri- Pretas Simoa.

As Simoas, como passaram a ser chamadas nos espaços de atuação políticas, encontram-se em um momento de ruptura, de um lado mulheres que construíam organizações negras mistas, outras vinham da militância em partidos alinhados à esquerda e, por fim, as que não faziam parte de nenhum movimento político organizado, até então.

A construção do grupo se deu a partir de um sentimento de ausência. As fundadoras das Simoas afirmam em entrevistas que sentiam a necessidade de um movimento social que tratasse a mulher negra como fundamento. Aquelas com mais experiência, que fizeram parte de organizações negras mistas, já traziam uma bagagem política preenchida pelo trauma do sufocamento do seu ser mulher negra dentro dos debates pautados pela raça, bem como a negligência dos partidos alinhados à esquerda em centralizar gênero e raça como um caminho indispensável para a interpretação e modificação do cenário social.

Assim, este capítulo marca não somente os caminhos de solidariedade e liberdade política traçados por essas mulheres, mas marca também o meu esforço/desafio de pesquisadora em narrar e interpretar com o rigor metodológico exigido pela academia sem perder a capacidade de sensibilizar o meu olhar aos fatos que me atravessam desde 2013.

Como uma das fundadoras das Simoas, vejo-me retornando em uma estrada que tem meu passado não muito distante como ponto de partida, estrada essa que me possibilitou estar onde estou hoje, tecendo linhas de teoria e metodologia da História, ao lado de mulheres que me ensinaram muito do que sei sobre liberdade, política e solidariedade entre mulheres negras.

O texto que segue é alicerçado em uma base teórica, em sua maioria composta por mulheres negras que dedicaram muito da sua existência à interpretação do cotidiano privado, público e político das mulheres negras agrupadas em organizações fundamentadas na interseccionalidade. bell hooks (2019) oferta uma compreensão de feminismo negro que vai das margens ao centro, potencializando o debate de como as articulações de mulheres negras produzem o que ela chamou de “solidariedade política entre mulheres” e que me ajudou a compreender como as organizações compostas somente por mulheres negras se coadunam com

essa discussão. Assim é possível traçar um panorama de análise com auxílio de Sueli Carneiro sobre como essas organizações de mulheres negras e sua capacidade de articulações são capazes de desenhar novos cenários e perspectivas para as mulheres e recobrir as perdas históricas. (Carneiro, 2020, p. 217).

Como já mencionado, o amparo metodológico de Audre Lorde (2020) se dá, sobretudo, pelos múltiplos significados que a poetisa deu à raiva, classificando-a como potência transformadora, trazendo também o impulso ao rompimento dos silêncios, na perspectiva libertadora. Audre Lorde acreditava que o silêncio não nos protege, a fala é a responsável pelo encorajamento das mulheres em seus processos de agrupamentos.

Veremos como a linguagem aparece entre as narrativas como peça fundamental de um percurso individual e coletivo que as mulheres entrevistadas estabelecem com a fala, os desafios das ativistas em lidarem com o silenciamento imposto e em realizarem falas públicas que tenham gênero e raça como princípios enunciativos.

Os próximos passos serão para pensar os agrupamentos de mulheres negras como fomentadores de um cenário de luta por políticas públicas e reconhecimento das variadas identidades. Para tanto, divido o capítulo em três momentos, objetivando apresentar a criação e atuação de dois grupos de mulheres negras cearenses: o Instituto Negra do Ceará- INEGRA, com atuação mais efetiva na cidade de Fortaleza; e o Grupo de Mulheres Negras do Cariri-Pretas Simoa.

A escolha dos grupos intenta dialogar com as experiências de mulheres negras organizadas, já nos anos 2000, no Ceará, observando como essas organizações movimentaram as compreensões de gênero e raça na capital e na região do Cariri cearense, quais impactos para as organizações negras mistas os referidos grupos formados apenas por mulheres negras causaram? Como essas mulheres articularam suas vivências na criação de um projeto de sociedade antirracista e antissexista?

5. 1 Instituto Negra do Ceará- INEGRA

Meu diálogo com algumas mulheres da INEGRA se deu de forma virtual. A pandemia da Covid-19 estava em fase crítica e diante da sua gravidade o encontro virtual era o único meio de diálogo para possibilitar a pesquisa, e assim fiz. Marcamos uma conversa via *Google Meet*, participaram Francisca Sena, Cícera Silva, Raiane Vieira e Fran. O objetivo do diálogo era tratar sobre como as mulheres da INEGRA se conheceram, quem são elas, quais suas motivações para a criação de um grupo apenas de mulheres negras e como isso impacta no

cenário dos movimentos sociais cearenses. Para além da entrevista, as ativistas da INEGRA socializaram documentos que refazem a trajetória da existência e atuação do grupo.

Trata-se de uma instituição que segue um regimento estatutário contendo denominação, objetivos, perfil das sócias e patrimônios. Segundo o estatuto, no capítulo 1, artigo primeiro:

Art. 1º - O INC – Instituto Negra do Ceará é uma associação civil de mulheres negras feministas e anti-racistas, sem finalidades econômicas, sem vinculações religiosas, constituído na forma de uma organização não governamental de assistência social, democrática e sem nenhuma vinculação político-partidária nem discriminação de qualquer natureza; prazo de duração indeterminado e sede à Rua Costa Sousa, 115 – Benfica, CEP 60020-300, Fortaleza- CE. (ESTATUTO INC, p. 1, 2006).

Com relação aos objetivos, observemos:

Art. 2º - A missão institucional que norteia a ação do INC é lutar contra o racismo e a discriminação, sexista e de classe, fortalecendo a construção da identidade da mulher negra cearense, propondo políticas públicas que contribuam para a promoção de seus valores étnicos, políticos, sociais e culturais. (ESTATUTO INC, p. 1, 2006).

Em relação às sócias:

Art. 5º - São requisitos para admissão de sócias do INC todas as mulheres que subscreverem sua ata de fundação ou ingressem no quadro social em outras reuniões da Assembleia Geral e de cujo desligamento não exista registro, assim como todas que sejam doravante aceitas nesta condição por deliberação da Assembleia Geral, passando a caber de fato registro expreso na ata da assembleia que assim deliberou.

Dos objetivos sociais:

Art. 3º - São objetivos sociais do INC
 IV - Combater a violência de gênero e raça;
 V - Afirmar o feminismo e autodeterminação do movimento de mulheres negras;
 VI - Promover a articular da luta das mulheres negras cearenses com a luta dos movimentos das mulheres negras brasileiras, latino-americanas e caribenhas;
 VII - Atuar em articulação e diálogo com outros setores dos movimentos sociais e particularmente, com o movimento negro e do movimento de mulheres e feministas;

As informações anteriores têm por objetivo delinear o perfil da instituição, como ela se estruturou e sob quais bases criou uma identidade de movimento feminista negro no Ceará. A INEGRA protagoniza nas últimas duas décadas uma performance de atuação política no Ceará fundamentalmente baseada na luta antirracista/antissexista. Conforme aponta o artigo segundo do estatuto, a missão institucional: “é lutar contra o racismo e a discriminação, sexista

e de classe”, remontando no Ceará o discurso político e reconfigurando os sentidos da luta antirracista e feminista.

Para Sueli Carneiro, o movimento de mulheres negras emerge como elemento determinante na alteração da perspectiva sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil (Carneiro, 2020, p.198).

Os objetivos sociais da INEGRA acionam tensões dentro do debate do que é ser mulher negra no Ceará, sob quais condições nós vivemos e quais agendas de luta nos contemplam. Quem somos nós dentro da luta antirracista? São corpos apagados? Vozes silenciadas? O chamado ao combate contra a violência de gênero e de raça como um dos objetivos sociais da INEGRA revela a face sexista e negligente que a luta antirracista cearense alimentou ao longo das décadas. A instituição aparece, também, como uma potencializadora das reconstruções dos caminhos políticos que barraram ou tentaram barrar o protagonismo feminino negro nas lutas sociais.

Para além dos documentos, as narrativas demonstram um cruzamento de percepções sobre o feminismo negro cearense. O trabalho com história oral aqui realizado não está distante do que sou, enquanto pesquisadora negra. Daphne Patai, em *História oral, Feminismo e Política*, lembra-me que o exercício da escuta é um ponto de intersecção entre duas subjetividades, a delas e a minha, as suas visões culturais e as minhas, as suas memórias e as minhas perguntas. O nosso papel é de diálogo e não de um monólogo (PATAI, 2010, p.20).

Cícera Silva, sócia fundadora da INEGRA, inicia sua fala recuperando aspectos do contexto de fundação do instituto e evoca na memória Alzira Nogueira, mulher preta, maranhense, que residia no Amapá e que chegou no Ceará em 1991 para terminar o ensino médio, interessada no ingresso na Universidade. Dialogar com Cícera Silva é quem me leva a Alzira Nogueira, ajuda-me a refazer um pouco da estrada percorrida pelas feministas negras cearenses e as que residiram no Ceará, como é o caso de Alzira Nogueira. Quais foram seus enfrentamentos, as razões da criação de uma instituição só de mulheres e, sobretudo, quem elas são, como se veem e se viam na época do encontro. Cícera Silva, enquanto sócia fundadora da INEGRA inicia:

Sou Cícera Silva, Yasmim, sou sócia fundadora do Instituto Negra do Ceará. Em 2003 eu era colega de Alzira Nogueira na Universidade, ela já tinha tido essa experiência no Amapá, de formação de coletivos de mulheres negras no Amapá, ela foi uma das fundadoras, se não me engano, do IMENA, que é o Instituto da Mulher Negra do Amapá, e aí, em 2003, ela fez o convite pra várias colegas nossas da turma, juntamente com outras pessoas das CEB's e outras pessoas que ela conhecia dos movimentos sociais pra gente fundar na

época o Instituto Negra. Então em 2003 a gente se reuniu e fizemos o planejamento estratégico dessa instituição.

No contexto, foi o espaço da universidade que possibilitou a conexão dessas mulheres, foi nesse espaço de poder e disputas que ocorreram os questionamentos e as provocações iniciais que visavam a criação de um movimento apenas de mulheres negras. Alzira Nogueira já vinha de uma experiência marcada pela atuação feminista em outros espaços, no caso, no Amapá, enquanto fundadora do IMENA. Considero importante, aqui, refazer um pouco do seu percurso e trânsito territorial, a fim de percebermos como foi arquitetado e sob quais compreensões de sociedade a INEGRA foi pensada.

Quando tivemos nossa conversa iniciei indagando quem é essa mulher, preta, ativista, acadêmica, bem como se ela se colocava nesse lugar, nessas rotulações. Queria saber também como ela se enxergava. Tomada pela emoção, responde:

Tu sabes Yasmim, que tu tava falando... tu tava falando e eu até me emocionei, passou aqui um filme na minha cabeça, sabe?! Ao mesmo tempo, uma mistura de sentimentos, né?! Vendo vocês aí, essa segunda geração de feministas negras, intelectuais, feministas negras cearenses, dominando o planeta terra e as galáxias mais próximas, eu fico com o sentimento assim de que tudo que a gente passou valeu muito a pena, sabe?! Eu sou Alzira Nogueira da Silva, eu tenho 49 anos, eu sou maranhense, nasci no Maranhão, mas eu vim pro Amapá na década de 80, ainda criança com os meus pais. Eu fiquei aqui no Amapá, estudei no Amapá até 1990. Eu fui embora pro Ceará em 1991. Em 1991 eu cursei o terceiro ano do ensino médio lá no Colégio Rui Barbosa, no meu tempo era segundo grau ainda, não era ensino médio, no Colégio Rui Barbosa, ali no centro, perto da antiga Lobraz. O Ceará pra mim foi um choque, né?! O lugar maior da minha vida que eu já tinha passado era Belém, mas era só de passagem mesmo, quando eu tava vindo pra cá e quando eu tava indo pra lá. Eu fiz o terceiro ano e aí entrei no Serviço Social, em 92.1 na Universidade Estadual do Ceará. Eu cursei Serviço Social na Uece e entrei em 92, eu sou da turma de 92.

O início da sua trajetória acadêmica acontece no Ceará, findado o ensino médio ingressa no curso de Serviço Social. Inicialmente quero pensar os trânsitos por ela realizados, por considerar que a multiplicidade de lugares e conexões com diferentes concepções de sociedade compuseram sua compreensão de feminismo negro. Um trânsito sobretudo educacional molda sua consciência crítica, a introduz no movimento social e oferta os primeiros contatos com ferramentas analíticas, como feminismo, heteropatriarcado, interseccionalidade.

Aí eu entrei no Serviço Social em 92 e comecei uma aproximação com o movimento estudantil. Tem umas figuras aí no Ceará que foram muito importantes na minha aproximação com o movimento estudantil, uma dessas pessoas, uma mulher negra, chamada Meire Lúcia Mesquita, uma mulher

negra, lésbica. Meire era uma intelectual brilhante, ela era uma intelectual brilhante e era uma das militantes, assim, mais apaixonantes que eu já conheci na minha vida, uma pessoa de muita coerência, a Meire vivia essa unidade entre a teoria e a prática, ela vivia o discurso político que ela anunciava. Meire tinha uma característica que já era um pouco de bell hooks, embora naquela época a gente nem sabia de bell hooks, mas ela já tinha isso que era de uma perspectiva de que a política tinha que anunciar novas subjetividades, ela tinha que ser um espaço de reconstrução das subjetividades dos sujeitos. **Nós precisávamos ressignificar essas subjetividades inclusive no marco da nossa tradição política de esquerda, que era realmente heteropatriarcal.** (Grifo meu)

A necessidade latente de anunciar novas subjetividades a partir do feminismo negro recuperada por Alzira em sua fala, embora não soubessem da teoria de bell hooks (2019), traduz o pensamento da teórica, que diz que para acabarmos com a opressão sexista precisamos nos alinhar a uma práxis revolucionária, e entendermos o feminismo como um compromisso político e não como identidade individual.

Não se trata de travarmos uma luta pelo bem individual, que tem endossado as compreensões de mundo postuladas pelo capitalismo e pelo imperialismo, as mudanças precisam ocorrer na teoria e na prática, ainda que dentro da tradição das esquerdas a luta das mulheres não ocupe o centro do debate. Se estamos, de fato, predispostas a assumir um compromisso político com a transformação da sociedade é fundamental assumir a lacuna que as opressões de gênero, raça e classe deixaram no interior dos movimentos revolucionários alinhados à esquerda.

Entendo, também, que essa lacuna ressalta sobretudo as preocupações políticas que fundamentaram os movimentos negros mistos. No Ceará, por exemplo, a problemática racial tão somente ocupou o lugar central dos debates reivindicatórios das organizações negras mistas cearenses, no entanto também apareceu como um pontapé inicial no que tange os primeiros questionamentos das mulheres da INEGRA, quando pensaram o planejamento inicial da instituição.

Isso porque para agirem enquanto coletivo de mulheres negras essas mulheres precisariam inicialmente se perceberem enquanto sujeitas negras, o que aparece como uma tarefa difícil em um estado como o Ceará, que protagoniza um debate histórico, do ponto de vista do racismo institucional e discursivo, que nega a presença negra cearense. Então, para serem feministas negras essas mulheres precisaram reconhecer sobretudo o seu pertencimento racial, problemática evidenciada na narrativa de Alzira e Cícera, respectivamente.

Segundo Alzira Nogueira:

E aí eu começo no movimento estudantil, mas logo eu começo a me deparar com a questão racial e uma coisa que me chamava muita atenção, Yasmim, era que nessa época era muito presente nos ambientes públicos, na vida, assim, na universidade, nas instituições, tinha um **racismo institucional muito forte e esse racismo vinha sempre travestido da narrativa de que não existiam negros no Ceará, era uma das coisas que mais me surpreendia quando eu cheguei no Ceará, foi isso**. Porque eu ia pra universidade, eu vou te citar aqui na universidade logo que eu entro: eu, Maria Valdenia Sousa, Cibele Sousa, Cristina Nascimento, Laene Rodrigues, só na minha turma tinham cinco mulheres pretas, só na minha turma. Como é que não tem preto no Ceará? Eu dizia esse povo é louco. O que é que eles estão falando? E aquilo começou a interpelar a gente. (Grifo meu)

Para Cícera Silva:

Eu lembro que quando a gente se reuniu pra fazer o planejamento, eu lembro que uma das nossas frentes era combater muito o discurso da invisibilidade da presença da população negra no Ceará, **então, esse foi um dos fatores que motivou muito a nossa organização**, então a princípio a gente buscou combater muito esse discurso da nossa participação e da nossa invisibilidade. (Grifo meu)

Enquanto planejamento institucional, a INEGRA precisaria traçar estratégias de enfrentamento ao modo como se sedimentou o discurso de ausência de negras e negros no Ceará. Importante salientar que, embora figuras masculinas tenham sido erguidas como monumentos históricos da luta antirracista cearense, com enforque na elaboração discursiva do Ceará sem negros, as mulheres negras não eram coadjuvantes no debate, elas contornaram a barreira sexista das organizações mistas a fim de levantar os questionamentos direcionados ao discurso racial no Ceará, e estrategicamente fomentam a construção do cenário que pautaria as opressões do ponto de vista interseccional, como temos tratado com ênfase hoje.

As falas das fundadoras da IENGRA demonstram as preocupações que circundaram o contexto fundador da instituição, não falo aqui de hierarquia de opressões, no entanto é prudente lembrar que dentro de um cenário de violências protagonizadas pelo estado racista, mulheres negras recebem os ataques frontais do racismo, sexismo e classismo, logo, a necessidade era de organização em torno dessas problemáticas e em direção aos horizontes libertários, sem perder de vista que o ajuntamento de mulheres negras principiado pela solidariedade que embasa o feminismo negro se dá sobretudo pela experiência histórica comum (González, 2019, p. 103).

Quando acompanhamos como essa atuação foi construída, é possível perceber como operou e opera a misoginia responsável pelas narrativas de esquecimento dos corpos femininos. Faz parte do jogo violento do sexismo a forma com que os nomes de mulheres foram

borrados na narrativa histórica das lutas antirracistas no Ceará. Digo borrados e não apagados, porque quando é conveniente esses nomes são evocados com o intuito de validar narrativas da atuação masculina, ou como o preenchimento de uma lacuna ocasionada pela memória, às vezes insegura. É importante nesse jogo que a mulher esteja um passo atrás, no entanto, a INEGRA aparece como a superação/contorno dos mecanismos de silenciamento em torno do ativismo interseccional das mulheres negras.

O trânsito nacional e internacional de Alzira Nogueira até fundar a INEGRA demonstra que a perspectiva de ajuntamento do feminismo negro é feita a muitos corpos e a muitas vozes. As ideias de liberdade que dão sustentação às instituições de mulheres negras passam por dentro dos canais de interlocução com o intuito de intervenções políticas concretas para as mulheres negras. A ideia não era destacar onde se localizava o centro do debate, mas como as mulheres de diferentes estados do Brasil lideraram comitês nacionais e internacionais que tinham como elemento central o bem viver das mulheres negras.

Em 1997 Alzira terminou a graduação em Serviço Social e retornou para o Amapá. Em seguida, foi aprovada em um concurso público para Assistente Social. A partir das experiências vividas no Ceará, um de seus objetivos políticos no retorno era de fomentar uma articulação de mulheres negras. Ela relembra:

E aí eu volto pro Amapá, começo a organizar mulheres, eu impulsiono aqui a construção de uma organização de mulheres. Assim, nesse processo eu conheci umas figuras, me aproximei da Sueli Carneiro, me aproximei da Jurema Wernek, Lúcia Xavier, elas são uma geração antes de mim, mas a gente foi se aproximando, já era momento pra preparação do encontro de Durban, e a gente vai se aproximando e tal. (..) Então eu conheci a Rita nessa época, era mais ou menos 98/99, quando eu conheci a Rita, aí eu acho que 2000 as meninas vem aqui e a gente cria uma organização não governamental a partir dessa interlocução com esse, que pra mim, era essa coisa já do feminismo negro interseccional no Brasil, que é essa galera, a partir do apoio das meninas a gente constrói uma organização chamada Instituto Negra do Amapá- IMENA.

A articulação e a fundação do IMENA remontam o processo formativo da INEGRA, isso porque após os trânsitos e diálogos de Alzira com feministas negras de referência no cenário político antirracista e antissexista, vem sua aprovação no mestrado na Universidade Federal do Ceará e, conseqüentemente, seu retorno ao Ceará.

Ela alega que existia, sobretudo, uma razão política de retorno para o estado, a organização de mulheres negras cearenses:

Nesse meu retorno pro Ceará, eu já tava com tudo isso na cabeça, da questão de que a gente tinha que não só dá visibilidade pra agenda política das mulheres negras, em termos do debate sobre políticas pública de promoção da igualdade racial e da igualdade de gênero no Brasil. Eu já fazia isso, eu era uma, dessa geração mais nova que a Sueli, que a Jurema, mas que as meninas apostavam muito, **porque eu era uma pessoa que falava**, eu era mais destemida, e eu já participava desses processos de debate. Então, eu já tinha essa vivência um pouco e já tinha isso também aí do Ceará, da luta feminista, porque a gente fez coisas muito bonitas pelo Fórum, o Encontro das Mulheres Cearenses, e a gente fazia coisas e o povo dizia que não ia dar certo porque a gente não tinha dinheiro. **Eu me lembro que a gente fez um evento, financiado pelo governo do Lúcio Alcântara.** Nossa! Um evento! **Que nem nos governos de esquerda a gente conseguiu colocar na vez um debate tão assim, forte, da questão das mulheres. A gente era muito ousada.** E a Beth, a Elisabeth Cruz, é uma mente, ela e a Milena Barroso, elas duas, elas são fantásticas, fantásticas... (Grifo meu)

A narrativa destaca dois pontos importantes no processo de visibilidade da luta das mulheres negras: a fala e a ousadia. Falar sem ser convidada é um ato de risco e de ousadia e, diante de um cenário desafiador para corpos femininos negros, colocar no centro do debate a agenda política de igualdade racial e de gênero era ser duplamente ousada. Alzira relembrou que foi vista como uma aposta, pela sua coragem de erguer a voz. bell hooks nos alerta sobre a importância do processo da fala, não qualquer fala, mas aquela que seja ligada e identificadas a nós, mulheres negras: “nasceu em mim o anseio de falar, de ter uma voz, e não qualquer voz, mas uma que pudesse ser identificada como pertencente a mim.” (hooks, 2019, p.31).

Outro fator que não se pode perder de vista é o paradoxo político de que foi num governo alinhado à direita, no caso, do político Lúcio Alcântara, que tem sua história marcada no estado do Ceará pela atuação em partidos políticos desalinhados aos interesses das classes populares, que a questão das mulheres veio forte para o centro do debate. Esse fator que se coaduna com o que Lélia Gonzalez já anunciava nos anos finais da década de 70, que as esquerdas no Brasil, de modo geral, absorveram com muita facilidade e pouco questionamento o discurso da “democracia racial”, e com uma análise simplista não conseguiram ir além da interpretação do Brasil que não seja pelo viés das contradições de classe. Mecanicistas e eurocêntricas, as esquerdas tornaram-se cúmplices das opressões que pretendiam combater (González, 2019, p. 145).

Ainda dentro dos percursos que possibilitaram a criação da INEGRA, Alzira relembrou que suas iniciativas pareciam um pouco solitárias, do ponto de vista do ajuntamento. Já tratei aqui um pouco sobre as dificuldades de identificação e pertencimento racial de mulheres cearenses vitimadas pelo racismo institucional e discursivo que nega nossos corpos:

Na universidade, no mestrado, eu sentia que as pessoas não se reconheciam. Aí eu chegava pras meninas e dizia assim: e aí nega... me lembro da Meire Coelho, minha amiga amada, do meu coração, a Meirinha é do INEGRA, a Meire Coelho, ela era de uma turma anterior a minha, no mestrado, eu entrei ela já tava no mestrado. Eu dizia: nega, deixa eu te falar, bora pra uma reunião que a gente vai criar uma organização de mulheres negras. Ela dizia: bora... Anos depois ela foi falar pra mim que ficava: **mas porque a Alzira vive me chamando pra reunião de mulher negra? Tá entendendo?! Elas não tavam, mas eu olhava pra elas e pensava que elas sabiam que elas eram preta e aí eu saía chamando.** (...) E aí a gente foi juntando mulheres, a gente foi começando a fazer discussão, a gente foi começando a falar. (Grifo meu)

Importante percebermos que dentro do que Alzira remontou para mim como processo de idealização, formação e articulação da INEGRA, a fala tem aparecido algumas vezes, aparece como ferramenta de rompimento da muralha silenciadora que é o racismo e o sexismo.

Ainda dentro da perspectiva de bell hooks sobre a importância de erguer a voz, a fala aparece como a forma que a mulher não branca encontrou de se educar e desenvolver uma consciência crítica. O processo de educação para o exercício da fala passa também pela construção do pertencimento racial dessas mulheres, que naquela circunstância não se viam negras e se questionavam acerca da razão de serem convidadas a construir uma organização de mulheres negras.

A busca, nesse sentido, é de um exercício da voz que acabe com os mecanismos de silenciamento e de dominação. Ainda de acordo com bell hooks,

no ato de superar nosso medo da fala, de sermos vistas como ameaçadoras, no processo de aprendizagem de falar como sujeitas, participamos da luta global para acabar com a dominação. Quando acabamos com o nosso silêncio, quando falamos com uma voz libertadora, nossas palavras nos conectam com qualquer pessoa que viva em silêncio em qualquer lugar. (..) este é um momento histórico importante. (bell hooks, 2019, p. 55).

Todo o processo de remontagem dos percursos políticos e intelectuais de Alzira até chegar na fundação do Instituto Negra do Ceará tem a fala, o poder que a fala evoca e a capacidade de articulação política através da palavra, como um fator predominante. As mulheres negras e as organizações políticas de mulheres negras cearenses têm demonstrado, através das narrativas e em seus fazeres, que a luta antirracista e antissexista é, sobretudo, uma luta pelo direito à voz. A urgência das mulheres negras aparece como uma necessidade de expressão libertadora.

O que Alzira nos demonstra até aqui são estratégias antidominação e uma ruptura direta com uma agenda progressista que fomentou e fomenta um silenciamento sistemático da

pauta das mulheres negras. Era urgente a criação de uma instituição política que tivesse gênero, raça e classe como tripé fundamental. A INEGRA nasceu com esse papel desafiador no Ceará. Para a articuladora da fundação do instituto,

E o INEGRA ele se diferencia das organizações de mulheres negras do Nordeste, ele nasce com um DNA político completamente diferente. **Ele já nasce mesmo, assim, com a perspectiva do feminismo interseccional, sabe?!** O INEGRA, ele já nasce com essa perspectiva, sabe?! Já nasce dentro de um feminismo interseccional muito claramente, a narrativa, os debates, os discursos, a ação política, tudo já tava mediada por isso. Primeiro porque tinham mulheres de militâncias políticas totalmente diferentes, tinham intelectuais negras potentes, por exemplo, a Cícera, é uma grande intelectual, então a gente tinha isso. Aquilo ali não existia em lugar nenhum do planeta Terra nem das galáxias mais próximas. O IMENA, aqui no Amapá, criando anos antes, não tinha isso. Nós não tínhamos esse nível de leitura, de trânsito intelectual que o INEGRA tinha. (Grifo meu)

Exatamente o trânsito intelectual e político de suas fundadoras que possibilitou que a INEGRA criasse um caminho político diferenciado das demais organizações negras, o caminho interseccional. Patrícia Hill Collins, na obra *Interseccionalidade*, apresenta o uso do conceito como uma ferramenta analítica que possibilita entender e explicar as complexidades do mundo, das pessoas e das experiências humanas. Em síntese,

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (Collins, 2021, p. 16).

Ainda de acordo com Collins (2021) para entender os usos políticos da interseccionalidade é preciso compreender sobretudo o seu caráter heterogêneo. Para Alzira, essa heterogeneidade era a marca fundamental da INEGRA, mulheres negras diversas, de campos e agendas políticas distintas que somavam em seus corpos as relações atravessadas pelo gênero, pela raça e pela classe e passaram a enunciar sua prática política a partir desse lugar, um lugar que Alzira considera adiantado desde o seu nascedouro:

E eu acho que o INEGRA já nasce mais adiantado, quando eu olhava pro que a gente tinha vivido no Amapá e pro que a gente tava vivendo no Ceará, era muito diferente, inclusive, a possibilidade de articular as pautas, as pautas políticas, a possibilidade de compreensão do debate na cena política brasileira.

Olha o discernimento das meninas, de fazer a luta, do debate sobre o encarceramento das mulheres. (Grifo meu)

Acredito que aqui aparece o diferencial da INEGRA, do ponto de vista das agendas de atuação, o comprometimento da instituição em assumir a agenda das mulheres que vivenciam privação de liberdade. No Ceará, de acordo com o relatório da INEGRA, 4,8% da população privada de liberdade são mulheres, em sua maioria jovens, empobrecidas e pretas.

As gradações dos perfis raciais das mulheres encarceradas têm revelado o caráter racista e sexistas do sistema prisional, além disso, reforça o entendimento de culpabilização de corpos de mulheres negras pelas violências que elas mesmas são vitimadas. Neste sentido, o feminismo negro criou e cria aproximações teóricas e práticas aos corpos negros privados de liberdade com o objetivo de romper o silenciamento orquestrado por uma narrativa historiográfica do cárcere. Carla Akotirene afirma que

O branco (androcentrismo) da história oficial tende a subsumir os relatos das mulheres nas prisões, embora hoje os esforços feministas deem voz e registro escrito referente aos estupros e as torturas presentes nos contextos de aprisionamento. Porém, insistem as teóricas do feminismo negro no fato de as razões de classe fazerem com que o segmento de mulheres negras seja mais invisibilizado, a constar, que é pouco mencionada a história de resistência e tortura no cárcere. (Akotirene, 2020, p. 43).

As formações políticas da INEGRA intentam visibilizar a situação das mulheres em situação de cárcere, mas objetivam também que elas tenham acesso aos seus direitos enquanto privadas de liberdade. Assim, nosso próximo passo é uma análise mais próxima do diálogo da INEGRA com o poder público e na criação de políticas públicas para igualdade de gênero e raça, no enfoque da estruturação e execução de seus projetos institucionais voltados para a identidade e garantia dos direitos das mulheres e comunidades negras.

As trajetórias das mulheres que dão cor e subjetividade a essa instituição se coadunam com seus princípios norteadores de fundação e qual contribuição social ofertar. Qual compromisso político a INEGRA assumiu quando foi fundada? Quais interesses atender? Os trânsitos de Alzira Nogueira, as articulações, as inquietações tratavam de si ou de nós? Ela afirma que sua perspectiva política era uma busca de um nós, as pluralidades femininas negras cearenses. Em suas palavras:

E aí a gente reuniu essas mulheres e fizemos o INEGRA, e quando a gente fez o INEGRA já era época de eu voltar e vir embora pra cá, mas eu senti assim que eu saí e a missão ficou cumprida. Por que eu sabia que elas iam levar adiante, não era sobre mim, sobre uma vaidade

peçoal minha, mas era sobre isso, da gente ir tocando umas às outras, sobre uma tarefa política que a gente tinha que fazer, eu fui, fiz essa mexida com elas, a gente conseguiu criar.

Criar uma instituição com essa “pegada” não foi uma tarefa fácil, na leitura de Alzira Nogueira, as pessoas, ainda que engajadas em seguimentos políticos alinhados à esquerda, não enxergavam razões políticas concretas para a criação de uma instituição apenas de mulheres negras. No entanto, tenho visualizado que as mulheres da INEGRA fizeram e fazem contornos das muralhas impostas pelo racismo e pelo sexismo. A proposta aqui é estabelecer um diálogo com suas atuações políticas, suas ferramentas de resistir a opressão patriarcal e, como elas, chegam nos espaços de poder e decisão.

A análise segue nessa direção, com ajuda dos projetos, dos orçamentos, das cartilhas e das entrevistas. As próximas linhas buscam se aproximar da atuação da INEGRA na criação e no fomento de políticas públicas de igualdade de gênero e raça.

5. 2 Protagonismo da INEGRA na criação de políticas públicas de igualdade de gênero e raça

Depois a gente foi tentando, de certo modo, influenciar... sensibilizar e influenciar o poder público em relação à importância da questão racial e à importância da questão das mulheres negras, das nossas demandas.

Em solo cearense, com ênfase em Fortaleza, a INEGRA conseguiu construir, ao longo desses dezoito anos, uma identidade política fundamentada no impulsionamento ao debate de gênero, raça e classe, o que possibilitou o trânsito das ativistas da instituição nas esferas de poder público. Entendendo que a demanda das mulheres negras não fazia parte dos planos de políticas públicas da cidade, era importante demarcar esse lugar e ofertar uma contranarrativa de enfrentamento aos mecanismos de ausências das mulheres como fundamento da sociedade.

Chamo atenção aqui para mulheres negras como fundamento, uma vez que, como já lembrou Sueli Carneiro, as mulheres negras ocupam a intersecção de dois importantes seguimentos políticos: o Movimento Negro e o Movimento Feminista. Neste sentido, as suas demandas enquanto grupo social acabam sendo dissolvidas nas agendas desses seguimentos e os problemas enfrentados historicamente por mulheres negras não são tratados frontalmente. Assim, o retardo em reconhecer nossa problemática específica configura um enfraquecimento político desses seguimentos. Nesse ínterim, a INEGRA busca reconfigurar os espaços de decisão, enquanto organismo político reivindicatório. Cícera Silva relembra,

algumas pessoas da INEGRA, por exemplo, passaram na primeira gestão da Luizianne Lins, passaram a ocupar alguns cargos e, de certo modo, acho que

isso foi muito importante, não exatamente pra INEGRA em si, porque são duas coisas distintas, mas entendemos que a nossa atuação política contribuiu e influenciou bastante para que a gestão pudesse assumir essa pauta das mulheres negras e pudesse haver naquela gestão a COPPIR, que é a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, embora com recursos pequenos mas eu acho que foi uma conquista muito importante, sabe?!

A criação de uma Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial em um território como um nosso, sobretudo na capital, que sempre se quis branca, aparece como uma conquista coletiva. Cícera enfatiza que não se trata de uma conquista da INEGRA, enquanto instituição, somente. Os esforços das mulheres negras e suas ascensões públicas são, antes de tudo, a resultante de um trabalho de formação política substanciado e alimentado pela coletividade, o que não as livra de contradições e equívocos.

Não podemos perder de vista que nossa identidade de raça e gênero não representa a mola propulsora dos nossos comportamentos e não pode condicionar nossas ações. Mulheres negras impulsionam agendas interseccionais por um compromisso político de transformação social.

Envolvidas nesse compromisso de transformação, a instituição buscou um caminho de atuação que não aparece em posição de destaque nos espaços de formação política, as mulheres em situação de privação de liberdade. Já demonstrei anteriormente, muito brevemente, com o auxílio de Carla Akotirene, como se configuram as ausências do debate sobre o encarceramento dentro do feminismo, no entanto, importante demonstrar como atuou a INEGRA dentro dessa seara. Francisca Sena lembrou um episódio que aparece como um fator que impulsiona essa atuação:

Em relação aos projetos, tem um que... teve um episódio que aconteceu no final de 2014 que foi muito determinante pro caminho que a gente trilhou até agora. No final de 2014, eu não sei se você acompanhou, mas houve a prisão de Miriam França, uma mulher negra que estava passeando aqui em Fortaleza, aqui ela conheceu uma turista italiana, a Gaia Molinare, e Gaia acabou sendo assassinada e, haviam 16 pessoas suspeitas de tê-la assassinado e dessas 16 pessoas apenas uma ficou presa, que foi a Miriam, **que era uma mulher negra**. E a gente foi provocada a chegar junto da Miriam, porque as pessoas lá do Rio diziam que Miriam era inocente, que era absurda essa acusação e de que forma a gente poderia apoiar-la. (Grifo meu)

Gênero e raça aparecem como os condicionantes da prisão de Miriam França. A aproximação do feminismo interseccional que a INEGRA tem como prática permitiu que essa linha de raciocínio fosse delineada, isso porque, ainda de acordo com Carla Akotirene, a ciência

feminista negra tem denunciado os “silêncios gritantes” das mulheres negras no cárcere, relembrando, também, a urgência de disputar a narrativa em torno das lutas e mecanismos de resistências de mulheres em privação de liberdade. Esse fator foi evidenciado na narrativa de Francisca Sena:

Então, a gente, a INEGRA, e a RENAP, que é a Rede Nacional de Advogados Populares, nós tivemos um papel muito importante em chegar perto da Miriam, e na conversa com a defensoria a gente foi se dando conta do quão grave era o aprisionamento dela, que tinha uma motivação racista, extremamente racista, e, na época foi constituída uma junta de defensoras e defensores e as três pessoas diziam assim “não tem nada no inquérito que incrimine Miriam, não faz sentido algum ela está presa, a motivação é racial”.

No entanto, somos interpeladas a pensar que a “motivação racial” passa sobretudo pelo sexismo. Miriam França é uma mulher negra e, do ponto de vista do sexismo operante nas instituições do estado brasileiro e das interpretações do feminismo interseccional que não desassocia gênero, raça e classe, entendemos que os ideais de disciplinamento de corpos de mulheres negras estão ancorados, ainda, nos princípios biológicos coloniais que nos animalizam e aprisionam, literalmente, na condição de mulheres criminosas justificando, assim, a privação de direitos nos espaços penitenciários.

As políticas que asseguram a dignidade humana em situação de cárcere são constantemente vilipendiadas pelo racismo institucionalizado, as incidências políticas dos movimentos sociais têm servido, sobretudo, para garantir o exercício mínimo do direito da pessoa humana. Sena recupera:

Então a gente foi pra cima, a gente fez uma mobilização, uma incidência política, a gente sentou com o superintendente da segurança pública, fizemos posicionamentos nas redes sociais, na imprensa, fizemos um ato em frente à delegacia onde Miriam estava presa, fizemos uma visita coletiva a ela e demos um apoio material, de saúde e, depois de 14 dias de muita pressão Miriam foi solta, a prisão foi relaxada, mas ela foi obrigada a ficar um mês aqui em Fortaleza.

Sena relembra que os relatos de Miriam França denunciavam um quadro de gravidade da situação das mulheres em privação de liberdade, não só na delegacia que ela estava, mas das mulheres que já haviam cumprido pena no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa, o IPF. Esses relatos impulsionaram a INEGRA a olhar com mais proximidade e criticidade para a situação das mulheres encarceradas. Para tanto, a instituição entrou no pleito de editais que tinham como objetivo apoiar iniciativas no campo do acesso à justiça. Assim,

recupero, com o auxílio da documentação disponibilizada pela INEGRA, os projetos por ela desenvolvidos, que tinham como objetivo principal auxiliar mulheres em situação de cárcere:

a) *Pelas asas de Maat: ampliando o acesso à justiça das mulheres em situação de privação de liberdade no Ceará*

Pelas asas de Maat foi um projeto apoiado financeiramente pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, um edital de acesso à justiça criminal, o que motivou a instituição a fazer uma agenda de formação política para mulheres nos presídios, tendo como objetivo geral

Conhecer o perfil e a realidade das mulheres em situação de privação de liberdade que cumprem pena no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, observando o cumprimento dos direitos humanos; contribuir para formação política das mulheres em privação de liberdade, quanto às temáticas de gênero, étnico-racial, violência institucional e de direitos humanos; dar visibilidade e promover debates com as mulheres em privação de liberdade, a sociedade civil e o poder público sobre a realidade identificada, denunciando violações dos direitos humanos e construindo coletivamente propostas que assegurem às mulheres a democratização do acesso à justiça.

Importante perceber que a INEGRA direcionou seus esforços e estratégias de atuação política para um grupo social que não obtinha destaque na seara dos movimentos progressistas. Dentro desse caminho de entendimento da conjuntura prisional, a relevância da temática baseia-se, sobretudo, na compreensão da influência do gênero na efetivação das punições. A recorrência de casos sem comprovação concreta na realização de atos criminosos, como ocorreu com Miriam França, revela a face de um complexo prisional racista e sexista.

Angela Davis relembra que do ponto de vista global, a indústria prisional direciona seu braço punitivo a corpos de mulheres negras, fazendo alusão à prisão sem provas de Assata Shakur e enfatiza que o gênero estrutura o sistema prisional. Shakur foi presa, acusada de assassinar um policial em Nova Jersey e condenada sem provas concretas, foi encarcerada em um complexo prisional masculino, submetida a abusos sexuais disfarçados de revistas íntimas. De acordo com sua defesa:

Seu advogado, Lennox Hinds, observou que, como ficou provado que Assata não tinha manuseado a arma com a qual os policiais foram baleados, sua mera presença no automóvel, no contexto da demonização por parte da mídia à qual ela foi submetida, constituiu a base de sua condenação. (Davis, p. 52).

São duas realidades distintas, obviamente, no entanto, não podemos perder de vista que a condição de gênero e raça aparecem em ambos os casos como justificadores das prisões. Perceber esses fatores possibilita, sobretudo, que o encarceramento das mulheres seja visto com

a atenção devida, desatenção essa justificada pelos números menores de encarceradas, se comparados aos encarcerados do gênero masculino, no entanto, a INEGRA aponta como problema central para a realização do projeto Maat, o aumento em quase o dobro da população carcerária feminina em um intervalo de tempo de doze anos:

No período de 2000 a 2012 a população carcerária masculina cresceu 130%, chegando a 512.964, enquanto que a feminina cresceu quase o dobro, 246%, chegando a 35.039 mulheres. Considerando apenas a população feminina, ela é predominante negra, jovem e com baixa escolaridade. Se tomarmos como referência o Estado do Ceará, 57,3% não têm antecedentes criminais e cerca de 70% não têm informação quanto a sua situação processual. Em 2012, apenas 15 mulheres tinham visita íntima. Esses indicadores por si só representam uma afronta aos direitos humanos. Esta realidade é planejadamente invisibilizada e, quando publicizada, é naturalizada, não contando com a solidariedade da sociedade, agravando outras injustiças que historicamente atingem a maioria população negra e pobre. (Matt, p. 5).

A partir do projeto, uma cartilha foi produzida com a sistematização das atividades realizadas e alguns depoimentos das participantes. A cartilha foi intitulada: *Rompendo muros, brotando resistências e liberdades*, e tinha como objetivo deixar como registro de memória política a atuação sensível e potente das ativistas na busca por uma formação identitária, pelo pertencimento de si e acesso à justiça para mulheres encarceradas. Em depoimento registrado na cartilha, Caio, homem transsexual de 29 anos, preso por assalto a um ônibus revela que suas percepções da identidade racial das companheiras de cárcere mudaram depois das formações políticas realizadas pela INEGRA dentro do IPF:

Antes de participar do Projeto da INEGRA eu já ficava olhando pras mulheres que estão no presídio e percebia que a maioria era jovem, pobre e tem pouco estudo, mas depois da formação, passei a perceber outras coisas... Mas eu sempre ouvi as pessoas dizerem que no Ceará não tem negras/os. No começo fiquei confuso, mas depois entendi. (p. 8).

A INEGRA fomentou debates que possibilitaram as mulheres compreenderem quem são, a que grupos sociais pertencem e o que sua condição de gênero e raça tem a ver com sua situação de aprisionamento. Em depoimento, Diana, conhecida por Pretinha, 21 anos, presa provisória, violentada física e psicologicamente na hora da prisão, afirmou:

Quando as meninas do INEGRA chegaram nas celas lá na ala C, convidando para fazer o curso, eu dei logo meu nome. Ainda bem que eu fui escolhida. Eu estava atribulada e o curso me ajudou. No final ainda recebi meu certificado. No encerramento teve o Maracatu Nação Fortaleza. Foi lindo! Foi rochedo! (p. 12).

Na fotografia abaixo, temos o Maracatu Nação Fortaleza encerrando as atividades formativas no IPF, momento que Pretinha traz em seu depoimento, lembrando a beleza do encontro.

Figura 3 - Maracatu Nação Fortaleza



Fonte: Cartilha Rompendo muros, brotando resistências e liberdades.

No depoimento de Marcilene, 42 anos, natural de Iguatu, presa portando crack e por furto de um celular, conta da satisfação que era participar das formações:

Eu ficava esperando chegar quarta-feira pra eu ir pro curso. Lá ganhei bolsa, caderno e a blusa do projeto. A gente pegava livro pra ler, conhecia a História de mulheres guerreiras que nem a gente, merendava, cantava e dançava. Por algumas horas eu esquecia que estou presa... (p.12).

A dureza do aprisionamento foi levemente atenuada por uma socialização mais humana, promovida por essa ação da INEGRA. Leitura, escrita, contação de histórias, acesso à cultura e à justiça, respeito à dignidade humana são elementos que perpassam os depoimentos das mulheres, momentos que as faziam esquecer que estavam presas. O trabalho de formação política, em linhas gerais, seria possibilitar que as mulheres compreendessem que embora estejam em privação de liberdade, todos os seus demais direitos precisam ser assegurados. Abaixo, um registro das atividades formativas que compuseram o projeto.

Figura 3 - Atividades formativas



Fonte: Cartilha Rompendo muros, brotando resistências e liberdades

Finalizo a apresentação do projeto Maat com a fala de uma das educandas, que compõe o relatório final do projeto:

Saber que a gente tá num canto desse e ter alguém pra se preocupar com a gente, a gente pede a Deus pra chegar o dia da gente passar, eu me sinto muito feliz aqui, eu apago minha tribulação todinha aqui, lá eu fico atribulada direto quando vocês vêm a tribulação acaba, porque a gente sabe que tem alguém lutando pela gente. Eu aprendi sobre o direito da gente, se alguém quiser me incriminar, por exemplo me chamar de nega eu vou atrás, sobre o direito da gente que tá aqui presa (Francisca Edinalva). (Maat, p. 13).

Durante a análise de alguns depoimentos contidos na documentação da INEGRA, foi possível perceber que diante do aprisionamento, a sensação é de abandono, que do lado de fora não existe política que leve em consideração as mulheres encarceradas, são corpos e histórias de vida esquecidas e descartadas dentro de uma cela de complexo prisional. Dor, revolta e impotência são sentimentos comuns entre as mulheres, mas que são atenuados quando vivenciam momentos de cuidado e solidariedade.

b) Mulheres Negras: quebrando as novas correntes

O projeto tinha uma perspectiva muito além da denúncia do racismo, mas era de reduzir também as prisões provisórias, era pra reduzir as prisões provisórias, e aí, na época, a gente achou que era interessante, além de continuar trabalhando dentro do presídio feminino, a gente pensou em trabalhar com as mulheres que cumpriam penas alternativas, aquelas que já eram julgadas e tinham a pena substituída por uma prestação de serviço

comunitário, por exemplo. E a gente começou a se aproximar também das mulheres que cumprem alternativas penais, são aquelas que usam tornozeleiras, são aquelas que ainda não foram julgadas, mas que ficam sendo monitoradas pelo Estado. (Francisca Sena).

Diante do cenário de violação de direitos humano no IPF, do ponto de vista das mulheres que não foram julgadas e da superlotação das celas, o projeto Mulheres Negras: quebrando as novas correntes visava atingir esse público. De acordo com a identificação do problema contida no documento inicial submetido ao Fundo Brasil dos Direitos Humanos, em 2014, no IPF, 80% das mulheres encarceradas não tinham sido julgadas ou condenadas. Outro agravante era que o complexo prisional tinha capacidade para 340 mulheres, mas no momento do censo contava com 780 mulheres encarceradas. Assim, o projeto identificou e buscou, como objetivo principal,

Incidir na política pública para favorecer às mulheres negras encarceradas no Ceará o rápido acesso à justiça na perspectiva de contribuir para a garantia dos seus direitos e a redução do número presas provisórias. (Mulheres Negras: quebrando as novas correntes, p. 4).

Foi estruturado em três eixos metodológicos centrais:

- O primeiro delas é a articulação política com a sociedade civil e o poder público. Não partiremos do zero, pois compreendemos que este projeto se soma ao Projeto Pelas Asas de Maat. Elas serão desenvolvidas de forma articulada e integrada, podendo dar continuidade a alguns processos que demandarão acompanhamento;
- O segundo tipo são as ações de incidência na política pública de justiça. Certamente, este é o mais desafiante. Nesta perspectiva, é importante fortalecer nosso diálogo com a Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará – SEJUS, com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial do Estado Ceará - CEPPIR, a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres do Estado do Ceará – CEPPIRM e a Defensoria Pública do Ceará. Essas ações exigirão do INEGRA uma maior leitura e análise da implementação das Alternativas Penais, sua implementação e execução orçamentária;
- Para o terceiro tipo de ação, que é o monitoramento da execução da política pública, é importante nossa aproximação e diálogo com a Vara Especializada e Central/Núcleo de Cumprimento de Alternativas Penais e com as organizações de prestação de serviços.

Embora tenha havido um esforço da INEGRA, enquanto instituição, de atuar diretamente dentro do sistema prisional em defesa dos direitos das mulheres em privação de liberdade, é importante perceber o quão desafiador tem sido esse caminho de atuação política.

Optei por não descrever com detalhes as ameaças à vida que as mulheres vivenciaram e relataram no período da execução dos projetos e posteriores a ele. A lida diária com o complexo prisional e toda a mazela social que ele representa, do ponto de vista da

falência estatal em sua insistência desse modelo repressor e colonial que são as prisões, aponta não somente para as mulheres de INEGRA, mas para a sociedade civil como um todo, como o racismo e o sexismo são multifacetados. As violências seguem um curso perverso que vai desde a negligência do Estado com a vida de mulheres presas, chegando até aquelas que de forma organizada assumiram um compromisso político com as existências das histórias esquecidas dentro das prisões.

A partir das análises documentais, dos relatos das educadoras e educandas dos projetos formativos em unidades prisionais, é possível perceber o cumprimento de um papel de relevância social por parte da INEGRA. Não intento, com meu trabalho, rotular como positiva ou negativa ou ofertar validação de forma hierárquica ao trabalho das mulheres negras que me antecedem dentro das agendas de luta antirracista e antissexista, a proposta aqui é desnudar uma atuação política de relevância, muitas vezes encoberta pela cortina do sexismo histórico que tem narrado a trajetória de luta antirracista no Ceará, pelas mãos e vozes de homens negros fortemente marcados pelo pacto do *patriarcado negro*.

Não podemos perder de vista que a divulgação do conhecimento, os meios divulgadores, as políticas de acesso à informação, o destaque público, não foram historicamente construídos para mulheres negras. Nesse sentido, anseio que este trabalho seja mais uma alternativa historiográfica de rompimento dos silenciamentos impostos pelo sexismo ao fazer político das mulheres negras. Racismo e sexismo são ferramentas políticas e de poder estruturantes da sociedade, e por essa razão bell hooks (2020), muito evocada no decorrer deste trabalho, foi e é fundamental para lembrar a minha e a nossa responsabilidade no desmantelamento dessas ferramentas opressivas, e nos comportamentos antimulher praticados pelo Estado patriarcal.

O aprisionamento em massa de mulheres negras denunciado e enfrentado pela INEGRA no Ceará, é uma luta frontal contra a postura antimulher adotada pelo Estado. A forma com que os complexos prisionais estão estruturados coloca o abolicionismo como uma pauta de urgência do feminismo. Tenho entendido, dentro da análise feita até aqui, que o chamado à responsabilidade com os “*corpos descartáveis*” e a vida das mulheres negras que INEGRA assumiu, com suas vitórias e riscos, devolveu à sociedade, sobretudo às mulheres privadas de liberdade, um aprendizado sobre quem elas são e o mais importante, o incentivo ao enfrentamento à violação dos direitos humanos.

5.3 Grupo de mulheres negras do Cariri-Pretas Simoa: mulheres insubmissas

Desafio alguém a relatar fielmente o que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrivência. (Conceição Evaristo, 2020, p.4).

Acredito que cheguei na parte mais delicada do trabalho. Aqui se cruzam as narrativas do vivido de outras vozes, que não a minha, com as minhas lembranças, as memórias do que vivi. As vozes de outras mulheres e suas percepções a partir das perguntas que fiz não me pertencem, mas se confundem com a minha voz.

Conceição Evaristo abre a obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* com essas ponderações, e considero pertinentes trazê-las para cá. A razão disso é que sou uma das fundadoras do Grupo de Mulheres Negras do Cariri- Pretas Simoa, de lá vem minha formação e experiência política e intelectual no campo interseccional, desde antes de ter maturidade teórica e compreensão do conceito, nesse ambiente político me refiz enquanto mulher negra e apreendi saberes no que toca nossas vivências perante o racismo e o sexismo.

Pretas Simoa foi um grupo de mulheres negras ativistas do Cariri cearense, que insurgiu no cenário da militância organizada em 2013, a partir de um sentimento de insatisfação coletiva de suas fundadoras, pois a agenda de atuação política caririense não contemplava as problemáticas de gênero e raça. A nomenclatura do grupo justificou-se pela aproximação e relação de pertencimento com a história de Preta Tia Simoa, abolicionista cearense, esquecida propositalmente no processo de construção da memória historiográfica e monumental da abolição no Ceará. De acordo com Karla Alves, historiadora e uma das fundadoras do grupo, em texto publicado na página virtual do Pretas Simoa, intitulado “*As filhas deste solo*”:

A Preta “Tia Simoa” foi uma negra liberta que, ao lado de seu marido (José Luís Napoleão) liderou os acontecimentos de 27, 30 e 31 de janeiro de 1881 em Fortaleza – Ce , episódio que ficou conhecido como a “Greve dos Jangadeiros”, onde se decretou o fim do embarque de escravizados naquele porto, definindo os rumos para a abolição da escravidão na então Província do Ceará, que se efetivaria três anos mais tarde. No entanto, apesar de sua importante participação para a mobilização popular que impulsionou os acontecimentos, esta mulher negra teve sua participação invisibilizada na história deste Estado onde, ainda hoje, persiste a falsa premissa da ausência de negr@s.

O esquecimento de Tia Simoa representou um incentivo à luta de mulheres negras de outro tempo. Estimuladas pelo desejo de contestação das estruturas que operavam para seguir

alimentando os projetos sexistas de silenciamento das organizações políticas de mulheres negras, as Simoas, como eram conhecidas no cenário de militância, firmaram um compromisso ancestral com as negras invisibilizadas. Ainda nas palavras de Karla Alves,

Contudo, Simoa representa para nós uma visão alternativa de mundo ao mesmo tempo em que propõe para tod@s as novas discussões acerca das estruturas sociais tradicionais, nos permitindo a reconfiguração de uma realidade social. Em nome dela, saudamos a todas as negras invisíveis na história e nos fortalecemos no eco de suas vozes silenciadas para dizer que aqui estamos e que daqui, do Ceará, falamos em inúmeras primeiras pessoas e dizemos que ainda há muito que se contar. Nossa história apenas começou!

A escrita da historiadora e ativista recuperada acima evoca, em suas linhas finais, que essa história estava apenas começando. O texto é datado de 2014, publicado em 25 de março, dia da comemoração da abolição da escravidão no Ceará, momento no qual as Simoas iniciaram suas aparições públicas, embora já viessem organizando suas estratégias políticas e cenário de atuação nos meses finais do ano anterior.

Dávila Feitosa, mulher negra, ativista, acadêmica e mãe, como ela prefere ser apresentada, recuperou em entrevista alguns elementos dessa articulação, sobretudo no que diz respeito às motivações que levaram ao encontro originário de grupo:

Acho que o que fez com que nós nos encontrássemos, era essa necessidade dos espaços, principalmente os espaços de movimento estudantil, acadêmico, movimento de mulheres, **não tratava a questão racial**, ou se tratava era de forma muito superficial, achava que era uma pauta que não precisava ser tratada em específico, achava que podia ser jogada dentro do bolo e tudo bem, então foi a partir dessa necessidade de dizer assim ‘e as nossas pautas?’. Mesmo a gente sendo mulheres diversas as violências elas se cruzam, a gente se entende enquanto mulher, aquela violência que outra mulher sofre, eu não vou minimizá-la, eu vou acolher. Então a partir dessa necessidade, de tratar sobre as questões das mulheres negras caririenses, eu me encontro com essas mulheres e aí surge um grupo, que foi o Grupo de Mulheres Negras do Cariri, Pretas Simoa. Começaram as reuniões no final de 2013, no início de 2014 começa já sua atuação como um grupo formalizado e batizado, batizado de Pretas Simoa. (Dávila Feitosa. (Grifo meu).

Na obra, *O feminismo é para todo mundo*, de bell hooks (2020), no tópico *Gênero e Raça*, a autora toca em pontos que considero fundamentais para compreensão dos problemas que Dávila Feitosa elucida em sua fala, como problemas iniciais que justificaram a criação de um grupo especificamente de mulheres negras. A necessidades de espaços que tratassem da questão racial se cruza com a recuperação que bell hooks faz no que toca às investidas feministas iniciais, que negaram a questão da raça como fundamento estruturante da sociedade.

Para bell hooks, as mulheres brancas engajadas em movimentos políticos diversos ingressam nesses movimentos apagando e negando a diferença, separando gênero e raça e, consequentemente, eliminando a raça do cenário político. Para a autora:

Priorizar o gênero significou que mulheres brancas poderiam assumir o palco, dizer que o movimento era delas, mesmo ao convocar todas as mulheres para aderir. A visão utópica de sororidade evocada em um movimento feminista que inicialmente não considerava a diferença racial ou a luta antirracista séria não captou o pensamento da maioria das mulheres negras/não brancas. (bell hooks, 2020, p. 90).

A passagem de bell hooks coaduna com outro argumento levantado por Dávila Feitosa, que diz respeito aos processos de resistência que as Simoas encontraram no seu nascedouro. Embora eu tenha conhecido, vivido e sentido as depreciações vivenciadas pelo grupo no seu contexto de surgimento, considere importante indagar a entrevistada sobre quais eram suas percepções diante desse movimento de negação que o grupo encontrou no seu surgimento, isso porque a região do Cariri cearense possui um histórico relevante de atuação do movimento feminista e de movimento negro. Por essa razão, indaguei como foi recebido um grupo apenas de mulheres negras e ela relembra:

Então, na época, eu posso dizer que eu era muito imatura em relação ao movimento social em si, ali foi a minha iniciação. Quando a gente surge colocando essa pauta, dizendo é necessário existir esse grupo, a gente recebe de forma muito violenta a negação das nossas ações, principalmente de mulheres que já vinham com uma trajetória de vida dentro do movimento de mulheres, mulheres que são referências dentro e fora das universidades, enquanto mulheres atuantes dentro do movimento de mulheres, nós sofremos essa negação desse povo.

A memória de Dávila Feitosa reflete a disputa de palco colocada por bell hooks. Quem pode assumir o palco? De quem é o lugar de enunciação da fala? A entrevistada relembra a recepção violenta que o grupo sofreu no princípio de suas ações, o que não aparece como um fator que paralisa as ações. Recupero na página oficial do grupo as ações que provocaram o debate sobre a exclusão das mulheres negras das atividades políticas no Cariri e o modo como essas mulheres tencionam os mecanismos de apagamento.

Tribunal de Rua, canção do grupo musical O Rappa, deu nome ao protesto feito pelas Simoas no dia 8 de março de 2014. O protesto *Tribunal de Rua* ficou conhecido por questionar o modo como o dia Internacional da Mulher era celebrado no Cariri sem nossos corpos negros. No entanto, a origem desse formato de protesto se deu porque naquele contexto, na cidade de Crato, um cidadão negro neurodivergente foi amarrado em um poste, no centro da

cidade, a partir da alegação de populares de que ele teria cometido um roubo nas imediações, ficando amarrado até o aparecimento da polícia militar.

Figura 4 - “Quando o Crato voltou a ser senzala”



Fonte: <https://www.geledes.org.br/quando-o-crato-voltou-a-ser-senzala/>

Nesse sentido, a intervenção aparece com um duplo tensionamento, de um lado a política de tribunal racial adotada pela sociedade civil cratense contra um homem negro, e do outro constranger o movimento feminista local, descrito da seguinte maneira em nota oficial:

No último dia 8 de Março, data do Dia Internacional da Mulher, uma marcha foi realizada em Crato/CE. Movimentos feministas e de mulheres estiveram presentes no centro da cidade, assim como o **Grupo de Mulheres Negras do Cariri** – o **PRETAS SIMOA** – que realizou uma intervenção dentro da própria marcha de mulheres, objetivando denunciar a exclusão das mulheres negras nas pautas feministas hegemônicas. Integrantes do **PRETAS SIMOA** foram amarradas em postes e árvores, em alusão e em memória de um cidadão negro, com transtornos mentais, que fora preso a um poste na mesma cidade.

Ainda coadunando com bell hooks (2020) no que diz respeito a uma sororidade vazia, que desconsiderou a raça dentro do movimento feminista, as intervenções públicas objetivavam alcançar, de forma inicial, a política do constrangimento. Abaixo recupero registros da intervenção pública, disponíveis na página do Pretas Simoa.

Figura 5 - Tribunal de rua



Fonte: <https://pretassimoa.files.wordpress.com/2014/03/1.jpg>

A ação gerou a repercussão almejada dentro dos movimentos sociais do Cariri, no entanto, Dávila Feitosa argumenta que a política de constrangimento adotada pelas Simoas desencadeou uma série de rotulações pejorativas. O surgimento de um grupo só de mulheres negras e os questionamentos por elas realizados gerou incômodo no movimento feminista hegemônico da região:

Naquela época, muito a florada né, quando você inicia uma pauta, para mim não era muito entendível, hoje eu consigo enxergar que isso era só a reprodução do mais do mesmo, o que historicamente a gente vem sofrendo. Enquanto você está ali, caminhando junto com essas mulheres, trabalhando numa pauta delas, tudo bem. **Quando você decide que você necessita falar sobre si e sobre as suas você é vista como uma mulher violenta, agressiva, era assim que nós éramos conhecidas.** Era um grupo muito radical. Radical por quê? Porque nós éramos mulheres negras que tinham decidido formar um grupo de mulheres negras para tratar de nossas pautas? Não só, o Pretas Simoa atuaram em muitas frentes, na questão acadêmica, na defesa de pessoas, na pauta de homens gays negros que estavam em situação de violência. (Dávila Feitosa. Grifo meu).

Outras pechas, além de radicais e agressivas, foram recorrentes às Simoas: “sectarismo”, “divisão da luta”, “traidoras” foram os termos utilizados e recuperados nas falas e nos textos por elas publicados. Em termos teóricos, para compreensão desse fenômeno, bell hooks (2020) argumentou que o movimento feminista hegemônico, quando diante das mulheres

negras, adotavam o comportamento de negação da realidade, do racismo e da diferença racial e acusava mulheres negras de traição em razão dos seus esforços de introduzir a questão da raça. No entanto, a autora faz uma discussão objetiva e amadurecida desses contextos:

Na realidade, exigíamos um olhar objetivo para o status das mulheres e que a compreensão realista servisse como fundamentação para uma política realmente feminista. Nossa intenção não era diminuir a visão de sororidade. Procurávamos estabelecer políticas concretas de solidariedade que possibilitariam uma sororidade genuína. Sabíamos que não poderia haver sororidade entre mulheres brancas e mulheres não brancas se as brancas não fossem capazes de abrir mão da supremacia branca, se o movimento feminista não fosse fundamentalmente antirracista. (bell hooks, 2020, p. 92).

Assim, as Simoas investiram em um processo formativo de disseminação de conteúdo em páginas digitais e formações políticas e pública sobre feminismo negro, tentando uma maior divulgação da dimensão teórica e prática do que temos chamado de feminismo interseccional. Para além dessas dimensões, era importante evidenciar as bases intelectuais negras que balizavam suas falas públicas, textos e ações.

Nomes como Angela Davis, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento ganharam notoriedade e circulação no ativismo caririense a partir do investimento do grupo, com o objetivo do que bell hooks argumenta ser uma política concreta de solidariedade entre mulheres, tendo o feminismo antirracista como princípio enunciador. Essa necessidade baseia-se, de acordo com a publicação intitulada *Made in Ceará*, de Karla Alves:

Infelizmente nem sempre chegamos a este último estágio, pois diante de dados sobre as condições sociais, econômicas, afetivas, escolares, de saúde, além da violência exercida pela mídia através da representação colonial da mulher negra nos programas de televisão, percebe-se que tanto no campo das relações objetivas materiais, quanto no campo das subjetividades, somos nós, mulheres negras, as que mais sofrem o impacto das diversas manifestações da violência racial. Daí a necessidade de referenciais de Mulheres Negras protagonistas de sua própria história, para que possamos nos contemplar em histórias de mulheres negras vitoriosas.

A busca por representação a partir de mulheres que foram protagonistas de sua própria história possibilita o encontro intelectual das Simoas com Angela Davis. A bibliografia da autora ainda não tinha sido traduzida e publicada no Brasil, no entanto, houve uma articulação com outros grupos de mulheres negras de outros estados, que faziam a tradução livre da obra *Mulheres, raça e classe*, de Davis. A articulação possibilitou o acesso ao material traduzido, dando origem à formação aberta em *Angela Davis*, demarcando um protagonismo das ativistas no investimento e amadurecimento teórico do feminismo negro.

A imagem que segue é do cartaz-convite divulgado nas redes sociais para a participação da atividade.

Figura 6 - Cartaz-convite para formação aberta



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O diálogo com Davis possibilitou um amadurecimento do sentimento de pertença que o racismo e o sexismo não nos permitiram vivenciar anteriormente. O processo de ajuntamento das Simoas aparece muitas vezes, em seus textos teóricos e poemas, como um processo de cura e emancipação, entendendo a importância do que Davis (2018) tem chamado de *interseccionalidade das lutas*, o impacto das ações criativas, não agir de forma moderada e, sobretudo, a capacidade de dizer “não” ao que nos foi imposto violentamente.

Em poesia publicada na página do grupo, escrita por Dayze Vidal, cientista social, professora e uma das fundadoras das Simoas, é evidenciado esse sentimento de pertencimento que o grupo possibilitou às suas subjetividades. Intitulada *Entre vocês*, ela narra:

Entre vocês me sinto pertencida,
me fortaleço!
Grito para ser ouvida,
Derrubo as portas que quiserem fechar...
Entre vocês me reconheço,
Esqueço as dores e as marcas de tantas cicatrizes...
Que meu reflexo no espelho me trouxe.
Entre vocês cada dia mais meus cabelos, antes motivos de tantas dores

Hoje tornaram-se um símbolo – traço forte de minha(nossa) resistência.
Entre vocês irmãs, sinto que encontrei meu lugar.

A expressão *encontrar o lugar* faz parte da construção das subjetividades das mulheres negras. Ainda no texto *Made in Ceará*, Karla Alves argumenta sobre o sentimento de ausência de território e de raízes que o racismo cearense impôs sobre corpos negros, sobretudo às mulheres, que entraram em um processo de negação e rejeição de si. A aproximação com *as suas*, como geralmente as mulheres negras referem-se umas às outras refaz o percurso de identidade violentada pelo estatuto colonial e misógino, aproximação física, em presença, ou simbólica, pelas leituras que descortinam as pretas de antes escondidas das suas gerações seguintes. Em sua poesia, Karla Alves indaga:

Salve Maria de Araújo
De quem roubara o túmulo e a memória.
Salve Simoa
Sepultada nos escombros de uma história laureada.
Salve as negras Nordestinas
De um Ceará que nos nega a existência.
Quantas mais esconderam de mim?

Quantas mulheres negras nos esconderam? Quantas de nós foram silenciadas? Até aqui tenho argumentado acerca dos esforços das Simoas no processo de subversão da ordem vigente, seja perante o feminismo dito hegemônico, seja perante os movimentos negros mistos, isso porque diante das resistências anteriormente mencionadas, a existência do grupo por parte do movimento feminista do Cariri, o outro entrave encontrado pelas Simoas foi com o movimento negro misto, consolidado na região há mais de vinte anos.

Dávila Feitosa foi indagada por mim, sobre a que ela atribuía essa resistência que as Simoas encontraram, se era a um medo de perder protagonismo. Em resposta:

Com certeza, porque o Preta Simoa foi um grupo muito combatente, um grupo muito ativo, um grupo de mulheres que tomavam a fala, que sabiam falar, estavam nos espaços não era pra pedir licença não, era pra estar mesmo. Então, eu acredito que quando você tem esse protagonismo, querendo ou não os outros grupos acham que vão perder protagonismo, mesmo sendo um grupo que tem muitos anos, que para muitos é referência, inclusive para pessoas que vieram para o Preta Simoa e antes foi daquele grupo, foi um grupo de formação. E aí eu acredito que sim, esse receio de perda de protagonismo é um dos fatores que contribuíram para a negatividade do grupo.

A entrevistada argumenta ao longo de sua fala quais as barreiras que as Simoas encontraram para se firmarem no cenário de militância na região do Cariri. Temos argumentado que a construção de um movimento negro que não leva em consideração os papéis de gênero

de seu interior não cumpre verdadeiramente seu papel sociopolítico, só compreenderemos de fato qual é nosso papel na luta antirracista quando as mulheres negras forem tratadas como fundamento e não como questão.

Tenho percebido que a (re)existência do Pretas Simoa, no Cariri, potencializou e possibilitou não só o questionamento, mas o enfrentamento aos silêncios impostos por um modelo hegemônico de interpretação de sociedade que excluiu as mulheres negras do cenário político

Intitulei esse tópico de *mulheres insubmissas*, em razão do histórico de negação vivenciados por nós, uma vez que meu corpo também é parte desse contexto. Insubmissão perante o movimento negro, o movimento feminista, a hegemonia branca da academia, os relacionamentos abusivos. Nossas vozes foram erguidas em várias esferas do nosso cotidiano com o intuito de questionar por que teríamos que ser diluídas em outros movimentos sociais já legitimados na nossa região, mas sobretudo com o intuito de questionar: e nós não somos mulheres?

Dentro desse questionamento, recupero uma intervenção visual feita pelo grupo. Na ocasião, a intervenção visava questionar uma publicidade feita para o carnaval, na qual uma atriz negra apresentava o concurso de Globeleza, no ano de 2014, no programa global Fantástico. No referido concurso as mulheres negras aparecem como uma vitrine, corpos vendáveis, hipersexualizados por uma estrutura marcada pela transformação das subjetividades de mulheres negras em mercadoria.

A primeira foto trata da publicidade do programa em questão; a segunda se refere à intervenção das ativistas negras do Pretas Simoa,

Figura 7 - Concurso Globeleza



Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/bem-vindos-ao-brasil-colonial-a-mula-a-mulata-e-a-sheron-menezes/>

Figura 8 - Mulheres negras estão à venda?



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Dentro da lógica do programa em questão, corpos de mulheres negras são corpos à venda, uma vitrine humana que desumaniza, onde o intuito é demonstrar que o lugar de corpos

de negras mulheres permanece o mesmo, com os mesmos objetivos: vender, explorar, estigmatizar.

O poema da atriz Elisa Lucinda, intitulado *Mulata exportação*, relembra os horrores da senzala e como as relações afetivas de mulheres negras são atravessadas pelo racismo e sexismo. Não somos corpos dignos de amor, respeito ou generosidade, historicamente são corpos entendidos com disponíveis para todo e qualquer fetiche masculino, questionando, também, a ideia de que deixar mulheres negras em evidência não altera a ordem racista patriarcal.

Uma mulher negra no centro da foto, acompanhada de outras com seus corpos à mostra, lidos como disponíveis pelo senso comum, como disse Elisa Lucinda, não “irá lhe redimir do seu racismo”, pelo contrário, demarca de forma literalmente clara que a branquitude destinou um lugar para os corpos negros, e esse lugar não é o da dignidade. Apresentar um concurso com mulheres negras nuas com o intuito de escolher a “melhor negra para o cargo” com a apresentação de uma outra mulher negra, não redime a emissora do racismo, como narrou Elisa Lucinda:

Digo, repito e não minto: Vamos passar essa verdade a limpo porque não é dançando samba que eu te redimo ou te acredito: Vê se te afasta, não invista, não insista! Meu nojo! Meu engodo cultural! Minha lavagem de lata! Porque deixar de ser racista, meu amor, não é comer uma mulata!³⁰

Recordo o dia dessa intervenção e de uma de nós ter recitado o poema acima citado na íntegra. É uma escrita atravessada pela dor do preterimento, do desrespeito, da misoginia e do racismo, opressões que acompanham o nosso existir de mulheres negras.

Este trabalho já se encaminha para as linhas finais e me foi cobrado na qualificação um momento que eu evidenciasse quem sou eu nesse processo, na formação no Grupo Pretas Simoa, e o impacto disso no que me propus a escrever. Hesitei por saber que acionaria dores e traumas perversos do passado, mas não discordo que se faz fundamental demonstrar como mulheres como nós são erguidas.

A linha de combate, sobretudo nos espaços acadêmicos da região do Cariri, que o grupo assumiu desencadeou uma atmosfera de perseguição muito característica de um progressismo branco que é antirracista, até ser acusado de racismo. Ameaças, perseguições, processos administrativos, tudo isso acompanhou nossa trajetória de militância, em especial, Karla Alves, que sofreu uma abertura de sindicância no Centro de Humanidades, na

³⁰ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/de-elisa-lucinda-mulata-exportacao/> Acesso: 13 fev. 2025

Universidade Regional do Cariri, onde cursávamos História, por *conduta inadequada*, em outras palavras, por denunciar o racismo existente no departamento de História. O nosso processo formativo foi acompanhado por essas situações, tivemos dificuldade de concluir o curso, mas concluímos, acredito que mais movidas por um propósito de vida do que propriamente pelo papel que se recebe no ato de colação de grau.

Demonstrar a violência orquestrada contra corpos negros, corpos de mulheres, por aqueles departamentos, em especial os que compunham o Centro de Humanidades era uma tarefa urgente, que muitas organizações alinhadas à esquerda não assumiram, mas como nos lembra Sueli Carneiro: “*entre a esquerda e a direita, continuo preta*”, e era esse nosso entendimento, éramos mulheres negras, era nós por nós.

Não recebemos apoio, solidariedade frente a essas perseguições, o histórico movimento negro local nunca segurou nossa mão, por entenderem que queríamos competir com a trajetória consolidada deles. Mulheres negras organizadas, fundadoras do primeiro grupo de mulheres negras da região, foi lido como uma ameaça à hegemonia do movimento negro misto do Cariri, e isso precisa ser dito sem receio, de forma direta.

E seguimos, seguimos com a certeza de que era o certo a se fazer, seguimos porque Preta Tia Simoa *não recuou na paralização dos jangadeiros, ela avançou*, como disse Karla Alves em sua palestra, no Museu da Imagem e do Som, em 12 de fevereiro do corrente ano. Carregávamos o nome de Simoa por escolha e assimilação, bebemos na valentia dessa mulher que enfrentou os escravizadores do porto de compra e venda de pessoas negras para serem massacradas. Preta Simoa enfrentou sua condição de mulher preta, no século XIX, com todas as limitações que isso representava, intentando transformar não só seu destino, mas da sua comunidade, compreendendo que de forma isolada as chances de sucesso são mínimas, e foi nessa fonte que matamos nossa sede de justiça.

Enfrentar a hegemonia branca dos movimentos sociais do Cariri não foi uma tarefa simples, assim como conviver com os ataques frontais da nossa comunidade negra, a quem deveríamos chamar de *irmãs*, também foi um golpe, mas o nosso encontro enquanto grupo de mulheres negras e os nossos processos de escuta ativa fomentaram um doloroso, mas fundamental processo de autorreparação, de forma íntima e também por via da nossa coletividade. Poder falar, desnudar o que nos assolava a partir do nosso eu mulher e negra, possibilitou o início de caminhos de cura, como lembra bell hooks, em *Irmãs do Inhamé*: “a cura acontece pelo testemunho, pela união de tudo aquilo que está aí, pela reconciliação”. (bell hooks, 2023, p. 24).

O Pretas Simoa foi o meu lugar de reconciliação comigo e com a minha trajetória, olhar para essas feridas com atenção e coragem, usando-as como ferramenta de combate diante de toda e qualquer forma de opressão contra nossos corpos. Imagino que seja por isso que esta tese existe, ela é meu processo de autorrecuperação, é fruto da nossa luta constante por justiça, por equidade, por uma historiografia que respeite o que nós produzimos e cite o nosso nome.

É meu ato de coragem de “*historiadora audaciosa*”, expressão que ouvi de uma professora de mestrado, a quem tenho muito respeito, e é um chamado às mulheres negras ao rompimento dos silêncios que nos colocou em situações perversas de violência, seja fora ou dentro da nossa comunidade. *Didê*³¹, minhas irmãs!

³¹ *Didê* é uma expressão yorubá comumente usada no cotidiano dos terreiros de candomblé, que significa: de pé, levante ou para cima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

bell hooks, autora que atravessa todo este trabalho, na obra em que dedicou ao processo de autorrecuperação de mulheres negras, afirmou que “nomear corajosamente aquilo que vemos (bell hooks, 2023, p. 39) é fundamental para que mulheres negras consigam visualizar caminhos de cura. A partir do que foi discutido nesta pesquisa, acredito que mulheres negras quando começaram a se organizar no ativismo antirracista pautado pelo gênero, a pauta central em muitos casos era o direito à vida com dignidade e respeito às subjetividades, sobretudo no que toca o direito de decidir maternar ou não.

O projeto de branqueamento populacional disfarçado de controle de natalidade puniu de forma muito severa mulheres negras e mulheres pobres, na contramão do feminismo ocidentalizado, construído por mulheres brancas de classe média. Alinhado à pauta pelo direito ao aborto, mulheres negras se organizaram em torno da pauta da violência obstétrica que usurpou das suas trajetórias o direito à maternidade.

Importante não perder de vista como mulheres negras se conectaram Brasil adentro na tentativa de alinhar pautas, mas também de não sucumbir diante das opressões interseccionais que as atingiam e atingem. No Ceará, o cenário era desenhado em torno do debate da ausência de população negra em nosso estado, o que motivou, em alguma medida, a criação de organizações negras mistas para contrapor uma historiografia oficializada que nos negou e ainda nos nega.

No entanto, mesmo fazendo parte das construções das coletividades negras, mulheres negras ativistas foram confrontadas com a misoginia dos seus companheiros e vivenciaram um processo sistemático de silenciamento das suas ações políticas, o que fomentou os caminhos de organização e resistência dessas mulheres na criação de alternativas políticas que respeitassem as suas autonomias políticas.

Na condução das entrevistas, percebi que vivenciar diretamente como funciona o patriarcado negro tantas vezes evocado ao longo deste trabalho, despertou em mulheres negras os sofrimentos emocionais ligados ao trauma e à vergonha. Para além das que conseguiram manifestar suas dores nas entrevistas, por entenderem que era preciso nomear tudo que foi vivido, também encontrei mulheres que não conseguiram expor o que vivenciaram, pois o entendimento era de que “falar é reviver a violência”, e foi preciso respeitar esse entendimento, sem perder de vista que as potencialidades de um trauma silenciam vozes que outrora ecoaram gritos de liberdade e justiça.

Questiono-me, mesmo me encaminhando para as linha finais desta pesquisa, quantas vozes, até hoje, perdemos de ouvir e aprender juntas, dentro dos nossos espaços de coletividades de mulheres negras, em razão dos traumas provocados pelo patriarcado negro?

Quando me propus a ler mulheres negras, também tinha essa motivação em estabelecer uma conexão com esses escritos que, em alguma medida, traduzem as grandezas que habitam a intelectualidade dessas mulheres ao lado das suas atuações no ativismo antirracista. Marcar as pessoas com as nossas palavras tem seus entraves e desafios, uma vez que vivemos um processo histórico de descrédito não só das nossas subjetividades, mas da nossa capacidade intelectual.

Nossa relação com a escrita foi marcada pelas opressões interseccionais, por essa razão também optei por dialogar na construção deste texto, em sua maioria, com pessoas negras, principalmente com mulheres negras, com o objetivo de demonstrar que nossas produções intelectuais existem, o que ocorre é a opção política, racista e misógina de não nos ler.

Ler e ouvir mulheres negras cearenses modificou muito meu olhar não só para o Ceará, mas para as complexidades das organizações negras como um todo. As experiências dessas mulheres que tiveram seus protagonismos silenciados ao longo das décadas amadureceram a percepção e confirmou a hipótese que tinha, quando iniciei esta pesquisa, foi o contato frontal com as facetas do patriarcado negro, a negligência do movimento feminista com as pautas das mulheres negras, o apagamento sistemático das capacidades políticas e organizativas de mulheres negras que fomentaram as primeiras experiências de movimentos antirracistas no Ceará pautados pelo gênero e pelas pautas que acolhem as nossas subjetividades.

O Instituto Negra do Ceará e o Grupo de Mulheres Negras do Cariri- Pretas Simoa, são experiências concretas da ação política de mulheres negras cearenses, não só do ponto de vista dos trânsitos feitos em organizações negras mistas, mas da sua articulação corajosa em enfrentar o patriarcado negro e nomear as opressões sofridas ao longo dos seus anos de ativismo.

Afirmar no último capítulo que foi no movimento de mulheres negras que fiz o reencontro comigo e consegui acolher e nomear meus traumas e os silêncios impostos que vive e sobrevivi. Acrescento a essa afirmação uma frase que ouvi da professora Nara Forte, do Departamento de Psicologia da UFC, no dia 22 de maio do corrente ano, em uma palestra realizada na referida instituição, quando ela fala que *“é preciso ousarmos falar de cura, refazermos nossas conexões com a terra, com o que é vivo e com o que promove a nossa*

dignidade". Este trabalho também é sobre isso, a esperança e o desejo de que as coletividades de mulheres negras sejam, sempre que possível, o nosso lugar de dignidade, liberdade e cura.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Ó Pa í prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas**. São Paulo: Pólen, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro).

ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX / Paulina L. Alberto**; tradução: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

ALVES, Karla Jaqueline Vieira. **“Heróis” no cativo: discursos e silêncios no jornal Libertador sobre o protagonismo de José Napoleão e Preta Tia Simoa na luta abolicionista no Ceará (1881-1884)**. por Karla Jaqueline Vieira Alves. 2015.

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista de Estudos Feministas**. v. 1. 2000. Tradução de Édna de Marco. Revisão: Claudia de Lima Costa; Simone Pereira Schmidt.

BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol.3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**; Prefácio Conceição Evaristo; Apresentação Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CHIZIANE, Paulina. **Eu, mulher... por uma nova visão do mundo**. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Sousa. – 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 4. ed. Rio de Janeiro: Malê: 2020.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Organização de Constância Lima Duarte; Isabella Rosado Nunes; ilustrações de Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Becos de Memória**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FEIJÓ, João da Silva. Memórias escritas sobre a capitania do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 5, n. 2, 1889.

GILROY, Paul. **Entre campos**: nações, cultura e fascínio da raça. Tradução de Célia Maria Marinho de Azevedo. São Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Gonzales, Lélia. **Lugar de negro** / Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 Pontos; v.3)

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios; Marcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

HALL, Stuart, **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HOOKS, bell. **Irmãs do Inhamé**: Mulheres negras e autorrecuperação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Bhuvi Libanio. 14. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvi Libanio. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras Negras).

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro; tradução Rainer Patriota. – São Paulo: Perspectiva, 2019. – (Palavras Negras).

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revistas de Estudos Feministas**, ano 3, sem. 2, 1995.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**: diário de uma Favelada. São Paulo: Edição Popular, 1960.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução de Stephanie Borges. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MOMBAÇA, Jota. O mundo é meu trauma. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 11, p. 20-25, nov. 2017.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. 2º Edição, ver. E atual. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **Invenção da liberdade**: O Instituto Histórico do Ceará e o discurso racial no I Centenário da Abolição (1984). Dissertação (Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras) - Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Quixadá, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mão negras**: relações raciais quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Memória organizativas do movimento negro cearense**: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes na década de oitenta. Dissertação (mestrado acadêmico em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

OLIVEIRA, Fátima. Feminismo, luta antirracista e bioética. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 73-107, 1995.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. Seleção de textos de Daphne Patai e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção Ideias).

RATTS, Alecsandro J. P. **Fronteiras invisíveis**: territórios negros e indígenas no Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS FILHO, Gabriel dos. **O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras na contemporaneidade**: um olhar socioantropológico sobre a Pastoral Afro-Brasileira. Salvador: EDUFBA, 2012.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. **Mulheres em movimento**: construção de relações de gênero na militância política das mulheres. 2004. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. Organizadores. **O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SOBRINHO. Hilário. **Reflexões de um negro cearense inquieto com o combate ao racismo no Ceará**. 2019.

SOUSA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **Afro-cearenses em construção: discursos identitários sobre o negro no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

THEOPHILO, Gen. Tácito. Abolição - Um ato de fé. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 5, n. 1, 1984.

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Organização Jurema Werneck. [S. l.]: [s. n.], [s. d.].

XAVIER. Patrícia Pereira. **Dragão do Mar: a construção do herói jangadeiro**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2014.

Entrevistas

ALVES. Karla Jaqueline Vieira, entrevista online, 4 de julho de 2023. [Entrevista concedida a Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento].

FEITOSA, Dávila Maria. [Entrevista concedida a Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento]. Fevereiro de 2021],

FERREIRA, Hilário, Fortaleza- CE, 23 de setembro de 2020). [Entrevista concedida a Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento].

LOPES, Francisco (Kim Lopes). [Entrevista concedida a Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento]. Julho de 2023.

NASCIMENTO, Joelma Gentil do. [Entrevista concedida a Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento]. Setembro de 2020.

NOGUEIRA, Alzira. [Entrevista concedida a Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento]. Março de 2022.

SENA. Francisca Maria Rodrigues. [Entrevista concedida a Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento]. Março de 2021.

SILVA. Cícera. [Entrevista concedida a Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento]. Março de 2021.

Fontes documentais

Cartilha: Rompendo Muros, Brotando Resistências e Liberdades. Fortaleza, 2016.

Estatuto do Instituto Negra do Ceará, Fortaleza, 2006.

Pelas asas de maat: ampliando o acesso à justiça das mulheres em situação de privação de liberdade no Ceará. Fortaleza, 2015.

Relatoria Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito- CPMI. Destinada a examinar “incidência de esterilização em massa em mulheres no Brasil. Brasília, 1993.

Relatório Final de atividades do projeto Pelas Asas de Maat, Fortaleza, s.d.